

# As esquerdas latino-americanas **EM TEMPO DE CRIAR**

NILS CASTRO



# As esquerdas latino-americanas em tempo de criar



# As esquerdas latino-americanas em tempo de criar

Nils Castro

Prólogo de  
Marco Aurélio Garcia



*Fundação Perseu Abramo*  
*Instituída pelo Diretório Nacional*  
*do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.*

*Diretoria*

*Presidente:* Nilmário Miranda  
*Vice-presidente:* Elói Pietá  
*Diretores:* Selma Rocha  
Flávio Jorge  
Iole Iliada  
Paulo Fiorilo

*Editora Fundação Perseu Abramo*

*Coordenação editorial*

Rogério Chaves

*Assistente editorial*

Raquel Maria da Costa

*Tradução*

Maria Almeida Stedile

*Preparação de texto*

Leticia Braun

Eloisa Aragão

*Revisão*

Angélica Ramaciotti

Cláudio Cavalcanti

*Capa*

Patrícia Jatobá U. de Oliveira

*Crédito da imagem da capa*

José Clemente Orozco, *Creative Man*.

Fresco, 1936. University of Guadalajara, Mexico.

*Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica*

Enrique Pablo Grande

*ISBN*

978-85-7643-130-5

*Copyright* © Nils Castro, 2012.

*Todos os direitos reservados à*

*Editora Fundação Perseu Abramo*

*Rua Francisco Cruz, 224*

*04117-091 – São Paulo – SP – Brasil*

*Telefone: (11) 5571 4299 – Fax: (11) 5571 0910*

*Correio eletrônico: [editorial@fpabramo.org.br](mailto:editorial@fpabramo.org.br)*

*Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo*

*[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355c  
Castro, Nils.

As esquerdas latino-americanas em tempos de criar / Nils Castro; prólogo de Marco Aurélio Garcia. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 218 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7643-130-5

1. Socialismo - Partidos políticos - América Latina. 2. Revoluções e socialismo - América Latina - História. 3. América Latina - Aspectos econômicos - História. I. Garcia, Marco Aurélio. II. Título.

CDU 329(7/8=6)(091)  
CDD 329.98

*A Rômulo, Ligia e Adelita,  
talentosos e queridos inspiradores.*



## Agradecimentos

Muitos interlocutores me ajudaram em diferentes momentos, circunstâncias e lugares, a recapitular as experiências e estruturar as ideias aqui reunidas. Seria impossível enumerá-los.

Agradeço especialmente o apoio de minha companheira de sempre, Adela García de Castro, que revisou cada página do original e colaborou com ideias novas e observações oportunas.

As reflexões valiosas e perspicazes de Ramiro Abreu, Carmen Agulló, Antonio Aranibar, Guillermo Castro Herrera, José Dirceu, Valter Pomar, Ramón Juan Revert, Roberto Regalado, Alí Rodríguez e Jorge Taiana igualmente me ajudaram a repensar e enriquecer muitos pontos de vista.

Em particular, meu agradecimento a Ana Maria Stuart, Nani, quem, já faz anos, me estimulou a escrever este livro.

E também a Elmer Miranda e a Edwin Irizarry Mora, porque seus comentários me possibilitaram abordar a dimensão econômica do tema.



# Sumário

Prólogo, por Marco Aurélio Garcia .....	11
<b>Capítulo 1</b>	
Por onde começar .....	19
A investida neoconservadora .....	22
De raízes e enxertos .....	26
De ventos e árvores .....	29
A participação indígena .....	32
Capitalismo de transição .....	36
Um enfrentamento que se internacionalizou.....	40
Do bom vizinho à Guerra Fria.....	43
<b>Capítulo 2</b>	
América do Sul: reforma e revolução.....	49
Os movimentos nacional-populares .....	53
O getulismo .....	53
O peronismo .....	54
O movimentismo .....	56
Anos 1950, da Guatemala à Venezuela.....	57
Do degelo à frustração .....	60
Em Cuba, a Revolução .....	63
Extrapolações à esquerda .....	67
As experiências de 1965 .....	72
Tenacidade no porto .....	75
As revoluções de 1968.....	80
Reinserção e desenvolvimento em novo cenário.....	84

Buscando opções: o reformismo militar.....	90
Velasco no Peru .....	94
Torres na Bolívia .....	95
Rodriguez Lara no Equador .....	96
Torrijos no Panamá .....	96
Movimento limitado .....	100
Allende e o Chile .....	100
Roldós e o Equador .....	104
Cone Sul.....	104

### **Capítulo 3**

Cristianismo e libertação .....	109
A experiência sandinista .....	111
Uma difícil readaptação .....	114
Globalizadores e globalizados.....	119
Cada conquista engendra novas exigências .....	123
Da crise política aos movimentos sociais .....	128

### **Capítulo 4**

Métodos e metas .....	133
Mudança de modelos .....	136
Esclarecer seus propósitos .....	139
As esquerdas eleitorais.....	144
A mudança que começa a nascer.....	148
A contraofensiva das direitas .....	151
O discurso de direita.....	155

### **Capítulo 5**

O clima e a ocasião oportunos.....	163
Recuperar o atraso .....	167
Não basta uma visão crítica.....	169
A necessidade do novo .....	172
A grande crise de 2008.....	178
Além do susto inicial .....	182
As outras dimensões da crise .....	189
Avançar com passo firme.....	192
Refazer caminhos.....	195
Nossos objetivos: três eixos .....	200
Produzir o futuro .....	203

<b>Sobre o autor .....</b>	<b>209</b>
----------------------------	------------

<b>Bibliografia.....</b>	<b>211</b>
--------------------------	------------

# Prólogo

Marco Aurélio Garcia<sup>1</sup>

Para analisar os problemas e desafios confrontados pelas esquerdas latino-americanas nos dias de hoje, Nils Castro realizou uma detalhada e rigorosa reconstrução de suas trajetórias ao longo do século passado e nos primeiros anos deste.

Seu trabalho, mais que o de um historiador ou de um politicólogo, situa-se no gênero que os franceses denominam *essai*, mas um ensaio em que a precisão factual se funde com a agudeza dos comentários. Estes, contudo, não representam intromissão idiossincrática na narrativa histórica. São, ao contrário, opiniões de quem viveu parte importante dessa história, não somente como analista, mas também como ator.

Não é fácil combinar as condições de ator e analista.

Quando essa tarefa alcança êxito, como ocorreu neste trabalho, o resultado é promissor. A investigação, por mais rigorosa que seja, se vê beneficiada pela experiência pessoal de Nils Castro, que propicia um fio condutor particular para a narrativa, difícil de ser realizada em outras circunstâncias.

O autor soube situar a reconstrução em um marco histórico mais amplo, o do socialismo em nível internacional, sem perder a dimensão especificamente latino-americana e sem deixar de contemplar as peculiaridades nacionais. Tudo isso percorrendo desde as grandes transformações trazidas pela Revolução Russa (1917), e por suas metamorfoses ulteriores, até o advento da revolução na China

---

<sup>1</sup> Formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professor licenciado no Departamento de História da Unicamp. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), atualmente é assessor especial de Política Exterior do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff.

(1949) e sua gravitação em outras regiões do mundo, especialmente nos países do chamado “Terceiro Mundo”.

Um lugar importante é concedido ao impacto teórico, político e organizativo da Revolução Cubana (1959) em praticamente todos os partidos e movimentos de esquerda da América Latina e do Caribe. O texto mostra que sua influência se fez sentir não só nos partidos comunistas, mas também nas organizações socialistas e nacionalistas de toda a região. Não seria incorreto indicar que a própria estratégia da direita no continente experimentou uma significativa mudança a partir das transformações ocorridas em Cuba.

A reconstituição histórica, no entanto, além de sistematizar uma trajetória, pouco conhecida pelas novas gerações, cumpre fundamentalmente o papel de construir um quadro de reflexão sobre os dilemas enfrentados pela esquerda latino-americana neste princípio de século.

A reflexão de Nils Castro se situa em um momento relevante de transição histórica.

Mais de dez anos se passaram desde o início de um ciclo inédito de vitórias eleitorais conquistadas pelas esquerdas no continente. Esse processo, iniciado com Hugo Chávez na Venezuela, foi seguido por Lula no Brasil e se aprofundou com a continuação da experiência de centro-esquerda da Concertação Democrática no Chile, com as vitórias de Tabaré Vasquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, de Martín Torrijos no Panamá e dos Kirchner na Argentina. Além de Daniel Ortega na Nicarágua, de Álvaro Colom na Guatemala, de Mauricio Funes em El Salvador e de José Pepe Mujica no Uruguai, que reelegera a Frente Ampla no governo daquele país.

Poderíamos argumentar que são fenômenos muito dessemelhantes. É certo. Não é menos certo, no entanto, que todos eles têm algo em comum.

Sua origem concentra-se no esgotamento – em diferentes níveis – dos modelos conservadores que as direitas locais associadas aos grupos financeiros internacionais impuseram a nossos países.

Esse esgotamento não foi simplesmente resultante da crise teórica de um modelo. Expressou-se no agravamento da situação econômica e social da região, cujas manifestações mais visíveis foram o estancamento da produção, a crescente vulnerabilidade externa, a precariedade macroeconômica, mas, sobretudo, a tragédia social que se mostrou no agravamento do desemprego e da exclusão social. Foram esses fatores que estiveram na base da reorganização do movimento de massas em praticamente todos os países, o que foi decisivo para o resultado de todos os processos eleitorais.

A evidente diferença entre esses processos corresponde à evolução histórica particular dos países analisados.

No Cone Sul, golpeado durante duas décadas por cruéis ditaduras, a vitória das esquerdas esteve ligada à existência de importantes partidos ou coalizões partidárias,

a exemplo do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, da Frente Ampla no Uruguai, do peronismo e seus aliados à esquerda na Argentina e da Concertação no Chile.

Já na Venezuela, na Bolívia e no Equador, os partidos eram menos atuantes. Nesses países foi mais importante a presença de um forte movimento de massas, com significativa participação de amplos setores até então marginalizados dos processos político-institucionais. É o caso, por exemplo, do componente étnico nas lutas políticas em países como Bolívia, Equador e Peru. A estreiteza das instituições políticas existentes, confrontada com a exuberância dos novos atores da cena política, explica a maior radicalização havida nas transições nesses países. Não por acaso, em sua agenda política invariavelmente figuram preocupações com a refundação institucional, o que desembocou na convocação de Assembleias Nacionais Constituintes.

Nils Castro passa em revista seu Panamá natal e demonstra como a onda renovadora da América do Sul acabou por chegar à América Central. Nessa região, por mais de uma década marcada por conflitos armados, estabeleceram-se governos democráticos de conteúdo reformador que, de imediato, já se enfrentaram com a forte resistência das oligarquias locais, como bem ilustram os ataques a Colom, na Guatemala, e o golpe de Estado em Honduras.

É interessante observar como movimentos que, até pouco tempo, tinham em seu horizonte programático o socialismo – a ser alcançado pela ação armada –, acabaram por construir a democracia na América Central usando, para isso, canais institucionais que as oligarquias locais tantas vezes manipularam em proveito de seus interesses particulares.

O panamenho Nils Castro, pelo fato de estar situado nessa ponte das Américas que é seu país, pode contemplar, de um lado e de outro, a evolução econômica, social e política da região de um patamar privilegiado.

Não escapam a seu olhar processos mais complexos, que têm relação menos perceptível com as grandes transformações em curso nas Américas, anteriormente referidas, como são os casos do México e da Colômbia.

Tampouco escapam de sua análise as novas determinações que a crise econômica faz incidir sobre as perspectivas futuras das esquerdas.

A esquerda está diante de novos desafios, portanto. É certo que pode retomar a iniciativa sem as certezas político-ideológicas que acreditava ter no passado. Porém, não é menos certo que necessita reconstruir paradigmas, sobretudo depois da profunda crise que o socialismo viveu, tanto em suas vertentes comunistas como nas da social-democracia do final do século passado.

Não faz muito tempo, alguém fez a seguinte provocação: “Antes tínhamos ideias, mas não tínhamos votos, e hoje temos votos, mas não temos ideias”.

Talvez essa frase de efeito seja excessivamente dura. As esquerdas atuais têm ideias. Mas estas muitas vezes são sobrevivências ortodoxas de um passado que

pouco esclarece o presente, menos ainda o futuro. Outras são apenas expressões compreensíveis de um realismo político necessário, mas não suficiente, para o exercício de governar. Por fim, se bem é certo que não se governa sem ideias, não é menos certo que também não se governa apenas com ideias.

Em todos os casos, a frase aponta para uma irrefutável realidade. As esquerdas podem ter a maioria, mas não dispõem ainda de hegemonia político-cultural.

Essa realidade tem implicações não apenas de natureza estratégica, relacionada com o horizonte socialista. Ela incide igualmente no curto e médio prazos. Pode também interferir nas diversas eleições previstas para os próximos anos.

As experiências de ser governo têm sido de fundamental importância para o futuro das esquerdas, uma vez que são introduzidas novas questões, de enorme complexidade.

Elas reiteram a tese de que poder e governo são coisas distintas.

Ao mesmo tempo demonstram que o poder não é um lugar a ser conquistado, mas sim o resultado de uma correlação de forças que deve ser constantemente alterada em proveito das mudanças. Aí está a chave da governabilidade.

Tais experiências também têm mostrado que a institucionalidade herdada, constituindo muitas vezes um freio para as mudanças, pode ter um insuspeitado potencial para impulsionar a transformação social e política. Basta ver quantas vezes as direitas romperam as leis e constituições. Quantas vezes repetiram, em silêncio, o cacoete conservador do século XIX: “A legalidade nos mata”.

A construção de um horizonte estratégico – para alguns apenas a “reconstrução” – não será, como se acreditou no passado, o caminho real que conduzirá teleologicamente as classes trabalhadoras a um paraíso antecipado pela teoria.

Porém a experiência das classes trabalhadoras – hoje em profunda transformação em suas relações com o mundo do trabalho – tem propiciado o desenvolvimento de novos valores para a renovação de uma cultura socialista.

Passou a ser importante diferenciar exploração de dominação. Com isso ganharam relevância as questões relacionadas com os processos de trabalho. De outra forma: a fábrica em uma sociedade socialista não pode ser o mesmo cenário produtivo que a fábrica em uma sociedade capitalista.

Quando ficou claro que o fim da exploração não significava o fim da dominação, passaram a ter significado especial as diferenças étnicas, de gênero, e tantas outras que subsistem até mesmo nos períodos pós-revolucionários.

Ficou evidente que a democracia foi essencialmente conquista dos trabalhadores e não uma minguada concessão burguesa. Que ela não é apenas instrumento, mas método e fim.

O mesmo vale com relação aos Direitos Humanos, que muitos na esquerda passaram a valorizar somente quando os seus foram violados.

Entendeu-se que desenvolvimento não era o mesmo que crescimento a qualquer preço, sobretudo quando este se mostrava depredador da natureza.

Se é bem certo que o socialismo não se resume à realização da democracia, é igualmente certo que o socialismo só pode se realizar plenamente em democracia. As implicações desta conclusão nas relações dos partidos com os governos e com o Estado não podem passar despercebidas.

Finalmente, mesmo sem o propósito de esgotar os temas próprios de uma nova agenda da esquerda, aí estão questões relacionadas com a violência e com a construção de uma cultura de paz, respeitosa do pluralismo.

A análise de Nils Castro, ao realizar um tour *d'horizont* sobre as esquerdas no continente latino-americano e no Caribe, rerepresentou uma questão clássica do pensamento e da prática socialista – a da articulação do nacional e do internacional/regional valendo-se da análise crítica do que foram as frustradas experiências do internacionalismo durante um século.

Este é um livro com muitos méritos. Talvez o maior seja o de não oferecer receitas aos leitores, mas de permitir que eles vislumbrem as alamedas, aquelas mencionadas por Allende em sua última mensagem, por onde passarão homens e mulheres livres.



A grayscale, semi-transparent globe of the Earth is centered on the page. The continents of North America, South America, and Africa are visible. The text "Capítulo 1" is printed in a bold, black, sans-serif font in the center of the globe. The globe has a subtle shadow beneath it, suggesting it is resting on a surface.

# Capítulo 1



## **Por onde começar**

O século XXI, na América Latina, teve início com importantes novidades que não deveriam surpreender a nenhum observador bem informado. Mesmo antes de a situação econômica internacional – especialmente a estadunidense – começar a enfrentar mais uma grande crise, sequelas socioeconômicas acumuladas anteriormente pelo tsunami neoliberal já suscitavam aqui sérios questionamentos ao regime capitalista por parte dos movimentos sociais, das universidades, dos parlamentos e governos. E, nesse contexto, as esquerdas começavam a disputar e, até mesmo, a ganhar eleições e constituir governos em muitos países.

Esse efeito eleitoral ainda pode, com o tempo, ser revertido em decorrência da contraofensiva das direitas e dos grandes meios de comunicação – e dos eventuais erros das esquerdas. Isso não negará, entretanto, que nos últimos tempos a atitude sociopolítica de grandes massas da população latino-americana tenha mudado de forma ampla e duradoura. Fenômeno que poderá propiciar importantes consequências. Há poucos anos, expressões de ascensão do movimento popular e das esquerdas ainda eram castigadas e eliminadas pelo conseqüente aumento da censura e da repressão, das tiranias pessoais, das intervenções estadunidenses ou das ditaduras de segurança nacional. Além disso, no último quarto do século XX esses movimentos populares e progressistas foram dizimados pela poderosa ofensiva neoconservadora, montada sobre o impacto da dívida externa nos países subdesenvolvidos, do esgotamento das políticas protecionistas e da derrocada ideológica, política e econômica do chamado campo socialista do Leste Europeu. Essa ofensiva facilitou a imposição, ao mundo, de dogmas e políticas neoliberais cujos efeitos nocivos, trinta anos mais tarde, já repercutem nos países desenvolvidos.

Esse abrupto retrocesso não se limitou ao desaparecimento da União Soviética e do modelo soviético de socialismo. Também repercutiu na estrutura ideológica das demais esquerdas: grande parte das lideranças socialistas, social-democratas e trabalhistas da Europa Ocidental debandou para o centrismo liberal e para a conciliação com o neoliberalismo, abandonando suas tradições e postulados históricos, com grave prejuízo para a própria identidade. Isso também ocorreu com seus respectivos arremedos latino-americanos. Com o extravio de sua personalidade anterior, várias dessas lideranças perderam numerosos eleitores.

Nas circunstâncias atuais, isso apresenta um paradoxo exemplar. No rastro do desastre socioeconômico e do repúdio moral-político acumulados pelo neoliberalismo na América Latina, muitos anos antes da crise econômica internacional de 2008, as esquerdas começaram a chegar ao governo por meio de eleição popular em vários países da região. Isso, porém, ocorre sem o desencadeamento de revoluções sociais e sem que as propostas políticas e programáticas das esquerdas tivessem tempo e oportunidade para reformular-se à luz de suas experiências passadas, sem que os povos da região fossem atendidos em algumas de suas necessidades ou pudessem optar por outros caminhos. Nesse novo quadro há condições, exigências e expectativas que não figuravam nas experiências históricas precedentes.

Com certa frequência é feita alusão ao “socialismo do século XXI”, expressão que significa mais do que uma referência a uma nova proposta política, porque designa a necessidade – e uma renovada oportunidade – de superar duas situações.

A primeira relaciona-se à carência doutrinária, metodológica e programática decorrente do momento em que várias crenças ideológicas do chamado marxismo soviético foram descartadas, assim como de outras correntes que haviam deixado de ser eficazes, tanto na preservação das conquistas acumuladas até os anos 1970, quanto no alcance de objetivos traçados pelas esquerdas daquela época.

A segunda refere-se à urgência em desenvolver, depois do tsunami neoliberal, propostas teóricas, metodológicas e políticas capazes de abordar com eficácia os problemas, as necessidades e as incertezas de novo tipo. Essas necessidades foram desenvolvidas e continuam se incorporando às anteriores e à irrupção de outra grande crise econômica mundial. É preciso detectar e aproveitar, ainda, as renovadas oportunidades e alternativas promovidas pelas mudanças da situação latino-americana e mundial, de modo a criar mecanismos para o enfrentamento apropriado das contraofensivas da direita.

Em suma, os princípios básicos e os objetivos de longo alcance das esquerdas – assim como os de seus adversários – continuarão os mesmos que historicamente as impulsionaram. Será igualmente importante o acervo teórico que efetivamente conseguiu superar as provas das dramáticas vicissitudes confrontadas ao longo do século XX. É preciso renovar os instrumentos culturais, teóricos e práticos

requeridos para a execução desses princípios. Para que não se refaça sacrifícios por eles, sem chegar a vê-los cumpridos.

Há ainda a questão de algumas esquerdas que durante anos pleiteavam conquistar o poder para substituir o sistema imperante. Nas atuais circunstâncias, porém, assumem a administração do governo sem ter conquistado efetivamente o poder nem estar devidamente capacitadas a transformar o sistema. Hoje as esquerdas participam das eleições e podem até vencê-las sem que haja uma situação revolucionária. Essa situação reacende perguntas antigas que – ao menos temporariamente – reclamam novas respostas. Um desses questionamentos retoma um desafio: reforma ou revolução?

Na América Latina, as chamadas *condições objetivas* para eclodir uma situação revolucionária existem e têm se acentuado. Os índices de desigualdade, exploração, pobreza, marginalização, injustiça e outras tantas razões de indignação social chegaram mesmo a se agravar. Apesar disso, as correspondentes *condições subjetivas* – o desenvolvimento e enraizamento de ideias e estados de ânimo com vocação revolucionária, a anteposição do interesse de classe sobre as preferências de grupos ou pessoais, a disposição dos explorados para se unir e organizar e arriscar as modestas condições de sobrevivência com vistas a um novo projeto de sociedade –, além de demorar em se concretizar, estão distantes de alcançar o patamar a que chegaram na década de 1970.

O atual desencontro entre as condições objetivas e subjetivas para o incitamento de uma possível situação revolucionária vai além de uma constatação empírica. Resultado das políticas neoliberais, esse desencontro é, por um lado, consequência da desindustrialização e da retração das capacidades produtivas, da desregulamentação do mercado, da informalização e precarização do emprego, da fragilização das organizações dos trabalhadores, da conversão das camadas médias em assalariados indefesos que foram dando lugar a “um proletariado paupérrimo, prisioneiro da lei da necessidade, mais difícil de conscientizar-se”<sup>1</sup>. E por outro lado, é também reflexo de carência conceitual, resultado da inadequação das antigas propostas programáticas que explique de maneira satisfatória as atuais circunstâncias e alternativas, de forma a promover uma conscientização por novas opções, expectativas e alento.

Esse desencontro significa que as esquerdas podem omitir-se do dever de aliviar as condições de vida dos povos da América Latina? Podem esquivar-se da oportunidade – e da responsabilidade – de governar o subdesenvolvimento melhor do que as direitas e fazê-lo de modo a aliviar situação dos “pobres da terra”,

---

<sup>1</sup> José (Pepe) Mujica, líder do Movimento de Libertação Nacional (MLN, Tupamaros) e do Movimento de Participação Popular (MPP), organização integrante da Frente Ampla, do Uruguai, eleito presidente da República em 2009. Em *Síntesis Histórica Del MPP*, p. 8, Montevidéu, s. f. Igualmente em 609 Movimiento de Participación Popular. *Síntesis Histórica del Movimiento de Participación Popular*. [s. d.] Disponível em: <www.mppuruguay.org.uy> Acesso em: nov. 2011.

instruí-los, conscientizá-los, ajudá-los a se organizarem e de propor metas mais amplas? E, ao mesmo tempo, num outro plano de recuperação da autodeterminação nacional, abrir outras e novas vias de desenvolvimento das forças produtivas e da integração latino-americana, bem como aprofundar a democratização e reconstruir o tecido social, a identidade, as relações de solidariedade e cooperação do sujeito social que procuram representar?

Não tentaremos aqui responder a tantas perguntas, mas procuraremos encontrar elementos que nos ajudem a ensaiar respostas. Primeiramente, é necessário revisar uma diversidade de antecedentes, aventuras e desventuras das esquerdas latino-americanas: as diversas tentativas, acertos, erros já experimentados e experiências acumuladas.

A etapa atual de desenvolvimento das esquerdas latino-americanas deve receber outra onda de protagonistas jovens, a quem deve ser divulgadas aquelas experiências, pois é necessário conhecê-las para superá-las. Diferentemente de gerações anteriores, a nossa nem sempre pôde assegurar os necessários fios transmissores. Por isso, neste livro procuramos comentar esses antecedentes e os atuais dilemas a serem enfrentados àqueles que antes não tiveram oportunidade de conhecê-los.

Estamos diante de uma nova oportunidade: por onde começar?

## **A investida neoconservadora**

Na América Latina, as esquerdas estão vivenciando certa reanimação. Mas o que houve antes que motivou esse novo estado, a que crise corresponde e o que é necessário para evitar que essa nova oportunidade seja frustrada?

Depois de quase cem anos de audácia, experimentação e crescimentos – de abnegadas batalhas pela soberania nacional, justiça social e liberdades cívicas –, as esquerdas latino-americanas entraram em crise na última etapa do século XX, precisamente quando sua capacidade analítica e mobilizadora se fazia mais necessária. Embora suas contribuições ao desenvolvimento das ciências sociais tenham sido relevantes, a gradual incerteza sobre determinados postulados doutrinários<sup>2</sup>, o esgotamento e a derrocada de algumas referências extracontinentais<sup>3</sup>, e o conseqüente desgaste de crenças e confianças, questionaram sua identidade, coesão e eficácia.

Apesar dos constantes enfrentamentos entre suas vertentes ideológicas e das reiteradas cisões políticas, durante grande parte do século XX, na maioria de

---

<sup>2</sup> Os do chamado marxismo soviético e de vários extremismos derivados do trotskismo, o maoísmo e o foquismo, além dos oportunismos “centristas” e da “terceira via” que buscaram uma conciliação (ou capitulação) com o neoliberalismo, conforme logo veremos.

<sup>3</sup> Em particular, o desmoronamento da União Soviética e dos regimes do chamado campo socialista ou do “socialismo real” centro-europeu, bem como a virada da China, que adotou uma política de abertura e reformas.

nossos países, as esquerdas fizeram notáveis contribuições ao progresso social e à cultura política. Além dos importantes “erros” conceituais e políticos que ainda agora se costuma ressaltar, é justo reconhecer que até tempos avançados do século XX as esquerdas latino-americanas foram pródigas em dedicação, coragem e talento para enfrentar estruturas conservadoras, regimes ditatoriais e intervenções estrangeiras. E sua consistência doutrinária e abnegação política sustentaram numerosos combates pelos direitos humanos e pelas liberdades públicas com a finalidade de resgatar a democracia parlamentar, defender a soberania nacional e ampliar a justiça social.

No início dos anos 1980, houve ampla ofensiva neoconservadora, sustentada, no plano político, por meio da doutrina reacionária e militarizante dos governos Ronald Reagan (EUA, 1981-1989) e Margareth Thatcher (Reino Unido, 1979-1990), e, no plano ideológico-cultural, pelo *neoliberalismo* atuante na condução da política econômica e da administração do Estado. Nessa altura, as esquerdas já enfrentavam significativas tribulações internas de ordem conceitual e política. Dessa forma, o tsunami se chocou contra um muro que já se encontrava fragmentado por dentro.

Esse processo havia amadurecido gradualmente durante 20 anos de êxitos e equívocos que exigiam repensar vários postulados e consensos que antes caracterizaram as esquerdas nas diversas regiões do mundo<sup>4</sup>. Por um lado, o pensamento de esquerda se enriqueceu com saudáveis processos internos de debate e renovação. Por outro, as esquerdas no campo de propostas e de organização políticas atravessaram uma etapa de maior pluralidade e descentralização, mas também de dispersão e perda de forças.

Em contraste com a ampla arremetida neoconservadora – que removeu, deu coesão e impulsionou por mais de duas décadas a iniciativa das direitas em escala mundial –, essa situação das esquerdas afetou sua capacidade de interpretação e de contraposição, desorientou suas militâncias e contribuiu para desordenar suas fileiras<sup>5</sup>. É um fenômeno que deve ser entendido nas circunstâncias da última etapa da Guerra

---

<sup>4</sup> Esse questionamento e o aparecimento de novos temas e opções foram acumulados por efeito de um longo número de experiências. Entre elas, a denúncia dos erros e atrocidades do stalinismo feita por Nikita Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1955); a rebelião húngara e a intervenção soviética (1956); o auge da descolonização na África e na Ásia e o desenrolar do Movimento de Países Não Alinhados (anos 1960); a Revolução Cubana e sua definição socialista (1959 e 1961); a crise sino-soviética e o maoísmo (anos 1960 e 1970); as guerrilhas latino-americanas (anos 1960 e 1970); a defenestração de Krushev e o final do “degelo” soviético (1964); a morte de Che Guevara (1967); as rebeliões sociais de 1968 e a intervenção soviética na Tchecoslováquia (1968); a derrubada do presidente Salvador Allende (1973); a letargia soviética da época de Leonid Brejnev (anos 1970); a política de abertura e reformas da China (anos 1980); a perestroika soviética (1987) e outras.

<sup>5</sup> Sem dúvida, nesses anos o pensamento de esquerda e das ciências sociais afins alcançou mérito e progrediu. Mas apenas quando ele superou o verticalismo político e o dogmatismo ideológico e cultural, abriu-se a novos temas e alternativas. E assim foi devolvida para as esquerdas a vocação criativa, plural, multicêntrica, própria de seu caráter histórico, naturalmente contestatário, propositivo e inovador.

Fria, caracterizadas pela agressividade política dos governos de Reagan e Thatcher diante do imobilismo do regime de Leonid Brejnev (União Soviética, 1964-1982).

Quando a essa situação se somou o fracasso da *perestroika* e a abrupta derrocada soviética no início dos anos 1990 – e as conturbadas condições internacionais de um mundo repentinamente unipolar e num momento crítico da globalização neoliberal –, isso precipitou uma drástica crise das ideias e das práticas das esquerdas. A ofensiva neoconservadora, perante a desorientação de seus adversários naturais, se lançou como *blitzkrieg*<sup>6</sup> político, intelectual e cultural sobre um espaço que, nesse contexto, as esquerdas haviam deixado mal defendido<sup>7</sup>.

Com isso, milhões de homens e mulheres, na América Latina e na maior parte do planeta, ficariam ainda mais desorientados, dispersos e desprotegidos diante da investida imperialista.

Nesse quadro em que as nações subdesenvolvidas estavam enredadas na crise da dívida externa, desconsiderou-se sua soberania para tomar decisões autodeeterminadas, e elas foram obrigadas a desguarnecer suas economias; subtraíram suas reservas financeiras, privatizaram suas empresas estratégicas e minimizaram responsabilidades sociais de seus governos. Ao mesmo tempo, o movimento sindical e popular ficou fragilizado, milhões de mulheres e homens perderam seus empregos, suas organizações naturais e sua proteção social, enquanto milhares de ativistas abandonaram as lutas sociais em busca de sobrevivência pessoal e familiar.

Sob o absolutismo neoliberal, os governos latino-americanos deixaram de proteger suas respectivas populações e frustrou-se a esperança de que, derrubadas as precedentes ditaduras, os instrumentos democráticos contribuiriam para melhorar a situação popular. Ao contrário, as subseqüentes práticas político-eleitorais se tornaram caras e frívolas, assim como a atividade eleitoral e a própria política se tornaram mais excludentes – e, de fato, se mercantilizaram e privatizaram seus instrumentos –, introduzindo-se novas formas de orfandade, clientelismos e debandada das maiorias populares.

Nadando contra a maré, os grupos mais obstinados das esquerdas latino-americanas mantiveram os esforços em denunciar a imensa tragédia social ocasionada pelo reinado neoliberal, e as entidades, governos e grupos que dele se beneficiavam e obtinham lucros. No entanto, até o início do século XXI, nenhuma das correntes de esquerda, enfraquecidas ante o império ideológico da nova direita e

---

<sup>6</sup> Ataque de guerra “relâmpago”, feito de surpresa e cuja rápida penetração atinge a profundidade do território adversário. Foram generais alemães que introduziram esse tipo de investida bélica no início da Segunda Guerra Mundial.

<sup>7</sup> De fato, o desmoronamento ideológico diante da ofensiva neoconservadora e seu receituário neoliberal – sobretudo logo após a derrocada soviética – estabeleceram nova forma de hegemonia do capitalismo maduro. Em lugar de se afirmar pela força, ele o fez desconcertando e seduzindo o modo de pensar dos setores e dirigentes abatidos.

da hegemonia unipolar norte-americana, pôde sustentar uma nova proposta socioeconômica e política, integrada por eficientes métodos e formas organizativas, para se contrapor à política neoliberal.

Com efeito, a denúncia e o protesto são indispensáveis quando derivam de uma indignação honesta e de um diagnóstico acertado. Porém, os protestos desacompanhados de uma proposta alternativa, capaz de superar a situação existente e as políticas criticadas, ficam apenas no desabafo, o que torna a impotência em apresentar opções viáveis ainda mais ostensiva e prolongada. Após as vicissitudes desse período, estamos enfrentando novas realidades, as quais exigem conhecimento para identificar alternativas e melhor atuar, se quisermos verdadeiramente transformá-las.

Repetir e extrapolar antigas bandeiras de luta e procedimentos não basta para remediar essa carência, porque isso apenas aliena e isola, ainda que se faça com justa indignação. Esticar demais a corda contribui para rompê-la, mas não necessariamente substituí-la. Com demasiada frequência, enquanto a situação social continua se deteriorando, em vez de se buscar maior conhecimento objetivo das novas alternativas, passa-se a linguagens e métodos mais radicalizados, sem, contudo, melhorar nossas previsões nem ganhar maior audiência<sup>8</sup>.

De todo modo, qualquer crise autêntica contém transtornos e sobressaltos, além de novas oportunidades. Só que esses transtornos – as derrotas, inquietações e deserções incluídas, bem como expurgos conceituais e políticos – costumam predominar antes do vislumbre de alternativas. Assim, enquanto perdura a demora em construir novas opções, os demônios ficam à solta, agressivos e insaciáveis.

No entanto, a história – ou os agentes sociopolíticos que a movem sob a superfície visível – é uma mestra infatigável e criativa para a qual “não há mal que dure cem anos, nem povo que o suporte”<sup>9</sup>. Em vez de ficar paralisada, a roda da história acumula as impaciências sociais e a chispa propositiva para realizar seu avanço. Na América Latina está pesando a desumanidade acumulada em tantas décadas, e muda a resignação de milhões de vítimas: cada vez mais estão dispostas a reagir, caso não sejam adotadas a tempo novas propostas capazes de corrigir radicalmente as causas dessa situação insuportável.

Com o passar dos anos e das promessas não cumpridas, o reinado neoconservador acabou se esgotando, não só pelo repúdio moral e político decorrente da tragédia social que trouxe consigo, mas também porque os dogmas neoliberais se revelaram insustentáveis e incapazes de reproduzir a onda que os havia antes exaltado. Suas “conquistas” econômicas e sua pretensa “distribuição” social se esfumaram como fogos-fátuos e não há discurso que possa

---

<sup>8</sup> Se a prática de vilipendiar o adversário servisse para mudar a situação, teríamos triunfado há muito tempo.

<sup>9</sup> Palavras de Omar Torrijos em discurso em 1973, no Conselho de Segurança da ONU, no Panamá. Ele reivindicava eliminar o enclave colonial estrangeiro da Zona do Canal e recuperar a via aquática.

relançá-las. Some-se a isso a atual crise mundial do capitalismo, anunciada pelas esquerdas durante décadas, mas que explodiu sem que estivessem preparadas para enfrentá-la.

Sabemos quais foram os geradores e os propósitos do flagelo que acarretaram as condições globalizadas, mas já pós-neoliberais. E embora o flagelo esteja atualmente em fase agonizante, por um quarto de século dizimou nações e povos de nossa América. Qualquer olhar acurado na região evidencia suas inquietudes e, felizmente, uma nova geração de propostas racionais, convincentes e factíveis começa a cristalizar-se – e os seus correspondentes instrumentos políticos e organizativos – para recuperar a confiança e mobilizar a ação dos povos de modo mais eficaz, adotando opções mais humanas e sustentáveis.

Nessas circunstâncias caberia nos perguntar: as esquerdas latino-americanas contam, hoje, com meios apropriados e adequados para cumprir sua tarefa, lembrando de todas as suas tentativas anteriores? Ou, em outras palavras: assim como as direitas souberam encontrar novas opções, podem as esquerdas cumprir seus objetivos utilizando os mesmos instrumentos e estilos com que lutaram antes? E, finalmente, quais são esses objetivos e seus instrumentos?

Assim, pretendemos examinar determinados momentos da trajetória das esquerdas na América Latina, não necessariamente em ordem cronológica, mas com a finalidade de perscrutar o presente e o futuro próximo da região, pelos quais todos somos responsáveis.

## **De raízes e enxertos**

As esquerdas latino-americanas souberam enfrentar os adversários, constituindo uma tradição que abarca grande repertório de insurreições e lutas pela liberdade e igualdade. Mas o pensamento das esquerdas contemporâneas – desenvolvido no âmbito da modernidade, assim denominada pela história das ideias – não foi criado na América Latina. Embora tenha chegado a estas terras quando nossos povos precisaram, tais ideias, forjadas e provadas ao calor da história, interesses e protagonistas da Europa, foram adotadas por lideranças e grupos políticos em nossa região de modo pronto e acabado.

As tensões e enfrentamentos sociais das esquerdas, ao longo de sua evolução, foram acompanhados de intenso debate conceitual, em que interagiram a experiência local e as ideias trazidas de fora. Muitas vezes com dificuldade, em diferentes épocas, formas e sentidos. Os esforços locais para compreender nossa realidade e se apropriar das ideias importadas confluíram na elaboração de instrumentos teóricos e organizativos capazes de propor alternativas para mudar a dura situação dos países latino-americanos.

No entanto, a apropriação dessas ideias e a existência desses esforços locais

nunca foram homogêneos nem passivos. Além das grandes contribuições recebidas – tais como as ideias do Iluminismo, as da República liberal e as do Socialismo –, também vieram as interpretações ideológicas próprias dos debates e as controvérsias travados em seus locais de origem. Algumas vezes, a síntese da teoria estrangeira e dos questionamentos locais foi proveitosa, em outras foi equivocada, pois nem sempre a criatividade nativa soube corrigir as inadequações das ideias importadas.

Categorias básicas do pensamento e da organização oriundas de experiências das esquerdas europeias eram estranhas à realidade latino-americana. São bons exemplos as famosas etapas históricas dos modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo etc.); a definição do papel das classes sociais e da origem de classe das pessoas e grupos; as dicotomias destinadas a identificar – e a enfrentar – anarquistas e socialistas, mencheviques e leninistas, revolucionários e reformistas, stalinistas e trotskistas, nacionalistas e fascistas, entre outros. De tal modo que muitas vezes todas essas categorias criaram confusão em vez de ajudar a esclarecer importantes fenômenos locais. E serviu para subordinar as nossas esquerdas aos ditames de organizações internacionais sediadas na Europa<sup>10</sup>.

Ao final de uma experiência mais que centenária das esquerdas em nossa região, cabe perguntar: que temas tradicionalmente discutidos e instrumentos analíticos e organizativos ainda são válidos? E quais desses instrumentos ainda influenciam – acertada ou equivocadamente – na escolha atual de nossas práticas? E como isso incide sobre a decantação das novas perspectivas latino-americanas de esquerda?

A questão está muito longe de ser nova. Já em nossa América, breve e consistente ensaio de 1891, José Martí afirmava: “Em relação aos oprimidos, é preciso construir uma causa comum, para garantir o sistema oposto aos interesses e hábitos de mando dos opressores”. Uma convicção ética de óbvia vocação socialista proclamada por Martí, mas também por ele logo acrescida de um alerta: “Para cumprir esse objetivo é preciso conhecer o país, e governá-lo conforme o conhecimento, único modo de livrá-lo de tiranias!”. E ainda fez a seguinte advertência: “A universidade europeia precisa ser substituída pela universidade americana, pois os estadistas naturais se firmam com base no estudo direto da natureza e não copiando concepções estrangeiras”.

“Nossa história, desde os incas, deve ser completamente ensinada, mesmo que não se ensine sobre os arcontes da Grécia”, completa Martí. E uma vez que a reflexão latino-americana deve substituir o conhecimento estrangeiro, o au-

---

<sup>10</sup> Mais adiante mencionaremos os custosos erros políticos decorrentes dessa qualificação, a exemplo dos casos da revolução mexicana e boliviana, do aprismo original, do trabalhismo brasileiro, do peronismo e outros.

tor conclui: “Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo; mas o tronco tem de ser o de nossas repúblicas.”<sup>11</sup> A necessidade de apropriar-se da cultura universal se subordina à necessidade de cultivar propostas enraizadas na originalidade de nossas realidades e de nossos tempos. As experiências posteriores à época de Martí demonstraram reiteradamente o acerto de seu pensamento, mas também que, hoje, essas propostas devem ser viáveis, inclusivas e autossustentáveis.

Martí estimulou o pensamento contemporâneo ao alinhar o melhor do liberalismo democrático-radical de sua época à missão de resolver as demandas do século XX na América Latina. Para estabelecer a causa comum com os oprimidos, ele postulou a necessidade de organizar um partido político destinado a alcançar não apenas uma, mas algumas emancipações: a do regime colonial hispânico; dos perigos da previsível hegemonia estadunidense; e das injustiças da ordem social instalada nas repúblicas americanas. Para isso não ficou satisfeito em criar um partido independentista, mas fundou o Partido Revolucionário Cubano com o objetivo de estabelecer “o sistema oposto”, voltado tanto contra ao interesse dos colonialistas como em oposição aos opressores locais<sup>12</sup>.

Os dilemas entre fazer a guerra de independência e promover a revolução social vinham de longe, e dividiram, por exemplo, as opiniões de dois dos maiores protagonistas da insurreição mexicana: o padre independentista Miguel Hidalgo e o padre revolucionário José María Morelos. Convocar os *criollos* (descendentes de europeus nascidos na América espanhola) ricos em apoio à independência implicava respeitar a ordem social estabelecida pela administração colonial. Convocar as massas para integrar o exército libertador requeria assumir suas reivindicações de emancipação social. Na América do Sul, Simon Bolívar e José Artigas enfrentaram esse mesmo dilema e, derrotados os exércitos estrangeiros, foram desterrados pelos novos governantes nativos que desejavam conservar a ordem social do colonialismo.

A esses dois eixos – emancipação nacional e libertação social – seria acrescentado um terceiro, vigente até nossos dias, o da questão democrática. Quanto de concentração ou descentralização do poder, de pluralidade do debate ou de autoridade decisória, de persuasão ou de força se deve exercer, e por quanto tempo para garantir que as mudanças sejam eficazes, sem que seus adversários possam revertê-la? E em quanto tempo o debate deve ser liberado à participação de novos atores para que tais mudanças contribuam para a produzir um novo desenvolvimento, destinado a corrigir e superar o projeto original?

---

<sup>11</sup> MARTÍ, José. *Obras completas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975. tomo VI, p. 18.

<sup>12</sup> Nesse sentido, foi precursor do programa dos movimentos afro-asiáticos de libertação, ocorridos na segunda metade do século XX, como também do Movimento 26 de julho, em Cuba.

Estes e outros temas reaparecem ao longo do caminho, renovando-se em cada experiência. Assim, convém recapitular alguns dos episódios mais ilustrativos da evolução das esquerdas latino-americanas, observando as vicissitudes de seus processos de enraizamento e reprodução em nossas realidades, assim como a vigência de suas propostas perante novas circunstâncias. Atualmente, quando algumas das principais referências das esquerdas já se esgotaram ou devem ser reexaminadas à luz de novas oportunidades e expectativas, é ainda mais significativo tratar desse assunto.

## De ventos e árvores

Em meados do século XIX, duas correntes rivalizavam-se no liberalismo latino-americano: uma ala democrata radical ilustrada, seduzida de imediato pelo positivismo, e outra popular, porta-voz do anseio de reivindicações sociais. Em países como a Colômbia e Honduras, uma parcela do liberalismo manteve tal dilema até quase o final do século XX, embora enredada entre as promessas de reformas e as práticas clientelistas. Essa característica não só ocasionou vinculações sociopolíticas, mas também um intenso intercâmbio de ideias e pessoas por meio de um prolongado encontro entre o liberalismo popular e propostas socialistas.

As ideias socialistas – com distintas origens ideológicas – aportaram na América Latina desde meados do século XIX. Foram introduzidas por imigrantes com experiência política, como também por alguma intelectualidade criolla que trouxe e difundiu ideias e acontecimentos que havia conhecido na Europa, como por exemplo os ideais da Comuna de Paris. Naturalmente, de início primou-se pela divulgação dessas concepções, e só mais tarde começaram as primeiras tentativas de aplicá-las a nossas realidades<sup>13</sup>.

Os grupos de imigrantes criaram organizações socialistas e anarquistas, que se ocupavam das disputas políticas em seus respectivos países de origem, além de diversos periódicos. Esses grupos refletiam as divergências existentes nas distintas correntes do socialismo europeu e suas controvérsias, como as que se travavam

---

<sup>13</sup> O romântico argentino Esteban Echeverría escreveu seu *Dogma socialista* em 1846. Na Colômbia foi fundado um Clube Socialista, em 1849. O jurista chileno Francisco Bilbao fundou, em 1850, uma Sociedade da Igualdade. Durante a primeira guerra cubana de independência (1868-1878) foram criados alguns grupos anarquistas e uma organização sindical dos trabalhadores da fumicultura. Naquela ocasião, desenvolveram-se no México os círculos operários, fundou-se uma liga anarquista e inaugurou-se o periódico *El Socialista*, e em 1884 o mexicano Juan Mata Rivera traduziu o *Manifesto do Partido Comunista*. Em 1887, foi fundado no Chile um partido socialista que em 1890 organizou a primeira greve dos trabalhadores das minas de salitre. Em 1895 foi fundado o Partido Socialista Argentino, que se afiliou à Segunda Internacional; seu mentor, Juan Bautista Justo, traduziu *O capital*, congregou importantes intelectuais da época e incursionou na explicação marxista do papel da ciência e da técnica no desenvolvimento social, mas não nas particularidades da realidade argentina.

entre os anarquistas e socialistas, e depois, igualmente, os enfrentamentos entre a Segunda e a Terceira Internacional. Tais ecos do debate europeu ajudaram a introduzir e esclarecer ideias, refletindo a vocação internacionalista das esquerdas. Contudo, o tema de muitas dessas polêmicas não eram os respectivos problemas nacionais e latino-americanos, mas sim discussões distantes da situação real vivida por nossos povos.

Não poucas vezes a adoção dogmática das correntes socialistas europeias dificultou o reconhecimento de realidades, desuniu forças, obstaculizou a formação de alianças e contribuiu para o mútuo enfrentamento dos simpatizantes das esquerdas latino-americanas. Diante da preeminência ideológica das internacionais europeias, por exemplo, o cubano Julio Antonio Mella alertou sobre a necessidade de identificar as particularidades latino-americanas, e abordar com critério próprio o que cabia fazer em nossos países. Mesmo assim, a militância de Mella se acomodou às orientações da Terceira Internacional e – assassinado em sua promissora juventude – seu precoce desaparecimento não lhe permitiu ver esse dilema resolvido.

No entanto, nos primeiros 30 anos do século XX não faltaram acontecimentos e temas próprios que requeriam ser examinados com novos instrumentos. No Uruguai houve as reformas de José Battle; no Chile, notáveis progressos de organização sindical e política, além da experiência da primeira Frente Popular; na Argentina, as manifestações de Córdoba e uma reforma que se propagou em grande parte das universidades da América Latina. Nesse processo, as realizações práticas se adiantaram ao desenvolvimento de concepções e propostas próprias, que demoravam a ser constituídas.

Por sua vez, a Revolução Mexicana (1910) e o longo processo de decantação de suas opções, sobretudo entre 1913 e o final dos anos 1930, promoveu forte influência no pensamento político latino-americano. Influência que proveio mais do exemplo de seus líderes populares e das ações dos governos revolucionários – especialmente o de Lázaro Cárdenas – que do discurso de seus ideólogos. Uma exceção foi *La raza cósmica*, de José Vasconcelos, cuja original visão dos problemas latino-americanos estimulou o desenvolvimento das concepções nacional-revolucionárias nos demais países do continente.

O processo que irrompeu com mais vigor e estimulou a consciência política da época foi, sem dúvida, a Revolução Russa e os desdobramentos e opções por ela desencadeados, desde 1917 até o advento do stalinismo, que dizimou as lideranças que haviam encabeçado a revolução. Modelo e fonte de inspiração em todo o mundo, na América Latina a façanha bolchevique estimulou a criação de novos partidos de esquerda e a conversão de várias organizações socialistas em partidos comunistas, aprofundando a diferenciação entre essas duas vertentes, fomentando o ativismo de ambas e relegando ao passado as anteriores influ-

ências anarquistas, ainda que muitos de seus militantes tenham conservado saudável espírito libertário.

O movimento iniciado na Rússia que, por algum tempo, pareceu irradiar-se para a Alemanha e parte do Leste Europeu, precipitou a crise da Segunda Internacional e deu origem à Terceira Internacional<sup>14</sup>. Nesse cenário, fomentaram-se debates sobre as novas tarefas revolucionárias, as alternativas dos países coloniais, semicoloniais ou atrasados. De início, o tema incluiu a possibilidade de impulsionar em nossos países a opção nacional-revolucionária, de caráter pluriclassista, que já contava com o exemplo mexicano.

A aliança com os representantes da opção nacional-revolucionária foi debatida nos primeiros anos da Terceira Internacional, como parte da estratégia “terceiro-mundista” defendida pelo russo Nikolai Bukharin. Mas logo o tema foi excluído por não caber na qualificação esquemática das classes sociais e da aliança de classes teoricamente requerida para fazer a revolução. Isso, por sua vez, limitou a capacidade de entender a Revolução Mexicana, a Revolução Boliviana, o peronismo e com eles trabalhar. O conceito foi readmitido nos anos 1960, como o da libertação nacional, à luz dos movimentos de libertação afro-asiáticos e de “processos revolucionários” como os do Peru, da Bolívia e do Panamá.

No entanto, a Internacional Comunista, concebida inicialmente como um foro para a troca de ideias, experiências e solidariedade entre os revolucionários de todo o mundo, tomou posteriormente outra direção. Nos anos seguintes, em vez de orientar, ela passou a tutelar as posições políticas dos seus integrantes e a estabelecer os termos de sua diferenciação diante das demais correntes e grupos da esquerda. Nos anos 1920, isso significou introduzir a palavra de ordem de empreender a luta de “classe contra classe” e a recusar a cooperação com as organizações que não assumissem o papel destacado da vanguarda operária e o objetivo de instaurar a ditadura socialista do proletariado ainda que, em relação a outros temas, essas tendências ou organizações mantivessem certos consensos.

As esquerdas latino-americanas não tiveram parte relevante naquelas tomadas de decisão, mas essas posições assumidas teriam grande incidência sobre a ulte-

---

<sup>14</sup> A primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) foi fundada por Marx, em 1864, e desapareceu em 1878. A Segunda Internacional foi inspirada por Frederic Engels, em 1889, e agregou os partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas europeus. Posteriormente envolvida no dilema de seus membros em participar com seus respectivos países na Primeira Guerra Mundial ou repudiá-la e convocar os soldados para uma insurreição revolucionária, ficou desacreditada e se desintegrou em 1914. Depois da Revolução Russa, seus membros mais revolucionários, liderados por Vladimir I. Lenin, criaram em 1919 a Terceira Internacional (conhecida depois como Internacional Comunista ou *Komintern*). Em 1943, foi dissolvida por Josef Stalin, durante a Segunda Guerra Mundial, como demonstração de disposição da União Soviética para conviver harmoniosamente com as potências ocidentais da aliança antifascista. Anos depois, na época da Guerra Fria, os sociais-democratas, socialistas democráticos e trabalhistas da Europa Ocidental fundaram a Internacional Socialista que, em oposição aos postulados comunistas de revolução armada e ditadura do proletariado, priorizou defender e promover a democracia e empreender reformas sociais graduais e pacíficas.

rior evolução de muitos de seus partidos. As definições adotadas deram margem a divisões entre os que consideravam que a América Latina devia ainda transitar por etapas de amadurecimento sociopolítico e os que postulavam empreender, sem mais demora, uma imediata transformação revolucionária. Em outras palavras, a divisão se dava entre dois grupos. Havia os que chamavam para lutar por uma democratização mais radical e os que optavam por resolver as urgências sociais mesmo que ao custo de prescindir das reivindicações democráticas. E havia aqueles que acreditavam na opção de organizar grandes partidos populares ou que privilegiavam a ação de destacamentos de elite ou vanguarda revolucionária. Tudo isso sem levar em conta que, nas circunstâncias latino-americanas, essas opções não tinham necessariamente de excluir-se entre si, ou que as transições entre umas e outras podiam ser tão fluidas como a diversidade das situações regionais e conjunturas temporárias<sup>15</sup>.

Por fim, a Terceira Internacional, regida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), constituiu-se em instância reguladora que avaliava as condutas de seus membros e até suas querelas internas, conforme parâmetros doutrinários que não refletiam as realidades de nossa América. E, um pouco mais tarde, ela passaria a subordinar suas respectivas atividades à prioridade de defender os interesses estratégicos da assediada República Soviética (ou os de algumas de suas frações dirigentes), até mesmo em detrimento das necessidades e oportunidades de reforma e revolução dos povos e partidos latino-americanos. A prioridade em defender o Estado revolucionário russo – e depois de respaldar as políticas soviéticas – prevaleceu sobre os objetivos originais da Internacional e de seus partidos membros.

## **A participação indígena**

É compreensível, assim, que alguns partidos socialistas, sem ser necessariamente antissoviéticos, preferissem conservar sua independência conceitual e organizativa, apesar do isolamento em que ficaram depois do desaparecimento da Segunda Internacional. Em alguns poucos casos, como o chileno, esses partidos conseguiram manter certa força, porém na maioria das vezes a divisão entre comunistas e socialistas diminuiu os êxitos de ambas as opções e, igualmente, restringiu a possibilidade de desenvolver concepções socialistas próprias ou social-

---

<sup>15</sup> Parte do problema consistiu em que para consolidar a revolução na Rússia era necessário que a revolução irrompesse também nos países mais desenvolvidos da Europa – como se tentou na Alemanha – ou, em última instância, em outras regiões do mundo. Isso pressionou as esquerdas de outras regiões a empreender a revolução, até prematuramente, para confundir a retaguarda dos inimigos da União Soviética. Do mesmo modo, levou a qualificar as esquerdas conforme sua disposição – em tal conjuntura – para insurgir-se posteriormente, para esperar maior acumulação de forças, ou tentar outros caminhos de desenvolvimento social.

-democratas – de orientação marxista, cristã ou outra –, ainda que continuassem sendo reclamadas pela originalíssima riqueza das circunstâncias americanas.

Entre as particularidades de muitos países de nossa América sobressaem as relativas à situação agrária, à questão indígena e à necessária participação de outros setores ou camadas sociais não previstas no legado teórico do socialismo europeu quanto a classes sociais. Por exemplo, as massas de pobres e marginalizados da cidade e do campo que não se ajustam à definição teórica “oficial” de proletariado, ou as dos setores das camadas média que tampouco cabem no conceito de pequena burguesia, mas que em nossa experiência têm constituído importantes sujeitos ou atores revolucionários.

Havia também as questões relativas à heterogeneidade das estruturas socioeconômicas coexistentes e superpostas nessas nações ainda mal integradas, situação agravada pela inserção de enclaves econômicos estrangeiros desarticulados dos demais componentes socioeconômicos e culturais de cada país. A tudo isso se acrescentava uma simplista e dogmática categorização dos modos de produção e de sua “necessária” sequência histórica, o que tornava difícil caracterizar os protagonistas sociais e políticos de qualquer projeto de transformação reformista ou revolucionária.

A persistência de oligarquias pré-capitalistas, o importante peso da economia rural, a precariedade da indústria e do movimento operário, a débil existência e pouca autonomia política das burguesias nacionais, assim como o relevante ativismo da classe média e de suas expressões estudantis e corporativas, colocavam em dúvida várias teses do marxismo dogmático europeu. Por exemplo, a de uma aliança inicial com a burguesia nacional para fazer a revolução democrático-burguesa, ou a de que a possibilidade de liderar as transformações revolucionárias necessariamente devia caber à classe operária e sua vanguarda política. Mesmo assim, porém, a esquematização ideológica da Terceira Internacional, estabelecida para todos os povos do mundo, continuou a ser seguida.

No Peru, muito cedo essas questões foram abordadas pelo liberalismo radical sem que o pensamento marxista tivesse respostas prontas para oferecer, até que José Carlos Mariátegui assumiu o tema. O mais significativo criador do pensamento político latino-americano em seu tempo, Mariátegui, entre outros pontos, rejeitou o determinismo que prevalecia até aquele momento, assim como a consequente “redução do processo histórico a uma mera mecânica econômica”<sup>16</sup> e afirmou que a revolução só podia ser realizada, educando e organizando, mediante a luta de classes, os sujeitos sociais efetivamente capazes de mudar a ordem existente.

Por isso, Mariátegui afirmou que esses sujeitos sociais teriam de desenvolver “a consciência prévia de seu interesse de classe”<sup>17</sup>, um processo cultural que era preciso

---

<sup>16</sup> Em “Defensa del marxismo”, *Obras*, t. 1. La Habana: Casa de Las Américas, 1982. p. 167-168.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 153.

antecipar. E, para os revolucionários, envolvia dois assuntos diferentes, mas complementares: um, conhecer e manejar o marxismo como método de análise e interpretação histórica da sociedade, e, outro, desenvolver a mística própria da missão de lutar pela reivindicação, não só da classe oprimida, mas do conjunto da sociedade<sup>18</sup>.

Na realidade peruana, no entanto, onde encontrar os correspondentes sujeitos sociais? As chamadas “condições objetivas” da revolução socialista não estavam presentes: a economia capitalista não havia se desenvolvido com amplitude, inexistia uma burguesia nacionalista “defensora da economia nacional” e se carecia de uma classe operária com suficiente presença socioeconômica e político-cultural. No âmbito da sociedade tradicional peruana e dos enclaves de capitalismo colonialista, não havia uma nação integrada, mas uma superposição de frações socioeconômicas avizinhas ao longo de uma sequência histórica e territorial distinta daquela descrita por teóricos europeus.

O Peru estava dividido por fronteiras internas, históricas, geográficas, econômicas, étnicas e culturais. E estava segmentado em três zonas socioeconômicas: a costa, com certo desenvolvimento agrícola industrial; a andina, que mantinha a estrutura do capitalismo dependente e subdesenvolvido com reminiscências ou roupagens coloniais<sup>19</sup>; as que se agregavam à selva amazônica, cujos habitantes permaneciam à margem da “civilização”. Cada um dos componentes desse mosaico se encontrava ligado ao conjunto, sem que os sistemas preexistentes tivessem sido eliminados, de modo que sob esses andaimes continuavam vivas as extensas raízes do coletivismo indígena pré-colonial. Portanto, o protagonista da revolução podia ser o povo indígena<sup>20</sup>, deduziu Mariátegui.

Desse ponto de vista, tal como afirmara o liberal Manuel González Prada – de quem tanto Mariátegui quanto Vitor Haya de La Torre foram discípulos –, a situação indígena não era um tema cultural ou filantrópico, mas tinha por base a questão econômica e agrária da partilha da terra. Ao que Mariátegui acrescentou a conclusão de que, para criar outra realidade melhor, seus realizadores devem ser os próprios índios<sup>21</sup>, o grupo social mais explorado e empobrecido do sistema reinante no país ao qual ele mais se dedicou a examinar.

No entanto, permanecia aferrado à ideia de que só a “classe” mais explorada podia oferecer o necessário sujeito da revolução, sem se aprofundar na questão

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>19</sup> De acordo com a esquematização do marxismo dogmático, essa zona socioeconômica era qualificada como estrutura *feudal* ou *semifeudal*.

<sup>20</sup> Por muito tempo o coletivismo indígena foi idealizado sob o nome de “comunismo primitivo”, que desconhecia o despotismo “asiático”, o escravismo e outras formas de exploração das populações mais vulneráveis pelas castas de governantes das principais civilizações da América pré-colonial. Entre elas, as do idealizado império incaico que, à semelhança do azteca e do maia, também foi um “cárcere dos povos”, um opressor.

<sup>21</sup> Em “El problema del índio”, *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México: Editorial Era, 2007. p. 47.

de quanto ainda faltaria para que o heterogêneo mundo dos diversos povos indígenas chegasse a superar sua fragmentação etnocultural e se tornasse cultural e politicamente preparado para fazer e defender solidariamente uma revolução para todo o variado conjunto social do país.

Mais de 70 anos depois da publicação das primeiras contribuições de Mariátegui, os povos indígenas da região andina – que não constituem uma classe, mas um conglomerado de várias etnias e culturas históricas – foram protagonistas de importantes demonstrações de descontentamento social e chegaram até mesmo a derrubar governos sucessivos. Entretanto, eles ainda têm dificuldade para construir uma coesão política, e, paralelamente, continuam formando o conjunto de outros atores populares, a exemplo do proletariado mestiço das zonas urbanas e de trabalhadores migrantes, que também esperam novos projetos de mudança social. Na maioria das vezes, a extrapolação das reivindicações indígenas – ou indigenistas – não contribuiu para facilitar a convergência do potencial revolucionário de ambos os setores sociais mas, ao contrário, acabou por mantê-los em caminhos separados.

O tema ainda está limitado pelas dificuldades da teoria para correlacionar os componentes étnico-culturais e os componentes de classe de uma nação. Em parte, porque a teoria conceitua as classes sociais como campos opostos, mas em que prevalece certa ambiguidade. De um lado, todos os exploradores se solidarizam entre si. De outro lado, todos os explorados, acima de todas as suas diferenças étnicas, tentam realizar aquele mesmo procedimento. Em outras palavras, trata-se de um campo no qual as diferenças de origem étnica deveriam diluir-se. Em contraposição, as filiações etnicistas tendem a manter a diferenciação de cada grupo étnico ante os demais, mesmo que em cada etnia possa existir um ou mais grupos que explorem os seus semelhantes ou se rebelem contra seus abusos.

Essa análise também subestima a questão nacional, tão relevante para o desenvolvimento sociopolítico de países sujeitos a hegemonias estrangeiras – coloniais ou pós-coloniais –, geralmente exercidas por meio de oligarquias locais e regimes atrasados. Para um povo se consolidar e atuar como nação é necessário um processo que inter-relacione as suas diferentes comunidades étnicas e regionais, assim como as classes e camadas sociais interessadas. Isso possibilita não apenas diferenciar seus componentes classistas, étnicos e regionais, mas também compartilhar experiências históricas, construindo uma memória e algumas expectativas em comum.

O “cimento” que aglutina as nações não é a mera soma dos povos que as constituíram, mas sim os intercâmbios que os vinculam e as expectativas que compartilham, as quais dificilmente poderiam ser concebidas isoladamente. A solidariedade que isso propicia é o que confere, em cada circunstância histórica particular, sentido relevante à integração nacional e à defesa de interesses

comuns, autodeterminação e soberania diante da dominação estrangeira e das classes e grupos que atuam como seus associados internos<sup>22</sup>.

Nada disso, porém, diminui o mérito mariateguista, porém, de haver postulado que as revoluções americanas possam ter outros atores – inclusive étnicos –, diferentes daqueles prescritos pela literatura sociopolítica europeia e que para mobilizar esses atores deve-se trabalhar na formação de uma nova cultura política. E de ele ter enfatizado que, na região andina e em outras latitudes da América Latina, a revolução é impossível sem que os povos indígenas participem com os demais explorados<sup>23</sup>. Lamentavelmente, a precária saúde de José Carlos Mariátegui não lhe deu tempo, mediante a atuação do partido que fundara, de levar suas ideias à prática. Essas teses, no entanto, ainda têm grande força no debate ideológico da região andina. Enquanto Mariátegui esteve vivo, lembremos, a Terceira Internacional negou acolhida às suas ideias<sup>24</sup>.

## Capitalismo de transição

O principal adversário político e ideológico de Mariátegui foi seu ex-companheiro Victor Raúl Haya de La Torre. Depois de destacar-se no movimento estudantil e nas universidades populares, Haya foi exilado e temporariamente radicou-se no México, onde conheceu as tentativas e os projetos do nacionalismo revolucionário e fundou a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra)<sup>25</sup>. Embora não tenha conseguido o propósito de fazer dela uma organização política continental, possibilitou ao Peru um novo tipo de partido, de caráter popular, ou seja, inclusivo, sem restrições classistas nem étnicas.

<sup>22</sup> Sem desconhecer que o fator etnocultural, por sua própria natureza e dinâmica, pode sobreviver durante longos períodos históricos, até mesmo em condições de convivência não conflitiva com outras comunidades sociais. E, em determinadas condições, pode igualmente explodir, como repetidas vezes foi demonstrado pela experiência europeia, mais que a latino-americana.

<sup>23</sup> A temática mariateguista abrangeu mais do que o problema indígena, pois também alude a outros grupos sociais americanos que tampouco figuravam no inventário teórico europeu, como as comunidades afro-americanas das Antilhas, da costa continental do Caribe e de outros litorais latino-americanos.

<sup>24</sup> O que não deve surpreender muito. A questão indígena é tipicamente americana e apresenta grandes diferenças dos problemas étnicos e étnico-nacionais na Europa, África e Ásia, o que dificulta generalizações transcontinentais. Embora o colonialismo europeu tenha causado enormes desastres demográficos e culturais aos povos originários da África e da América, o fez de formas diferentes em cada parte (ainda que igualmente genocidas) e provocou consequências históricas distintas. Com frequência, é difícil para as esquerdas europeias compreender a natureza do fenômeno, seja por entendê-lo como uma dívida moral recebida de seus antepassados, seja por considerá-lo consequência do subdesenvolvimento, seja porque o analisa com os antolhos das crises étnico-nacionais europeias. Muitas vezes isso tem contribuído para que talentosas personalidades, movidas provavelmente por certa ingenuidade romântica, tenham cometido notáveis erros de julgamento diante de certos atores “indigenistas” feitos sob medida, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mexicano.

<sup>25</sup> Mariátegui foi um de seus primeiros dirigentes, mas progressivamente se tornou crítico de seus postulados e finalmente se separou para fundar o Partido Socialista Peruano (que depois da morte do autor passou a ser chamado de Partido Comunista), que desde o início foi incansável adversário do aprismo.

Haya de La Torre perseverou em tornar o Partido Aprista Peruano (PAP) uma organização concebida como aliança de trabalhadores urbanos, camponeses, classe média e intelectuais, assim como de representantes da burguesia nacional para lutar contra a oligarquia latifundiária, o capital estrangeiro e o imperialismo. Seu conceito de quem deveria integrar o partido discrepava do modelo adotado pela Terceira Internacional, o qual era aceito por Mariátegui. Contudo, no que toca à estrutura organizativa, La Torre preferiu o sistema de direção e a disciplinada estrutura celular característica do modelo bolchevique, mais adequado para atuar sob as condições de repressão e clandestinidade que imperavam no Peru.

Como primeira tentativa, La Torre apresentou sua proposta como uma revisão do marxismo esquemático, enfatizando que não tinha sentido “inventar” um ambiente europeu para a realidade americana, mas sim descobrir suas verdades, considerando o espaço e o tempo histórico próprios do país. Por exemplo, afirmava que países que haviam transitado por todas as etapas do desenvolvimento histórico, estavam na última fase do capitalismo. Enquanto no caso das nações mais atrasadas, como as da América Latina, o capitalismo havia chegado, desde o primeiro momento, em sua forma imperialista. Por conseguinte, na América Latina o imperialismo havia sido o modo inicial de instalação do capitalismo, anterior ao incipiente desenvolvimento do capitalismo criollo, o qual havia sido condenado a subsistir de forma subordinada.

Enquanto Mariátegui se centrou nos agentes internos do atraso e da dependência peruanos, Haya de La Torre dedicou maior atenção a seus fatores externos. Ambos estavam de acordo, no entanto, quanto à heterogênea composição socioeconômica do país, entendida como uma superposição de estruturas correspondentes a diferentes etapas do desenvolvimento na Europa, acumuladas sobre o antigo leito indígena. Nesse sentido, Haya afirmou que alguns desses componentes superpostos exerciam papéis cúmplices diante da penetração do imperialismo, a exemplo dos “feudos” tradicionais. Eles funcionavam, portanto, a serviço do imperialismo que, por sua vez, “feudalizava” o âmbito social dos investimentos capitalistas.

De acordo com esse diagnóstico, Haya de La Torre propôs desenvolver um novo capitalismo nacionalista, autônomo e com projeção social similar ao que ele havia visto tomar forma no México revolucionário daquela época. Identificou como seu inimigo principal a oligarquia que dominava o Estado, subordinando-o aos interesses estrangeiros. Em consequência, esse capitalismo deveria proceder a uma nacionalização progressiva da riqueza, arrebatando-a do imperialismo para entregá-la àqueles que trabalhassem em benefício do bem coletivo, por intermédio de agências de desenvolvimento. Como etapa prévia ao socialismo, esse nacionalismo capitalista respeitaria a riqueza individual,

oferecendo vasto campo à iniciativa privada que promovesse a desfeudalização – a superação capitalista das reminiscências “feudais” – e o progresso dos povos indo-americanos<sup>26</sup>.

Desde o primeiro momento o aprismo foi alvo de forte rejeição por parte dos partidos da Terceira Internacional. Apesar de coincidir – durante as primeiras décadas – com o discurso antioligárquico e anti-imperialista, e de enfrentar as mesmas ditaduras de direita, entre os partidos identificados com a Terceira Internacional prevaleceu o lema “classe contra classe”. Assim como a prioridade em escolher entre a via revolucionária ou as reformas graduais, que para aqueles partidos já estava definida ao adotarem a primeira alternativa<sup>27</sup>. Assim, qualquer possibilidade de cooperação interpartidária diante de certas realidades e certos adversários, considerados injustos e inaceitáveis pelas duas correntes, foi descartada. Uma divisão que, desde o início, em nada contribuiu para melhorar a organização, a educação política, o destino dos trabalhadores e dos indígenas peruanos, e muito menos dos demais latino-americanos.

Não surpreende ter sido a proposta aprista mais eficiente em captar, imediatamente, as preferências políticas de grande parte da sociedade peruana. Embora durante anos Haya de La Torre tenha dirigido seu partido do exílio. Quando em 1931 pôde regressar ao Peru, em pouco tempo foi eleito presidente da República. Mas, em seguida, foi derrubado pela direita e o aprismo, proscrito. Mesmo assim, em sua longa clandestinidade o partido aprista continuou reivindicando a democracia parlamentar e opondo-se a pegar em armas ou admitir qualquer tipo de ditadura, mesmo que de natureza popular.

Quando, em 1935, diante do crescimento da ameaça fascista na Europa, a Internacional decidiu assumir e promover a política de constituir frentes populares policlassistas com as demais esquerdas e setores democráticos, era demasiadamente tarde. Diante dessa oferta, Haya de La Torre alegou que os apristas já constituíam em si mesmo ampla frente plural, em que os trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, intelectuais, empresários progressistas participavam em conjunto, sem exigir a liderança proletária que vinham, naquele momento, lhe propor. Um debate cujo perdedor foi, obviamente, o povo peruano.

---

<sup>26</sup> O discurso aprista preferiu usar a expressão “indo-americanos” em lugar de “latino-americanos”, e assim enfatizar o aspecto étnico. No entanto, na prática essa expressão se torna imprecisa porque passa ao largo da diversidade das culturas indígenas, entre as quais também houve impérios dominantes e povos subordinados. Além disso, a expressão é restritiva, uma vez que na região há países nos quais o fator indígena tem pouca relevância política.

<sup>27</sup> Como veremos mais adiante, o conceito de partido popular policlassista foi favoravelmente admitido na Terceira Internacional, nos anos 1920. Esse foi o caso do Kuomintang antes de Chiang Kai-shek romper com os comunistas. Depois disso, tanto Stalin como Trotski optaram separadamente pela definição classista – restritivamente operária e camponesa – dos partidos revolucionários.

No entanto, com o passar dos anos, La Torre e seu partido foram se distanciando dos postulados originais e de sua inicial posição anti-imperialista e socializante, adotando, gradativamente, uma política conciliadora com a oligarquia peruana e os governos estadunidenses. Muitas acusações contra o aprismo, que nos anos 1930 poderiam parecer excessivas, começaram a se tornar mais do que justificadas nos anos 1950 – no contexto dos excessos macarthistas<sup>28</sup> e da Guerra Fria. Passado mais de meio século, contudo, ainda cabe perguntar se toda essa deterioração foi exclusivamente endógena – motivada pela tentação de “correr para o centro”, própria de um crescente oportunismo político e eleitoral –, ou se para tal distanciamento também contribuiu a hostilidade intransigente que o movimento comunista e a esquerda radical sempre opuseram ao aprismo em escala nacional e mundial.

As teses de Haya de La Torre foram criadas no calor da experiência revolucionária no México, onde as mesmas premissas depois tiveram formulações similares, ainda que menos conhecidas no continente. Durante o governo de Lázaro Cárdenas, no apogeu do nacionalismo revolucionário mexicano, foram aplicadas políticas nacionalistas e socializantes, desenvolveram-se a reforma agrária e a educação popular, estimularam-se a organização popular e a sindicalização, nacionalizaram-se as ferrovias, a mineração e o petróleo, e promoveu a formação de capital nacional e de um setor estatal da economia.

Nesse ambiente, Vicente Lombardo Toledano organizou a Confederação de Trabalhadores do México (CTM) e a Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL), que durante alguns anos chegaram a ter influência regional. Contudo, Toledano muitas vezes foi criticado sob a alegação de que na prática, apesar do discurso socialista, a proposta sindical e política por ele construída limitava-se a respaldar um desenvolvimento capitalista autônomo com responsabilidades sociais – item por ele considerado condição prévia à elaboração dos objetivos socialistas.

Porém, logo após a conclusão do mandato de Cárdenas, teve início o refluxo. Os subsequentes governos mexicanos contiveram as tendências revolucionárias do processo, e o regime privilegiou a consolidação política, a normalização das relações com os Estados Unidos e o fomento do desenvolvimento capitalista nacional. O Partido Nacional Revolucionário (PNR) que Cárdenas havia liderado passou a denominar-se Partido Revolucionário Institucional (PRI) e, pouco depois, retiraram de Vicente Lombardo Toledano o controle da Confederação de Trabalhadores do México (CTM).

---

<sup>28</sup> Prática política caracterizada pelo sectarismo, notadamente anticomunista, inspirada no movimento dirigido pelo senador Joseph Raymond McCarthy (1909-1957), durante os anos 1950, nos Estados Unidos.

Em 1948, Toledano fundaria o Partido Popular<sup>29</sup>, concebido como uma organização de massas com ideologia marxista e objetivos socialistas para o médio e longo prazos, com uma definição democrática e eleitoral discrepante do modelo leninista de partido de vanguarda e ditadura do proletariado. No entanto, optou pela política de defender o que restava da anterior orientação nacional-revolucionária do país, mas sua escassa independência crítica diante dos governos pós-cardenistas, somada às restrições políticas impostas ao regime político mexicano impediram o crescimento esperado do projeto<sup>30</sup>.

## **Um enfrentamento que se internacionalizou**

Por outro lado, no âmbito internacional, o governo de Lázaro Cárdenas manteve uma consistente política de apoio à República Espanhola perante o levante militar fascista que desencadeou a Guerra Civil (1936-1939). Essa heroica façanha democrática comoveu a sensibilidade internacional e latino-americana, que mobilizou diversos setores sociais em defesa da República, no âmbito do debate político, das iniciativas para recolher víveres para o povo espanhol e suas milícias e com a mobilização de centenas de voluntários latino-americanos para combater nas brigadas internacionais. Na Europa e na América, as esquerdas promoveram alianças antifascistas de caráter inclusivo e plural contra esse levante fascista que, por sua vez, foi apoiado por grandes contingentes militares dos regimes de Adolf Hitler e Benito Mussolini, que o tomavam como espaço para sua expansão política, treinamento de forças e teste do armamento que, pouco depois, empregariam em cenários da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Após a derrota da República, o México deu refúgio a milhares de famílias republicanas, incluindo grande parcela da intelectualidade antifranquista, que constituía a imensa maioria da intelectualidade espanhola. Também a Argentina e outros países da América Latina acolheram milhares de refugiados. Durante as décadas seguintes essa imigração, entre cujos integrantes havia homens e mulheres de todos os matizes das esquerdas, teve ampla influência no desenvolvimento da vida acadêmica, da cultura humanística e da industrialização e modernização

---

<sup>29</sup> Após a morte de Vicente Lombardo Toledano, passou a se chamar Partido Popular Socialista (PPS) e, por certo tempo, disputou o espaço que o desaparecimento do Partido Comunista Mexicano (PCM) deixou vazio, quando se fundiu com outras organizações de esquerda.

<sup>30</sup> Durante várias décadas essas restrições, reais ou supostamente tidas como conspirações da direita, serviram de argumento para as esquerdas ficarem paralisadas e ajudarem o regime, apesar da contínua decomposição moral e direitização dos governos “revolucionários” pós-cardenistas.

do México e de outros países. Do mesmo modo, alcançou influência marcante no desenvolvimento ideológico das esquerdas latino-americanas<sup>31</sup>.

Em 1937, o governo de Lázaro Cárdenas também deu refúgio a Leon Trotski, que fundou no México a Quarta Internacional, em 1938<sup>32</sup>. Do ponto de vista político, as divergências de concepção estratégica que antes haviam motivado Trotski e seus simpatizantes a organizarem na Rússia a Oposição de Esquerda (1928), assim como as subseqüentes decisões soviéticas de excluí-lo da direção do PCUS, de expulsá-lo de seu país e de perseguir seus seguidores, repercutiram em todo o movimento revolucionário mundial, particularmente nos partidos socialistas e comunistas europeus.

Trotski considerava indispensável proceder a uma ininterrupta transformação das revoluções democráticas e das guerras de libertação em revolução socialista, e a uma contínua expansão internacional da revolução. Afirmava que, nas condições de interconexão e dependência mútua entre os países que o imperialismo havia gerado – processo hoje denominado “globalização” –, a revolução só podia sobreviver e ser consolidada caso fosse levada às nações mais desenvolvidas.

Entretanto, após a derrota do levante revolucionário de 1919, na Alemanha, e diante das intervenções estrangeiras e das incursões de exércitos contrarrevolucionários e da grave situação da economia soviética, Stalin impôs a via de consolidar e defender a revolução em um só país, uma vez que a imensa Rússia, já na defensiva, se encontrava demasiadamente exausta para sustentar esse esforço adicional.

Iniciada a perseguição a Trotski, descartou-se a possibilidade de a revolução bolchevique ser estendida em direção ao ocidente europeu mediante uma ofensiva do Exército Vermelho, como ele havia proposto. Da mesma forma, logo foi abandonada a tese de desenvolver a “*revolução permanente*” – a conversão ininterrupta das revoluções democráticas em revoluções socialistas. Supondo-se que esses dois postulados houvessem triunfado em Moscou, a Terceira Internacional teria estimulado seus partidos membros a adotá-los, dando outro viés ao desenvolvimento político dessas organizações.

Sem dúvida, essas teses de Trotski tinham importante valor teórico. Mas essas afirmações teóricas sempre estiveram ligadas à disputa pela liderança e pelo poder, no sentido estrito e amplo da palavra. Vale lembrar de duas críticas que Trotski endereçou a outros dirigentes bolcheviques: a disputa pelo controle do

---

<sup>31</sup> Embora esse robusto contingente tenha enriquecido a cultura política latino-americana em seu conjunto, suas fileiras permaneceram divididas pelas controvérsias entre suas distintas militâncias políticas, principalmente os anarquistas, socialistas e comunistas, e a “esquerda republicana” liberal.

<sup>32</sup> Na qual Trotski procurou agrupar as organizações nacionais dos comunistas e dos revolucionários que decidiram romper com as direções identificadas com o stalinismo e com o governo soviético e separar-se da Terceira Internacional. Após o assassinato de Trotski (1940), a Quarta Internacional foi se dividindo em diversas frações que ainda mantiveram divergências.

poder na União Soviética depois da morte de Lenin, e as denúncias trotskistas acerca da excessiva autoridade pessoal acumulada por Stalin, ao lado da tendência de seu grupo em abusar de métodos autoritários, verticais e burocráticos.

De fato, grande parte da argumentação polêmica desencadeada, ao longo do tempo, entre uns e outros, foi escrita depois da expulsão de Trotski e da perseguição a seus simpatizantes. Sem desconhecer sua notável transcendência conceitual, essa substanciosa polêmica não foi o principal motivo originário da ruptura, mas sim a forma em que ambas as partes em enfrentamento procuraram legitimar as respectivas aspirações. Se fosse apenas um conflito entre duas propostas teóricas acerca da condução e do rumo da revolução na Rússia, na Europa e nas demais regiões do mundo, talvez as consequências dele não houvessem chegado às implacáveis acusações, aos extremos repressivos e aos enormes custos políticos e morais causados à Revolução Russa e ao movimento revolucionário mundial.

De qualquer maneira, no que diz respeito à América Latina, a controvérsia entre stalinistas e trotskistas – nas diversas formas que ela assumiu –, se configurou como reflexo local de uma desoladora controvérsia de ultramar. Uma confrontação que, embora dramática, não versava sobre os problemas e possibilidades de nossa América – veio, no entanto, confundir e dividir as esquerdas latino-americanas por meio de razões diferentes dos interesses, expectativas e opções de seus povos.

Mais tarde, novos eventos nesta e noutras latitudes acrescentariam razões e ressentimentos – em que controvérsias e estilos políticos continuariam se provocando – àquela divergência inicial. O curioso é que alguns velhos temas ainda dão continuidade a essa disputa, mesmo quando suas causas iniciais há muito tempo deixaram de existir, tais como a revolução permanente ou a disputa pelo poder.

Apesar disso, a controvérsia original teve consequências intelectuais e ideológicas significativas. Ela criou oportunidades de rediscutir a natureza e as alternativas da revolução, e das relações do socialismo com as demais correntes políticas. Gerou espaços adicionais de diversidade reflexiva, particularmente entre aqueles que evitaram alinhar-se com a Terceira ou com a Quarta Internacional. E também aumentou a pluralidade ideológica do socialismo, até mesmo entre alguns dos partidos fiéis à liderança soviética.

O trotskismo deu oportunidade, tanto para aqueles que decidiram romper com as políticas soviéticas como para os partidos que as praticavam, de continuar lutando pelo socialismo. Nesse processo, ampliou o campo do marxismo e do socialismo independentes; do marxismo acadêmico – que alcançaria maior influência nas ciências sociais e propiciaria novo desenvolvimento ao pensamento de esquerda, não subordinado às prioridades e ao controle estatal ou partidarista –; e fomentou diálogo mais expressivo com as correntes progressistas distintas do marxismo.

Com o tempo, as fileiras da militância trotskista foram minguando, mas seu

ativismo se posicionou ao extremo das esquerdas, adotando a função de vigilância política e ideológica das demais tendências e condutas, às vezes se esquecendo de combater as direitas. Disso se produziu mais literatura polêmica que prática revolucionária. A pior sequele daquele confronto, porém, foi terem os contendores priorizado a tarefa de destruir seu opositor, em detrimento de sua missão fundamental: promover ideias, forças e entendimento para viabilizar melhores opções socialistas.

## Do bom vizinho à Guerra Fria

A Grande Depressão de 1929 alterou profundamente as condições de trabalho e a qualidade de vida de milhões de pessoas na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, o que exigiu importantes reformas das políticas econômicas e sociais dos países por ela atingidos. Essa crise deu origem a políticas reformistas em alguns países, e em outros a processos de contrarrevolução. Nos Estados Unidos, durante os governos de Franklin D. Roosevelt, as reformas foram desde a adoção do *New Deal* e uma gestão pública caracterizada pelo intervencionismo estatal e pelos programas de assistência social até a diplomacia do bom vizinho, que suavizou as relações com a América Latina e por vários anos substituiu os métodos brutais do *big stick* por políticas de cooperação para o desenvolvimento. Esse ambiente estadunidense e europeu propiciou a difusão do *keynesianismo*, doutrina e estratégia de gestão econômica com maior intervenção governamental e responsabilidade social, que no pós-guerra animaria por vários anos a política social-democrata do **Estado de Bem-Estar**<sup>33</sup>.

Na Alemanha, onde a esquerda revolucionária havia sido duramente perseguida após a insurreição de 1919, os efeitos da grande depressão extremaram os descontentamentos sociais e tensionaram as divergências políticas. E diante das vacilações da social-democracia e da cisão da esquerda, as discrepâncias foram resolvidas a favor da extrema direita. Exacerbaram-se as tendências racistas e autoritárias tendentes a buscar soluções na disciplina interna, no expansionismo territorial e na exploração colonial, o que culminou na ascensão do nazismo e de seus rápidos e ferozes êxitos iniciais.

Em nossa América, o crescimento da ameaça fascista internacional e a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, estimularam a proposta de aliar as organizações progressistas e democráticas e atenuaram as controvérsias dogmáticas e os antagonismos políticos. Aqueles que deviam contribuir para conter

---

<sup>33</sup> O economista inglês John Maynard Keynes, fundador da macroeconomia moderna, afirmou que, para estimular os gastos em investimentos, a poupança total podia aumentar ainda que as taxas de juros baixassem. Também defendeu o emprego de políticas econômicas governamentais mais ativas com o objetivo de estimular a demanda quando houvesse altas taxas de desemprego, aumentando, por exemplo, o gasto em obras públicas. As ideias de Keynes influenciaram o *New Deal*, formulado por Roosevelt, e chegaram a se tornar a pedra angular do programa social-democrata, substituindo o ideário que historicamente o havia orientado.

e derrotar o inimigo principal deram-se uma trégua – conciliando-se desde o governo de Franklin Roosevelt até os comunistas latino-americanos – e concentraram esforços no objetivo principal de derrotar o fascismo<sup>34</sup>.

Em 1943, Stalin dispôs-se a dissolver a Terceira Internacional, como um gesto conciliador com as potências ocidentais. Dessa forma, os partidos que a integravam ficaram privados do que ainda se mantinha como espaço para o debate horizontal entre seus membros, em benefício de maior hegemonia vertical do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Entretanto, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a vitória antifascista renovou o prestígio soviético, ao qual se somaria o desenvolvimento do chamado campo socialista e, pouco depois, o triunfo da Revolução Chinesa, em 1949. Por breve período, a hostilidade anticomunista amainou e a curiosidade pelo trabalhismo britânico e pelo socialismo francês estiveram em voga na América Latina.

Durante os anos iniciais do pós-guerra, em vários países latino-americanos o clima político de vitória antifascista e a distensão ainda facilitaram alianças entre as esquerdas e o liberalismo popular. Seu intuito era democratizar a institucionalidade política e alcançar reformas sociais, tais como o voto feminino, a jornada de oito horas, o direito a férias, o estabelecimento de institutos de seguridade social. Isso ficou demonstrado nas frentes populares ou patrióticas organizadas naqueles anos, e nas avançadas constituições políticas adotadas entre 1946 e 1949. Prevalcia um ambiente democrático que logo seria bruscamente arrasado por ditaduras, cujos pretextos anticomunistas eram característicos da Guerra Fria, entronizadas ao longo das décadas de 1950 e 1960<sup>35</sup>.

Enquanto durou a lua de mel derivada das alianças antifascistas, subsistiu a percepção de que a convivência pacífica entre Estados Unidos e União Soviética pudesse ter evolução duradoura. Earl Browder, secretário-geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, promoveu essa tese, considerando que a revolução socialista não figurava na agenda imediata do país nem da região. Modelando a luta de classes, no entanto, uma política de cooperação com os setores progressistas da burguesia podia facilitar o prolongamento dessa convivência e impulsionar reformas adicionais, tal como se havia visto durante a experiência do *New Deal*. Sob a liderança de Earl Browder, o Partido Comunista dos Estados

---

<sup>34</sup> A política do bom vizinho e esse espírito conciliador não apenas distenderam relações entre a América Latina e os Estados Unidos, como também propiciaram que alguns veteranos partidos reformistas – como a Apra e a venezuelana Ação Democrática (AD) – abandonassem definitivamente seu anterior discurso anti-imperialista e socializante, valendo-se do argumento de que o imperialismo havia mudado. Dali em diante, acomodaram-se às políticas estadunidenses, por meio de uma conciliação que perdurou até quando, após a guerra, a boa vizinhança foi abruptamente substituída pelo macarthismo e pela Guerra Fria.

<sup>35</sup> Vale destacar que em 1948 foi criada a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). A Cepal contribuiria com o arcabouço conceitual e técnico, de espírito terceiro-mundista, que Raúl Prebisch e outros inspiraram para os países latino-americanos, e mais tarde nutriria a política econômica e social dos regimes nacional-revolucionários dos anos 1960 e 1970.

Unidos (CPUSA) chegou até mesmo a ser um dos grupos legalmente inscritos como membros da ala esquerda do Partido Democrata.

Essa concepção – na América Latina conhecida como *browderismo* – atraiu numerosos simpatizantes entre os comunistas e socialistas latino-americanos. Estimulado por ela, o Partido Comunista da Colômbia substituiu seu nome por Partido Socialista Democrático (PSD); o Partido Comunista de Cuba, por Partido Socialista Popular (PSP); e o Partido Comunista do Panamá, por Partido do Povo (PP), entre outros casos.

Contudo, ao desencadear-se a Guerra Fria – com o agravante inicial do macarthismo e da “caça às bruxas” nos Estados Unidos, e suas réplicas na América Latina –, os aliados de épocas anteriores se converteram em raivosos perseguidores. A direção soviética reagiu recrudescendo a confrontação política e ideológica. Em consequência, o browderismo foi denunciado como forma de capitulação reformista<sup>36</sup>, os socialistas e os sociais-democratas foram acusados de colaboradores do imperialismo, e vários partidos dessa vertente optaram por declarar-se anticomunistas. Por sua vez, na Europa Ocidental, em 1951 foi constituída a Internacional Socialista, que com perfil social-democrata, orientado ao Estado de Bem-Estar Social, passou a preencher o vazio deixado pela desaparecida Segunda Internacional.

Sob a obsessão anticomunista, Washington adotou velhos e novos ditadores – os Trujillo, Somoza, Pérez Jiménez, Stroessner e Batista, entre outros –, especialmente nos países da Bacia do Caribe. Durante o período subsequente, nessa região ficaram em primeiro plano as lutas para recuperar a democracia representativa liberal, o que seria, durante vários anos, um dos principais empenhos das esquerdas.

Na América Latina, a Guerra Fria impôs um forçoso alinhamento de quase todos os governos e partidos com as posições de uma das superpotências e de seu campo de influência; a maioria deles ficou sob a regência dos Estados Unidos. Durante vários anos, os minguados esforços temporários de neutralidade e de adesão ao Movimento de Países Não Alinhados (MPNOAL) só puderam expressar uma aspiração simbólica e não uma real capacidade de execução. Longe da relativa efetividade que o neutralismo alcançou no âmbito afro-asiático, à sombra da Guerra Fria, cada processo ou regime político latino-americano imediatamente foi qualificado e tratado conforme sua suposta ou efetiva filiação a um ou outro daqueles campos de influência.

Dessa maneira, o comunismo recebeu o estigma de pior inimigo da democracia, enquanto o anticomunismo foi identificado com a garantia da segurança nacional e regional, em detrimento da própria democracia, em “defesa” da qual se

---

<sup>36</sup> O próprio Browder foi deposto e expulso de seu partido, o que não o livrou de ser convocado, em 1950, a depor ante o temido Comitê de Atividades Antiamericanas do senador McCarthy.

justificou o apoio a cruéis ditaduras pró-estadunidenses. Infames tiranias foram sustentadas por Washington e apoiadas pelos conservadores locais em nome da “democracia”, como alternativa à interpretação macarthista do comunismo.

Contudo, apesar da atmosfera anticomunista dominante, repetidas vezes a resistência às ditaduras e os esforços para recuperar a democracia liberal proporcionaram convergências e cooperações eventuais entre as esquerdas e setores dos partidos reformistas e liberais. Nela também foi promovida uma cultura política de defesa da democracia diante de qualquer autoritarismo, apesar das limitações que essa democracia pudesse ter. E, sob esse clima opressivo, ainda que as esquerdas da época não tivessem a capacidade de realizar a revolução, foi indiscutível o mérito de suas lutas para defender ou recuperar os direitos democráticos e para organizar e mobilizar seus quadros. A queda de cada um daqueles ditadores se tornou possível pelo clima de mobilização social, levado a cabo principalmente pelas esquerdas, mesmo não sendo elas as beneficiárias de seu êxito.

Nesse contexto, comunistas, socialistas, nacionalistas revolucionários e simpatizantes de outras correntes de esquerda contribuíram decisivamente para recuperar alguns dos avanços sociais e políticos consagrados nas cartas constitucionais, que vários países latino-americanos conquistaram na época do pós-guerra e que foram revogados sob as subseqüentes ditaduras.



## **Capítulo 2**



## **América do Sul: reforma e revolução**

Nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial – em que a Europa mergulhou no conflito, os Estados Unidos concentravam-se no esforço bélico, havia alta demanda de matérias-primas e redução do acesso da América Latina aos insumos de fabricação estrangeira –, afrouxaram-se as rédeas imperialistas sobre a nossa América e ampliaram-se as oportunidades de industrialização e de produção rural destinadas a substituir importações. Em vários países latino-americanos, uma burguesia industrial saiu da crisálida; em outros, solidificou-se a mineração. Em ambos os casos, a classe operária se fortaleceu em número e importância: uma massa de camponeses e assalariados rurais voltou-se para o trabalho em fábricas e minas e, igualmente, o sindicalismo e a demanda de direitos trabalhistas e sociais tomaram vigor inédito.

Esse espaço de maior autodeterminação e iniciativa latino-americanas manteve sua própria dinâmica e se prolongou por mais alguns anos além do pós-guerra. Como expressão de tal tendência e imprimindo novo caráter às anteriores alianças antifascistas, as frentes populares – por sua convocação policlassista e plural – redobram suas mobilizações para enfrentar os regimes oligárquicos, reivindicando reformas institucionais e sociais. Em vários países, isso continuou acontecendo até mesmo durante os primeiros anos da Guerra Fria, apesar do macarthismo que acompanhou seu início. Essa oportunidade histórica, porém, foi mais bem aproveitada em alguns lugares do que em outros.

Desde a invasão da União Soviética pela Alemanha, os partidos comunistas da América Latina levantaram a bandeira de evitar enfrentamentos classistas contra as burguesias locais e as empresas estadunidenses e britânicas, com o intuito de respaldar o esforço bélico comum contra as potências do eixo nazifascista. Essa

bandeira de luta, com a qual o discurso do *browderismo* era coerente, manteve-se em vários casos, mesmo depois da rendição alemã, em benefício da reconstrução soviética e europeia. No entanto, essa contenção das demandas populares desperdiçou o período em que os Estados Unidos e as empresas estrangeiras estavam mais propícias a concessões, disposição que terminou a partir da Guerra Fria, quando as demandas passaram a ser reprimidas.

Nesse marco, no início dos anos 1950, dois grandes movimentos nacionalistas e reformadores enraizados na jovem oficialidade militar, com amplo respaldo popular ou operário e participação de segmentos da classe média e do empresariado nacional, chegaram a ter importante e duradoura projeção social: o peronismo<sup>1</sup> na Argentina e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)<sup>2</sup> na Bolívia. De alguma forma, ambos os processos encontraram no Brasil um precedente no trabalhismo liderado por Getúlio Vargas<sup>3</sup>, que, embora tenha se desenvolvido em período anterior, logo trocava experiências com eles.

Nos três casos foram projetos sociopolíticos de perfil antioligárquico, populista, corporativo e estatizante que, com o apoio de uma parte da oficialidade militar, das organizações operárias e massas populares, impuseram diversas reformas. Elas tiveram por finalidade modernizar o Estado e atribuir-lhe responsabilidade de assistência social, de promoção do nacionalismo econômico e de fortalecimento da soberania nacional e, ao mesmo tempo, ampliaram o movimento sindical, os direitos trabalhistas e o sistema de seguridade social. No entanto, foram processos que ganharam a adesão da maioria popular e operária em detrimento das esquerdas previamente estabelecidas<sup>4</sup>. Mantiveram tamanha heterogeneidade de classe e ambiguidade político-ideológica que foi difícil para as esquerdas identificar o caráter dos movimentos.

A visão doutrinária que predominou em tais esquerdas, e sua esquemática identificação das classes sociais e da militância classista, dificultou-lhes perceber as potencialidades antioligárquicas e nacional-libertadoras que davam vida a

---

<sup>1</sup> A liderança política do coronel Juan Domingo Perón se tornou notória desde 1943, quando ele ocupou a Secretaria do Trabalho e estimulou o movimento sindical. Como presidente da Argentina, seu primeiro governo começou em 1946.

<sup>2</sup> O primeiro governo do nacionalismo revolucionário boliviano teve início em 1946, com a eleição do presidente Gualberto Villaroel. No ano seguinte, ele foi assassinado e pendurado em frente ao Palácio por uma turba contrarrevolucionária, que logo instalou um governo de fato, de direita. Assim, a revolução boliviana foi postergada até 1952, quando seria encabeçada pelo MNR, liderado por Victor Paz Estenssoro.

<sup>3</sup> Getúlio Vargas presidiu o governo provisório (1930-1934), o subsequente governo constitucional (1934-1937), instituiu o Estado Novo (1937-1945) e foi deposto por um golpe militar. Posteriormente, em 1950, foi eleito presidente e, em 1954, ainda no exercício do poder, cometeu suicídio.

<sup>4</sup> Principalmente os socialistas e comunistas identificados com os legados doutrinários tanto do marxismo soviético como da Segunda Internacional. Embora se definissem como partidos da classe operária ou de sua vanguarda revolucionária, não eram vistos como tal pela maior parte dos trabalhadores, muitos deles egressos do meio rural, ou mais interessados em lutar por reivindicações locais do que em qualquer filiação internacional.

esses fenômenos. Assim, não puderam desenvolver melhor interpretação de sua natureza e colaborar com a massa de seus seguidores. Embora por várias vezes aquelas esquerdas os tenha tachado de semifascistas – qualificando-os segundo a conduta de sua ala direita e/ou por seu modo de interpretar a situação internacional –, em cada um desses movimentos locais também se forjou uma corrente de nacionalismo popular ou uma *esquerda nacional*.

Em um caso ou outro, essa corrente assimilou muitas concepções de origem socialista – adotando-as com espírito liberalista centrado em expectativas nacionais –, embora distantes dos partidos comprometidos com as esquerdas internacionais. No Brasil, e até alguns anos anteriores na Bolívia, isso se reproduziu em partidos ou correntes herdeiras daqueles movimentos<sup>5</sup>. Na Argentina, voltou a se apresentar na esquerda peronista, que ainda tem dificuldade para dialogar e cooperar com outras correntes da esquerda, nas quais persistem os velhos preconceitos antiperonistas.

Uma das causas dessa lamentável desconexão entre os partidos socialistas e comunistas da época e os movimentos nacional-populares foram discordâncias entre eles quanto à primazia do fator nacional – item que ocupava papel protagonista nas concepções ideológicas daqueles movimentos. Ao contrário, as posições dos partidos subordinados às Internacionais de matriz europeia davam prioridade ao fator classista e a seu perfil mais global do que nacional.

Embora ambos os fatores possam se entrelaçar conceitual e politicamente, a tradição teórica das esquerdas europeias é internacionalista e, geralmente, não tem atendido aos grandes temas – e a orientação política – da questão nacional e dos correspondentes nacionalismos. Na prática, isso significa descuidar do tema e deixá-lo ao encargo das direitas. Durante o centralismo soviético, as delicadas questões de convivências nacionais – étnicas, linguísticas, culturais – foram muitas vezes dissimuladas em vez de serem reconhecidas, estudadas e na medida do possível resolvidas. Tal recusa acabou por constituir um dos principais fatores de desintegração territorial da União Soviética.

No entanto, para os povos que se libertam do colonialismo, mas que ainda padecem de frágil integração interna e enfrentam oligarquias associadas às anteriores ou subseqüentes hegemonias estrangeiras e despotismos locais, os valores nacionais e patrióticos e seu peso na formação do pensamento e de projetos próprios se destacam em primeiro plano. A identidade nacional, a caracterização e defesa do que se considera o interesse nacional – isso que os peronistas chamam de “o fator nacional-popular” –, princípios que exaltam a missão de

---

<sup>5</sup> No Brasil, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), organização nacionalista de esquerda fundada por Leonel Brizola. Na Bolívia, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e sua cisão, o Movimento Bolívia Livre (MBL), ambos já degradados e desvanecidos.

libertar-se das tutelas estrangeiras e das estruturas internas a elas associadas, são categorias predominantes<sup>6</sup>.

Para esses povos, no processo de formação da sociedade política – a coletividade estável em que se estruturam e desenvolvem a luta de classes e as atividades políticas –, é necessário identificar na prática suas classes e seus agrupamentos sociais. Assim como suas prioridades, e os objetivos que representam e lideram o interesse geral da nação, do conglomerado nacional, uma vez que a sociedade existe como sociedade nacional. Igualmente é preciso identificar e descartar as classes e grupos beneficiários e representativos da ordem anterior à libertação nacional e política. Um processo que implica não só enfrentamentos e mudanças na ação e no poder sociopolíticos, como também mobilizações culturais – ou *contraculturais*. Isto significa empreender esforços tanto para colocar em prática um conjunto de novas ideias e preferências como também para desafiar e derrotar as precedentes, como condição necessária para conduzir e consolidar a mudança da situação material.

E, ao mesmo tempo, não significa dizer que nos primeiros anos da Terceira Internacional houvesse faltado melhor análise das alternativas da libertação e revolução nacionais nos países sob situação colonial ou semicolonial, ou subordinados à hegemonia estrangeira. Já em 1927, por exemplo, o pensador e ativista indiano Manabendra Nath Roy, mais conhecido como M. N. Roy, defendia a tese de que o conceito europeu de *revolução democrático-burguesa* não se adequava às realidades daqueles países. Em seu lugar, propôs o de *movimentos nacionais revolucionários*, impulsionados por partidos populares representativos dos operários, camponeses e pequena burguesia, e capazes de cooperar com outras classes sociais na conquista de objetivos de libertação nacional que se antecipariam à revolução propriamente dita<sup>7</sup>.

Nesse contexto, reconheceu-se como modelo para essa alternativa o Kuomintang, da China<sup>8</sup>. No entanto, após o sangrento expurgo anticomunista ordenado por Chiang Kai-Shek, o conceito de partido nacional popular policlassista foi descartado, criticado tanto por Trotski como por Stalin, exigindo

---

<sup>6</sup> Para um exame mais detalhado, ver CASTRO, Nils. Cultura nacional y cultura socialista. In *Cuadernos Casa*, n. 18. La Habana: Casa de Las Américas, 1978. Igualmente: *Cultura nacional y liberación*, San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 1979. E ainda Tareas de la cultura nacional, *Nueva Sociedad*, n. 49. Caracas: <www.nuso.org>, jul-ago. 1980.

<sup>7</sup> Esta opinião foi acolhida favoravelmente por Lenin, que visualizava a possibilidade de a revolução no Oriente compensar o vazio de sua frustração na Europa.

<sup>8</sup> Kuomintang, Partido Popular Nacional da China, organização nacionalista e socialista moderada, criada por Sun Yat-sen em 1912, mediante a união de vários grupos revolucionários. Em seu primeiro congresso (1924), incluiu os comunistas, os quais, em seguida, conseguiram importante influência na direção. Após a morte de Sun (1927), passou a ser dirigido pela ala militarista, encabeçada por Chiang Kai-shek, que, no ano seguinte, ordenou o expurgo dos comunistas, massacrados após a insurreição em Xangai e em outras cidades.

o restabelecimento do protagonismo do proletariado, sem mais alianças de classes, salvo a dos operários e camponeses. Um pouco mais tarde, por iniciativa de Stalin, M. N. Roy foi destituído de sua posição na Internacional e expulso da União Soviética, sob a acusação de haver colaborado com a Oposição de Esquerda. No entanto, na América Latina, os pontos de vista de Roy encontraram eco no nacionalismo revolucionário mexicano<sup>9</sup> e, à sua maneira, no aprismo e no movimentismo boliviano.

## Os movimentos nacional-populares

Naquelas premissas, e na sagacidade política de carismáticas lideranças locais, enraizou-se o êxito dos movimentos nacionais antioligárquicos, assim como sua propensão espontânea a subtrair massas – as operárias incluídas – dos partidos das esquerdas tradicionais da época, conceitual e politicamente identificadas com as Internacionais.

### O getulismo

No Brasil, esse foi o caso do *getulismo*, cujo nome se originou de seu líder, o gaúcho Getúlio Vargas, que denominou de *trabalhismo* o movimento liderado por ele. Chefe de governo a partir de 1930, Vargas promoveu a modernização do Estado, estimulou a sindicalização dos trabalhadores e instaurou o voto feminino. Em 1935, derrotou um levante comunista e, em 1938, um motim *integralista* (fascista), e proscreeu ambos os partidos. Como líder do *Estado Novo* (1937-1945), introduziu a profissionalização do serviço público e a jornada de oito horas, promoveu o nacionalismo econômico e fundou grandes empresas públicas destinadas a impulsionar a industrialização, entre elas a Companhia Siderúrgica Nacional.

Derrubado por um golpe militar, voltou ao governo pelo voto popular em 1950 e, em 1954, suicidou-se no Palácio do Catete, em um desesperado esforço para derrotar as pressões da direita e da grande imprensa.

Poucos anos depois, os sucessores de Getúlio Vargas voltaram ao governo e iniciaram um projeto de “reformas de base” – reivindicações desenvolvimentistas e nacionalistas que incluíam a reforma agrária – que não demorou a ser abortado por um golpe militar, instigado tanto pela oligarquia quanto pela grande imprensa. Esse projeto foi encabeçado por outro gaúcho, João Goulart, conhecido por *Jango*, herdeiro político de Vargas, que tentou governar com base em uma aliança

---

<sup>9</sup> Antes de incorporar-se à Terceira Internacional, M. N. Roy conheceu o México, onde manteve contato com o caudilho revolucionário Venustiano Carranza e participou na fundação do Partido Socialista, que mais tarde se converteria no Partido Comunista Mexicano (PCM).

entre o *trabalhismo*, os sindicalistas e os partidos de centro. Abandonado pelos centristas, procurou apoio da esquerda, mas sem conseguir evitar o golpe teve de se refugiar no Uruguai e na Argentina, onde recebeu o apoio do presidente Juan Domingo Perón. Morreu em 1976, no exílio – suspeita-se de que houve o envolvimento de agentes da ditadura brasileira na morte de Jango.

## O peronismo

Em termos gerais, um projeto e conquistas similares aos de Vargas podem ser assinalados, na Argentina, no primeiro governo de Perón. Contudo, o *peronismo* chegou a se atribuir um perfil sociopolítico e doutrinário mais definido do que o do *trabalhismo* brasileiro.

A popularidade de Perón começou durante seu desempenho como Secretário de Trabalho do governo militar instaurado em 1943, cargo no qual se destacou como promotor do sindicalismo e defensor dos trabalhadores que careciam de organização, os *descamisados*. Foi nomeado vice-presidente e ministro da Defesa por seu carisma popular e sua ascendência nos quartéis. Em 1945, houve uma tentativa de destituí-lo e isso desencadeou a mobilização popular que em seguida o levaria ao poder, acontecimento que abriu um novo capítulo na história argentina.

Pouco mais tarde, como presidente legitimado em eleições, Perón unificou no Partido Justicialista (PJ) os grupos políticos que tinham lhe dado apoio eleitoral, e fortaleceu a Central Geral de Trabalhadores (CGT), duas entidades que foram seus principais baluartes políticos. Seu governo anunciou uma estratégia de desenvolvimento que não seria “nem capitalista nem socialista” e, sobre essa base, nacionalizou os principais monopólios, impulsionou a industrialização – particularmente a que substituíra importações, a siderurgia, a eletrificação, os portos e as ferrovias –, e estimulou a pesquisa científica e tecnológica. Além disso, introduziu o voto feminino e o debate sobre a igualdade da mulher, estabeleceu a educação universitária gratuita e garantiu, por meio da Constituição, os direitos trabalhistas e sociais.

Deposto pela direita militar em 1955, sofreu um longo exílio, durante o qual a esquerda peronista pegou em armas para combater a ditadura. Anos mais tarde, com o enfraquecimento do regime militar, Héctor Cámpora, uma das personalidades mais destacadas da esquerda peronista, reorganizou o peronismo, fortaleceu seu setor juvenil e derrotou a ditadura nas eleições de 1973. Seu ato seguinte foi anistiar os presos políticos e possibilitar o regresso de Perón, convocando novas eleições para que ele pudesse ser eleito à presidência.

De regresso ao país, um envelhecido Perón retornou ao governo, mas excluiu dele a esquerda nacionalista, representada por Cámpora. Com o falecimento de Perón no ano seguinte, o poder ficou em mãos do arrivismo oportunista e da direita do peronismo, que em pouco tempo afundaram o governo no desprestígio,

facilitando, em seguida, a instauração de outra cruel ditadura militar. Com isso, as esquerdas mais combativas – incluindo a peronista – voltaram à resistência armada, e nos anos seguintes foram dizimadas pelo terrorismo de Estado e pelos “desaparecimentos” em massa.

Desse modo, na história social argentina, *peronismo* foi o vocábulo que deu nome a um fenômeno sociopolítico de massas, amadurecido nas camadas populares e encabeçado pela liderança de Perón a partir dos acontecimentos de 1945. Esse movimento social provinha da confluência de dois importantes eixos de reivindicações nacionais e populares. De um lado, expressou a identificação e defesa dos interesses nacionais – e a necessária autodeterminação nacional – diante da hegemonia estrangeira, exercida localmente por uma aristocracia oligárquica. Esta manejava e restringia a administração do país segundo as conveniências das corporações estrangeiras, principalmente britânicas, das quais essa aristocracia era dependente. De outro, o peronismo expressou as reivindicações sociais dos trabalhadores e das massas marginalizadas e espoliadas, que, sufocadas pelo regime vigente no país, não tinham como encontrar opções que lhes permitissem melhorar suas condições de existência.

Tal movimento procurou libertar-se da estrutura oligárquico-imperialista que o oprimia e marginalizava social e politicamente. Mas foi além. Pela primeira vez na história do país, incorporou a massa popular e os operários nas tarefas e decisões sociopolíticas, entrelaçados em dois sentidos: como movimento nacional contra a hegemonia estrangeira e como movimento social contra a exploração oligárquica. Deste último, Eva Duarte de Perón – *Evita*, a primeira esposa de Juan Domingo – foi provavelmente seu maior expoente.

Na época anterior, o sistema político e os partidos que o integravam eram partes funcionais do regime oligárquico, caracterizado por uma concepção e por uma prática política que já vinham sendo superadas pelo desenvolvimento da sociedade. Eis que o peronismo foi constituído nesse terreno e atuou de forma contestatória, como um movimento policlassista de oposição ao sistema político e aos partidos existentes. Esse movimento foi gestado pelas massas, em busca de modos próprios de reorganizar a sociedade, a economia e a política. Foi também Perón que incorporou a esse movimento a burguesia interessada na industrialização – para a qual as condições da guerra e do pós-guerra mundiais ofereciam oportunidade privilegiada –, assim como o setor da classe média empenhado em encontrar um modelo de desenvolvimento moderno, capaz de superar a precariedade dos serviços pessoais e burocráticos. Portanto, o regime assumiu uma estrutura dual, em que a liderança peronista, com o controle dos instrumentos governamentais, podia pautar e regular os equilíbrios e os cursos de ação acima dos componentes que lhe davam base: o burguês e o operário. E, ainda, conseguia contrabalançá-los, sem ter de se submeter a um ou a outro.

Em suas respectivas circunstâncias, Marx e Trotski denominaram esse fenômeno de “*regime bonapartista*”<sup>10</sup>.

Não obstante, esse movimento social, que em dez anos transformou profundamente a Argentina, também motivou uma resistência opositora e ousada. Nela, reuniram-se conservadores, liberais, membros da Igreja, socialistas e comunistas. Isso porque a nova nação promovida por esse movimento nacional e popular abria caminhos em um país no qual a velha classe dominante e seus poderosos sócios estrangeiros permaneciam. Tanto que nos anos seguintes aquela oligarquia e seus sócios externos ainda continuariam recorrendo aos generais para que suas tropas viessem socorrê-los e tirar suas castanhas do fogo.

### **O movimentismo**

No que diz respeito à Bolívia, a Revolução de 1952 constituiu uma das experiências mais notáveis da época, tanto pelas transformações alcançadas como por suas consequências políticas e conceituais. Diferiu dos casos argentino e brasileiro pelo fato de que naquele país a possibilidade de empreender um processo de reformas com base no governo tinha sido previamente suprimida em 1946, quando houve a deposição e assassinato do presidente Gualberto Villarroel. Assim, o que irrompeu sete anos depois foi uma verdadeira revolução.

No entanto, comunistas e trotskistas consideravam o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) fascista<sup>11</sup> e, portanto, não o tinham como opção de esquerda. Assim, na hora da verdade ficaram desconcertados diante dos acontecimentos e assistiram à passagem da revolução sem poder influir em seu curso. Isso também contribuiu para que o processo político estancasse e, posteriormente, retrocedesse, uma vez que os principais dirigentes do MNR se deram conta de que haviam desencadeado uma revolução que ultrapassava em muito

---

<sup>10</sup> Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx chamou bonapartismo à situação sociopolítica em que Napoleão, o Pequeno, contou com o respaldo temporário de dois setores sociais, uma parte da burguesia e outra do proletariado. Por diferentes motivos, essas duas bases coincidiam em apoiá-lo, ainda que se opusessem em outros assuntos. Esse suporte dual permitiu àquele governante ter relativa autonomia com respeito a ambas, e, ao mesmo tempo, contrabalançá-las entre si para impor medidas que de outro modo a oposição poderia bloquear. Não obstante, o conceito de bonapartismo posteriormente foi extrapolado e desfigurado por sua aplicação indiscriminada a demasiadas conjunturas políticas diferentes, sobretudo por alguns seguidores de Trotski. Contudo, a noção se ajusta às experiências de Vargas e Perón, que por vários anos dispuseram do apoio tanto da burguesia industrial como do sindicalismo operário, o que serviu para manter sobre ambos uma liderança messiânica e implementar reformas que de outro modo teriam sido impossíveis. Até o dia em que, à similitude do que aconteceu a Napoleão, o Pequeno, a burguesia retirou de ambos esse apoio e os deixou cair. E nem Vargas nem Perón permitiram ao movimento operário constituir uma organização política independente, com objetivos próprios, como bem o destacaram alguns críticos socialistas. Permitir que esse movimento organizasse sua própria direção política poderia significar perder o controle sobre ele. Vargas e Perón preferiram afundar politicamente a conceder essa emancipação política. Isso abriu caminho à opção contrarrevolucionária.

<sup>11</sup> Tal como fez o Partido Comunista Argentino ao desqualificar o peronismo, o que o impediu de dispensar adequado tratamento a esse fenômeno. O trotskismo argentino, por sua vez, o avaliou mais apropriadamente.

suas intenções iniciais e, usando uma expressão popular, “quiseram colocar o gênio de volta na garrafa”.

Paradoxalmente, aspirando ganhar posições em um movimento social que havia tomado corpo sem eles, em 1964 comunistas e trotskistas apoiaram o golpe do general René Barrientos contra o presidente Víctor Paz Estenssoro, que tentava retroceder a revolução. Barrientos, no entanto, em lugar de retomar o processo como eles esperavam, passou a reprimir mineiros e estudantes revolucionários, instaurando uma ditadura de direita pró-estadunidense.

Tais desencontros entre o projeto nacional-libertador, o projeto de desenvolvimento social e o projeto democratizador – e entre seus respectivos atores – acabariam aumentando na Bolívia as instabilidades e contradições próprias de uma revolução inconclusa. Mesmo assim, derrotada a oligarquia, nacionalizadas as minas e realizada a reforma agrária, o país não voltaria a ser o mesmo.

## **Anos 1950, da Guatemala à Venezuela**

Na América Central e ao norte da América do Sul, devemos lembrar outras quatro experiências ocorridas na década de 1950, que iniciaremos com o caso da Colômbia. O esforço de Jorge Eliécer Gaitán, na Colômbia, para reformar as causas estruturais do atraso e da violência sociais e políticos, com base em um liberalismo popular de vocação socializante, teve um desfecho dramático. Líder indiscutível do partido majoritário, Gaitán foi assassinado em 1948, às vésperas das eleições em que estava claramente destinado a ganhar.

Com esse ato brutal destruiu-se um processo que se encaminhava para encerrar pacificamente os assuntos pendentes da revolução liberal ou, em outras palavras, da *revolução democrático-burguesa*. Em seu lugar, o crime desencadeou uma imprevista, espontânea e enorme sublevação popular – conhecida como *Bogotazo* – que não chegou a tomar o governo nem a transformar o país, porque careceu de condução e estratégia político-partidária. Esse trauma social, além de fechar as portas a toda expectativa reformadora e desencadear uma perseguição contra o liberalismo popular e contras as esquerdas em todo o país, generalizou uma interminável brutalidade política – também conhecida como *A Violência*. Esses fatos estimularam a cooperação entre liberais e comunistas e deram lugar a um movimento guerrilheiro que, transitando por diversas alianças, lideranças, concepções e modos de atuar, mais de meio século depois ainda se mantém. No entanto, essa longa duração deixou sequelas e deformações que o distanciam de suas motivações originais.

Na Colômbia, durante várias décadas, os esforços para construir alternativas políticas foram frustrados por grupos paramilitares a serviço dos grupos dominantes e, por essa razão, no início do século XXI, foi formado um movimento

plural das esquerdas não armadas, o Polo Democrático Alternativo. Entretanto, e em 2006 sua votação tenha ultrapassado a dos partidos tradicionais, ele não tem conseguido manter-se coeso como força política unificada.

Outra difícil experiência foi a derrubada do governo democrático do coronel Jacobo Arbenz, na Guatemala, resultado de uma invasão mercenária abertamente patrocinada pelo governo dos Estados Unidos, em 1954. Na verdade, a Revolução Guatemalteca mal tinha iniciado uma prudente política de abertura democrática e independência diplomática, modernização do Estado, reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, assim como uma moderada reforma agrária – apesar disso, ela iria afetar propriedades da United Fruit Company, a mais poderosa empresa bananeira estadunidense daquela época. A suspeita de que esses progressos, próprios da época do pós-guerra (além do apoio que os comunistas guatemaltecos tinham declarado ao governo constitucional), pudessem derivar em um alinhamento antiestadunidense bastaram para desencadear a intervenção estrangeira, da qual resultaram prolongadas consequências brutais.

Essa intervenção não encobriu seus autores. Foi organizada por Allen Dulles, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), e a decisão política de cometê-la foi promovida por seu irmão, John F. Dulles, secretário de Estado do presidente Dwight Eisenhower. O segundo dos Dulles era, ao mesmo tempo, um dos principais acionistas da United Fruit Company, cujos interesses assim ficaram salvaguardados não só na Guatemala, como em toda a América Central. No ano anterior, a CIA já tinha orquestrado o golpe militar que depôs o premiê do Irã, Mohammed Mossadegh, para devolver a indústria petrolífera iraniana às corporações estrangeiras, depois de nacionalizada pelo governo de Mossadegh.

A intervenção na Guatemala e a longa sequência de governos repressivos e de terrorismo de Estado, interrompeu um processo democrático e modernizador que o governo estadunidense da época interpretou à luz da Guerra Fria, mesmo antes de eclodir a Revolução Cubana. As frustrações assim provocadas prolongaram o arcaico congelamento centro-americano, e deram lugar a sucessivas insurreições guerrilheiras, assim como a uma esmagadora e prolongada estratégia repressiva contra os setores da população que pudessem servir de meio social aos insurgentes, ao custo de centenas de milhares de vidas e de desterrados. Por várias décadas, essa estratégia incluiu o assassinato ou o desaparecimento dos principais líderes dos movimentos progressistas civis.

Ao cabo de 35 anos de combate, a guerrilha se desmobilizou depois de negociar um conjunto de reformas sociais e políticas – as quais, em grande parte, não foram cumpridas. No entanto, a violência extrajudicial de direita continuou e o país viu frustrada sua melhor oportunidade de modernização.

Na Costa Rica, ocorreu a cautelosa Revolução de 1948, geralmente atribuída à social-democracia desse país. A revolução impulsionou reformas significativas de

perfil progressistas –as chamadas “garantias sociais” na Constituição costarricense desde essa época –, mas evitou colidir com a política estadunidense da Guerra Fria. Essas reformas tinham sido adotadas anteriormente pela aliança governamental de social-cristãos e comunistas. Em seguida enfrentou um levantamento armado que, finalmente, conseguiu derrubar quem as implantou. Não obstante, o pacto firmado para pôr fim à guerra civil incluiu não só a capitulação do governo, a abolição do exército e a proscrição do partido comunista e de seus simpatizantes, mas também o compromisso de respeitar as tais “garantias sociais”<sup>12</sup>.

Além disso, alguns dos subseqüentes governos, liderados por José María Figueres, ficaram livres para incorporar um conjunto adicional de reformas de perfil social-democrata e ampliar garantias que foram respeitadas; dessa forma, pactuou-se a transferência do governo em 1948, e por quatro décadas essas reformas fizeram da Costa Rica o país socialmente mais avançado da América Central. Assim, paradoxalmente, em uma nação pequena e de pouco interesse estratégico para os Estados Unidos, isso produziu um hibridismo em que o desenvolvimento social-democrata se combinou com uma política exterior ajustada às preferências de Washington e permitiu desenvolver-se sem muito ruído e com relativa tranquilidade. O sistema político bipartidarista, fruto e garantia desse modelo, somente 50 anos depois começaria a esgotar suas possibilidades e a fragmentar-se.

E, finalmente, o caso da Venezuela. Depois das rebeliões em duas importantes guarnições militares daquele país, a articulação de um amplo movimento social, em 1958, conseguiu derrotar a ditadura populista de Pérez Jiménez. Essa vitória foi conseguida pela Junta Patriótica, resultado da combinação dos recursos políticos dos partidos social-democrata, social-cristão e comunista. Mas, logo em seguida, os dois primeiros excluíram o terceiro da negociação do pacto de Ponto Fixo, no qual foram estabelecidos compromissos políticos definidores dos limites institucionais de uma democracia restrita que, além de marginalizar as esquerdas, deixou de realizar as mudanças estruturais mais importantes esperadas pelos setores populares<sup>13</sup>.

Isso permitiu estabelecer um regime de democracia limitada – formal e representativa –, relativamente respeitosa dos direitos civis, numa época em que na América Latina proliferaram ditaduras militares patrocinadas pela política estadunidense de segurança hemisférica. Foi um sistema político excludente para mui-

---

<sup>12</sup> Quando depois os social-cristãos puderam reintegrar-se à vida política do país o fizeram repudiando toda a relação com seus antigos aliados comunistas, que tiveram de permanecer na ilegalidade.

<sup>13</sup> A Junta Patriótica foi liderada pelo jornalista Fabricio Ojeda. Em 1966, ele foi assassinado no cárcere pela polícia política, quando os governos social-democratas de Rómulo Betancourt e Raúl Leoni generalizaram o combate ao débil movimento guerrilheiro dos anos 1960. Esse movimento se desmobilizaria pouco mais tarde, com a anistia decidida pelo governo de Rafael Caldera e o “chiripero” [N. T.: El “chiripero”: denominação dada pelos venezuelanos a um movimento político formado a partir de 1992, para o qual confluíram setores minoritários de direita, de esquerda e de centro, em torno da candidatura de Rafael Caldera].

tos atores e novas lideranças e, ao mesmo tempo, insuficiente para desafogar as demandas sociais de um país com crescente população e complexidade, o que 30 anos mais tarde caracterizaria a Venezuela como uma democracia veterana, mas insatisfatória. Não muito depois, essas restrições e a exigência de reformar o sistema para lhe dar maior abertura participativa determinariam as condutas políticas venezuelanas de final do século XX e início do XXI que deram lugar ao *chavismo*.

As diferentes consequências da revolução guatemalteca e da costarriquense requerem uma observação adicional: no clima da Guerra Fria, ali onde o acontecimento teve apoio do pequeno partido comunista e pareceu ameaçar alguma influente multinacional estadunidense, a qualificação ideológica e a represália contrarrevolucionária foram drasticamente duras. Mas lá onde não havia interesses estadunidenses sob real ou suposta ameaça, Washington dispensou relativa tolerância – justificada, até mesmo, pela proscricção dos comunistas –, ainda que as reformas empreendidas fossem mais audaciosas. Fazendo abstração de suas respectivas características históricas e etnoculturais, a Costa Rica, por um longo período, constituiu-se no país centro-americano com melhor evolução sociopolítica e cultural, e a Guatemala como um dos mais atrasados e opressivos.

## **Do degelo à frustração**

Enquanto isso ocorria na América Latina, outro significativo processo se dava na União Soviética. Três anos após a morte de Joseph Stalin, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, o então secretário-geral Nikita Krushev denunciou os erros do regime stalinista e as atrocidades ocorridas. Também anunciou um processo de reformas destinado a desburocratizar e descentralizar o regime, e a restaurar a legalidade socialista e restabelecer a democracia interna no Partido Comunista. A ocasião foi propícia não só para suprimir os excessos autoritários, o culto à personalidade e os abusos do poder, mas também para criticar o dogmatismo e o esquematismo ideológicos, dar flexibilidade ao debate político e acadêmico, ampliar as liberdades públicas e estimular a criatividade intelectual e científica, indispensáveis tanto para desenvolver o país como para superar os Estados Unidos na arena econômica internacional.

Infelizmente, esse processo – conhecido como “degelo” – logo estancou, em virtude de resistências internas que parte da velha direção do partido e do governo opuseram ao processo de desburocratização e descentralização, muito embora nessa ocasião a União Soviética atingisse suas melhores taxas de desenvolvimento econômico e progresso tecnológico. Dispunha, portanto, de condições materiais e intelectuais apropriadas para desenvolver suas forças produtivas e competir dinamicamente com as potências ocidentais.

Um dos principais argumentos para frear o degelo foi que essa ampliação das

liberdades e a autogestão minguavam o controle soviético sobre os países do chamado campo socialista, e davam oportunidade a crises potencialmente centrífugas, como as ocorridas na Hungria e na Tchecoslováquia, que ameaçaram a integridade do bloco militar dos países membros do Pacto de Varsóvia<sup>14</sup>. Além disso, ocorria um inesperado desentendimento com a República Popular Chinesa, cuja liderança – encabeçada por Mao Tsé-Tung –, não compartilhava o propósito de liberalização e reformas.

Na China, como na própria União Soviética, a direção política considerou arriscado abandonar as práticas centralizadas, autoritárias e dogmáticas do stalinismo, que até então tinham assegurado a coesão desse heterogêneo conglomerado de culturas, interesses e demandas nacionais. Para restabelecer essas práticas na União Soviética, sua direção impôs restrições às reformas anunciadas no XX e no XXII Congressos do PCUS e terminaram frustrando-as, ao extremo de depor Krushev e substituí-lo pelo prolongado estancamento que caracterizaria os tempos de Leonid Brejnev, durante os quais o país soviético deixou desvanecer e perecer a criativa competitividade que já tinha começado a demonstrar.

Ao mesmo tempo, o degelo precipitou uma dramática ruptura de grande alcance com a China de Mao Tsé-Tung, onde algumas práticas stalinistas se radicalizaram em vez de se abrandarem. Ali tinha sido feita uma convocação para acelerar as transformações por meio de um intenso voluntarismo revolucionário – o “grande salto adiante” –, que se combinou com crescentes expressões de ressentimento nacional contra a tutela da União Soviética, da qual até então a China tinha recebido vultosa colaboração.

A controvérsia logo tomou um caráter ideológico de grande intensidade, que deu origem a uma áspera e prolongada polêmica internacional. Enquanto a União Soviética pregava a coexistência pacífica com as potências ocidentais, como forma de criar um ambiente internacional mais adequado para garantir a segurança e a paz – a fim de mitigar a tensão da corrida armamentista, em favor do desenvolvimento econômico –, a China pressionava os povos do Terceiro Mundo a fazer de imediato a revolução e derrotar o imperialismo. Essa controvérsia degenerou em uma agressiva divisão do movimento comunista internacional e, até mesmo,

---

<sup>14</sup> Aliança militar formada em 14 de maio de 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e pela União Soviética, países conhecidos como bloco socialista. O tratado firmado na capital da Polônia, Varsóvia, estabeleceu o alinhamento dos países membros com Moscou, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares. O organismo militar foi instituído em contraponto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), organização internacional que uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos para a prevenção e defesa dos países membros contra eventuais ataques vindos do Leste Europeu. União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Albânia foram os países membros, a estrutura militar seguia diretrizes soviéticas. As mudanças no cenário geopolítico da Europa Oriental no final da década de 1980, com a queda dos governos socialistas, o fim do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e a crise na URSS levaram a extinção do Pacto em 31 de Março de 1991 e representaram o fim da Guerra Fria.

na cisão de muitas organizações comunistas, e até de alguns partidos socialistas.

Embora tenha durado menos tempo e gerado argumentação teórica de pequena envergadura, na América Latina essa divisão teve efeitos mais destrutivos do que os ocasionados pela confrontação entre o stalinismo e o trotskismo. Em nossos países, a denúncia do stalinismo e as mudanças introduzidas pelo XX e o XXII Congressos do PCUS tiveram efeitos cruzados: a maioria dos militantes comunistas assimilou-os e seguiu adiante; outros, além de repudiar os crimes cometidos em nome da revolução, passaram às organizações socialistas ou progressistas desvinculadas ou críticas da União Soviética; e alguns desistiram de continuar militando.

De fato, a militância latino-americana estava bem longe de suspeitar da existência dos abusos e dos crimes stalinistas – acreditava tratar-se de invenções da campanha anticomunista mundial – e, depois do XX Congresso do PCUS, a maior parte dessa militância confiou em que tais erros seriam rápida e definitivamente reparados. Isso, em grande medida, acabou sendo verdadeiro, ainda que outros problemas, como o do regime burocrático, da aversão ao debate crítico, da prestação de contas e da inovação, e o pouco interesse por vias e métodos capazes de avivar a produtividade e a competitividade, continuassem prevalecendo.

Ainda assim, durante longo período a União Soviética conservou amplas simpatias ao redor do planeta, atingidas na época de Krushev graças à sua denúncia do stalinismo e a atitudes valiosas, como a defesa soviética da nacionalização do Canal de Suez diante da invasão anglo-francesa do Egito e o respaldo que a União Soviética outorgou aos movimentos afro-asiáticos de libertação e, particularmente, à Revolução Cubana. Tais fatos mostraram a União Soviética como um contraponto capaz tanto de conter os excessos da hegemonia estadunidense como de solidarizar-se com as causas do Terceiro Mundo.

No plano teórico, no entanto, a crítica ao esquematismo e ao dogmatismo stalinistas abriu portas à revisão de suas demais sequelas ideológicas. No período subsequente, isso estimulou o marxismo acadêmico e sua tarefa investigativa e criadora, assim como a renovação da sociologia, da pesquisa histórica e da filosofia afins ao marxismo, com notável participação de importantes autores latino-americanos. Em especial, nos temas relativos à obra do jovem Marx, ao humanismo marxista, à identificação das particularidades da América Latina e da periodização de suas épocas históricas, e também ao estruturalismo marxista, à “teoria da práxis” e à teoria da dependência<sup>15</sup>.

Não obstante, o desenvolvimento teórico e ideológico das esquerdas dessa

---

<sup>15</sup> Sem pretender fazer desta uma lista exaustiva e completa, sobressaíram Héctor Agosti, Clodomiro Almeida, José Aricó, Rodney Arismendy, Sergio Bagú, Longino Becerra, Agustín Gruta, Orlando Fals Borda, Roberto Fernández Retamar, Pablo González Casanova, Andrés Gunder Frank, Néstor Kohan, Rodolfo Mondolfo, Diego Montanha Cuellar, Rodolfo Puiggrós, Aníbal Quijano, José Revoltas, Darcy Ribeiro, Emir Sader, Adolfo Sánchez Vázquez, Enrique Semo, Ludovico Silva, Ricaurte Costumar, Theotonio dos Santos, Nelson Werneck Sodré e René Zavaleta Mercado, entre vários outros.

época – que incluiu muitos autores que não tinham militância partidária – alcançou êxitos de muito maior relevância do que os conseguidos pelo desempenho político dos partidos. Apesar da efervescência da pesquisa acadêmica e do debate conceitual, esses partidos avançaram pouco no campo organizativo e de inserção social, e na revisão de suas estratégias e métodos de luta. Por longo tempo, permaneceram alienados e distorcidos pelos efeitos da polêmica sino-soviética, que perdurou até o aparecimento da *perestroika* soviética e da virada chinesa para as reformas e abertura econômicas adotadas nos anos 1980.

## Em Cuba, a Revolução

Desde o início da década de 1960, a Revolução Cubana abriu uma nova época na história das ideias e das práticas políticas na América Latina. Sem dúvida, por vários anos foi o exemplo que mais contribuiu para estimular outras expressões criativas do pensamento e da mobilização política das esquerdas latino-americanas.

No final dos anos 1950, durante o ciclo das lutas contra as ditaduras implementadas na Bacia do Caribe após a derrubada de Pérez Jiménez, na Venezuela, seguiu-se a queda do tirano Fulgêncio Batista, em Cuba, derrotado por uma exemplar combinação de resistência urbana e guerrilha rural. Convém particularizar determinadas características desse fenômeno histórico, pois durante o decênio subsequente algumas interpretações a respeito do ocorrido em Cuba serviram para sustentar várias extrapolações e equívocos sobre as implicações teóricas que tal experiência podia ter para o restante da América Latina<sup>16</sup>.

A primeira característica relaciona-se ao fato de Batista ter sido derrubado por uma rebelião de ampla base popular. Suas origens basearam-se em uma resistência urbana de forte inspiração cívica, consistentemente assentada na classe média. A geração que nos anos 1950 iniciava sua participação política tinha avós que recordavam o passado da insurreição *mambisa*<sup>17</sup> e pais que ainda narravam episódios da resistência contra a ditadura de Gerardo Machado e a frustrada revolução dos anos 1930. Além disso, a história das guerras cubanas de independência, e suas motivações, ainda estavam vivas no exemplo e nos escritos de José Martí, cujos textos eram familiares a muitos dos jovens cubanos.

A segunda está ligada a uma das primeiras formas da rebelião, chamada O

---

<sup>16</sup> Estas linhas não pretendem fazer uma análise histórica do desenvolvimento inicial da Revolução Cubana, o que seria tema para outro livro. Aqui abordaremos somente alguns aspectos específicos cuja inexacta interpretação motivou generalizações a respeito do assunto. São eles: o papel dos modelos, os métodos e objetivos atribuídos às esquerdas latino-americanas.

<sup>17</sup> Mambises eram os insurgentes cubanos e seus exércitos, alçados em duas guerras contra o jugo colonial espanhol, 1868-1878 e 1895-1898, sendo que a segunda delas foi convocada por José Martí, que morreu em combate. (N. E.)

*Movimento*, nome informal de vários grupos espontâneos, sem conexão mútua, nos quais os jovens antibatistianos discutiam a situação e buscavam modos de enfrentá-la. Desses grupos, o dotado da mais forte liderança e audácia foi, sem dúvida, aquele que em 26 de julho de 1953, sob o comando de Fidel Castro, assaltou o quartel Moncada, de Santiago de Cuba. Foi uma ação urbana que em seguida proporcionou uma referência, um nome e um líder a todos esses grupos, e pouco mais tarde lhes deu também um ideário, contido em “A história me absolverá”, o discurso com o qual Fidel expôs ao tribunal as razões éticas, históricas e sociais daquela ação militar.

A terceira diz respeito a esse discurso que logo em seguida foi assumido como o Programa de 26 de Julho ou Programa de Moncada, oferecendo uma proposta política de ampla aceitação e mobilização social. Para atribuir-lhe atualmente uma qualificação ideológica teria que chamá-lo de progressista ou, talvez, de social-democrata; suas páginas não sugerem intenções socialistas, mas aludem a importantes reivindicações de amplo interesse social e moral. De outra forma, não teria alcançado a vigorosa adesão que logo se efetivou, em um dos países mais cobiçados, vigiados e penetrados pelos interesses estadunidenses, no qual os preconceitos anticomunistas tinham sido semeados com intensidade e persistência.

Significa que, desde o primeiro momento, Fidel Castro aplicou o que nas palavras de Armando Hart seria um de seus preceitos mais característicos, o de que “*ser revolucionário é fazer em cada momento o mais revolucionário que nesse momento se possa fazer*”<sup>18</sup>.

A quarta refere-se ao fato de a rebelião urbana ter prosseguido enquanto Fidel Castro esteve exilado. Além disso, o fez com maior coerência e efetividade em escala nacional, pois já estava unida a um nome, uma liderança, um programa e um método de ação: os cubanos leais ao legado martiano e às façanhas dos anos 1930 *voltavam* à luta armada. Quando os expedicionários do iate *Granma* desembarcaram em Cuba, o movimento urbano tinha articulação nacional e os esperava: para despistar as forças da ditadura, seus militantes atacaram a tiros a cidade de Santiago de Cuba, a segunda maior do país.

O fato é que esses expedicionários foram dizimados nos primeiros dias e somente um frágil punhado conseguiu reagrupar-se na Sierra Maestra. No entanto, logo depois receberam o reforço de uma coluna de uns 50 jovens portando armas, procedentes da cidade de Santiago. E, apesar de os combatentes das cidades serem mais vulneráveis do que os insurgentes nas montanhas, durante longo período, *El Llano*, a resistência urbana, sustentou Sierra Maestra. Apenas nos últimos dez meses a guerrilha rural se tornou autossustentável, mas nunca contou

---

<sup>18</sup> Essas foram palavras ditas por ele em um diálogo com Armando Hart na sede provincial do Partido Comunista de Cuba, em Santiago de Cuba, no início dos anos 1970.

com um número maior do 1.500 efetivos armados. Quando suas colunas entraram nas cidades de Santiago e Havana, estas já haviam se sublevado.

A quinta característica relaciona-se a um fato decisivo para a vitória. As façanhas militares com as crescentes derrotas do exército tradicional e a *invasão* das colunas guerrilheiras a oeste da ilha foram decisivas para provocar o colapso do regime de Batista e dos grupos socioeconômicos que o respaldavam. Nas serranias, o Exército Rebelde tinha se tornado uma força armada camponesa capaz de concluir a obra dos exércitos mambises. E sua irrupção nos centros urbanos seria determinante tanto para debandar e substituir o exército tradicional, como para decidir a questão do *poder* a favor da corrente mais revolucionária do Movimento, apesar das tentativas de mediar o novo governo com a inserção de políticos da época anterior.

A sexta foi o método de luta adotado que não tinha sido previsto nem compartilhado pelo antigo Partido Comunista. Mas isso não significa que Fidel e seus companheiros mais próximos atuassem sem uma orientação ideológica coerente. Fidel havia lido obras de Lenin e em algum momento recomendou sua leitura a Abel Santamaría, seu vice-comandante; mais tarde, no México, recrutou Che Guevara, que tinha conhecimentos do marxismo.

Uma renovada e original interpretação marxista das possibilidades cubanas – concebida à margem das Internacionais e dos partidos comunistas daquela época – ajudou a conceber o método de luta escolhido, mas não se falou disso mais do que o indispensável. Por exemplo, Vilma Espín, uma das primeiras dirigentes nacionais do Movimento e heroína, não tinha ouvido falar de marxismo até depois de terminada a guerra de libertação<sup>19</sup>.

O primeiro Programa do Movimento 26 de Julho foi redigido pouco depois do triunfo da rebelião, entre outros por José Pazos e Regino Boti. Nele a realidade cubana foi adaptada à estratégia de desenvolvimento que, nessa época, a Cepal – dirigida então por Raúl Prebisch e um grupo de intelectuais progressistas – propunha aos países latino-americanos. De fato, as primeiras iniciativas da Revolução Cubana concordaram com o que esse organismo regional recomendava e instituíram sua aplicação mais radical e completa.

Vamos à sétima característica. Diante da política de agressão contrarrevolucionária desatada pelos Estados Unidos, as grandes nacionalizações e reformas empreendidas nos dois primeiros anos da Revolução foram adotadas sobre a base de sua própria lógica e na força da aceitação social propiciada naquele momento, como ações de legítima resposta em defesa da dignidade do país. Apenas às

---

<sup>19</sup> Ver vários depoimentos sobre estes temas na revista *Santiago*, Universidade de Oriente, Santiago de Cuba, n. 11, junho de 1973, e n. 18-19, junho e setembro de 1975. Os principais depoimentos contidos no segundo volume foram revisados pessoalmente por Vilma Espín, esposa de Raúl Castro.

vésperas da invasão de Praia Girón, em 1961, em que o povo armado esperava o desembarque, as medidas então tomadas seriam qualificadas de socialistas, com intenção deliberadamente socialista.

A oitava refere-se ao fato de que, recém-concluída a guerra contra o regime de Batista, alguns partidos comunistas latino-americanos ainda consideravam os integrantes do Movimento 26 de Julho como “aventureiros pequenos burgueses”. Em 1960, opinando de modo mais razoável, Blas Roca – um dos dirigentes mais notáveis do Partido Comunista cubano anterior à Revolução – caracterizou o que estava acontecendo em Cuba como um processo correspondente a “uma revolução democrático-burguesa nos países coloniais, semicoloniais ou dependentes, ou seja, uma revolução agrária e anti-imperialista”<sup>20</sup>.

Embora nas circunstâncias daquele tempo essas palavras implicassem simpatia pela Revolução, elas revelavam que os partidos comunistas dessa época – até mesmo o cubano – careciam de categorias conceituais e verbais idôneas para diagnosticar e explicar o fenômeno examinado. Ele não era a “revolução democrático-burguesa” nem a “revolução agrária” contemplada nos textos de seu tempo. Em sua origem havia mais que uma intenção “anti-imperialista”, porque naquele fenômeno agregaram-se profundas motivações patrióticas e morais contrárias a toda forma de servidão ou subordinação nacional. Pouco mais tarde, seriam desenvolvidas fortes convicções anti-imperialistas resultantes da intensa agressividade estadunidense.

A nona característica trata das ações da Revolução em seus primeiros anos, que atraíram e recuperaram os ativistas sociais e intelectuais que, nas décadas anteriores, tinham se desvinculado das organizações de esquerda. Isso depois das esperanças perdidas nos anos 1930 e 1940, e, igualmente, das críticas realizadas ao modelo e às condutas soviéticas e de seus partidos afins.

A Revolução Cubana despertou imediatamente enorme contingente de simpatia e solidariedade, mobilizando milhões de latino-americanos – como antes a milhões de cubanos – para uma renovada e palpável esquerda “fidelista”, livre de dogmas, que não requeria demasiada precisão doutrinária nem aceitava nenhuma tutela extracontinental.

Muitos latino-americanos desejaram um futuro similar para seus países; no entanto, isso não implicava necessariamente pegar em armas (ainda que muitos jovens sentissem tentações guerrilheiras). Como, igualmente, muitos cubanos se sentiram intuitivamente atraídos pela ideia de estender esse acontecimento his-

---

<sup>20</sup> Citado em *29 artigos sobre a Revolução Cubana*, Publicações do Comitê Municipal de Havana, do Partido Socialista Popular, 1960, p. 20. Com menos perspicácia, em início de 1961, um fascículo mimeografado da célula trotskista dos trabalhadores ferroviários cubanos ainda estigmatizava Ernesto Che Guevara como um aventureiro pequeno-burguês, supostamente contrário a que a Revolução tomasse o rumo socialista.

tórico a qualquer país irmão. As *Cem perguntas a um guerrilheiro*, de Armando Bayo<sup>21</sup>, e os *Bilhetes da guerra revolucionária*, de Ernesto Che Guevara, foram copiosamente reeditados no continente e no mundo.

## Extrapolações à esquerda

O movimento ocorrido em Cuba extrapolou o monopólio que os partidos comunistas tinham ostentado, durante longo período, sobre a faculdade de organizar e conduzir a revolução. Outros contingentes sociais e políticos, valendo-se de um leque maior de concepções, se aproximaram do propósito revolucionário. Isso enriqueceu as esquerdas em número, pluralidade e heterogeneidade.

O fato de essa cálida revolução socialista latino-americana ter se construído à margem dos cânones preestabelecidos constituiu um divisor de águas entre um setor da esquerda tradicional e das novas esquerdas, atraídas, recuperadas ou alentadas pela Revolução Cubana. Entretanto, em poucos anos algumas extrapolações elaboradas para além da verdade histórica invadiram a cena, ainda que parecessem interpretações criadas no calor de um entusiasmo de esquerdas. Aliás, algumas ignoraram a experiência real e aplainaram o caminho para um novo gênero de erros conceituais, como ocorreu no caso do chamado *foquismo*.

O dado efetivo: a experiência cubana nunca provou que um pequeno *foco* guerrilheiro pudesse por si só atrair um povo à guerra revolucionária. Em Cuba, a resistência social começou antes da guerrilha, e o *Llano* sustentou a *Sierra* durante longo período, até que esta pôde se sustentar por si mesma.

Muito menos demonstrou que fosse possível levantar as massas populares – nem o proletariado – convocando-as em nome de uma proposta armada explicitamente socialista e até marxista-leninista. Ao contrário, em Cuba as pessoas se rebelaram porque repudiavam os latrocínios e abusos da tirania e porque um jovem disposto a entregar a vida junto com seus companheiros – como Fidel Castro o demonstrou tanto em Moncada como no *Granma* e em Praia Girón – ganhou sua credibilidade, oferecendo-lhes um projeto cívico de raízes martiana, fraternal, ético e solidário. Um projeto bem inserido na cultura política de sua sociedade e de sua época, ou seja, o mais revolucionário que naquele momento se podia assumir.

Ainda que seja verdadeiro ter a experiência da Revolução Cubana levado rapidamente para a esquerda a maioria dos cubanos e uma grande massa de latino-americanos, isso não prova que eles passaram significativamente a querer para si a mudança de vida e os riscos de se levantar em armas. Em geral, milhares de latino-americanos aceitaram a validade de empreender a via guerrilheira contra a

---

<sup>21</sup> O ex-general da República Espanhola que treinou os expedicionários do *Granma*, no México.

opressão de uma tirania, ao mesmo tempo em que passaram a desejar para seus respectivos países um destino similar ao cubano. Isso não necessariamente significava que para cada um deles já fizesse sentido se rebelar para consegui-lo até nos países regidos por uma democracia tradicional.

Aqui cabe perguntar: por que o atrativo e a força do projeto revolucionário cubano? Em primeiro lugar por sua natureza indubitavelmente endógena. Tal projeto não foi induzido por nenhuma Internacional política, nenhuma conjuração ou assessoria estrangeira. Além disso, a reivindicação democrática radical e de equidade social proclamada no Programa de Moncada foi acompanhada de ardoroso caráter moral e patriótico. Suas motivações populares desafogaram os velhos ressentimentos que datavam da intervenção estadunidense de 1898, da frustração do projeto martiano e a tutela imperialista imposta em seguida, assim como da corrupção da democracia e da imposição de outra ditadura. Que esse arraigado sentimento pudesse encontrar sustentação teórica no socialismo e no anti-imperialismo é algo que a maioria dos cubanos só posteriormente veio a saber.

A primeira pergunta suscita outra, o que aconteceu depois com as tentativas insurrecionais do mesmo tipo ocorridas na América Latina? Uma dolorosa experiência faz pensar que esses projetos nem sempre se basearam em efetivo conhecimento da realidade local, o que não é possível comparar com a consciência real que Fidel Castro e seus companheiros tinham da sociedade cubana dos anos 1950<sup>22</sup>. Mas, no caso dos demais países, ao menos em certa medida, algumas decisões adotadas de antemão, no calor de determinada visão ideológica, simplificaram em excesso e distorceram o exame concreto das respectivas realidades particulares.

Ainda que tais tentativas se inscrevessem nos ideais de uma vanguarda, nem sempre corresponderam às condições, às demandas, aos desenvolvimentos ideológicos e às possibilidades reais das diversas sociedades nacionais sobre as quais foram projetadas. Em termos guevaristas, essa vanguarda tinha se adiantado em excesso ao grosso da coluna e perdido contato com ela. Isto é, havia desencontros entre o *método de conhecimento* e a *utopia* mobilizadora de que falava Mariátegui. A utopia ultrapassou o conhecimento – o que é bonito, mas não costuma ser eficaz. Portanto, nem sempre o voluntarismo revolucionário foi coerente com a máxima de fazer em cada caso o mais revolucionário que o lugar e o momento efetivamente pudessem sustentar.

---

<sup>22</sup> Conhecimento efetivo é diferente de disposição voluntarista. Tal como Fidel Castro definiria mais tarde: “Ao falar da consciência não me refiro a uma vontade capaz de mudar a realidade senão, pelo contrário, ao conhecimento da realidade objetiva que determina a conduta a seguir”. Ver em “A formiga e o elefante”, reflexão publicada no diário *Granma*, em 19 de junho de 2008.

Argumentou-se que a proposta de estimular guerrilhas revolucionárias se referia a países nos quais existiam características socioeconômicas similares às que haviam prevalecido em Cuba anterior à Revolução. Certamente, no plano das abstrações políticas, eram – e são – países subdesenvolvidos, sujeitos à exploração e à hegemonia estrangeiras, em que há grandes maiorias empobrecidas pela exploração, pela desigualdade, pela exclusão e pelo abuso. Mas em cada sociedade nacional esses importantíssimos traços, objetivos e generalizações têm modos próprios de ser vividos, pensados e respondidos pelos diferentes grupos sociais, incluindo os pobres da cidade e do campo.

Isso bastaria para explicar o que lhes faltou para atingir maior sucesso. De fato, as condições pré-revolucionárias cubanas – tanto as chamadas *objetivas* como as *subjetivas* – não tiveram paralelo na maioria das demais nações da região.

Além dos fatores históricos já mencionados, do ponto de vista geográfico e sociocultural a ilha de Cuba era um caso bem específico. A relativa suavidade topográfica e a extensiva indústria açucareira tinham possibilitado um sistema de comunicações e transportes que integrava a maior parte de sua longitude territorial, articulando campos, fábricas, cidades e portos onde se desenvolvia uma população culturalmente mais integrada e homogênea do que outras populações latino-americanas. Lá também a classe trabalhadora estava organizada ao longo de quase todo o país, e a classe média era intelectualmente desperta, ativa e em intercomunicação. Os acontecimentos políticos cubanos eram compartilhados quase em uníssono pela maior parte de sua população em quase toda a extensão da ilha.

Não era esse o caso na Argentina, na Bolívia, no Brasil, na Guatemala, no Peru ou na Venezuela, cujos espaços demográficos nos quais as esquerdas deviam se inserir ainda permanecem em segmentos geográficos e etnoculturais precariamente articulados, não só pela dureza dos obstáculos naturais e da escassez de conexões terrestres, mas também pelas importantes diferenças regionais e até pelos seus mútuos receios. Isto não quer dizer que os povos desses países careçam de potencial revolucionário – todos demonstram essa característica –, mas que esse método não se tornou apropriado para desencadear o potencial, ao menos não inicialmente, antes que as maquinarias midiáticas e repressivas da contrarrevolução preventiva e da contrainsurgência se pusessem em marcha.

Desse ponto de vista, o país que por sua maior integração populacional e territorial, e pela memória revolucionária deixada pela insurreição de 1932, mostrou maior similitude com Cuba foi El Salvador. Todos os demais se mostraram diferentes. Esse fato foi corroborado pelo desenvolvimento da guerra nessa pequena nação, pois, de fato, a guerrilha nunca foi derrotada, apesar de todas as suas cisões sectárias e de ter combatido em circunstâncias mais do adversas que as cubanas. Com efeito, aqui igualmente vale lembrar que a formação e a susten-

tação das guerrilhas salvadorenhas também foram precedidas por longo processo de organização, conscientização e respaldo popular urbano<sup>23</sup>.

O outro caso seria a Colômbia – cujas guerrilhas ocorreram vários anos *antes* da Revolução Cubana –, onde igualmente existia arraigada memória coletiva originada pela tradição insurrecional do liberalismo e pelo *Bogotazo*, que a ajudou a superar enormes dificuldades geográficas. É uma combinação que colabora para o prolongamento do desolador “empate” militar, que exaure o país e desfigura os competidores, ainda que nenhum deles efetivamente consiga se impor por esse meio nem mesmo gerar outros modos de solução.

Na experiência daquela época, também intervieram fatores de outro gênero. Muitas vezes, o papel de melhor conhecimento das realidades particulares foi suplantado por concepções e preconceitos polêmicos de procedência estrangeira inseridos e contrariando não só aquele conhecimento, mas também as experiências latino-americanas em geral.

Ao menos no que se refere à América Latina, após a defenestração de Krushchev, a maioria dos dirigentes soviéticos desaprovou a ideia de estimular a formação de guerrilhas, sob a alegação de que elas provocavam distúrbios no equilíbrio do sistema mundial, que naquele momento assumiam como sua prioridade global. Por conseguinte, pregou-se contra essa opção, ainda que geralmente sob outras alegações. Contudo, naquela ocasião, a direção cubana – como também a da China maoísta – viu na luta armada a possibilidade de desgastar o imperialismo por meio da criação de “muitos Vietnãs” em diversas zonas do planeta. E, além disso, houve quem entendeu a promoção de guerrilhas como um modo de defender o país sede da Revolução, promovendo focos de conflito no maior número de territórios, mesmo sabendo que havia restrita possibilidade de saírem vitoriosos.

Por outro lado, com frequência o movimento revolucionário latino-americano se viu desgastado e dividido por controvérsias que não correspondiam a sua própria situação e perspectiva. Foi o caso da interminável discussão, preferida pelos dirigentes comunistas mais afeitos à liderança soviética, de que a Revolução Cubana era uma experiência singular que não se repetiria e, portanto, seria um erro querer imitá-la. Essa opinião era contestada pela esquerda radical, cuja visão era mais crítica e independente – sua tese era de que a Revolução Cubana contribuía com um modelo imediatamente aplicável aos demais países da região – ou, até mesmo, antagônica à liderança soviética.

---

<sup>23</sup> De fato, as guerrilhas salvadorenhas iniciaram-se nas cidades e depois se expandiram para o campo. Isso tem sustentado a hipótese, um tanto ingênua, de que em Cuba a revolução foi possível porque ela “surpreendeu” os Estados Unidos. Tal interpretação omite o fato de que nesse país a revolução ocorreu porque as condições estavam dadas e o processo foi corretamente dirigido. A prova de que o “fator surpresa” apenas tem importância marginal se deu em El Salvador, onde a revolução esteve bem perto da vitória, sem ter contado com isso.

No primeiro caso, pressupunha-se que a correspondente inação (isto é, a longa espera por maior “acumulação de forças”) convinha melhor à política soviética de distensão internacional. Tal concepção retardava as revoluções latino-americanas indefinidamente, à espera de acontecimentos exógenos: o chamado campo socialista deveria sobrepujar o *capitalista* em sua competição internacional, ou deveria o capitalismo entrar em colapso por efeito de uma de suas crises cíclicas. Por fim, quem entrou em colapso foi a União Soviética.

No segundo caso, havia a convicção de que para derrotar o imperialismo era necessário abrir múltiplas frentes de combate armado em numerosas latitudes do planeta. Desse modo, em ambas as alternativas a concepção estratégica se sustentava em uma ou outra interpretação da situação mundial, mas não na realidade, nas possibilidades e expectativas locais dos diferentes povos latino-americanos.

A esses pontos de vista também se somou a discussão daqueles que estavam alinhados com as teses maoístas e reivindicavam para o Terceiro Mundo a via da guerra camponesa e da guerra popular prolongada, do campo à cidade, conforme o modelo da Revolução Chinesa. O fato de os partidos comunistas e socialistas latino-americanos terem realizado uma reprodução mimética da polêmica que os chineses e os soviéticos travaram em escala mundial ocasionou numerosas tensões e cisões. Isso não ocorreu somente nesses partidos, mas também entre os grupos e dirigentes que simpatizavam com a estratégia guerrilheira, criando-lhes dificuldades adicionais.

No entanto, essa polêmica, além de discutir as opções supostamente mais acertadas para impulsionar a libertação nacional e a revolução entre os povos do Terceiro Mundo, expressou igualmente a luta que os dirigentes chineses e soviéticos travavam entre si para exercer a hegemonia sobre os partidos e organizações das esquerdas nos cinco continentes. Foi uma controvérsia que as desgastou e por muito tempo dificultou a possibilidade de entendimento e colaboração entre essas forças. Com o pretexto de debater o caminho mais acertado de combate ao imperialismo, acabou por lhe conceder o alívio de dividir e levar a enfrentar-se entre si quem se propunha combatê-lo.

Esse cenário de opiniões contraditórias não foi o mais propício para resolver algumas premissas básicas. Por exemplo, o que pode ser considerado viável diante da realidade que se pretende transformar, com base em recursos conceituais e organizadores, materiais disponíveis e por meio da cultura política prevalecente – começando por lembrar que o objetivo é atuar sobre uma realidade *social*, isto é, dotada de componentes culturais que elaboram suas próprias expectativas.

Do mesmo modo, esse cenário – na confrontação ideológica e na busca de apoios internacionais afins – mostrou como as organizações e tendências que rivalizam entre si geram argumentações e qualificativos polêmicos, e procuram aliados não só para poder se desempenhar melhor, mas também para se impor

e prevalecer umas sobre outras, às vezes até por meios violentos. E, igualmente, como esses aliados ou apoiadores estrangeiros, partindo de suas respectivas necessidades, interesses e controvérsias, podem influir sobre o curso do debate e, em particular, sobre as decisões locais e sua operacionalização, alienando-as.

A aplicação das teses que favoreciam a criação de guerrilhas – e especialmente sua extrapolação *foquista* –, assumidas como uma teoria de suposta validade geral e imediata, teve naturalmente efeitos diferentes nas diversas realidades nacionais. Na Colômbia, as condições estavam dadas desde *antes* da Revolução Cubana. Na Nicarágua, com o auxílio de uma copiosa cooperação externa, foi possível derrotar a ditadura e iniciar uma transformação do país, ainda que sem atingir a necessária autossustentação da Revolução. Em El Salvador, apesar da excessiva ideologização das propostas e dos confrontos entre as organizações revolucionárias, as circunstâncias foram mais propícias e, até mesmo, constituíram uma retomada do levante revolucionário de 1932, quando um esforço estadunidense conseguiu impedir sua vitória.

Mas na Bolívia, no Peru, na Venezuela e no norte da Argentina, os melhores homens e intenções não bastaram para mudar o estado de coisas ali existente. Trocando em miúdos: não bastaram para mudá-lo por meio da guerra de guerrilhas. Trata-se de países submetidos e subdesenvolvidos, com graves problemas sociais e de exploração, e com verdadeiro histórico de rebeliões, não há dúvida. No terreno prático, isso demonstrava que as semelhanças gerais mais evidentes, quando relacionadas a povos de diferente formação histórico-cultural, diferentes realidades geográficas e demográficas, bem como diferentes experiências, lideranças e expectativas, apresentam particularidades que podem dar margem a comportamentos políticos dessemelhantes entre si. Em outras palavras, *traçar os mesmos objetivos em âmbitos desiguais requer selecionar métodos diferentes.*

## **As experiências de 1965**

O levante popular dominicano de 1965 propôs-se outra forma de realizar a transformação de seu país, e constituiu um dos acontecimentos políticos mais dramáticos de seu tempo. Liderados pelo coronel Francisco Caamaño, um contingente formado por uma parcela do exército e pela maioria da população civil rebelou-se contra o regime golpista que, três anos antes, tinha derrubado o governo constitucional de Juan Bosch. Este tinha sido o primeiro governo democrático na história da República Dominicana.

Reconhecido escritor e catedrático, Bosch foi legitimamente eleito no final de 1962, um ano após a execução do déspota Rafael Leónidas Trujillo – o Chacal do Caribe – e da deposição do subsequente governo, sob a regência de seu filho,

Ramfis, e de Joaquín Balaguer, várias vezes ministro e então vice-presidente do tirano<sup>24</sup>. Em pouco tempo, Bosch desmantelou as leis e estruturas repressivas da tirania e iniciou a abertura política e a modernização do país, por meio de uma reforma de fortalecimento da justiça social e promoção da independência diplomática da República Dominicana. Sete meses depois, Bosch foi deposto por um triunvirato de militares e políticos trujillistas.

O restabelecimento do autoritarismo provocou a Revolução de Abril de 1965, quando os militares constitucionalistas, encabeçados pelos coronéis Rafael Fernández e Francisco Caamaño, rebelaram-se para restabelecer o regime democrático. Fernández caiu em combate e Caamaño seguiu adiante com ampla simpatia popular e o respaldo do partido de Juan Bosch. Do exílio, Bosch delegou poderes constitucionais a Caamaño, que foi proclamado presidente pelo Congresso Nacional.

Apesar da natureza essencialmente constitucionalista e democrática dessas ações, o contragolpe de uma cruenta intervenção militar estadunidense impediu Bosch de ser reintegrado a seu cargo. Alegando que a Revolução de Abril *poderia* dar lugar a outra Cuba no Caribe, e com o pretexto de que era preciso *proteger* os residentes estadunidenses, o governo de Lyndon B. Johnson despachou uma força invasora com mais de 42 mil homens. Para surpresa de Washington, a maioria dos oficiais e soldados do exército dominicano, junto com numerosos civis armados, enfrentaram corajosamente a invasão estrangeira<sup>25</sup>.

Por uma mediação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que em seguida revalidou a intervenção estadunidense, instalou-se um governo de transição que convocaria novas eleições. Dessa forma, com o patrocínio dos Estados Unidos, em 1965 foi eleito Joaquín Balaguer que – mediante sucessivas reeleições – permaneceria no poder por 12 anos. Caamaño foi desterrado como agregado militar na Inglaterra, e nesse primeiro mandato balaguerista e nos seguintes vários ativistas da Revolução de Abril e do movimento popular foram assassinados.

Naquelas circunstâncias, Caamaño – que conservava imenso prestígio político no país – abandonou sua expatriação vigiada e pouco mais tarde apareceu em Cuba, de onde organizou um pequeno desembarque clandestino na República Dominicana, em 1973, com a intenção de iniciar um movimento guerrilheiro. No

---

<sup>24</sup> Sob a autoridade de Ramfis e Balaguer, entre maio e novembro de 1961 foram assassinados 19 dos participantes no atentado contra Trujillo, em sua maioria após torturas. Apenas três sobreviveram. A CIA norte-americana, que promoveu essa ação, logo em seguida abandonou os autores materiais à sua própria sorte. O interesse em eliminar Trujillo – um velho aliado – era minimizar o descontentamento social causado pelo tirano, para evitar uma rebelião revolucionária como a ocorrida em Cuba contra seu congênere, Fulgêncio Batista.

<sup>25</sup> Caamaño visitou o embaixador dos Estados Unidos para oferecer-lhe a possibilidade de uma solução política. O embaixador respondeu que a Caamaño não cabia negociar, mas render-se, o que provocou a decisão dos oficiais dominicanos de combater o invasor em defesa do regime democrático.

entanto, esta ação não foi acompanhada de uma mobilização social equiparável à de 1965, nem o desembarque foi recebido por levantamento urbano e reforços similares aos que, no caso cubano, esperaram no desembarque do *Granma*. Poucos dias depois de sua chegada, Caamaño foi capturado e imediatamente fuzilado. Morreu em heroica solidão, sem que houvesse uma consequência maior sobre a rotina política dominicana.

No contexto da Guerra Fria, diante da Revolução Dominicana, a Casa Branca deixou claro, de modo feroz e patente, que não permitiria uma alternativa progressista em outro país da região, mesmo tendo de atuar contra um governo reconhecidamente legítimo e democraticamente majoritário. E, com isso, à nação sob intervenção foi cerceada a oportunidade de desenvolver instituições democráticas e modernizar-se, permanecendo por longo tempo em sua condição de ilha neocolonial, oprimida e subdesenvolvida.

Embora mais tarde, por outro lado, tenha podido Juan Bosch regressar ao país e concorrer em eleições posteriores, a maioria do eleitorado dominicano, então aterrorizado pela violência da invasão de 1965 e receoso de que reeleger Bosch pudesse ocasionar novas inquietações golpistas e invasões estrangeiras, deixou de apoiá-lo. Esse temor não somente facilitou as ulteriores reeleições de Balaguer. Foi além, a longa sombra do balaguerismo desenvolveu uma persistente semente de desencanto, corrupção e oportunismo das lideranças sociais e partidárias que degradou a cultura política dominicana, incluindo muitos simpatizantes de Juan Bosch e participantes da Revolução de Abril.

É provável que a coragem cívica, o prestígio político e a autoridade moral de Francisco Caamaño tivessem sido capazes de convocar e encaminhar por outros meios uma resistência civil para enfrentar a longo prazo o legado trujillista, manter viva a resistência cívica e resgatar os valores de Abril no terreno político, talvez por meio de um levante social. Mas a decisão – muito própria da concepção que prevalecia entre os revolucionários dessa época – de tomar um atalho para a revolução socialista mediante a opção guerrilheira sacrificou essa possibilidade, sem que os dirigentes populares dominicanos reagissem como se esperava, ou que o fizessem a tempo.

Mesmo assim, no que diz respeito às guerrilhas latino-americanas daqueles anos, ainda faltam as fontes e a distância histórica suficientes para se aprofundar no tema e em suas consequências teóricas. Não obstante, há evidências suficientes para retomar uma observação recorrente nestas páginas: a de que as teorias gerais são necessárias – embora as tutelas globais exercidas em seu nome sejam indesejáveis –, mas que tais teorias não bastam para tomar decisões nacionais, nem regionais, sem um apropriado conhecimento efetivo das particularidades históricas, estruturais e socioculturais dos povos e de seus desiguais costumes e expectativas políticas.

## Tenacidade no porto

Ainda que a literatura sobre as esquerdas latino-americanas geralmente omita o caso de Porto Rico<sup>26</sup>, ele é interessante para apreciar outros aspectos dos problemas de nossa América, especialmente em relação à dialética entre o nacional e o classista.

À semelhança das demais nações latino-americanas e caribenhas, em Porto Rico as esquerdas têm evoluído como um movimento constituído por tendências que tomaram diferentes caminhos, não apenas por suas discrepâncias ideológicas ou estratégicas, mas também pelas rivalidades entre seus líderes. No entanto, o que mais tem diferenciado as esquerdas porto-riquenhas de suas análogas do continente tem sido o enfoque do tema colonial. Na maioria das repúblicas latino-americanas a questão da independência nacional se resolveu, de melhor ou pior maneira, antes de ser posta em debate a opção socialista. Mas onde isso não ficou resolvido no século XIX, os dois elementos se juntaram no século XX.

Como é natural, a luta pela autodeterminação e pela soberania também implica a questão de quem serão os sujeitos e os procedimentos necessários para conquistá-las. Mas, por sua vez, o propósito de fazer a revolução socialista igualmente exige encontrar sujeitos e estratégia próprios, que não são necessariamente os mesmos. Numa nação ininterruptamente submetida a regimes coloniais – o espanhol e em seguida o estadunidense –, as esquerdas porto-riquenhas evoluíram sob a exigência de combinar de uma ou outra forma a questão das demandas anticoloniais com as propostas necessárias para se mobilizar em busca de justiça, equidade e segurança sociais para seu povo.

Depois da euforia pró-Estados Unidos suscitada em 1898, quando as tropas estadunidenses expulsaram as autoridades coloniais espanholas no final da Guerra Hispano-Americana, em seguida veio a decepção. Ignorando as aspirações locais de independência, as novas autoridades estrangeiras decidiram ficar com o país e, além disso, negaram aos porto-riquenhos tanto a categoria de cidadãos estadunidenses como a possibilidade de fazer suas próprias leis e eleger seus governantes. As velhas correntes anexionista e autonomista da oligarquia local assumiram diante das autoridades estadunidenses um estilo político que mesclou as reclamações parciais com demonstrações de fidelidade que lhes pareciam oportunas para creditarem-se como administradores locais do novo poder colonial.

Além disso, a dominação dos Estados Unidos obstinou-se em impor o idioma e os costumes anglo-saxônicos, e em submeter o país ao capital estadunidense interessado em desenvolver em grande escala a indústria agroexportadora da cana-de-açúcar. Ao promover o cultivo extensivo da cana na área agrícola, os estadunidenses

---

<sup>26</sup> Omite que Porto Rico é uma gratuita concessão da ilha aos Estados Unidos, mesmo que em Washington haja setores relevantes do *establishment*, que já perderam o interesse em conservar essa posse colonial.

ses puseram em perigo as fontes tradicionais de subsistência da elite local, o que reavivou o sentimento nacionalista liderado por essa camada social.

Por sua vez, a industrialização açucareira aumentou a massa operária que, nas condições neocoloniais, ficou vinculada ao sindicalismo estadunidense e, por essa via, às influências do Partido Operário Socialista dos Estados Unidos. Nesse contexto, desenvolveram-se a linguagem classista e as reivindicações da esquerda operária da época, que incorporaram os trabalhadores porto-riquenhos ao movimento trabalhista e socialista dos Estados Unidos, e os subtraíram das reclamações nacionais. Independência e socialismo tomaram caminhos separados. Em consequência, as reivindicações por autonomia puderam ser estigmatizadas como chamarizes da oligarquia porto-riquenha, para desviar o movimento operário de seus objetivos classistas.

Esse acontecimento recorda o chamado de Rosa Luxemburgo ao movimento operário polonês, para que militasse com o movimento proletário internacional – o russo incluído –, sem se deixar desviar pelas reivindicações patrióticas de uma nação submetida por um ocupante estrangeiro, às quais considerava *rea-cionárias*. Não obstante, optar entre as aspirações nacionais e as revolucionárias, em vez de fundi-las, no final sempre tem conduzido a resultados que favorecem o interesse oligárquico, o interesse colonial e a reação, e não o interesse popular.

Quando algum tempo depois o movimento sindical estadunidense perdeu o perfil reivindicativo e socialista, manteve encabrestado o sindicalismo porto-riquenho que, por fim, perdeu essa orientação progressista, depois de ter perdido igualmente a identificação nacional com seu próprio povo.

Fundou-se, depois, o Partido Nacionalista – com a veemente liderança de Pedro Albizu Campos –, que agrupou aqueles que antepunham a questão nacional como o campo ao qual deviam se juntar as demais lutas sociais. Albizu, patriota católico, representante da classe média, impulsionou um movimento independentista com sentido anti-imperialista – embora não socialista –, que propunha uma república de proprietários nacionais, orientada para a solidariedade patriótica por meio de um desenvolvimento capitalista equilibrado, regido por um Estado interventor.

Esse nacionalismo se alastrou rapidamente pela ilha como sua expressão política majoritária, com ampla simpatia também entre as camadas médias, os intelectuais e os líderes políticos dos demais países da América Latina. No entanto, com a rápida propagação desse movimento, tanto as autoridades estadunidenses como a elite anexionista e a elite autonomista porto-riquenhas desencadearam abrupta reação que perseguiu e encarcerou quase toda a direção nacionalista e dispersou o movimento.

Paralelamente, nos anos 1930 a esquerda independente moderada, liderada por Luis Muñoz Marín, criou o Partido Popular Democrático (PPD), favorável à soberania nacional e crítico do latifúndio canavieiro. O PPD pregava a reforma agrária e a

industrialização, e apoiou as políticas do *New Deal*, de Franklin D. Roosevelt. Também foi fundado o pequeno Partido Comunista, que propôs a luta pela independência e pela revolução social sob a ótica radicalizante da Terceira Internacional. Nos anos 1940, porém, quando essa Internacional assumiu a estratégia de Frente Ampla, muitos de seus quadros se somaram ao PPD, na expectativa de que um diálogo com Washington permitisse atingir por essa via a autodeterminação nacional.

Contudo, no pós-guerra as perspectivas mudaram. Sob o impacto da Guerra Fria e do macarthismo, a direção dominante no PPD preferiu isolar-se no autonomismo – supostamente mais apropriado para buscar a prosperidade do país – e abandonou o projeto de independência. Por sua vez, Washington aceitou que o governador de Porto Rico passasse a ser um nativo escolhido por votação popular. Com isso, em 1952 se estabeleceu o regime que ainda se denomina Estado Livre Associado (ELA), que serviria para legitimar a dominação colonial, fazendo-a parecer uma tutela benigna dirigida a promover o desenvolvimento do país. Assim, a independência e o progresso representavam opções contrapostas, como um suposto dilema no qual a independência equivaleria ao subdesenvolvimento<sup>27</sup>.

Em repúdio ao oportunismo de Muñoz Marín, a esquerda independentista se separou do PPD para constituir o Partido Independentista Porto-Riquenho (PIP), que defendeu uma proposta de desenvolvimento protegido da economia nacional, em moldes próximos aos recomendados pela Cepal nessa época, contrários à hegemonia das grandes empresas estadunidenses. O PIP assumiu o objetivo de criar uma república democrática, empregando uma visão ideológica em que a tradição liberal porto-riquenha predominou sobre as ideias socialistas, estigmatizadas pelo regime colonial.

Pouco depois, em 1950, uma tentativa insurrecional do Partido Nacionalista de Albizu Campos – ao qual se continuava negando toda a possibilidade de participação política legal – serviu de pretexto para que o governo do Estado Livre Associado desatasse uma onda repressiva que colocou na ilegalidade as lideranças dessa organização, os membros do Partido Comunista e ainda grande parte dos dirigentes do PIP. Com maior número de filiados, este último pôde sobreviver, mas nas difíceis condições daqueles anos sua capacidade eleitoral foi reduzida.

Desse modo, em razão da Guerra Fria, toda expressão em favor do direito porto-riquenho à autodeterminação e à soberania passou a ser interpretada como decorrência das conspirações soviéticas contra os Estados Unidos. O anticomunismo converteu-se em uma arma para assustar e desmobilizar não somente os diversos setores porto-riquenhos, mas também a solidariedade que lhes era dispensada na América Latina.

---

<sup>27</sup> Ainda hoje, a propaganda colonialista se vale do argumento racista e depreciativo de que “se fôssemos uma república independente seríamos como a República Dominicana”.

Nos anos 1960 foi criado um movimento independentista com forte participação estudantil. Com o espírito renovador que caracterizou essa época, logo se radicalizou ao calor da jovem Revolução Cubana e das mobilizações contra a Guerra do Vietnã – milhares de porto-riquenhos eram enviados, pelo serviço militar estadunidense, a combater nesse conflito. Nesse movimento tomou força a aspiração de converter a luta nacional em revolução socialista.

Nos anos 1970, o “milagre econômico” porto-riquenho começou a desmoronar e a provocar crescentes inquietudes sociais. O interesse dos Estados Unidos em reter Porto Rico reduziu-se a seu aspecto militar. As bases da Marinha, destinadas a controlar o Caribe e o acesso atlântico ao Canal do Panamá, conservaram sua prioridade, mas a indústria açucareira e a agricultura em geral desapareceram gradualmente. A ilha perdeu viabilidade econômica e, até mesmo, a capacidade de alimentar a população.

O PIP manteve a estratégia eleitoral como o caminho idôneo para difundir uma nova cultura política contrária ao regime colonial. Como outra opção independentista foi fundado o Partido Socialista Porto-Riquenho (PSP), liderado por Juan Mari Bras. Seus quadros, provenientes do antigo Partido Comunista, estavam reunidos em formato pluralista (ainda que com a herança conceitual do socialismo soviético). O PSP se diferenciou dos grupos mais radicais, e, invocando o exemplo da Unidade Popular chilena, optou pela política eleitoral como meio para influir na evolução do país.

Enquanto o PIP propunha uma opção de progresso social compatível com o capitalismo, identificando como sujeito político o povo em geral, o PSP manteve a concepção leninista centrada no protagonismo da classe operária, e a Revolução Cubana como seu ideal. Não obstante, o assistencialismo entronizado pelo Estado Livre Associado e seu modelo “modernizador”, apesar de decair no plano econômico, manteve no plano político os setores populares afastados das esquerdas, como clientela eleitoral do anexionismo.

Dessa forma, a crise do modelo colonial não estimulou o independentismo nem a revolução social, mas sim a demanda por conseguir para Porto Rico as vantagens econômicas e sociais dos Estados integrantes da União Estadunidense. De fato, a própria existência da classe trabalhadora porto-riquenha dependia da permanência das empresas oriundas dos Estados Unidos, e a esperança de conseguir os benefícios da cidadania estadunidense – e os correspondentes subsídios federais – se contrapôs à possibilidade de traduzir a crise socioeconômica em consciência patriótica e progressista.

A proposta independentista foi entendida como um risco para a situação econômica dos trabalhadores tanto quanto para a segurança do sistema colonial. A paranoia anticomunista dos servidores públicos estadunidenses durante a Guerra Fria combinou-se com a cultura conservadora da elite local, gerando uma repressão sistêmica contra as organizações independentistas ou de esquerda. Isso

culminou na dissolução do PSP e no isolamento do PIP, que teve de lutar mais para manter seus eleitores do que para aumentar seu número.

Nas circunstâncias da decadência do sistema colonial, o PIP permaneceu ativo no campo cultural e político, mantendo o debate sobre as alternativas do país. Sua defesa da ética política e o sucesso de suas lutas pela retirada das bases militares da Marinha estadunidense aumentaram sua influência social<sup>28</sup>. Essas lutas custaram a prisão de seus dirigentes, e promoveram grandes mobilizações da sociedade porto-riquenha – apoiadas pelos sindicatos, universidades e igrejas e pelos porto-riquenhos emigrados aos Estados Unidos –, conferindo ao PIP relevância cívica muito superior a seu peso eleitoral.

Com a crise, a solução política representada pelo ELA ficou desgastada, destruindo o relativo equilíbrio do bipartidarismo característico do regime. Ainda que isso tenha favorecido o partido anexionista, do mesmo modo tornou patente a rejeição de Washington, que não aceitava Porto Rico como estado da União. Além disso, evidenciou a decadência econômica da ilha, que hoje acarreta mais custos do que benefícios à potência colonial.

Por fim, terminada a Guerra Fria, depois da experiência de Vieques, a Marinha estadunidense abandonou suas demais bases na ilha, já sem nenhum valor militar ou econômico, uma vez que os Estados Unidos firmaram acordos de livre-comércio com o México, com a América Central e com a República Dominicana, regiões que agora superam os privilégios antes exclusivos do regime porto-riquenho.

No tempo de Albizu Campos, a luta pela independência porto-riquenha gozou de amplas simpatias na opinião pública latino-americana. Entretanto, o tema foi sufocado pela Guerra Fria e o projeto de independência acabou estigmatizado como uma bandeira de luta pró-comunista. A questão básica começa a voltar a sua dimensão real, mas seus efeitos subjetivos demoram em se recuperar.

Para Washington, esgotaram-se os motivos para conservar a ilha, onde já não resta senão o compromisso federal de pagar a subsistência do regime. Ainda que Porto Rico disponha de excelente infraestrutura, perdeu sustentabilidade depois de se especializar em algumas atividades que deixaram de interessar aos Estados Unidos<sup>29</sup>. Assim, tanto o ELA como seus partidos tradicionais perderam a razão de existência, enquanto aos Estados Unidos ainda faltam oportunidade e argu-

---

<sup>28</sup> Rubén Berríos permaneceu durante um ano na praia da ilha de Vieques, sob sóis e tormentas, para impedir – com êxito – a retomada dos exercícios de bombardeio da Marinha estadunidense. Durante esse esforço, que conseguiu mobilizar a maior parte da sociedade porto-riquenha, a direção independentista encarcerada recebeu ampla solidariedade de personalidades cívicas, políticas e intelectuais estadunidenses e latino-americanas.

<sup>29</sup> Antes a ilha produzia açúcar, café e outros alimentos, cujos cultivos foram abandonados. Comer tornou-se caro. Além disso, a atividade turística já é superada por vários competidores na região, onde é mais barata. No entanto, o prestígio colonial obriga a aplicar legislações federais estadunidenses alheias à realidade da ilha. Isso a impede de aproveitar vantagens de sua localização geográfica, como desenvolver serviços marítimo-portuários e aeroportuários, e de fazer parte dos projetos de integração latino-americana e caribenha.

mentos para justificar a decisão de se desfazer da ilha, em vez de incorporá-la como um estado – caro, problemático e estranho – da União.

Em tais circunstâncias, resta somente propor o devido processo de transição, em prazo determinado, para reestruturar a economia produtiva e a institucionalidade porto-riquenha, que culmine na fundação de uma nova república latino-americana e caribenha. Como nação independente, Porto Rico poderia ter um adequado esquema de relações com os Estados Unidos e com as demais nações da região. Até o momento, apenas o PIP propõe essa alternativa.

Esse enfoque é coerente com as resoluções votadas pelo Comitê de Descolonização da ONU, que há muitos anos reconhece esse país como nação latino-americana e caribenha com direito a autodeterminação e independência. O tema também está agendado para ser debatido no Congresso dos Estados Unidos.

Os Tratados do Canal do Panamá, que regularam o processo de transição pelo qual os Estados Unidos abandonaram gradualmente suas bases militares e a administração do Canal, entregando-as ao Panamá, exemplificam esse tipo de processo de transição, empregado para pôr fim, definitivamente, a um problema colonial por meio de um acordo negociado.

## **As revoluções de 1968**

No final dos anos 1960 e início dos 1970, um conjunto de acontecimentos modificou o panorama geral das esquerdas. Entre eles, os êxitos dos movimentos africanos e asiáticos de libertação nacional, a irrupção das chamadas *revoluções de 1968* na Europa Ocidental e a intervenção da União Soviética para suprimir a *Primavera de Praga* na Europa Central; as divergências iniciais da liderança revolucionária cubana com a direção soviética e a posterior assimilação de Cuba ao modelo da União Soviética. Assim como, a instalação, de um lado, dos governos militares e populares de Juan Velasco Alvarado e Omar Torrijos e, de outro, do governo democrático de Salvador Allende e sua tentativa de desenvolver uma via pacífica ao socialismo.

Esses acontecimentos contribuíram com elementos não previstos anteriormente pelas esquerdas latino-americanas e sua visão das realidades da América e de alternativas para elas.

Algo novo emergia ao redor desse mundo cada vez mais interconectado, quando por caminhos diferentes e em lugares tão diferentes toda essa diversidade de fenômenos e suas consequências intelectuais e políticas podiam não só eclodir paralelamente, como alentar-se de forma mútua. Efetivamente, *as revoluções de 1968* – um conjunto de movimentos sociais que começaram antes desse ano e se projetaram até começos dos anos 1970 – derivaram de longa e plural confluência de vários fenômenos internacionais e dos efeitos que acumularam sobre a cultura

política e as práticas socialistas que tinham prevalecido desde o pós-guerra.

Entre tais fenômenos, o aprofundamento da rejeição ao legado do stalinismo – e não só a denúncia de seus abusos e erros, mas a revisão crítica do esquematismo ideológico e programático instituído sob sua influência –, o que progressivamente promoveu a necessidade de “outro” socialismo, sem dogmas nem centros hegemônicos. Além disso, o cisma sino-soviético, que cindiu em dois campos polêmicos as visões estratégicas do “socialismo realmente existente” e questionou a anterior preeminência política e ideológica da União Soviética sobre o movimento comunista internacional.

Destacam-se também as revoluções de libertação nacional nos países coloniais, com suas implicações morais, conceituais e políticas para os demais povos, em particular as mobilizações sociais despertadas pelas experiências das guerras na Argélia e no Vietnã, assim como a subsequente expansão do Movimento de Países Não Alinhados<sup>30</sup>. E, mais ainda, as crescentes insatisfações sociais provocadas pelo esgotamento dos benefícios do Estado de Bem-Estar depois da reconstrução europeia, sobretudo entre os jovens e estudantes, as quais favoreceram o ambiente de solidariedade com as causas do Terceiro Mundo<sup>31</sup>.

Paralelamente, nos Estados Unidos chegavam ao apogeu as lutas pelos direitos civis da população negra e de outros setores discriminados ou marginalizados, assim como crescia o repúdio pelos assassinatos de Martin Luther King (abril, 1968) e de Robert Kennedy (junho, 1968). Enquanto na América Latina eram marcantes o estímulo dado pela Revolução Cubana à formação de uma nova esquerda e às guerrilhas revolucionárias, cujo exemplo paradigmático foi Che Guevara, e o desenvolvimento do cristianismo de base, dos sacerdotes terceiro-mundistas e da Teologia da Libertação. Ao sul, ocorriam acontecimentos como os de *Tucumán arde* e o *Cordobazo* [ambos na Argentina], e, ao norte, a rebelião estudantil mexicana e o massacre de Tlatelolco, que paralisou a mobilização de outros setores sociais, mas provocou questionamentos ao regime político pós-revolucionário daquele país.

Em todas as latitudes, a eclosão das marchas juvenis e operárias questionou tanto as formas de poder político como as pautas ideológicas e culturais estabelecidas, deixou no banco dos réus desde os sistemas educativos e os mecanismos de controle sindical até o próprio capitalismo, e conseguiu fazer emergir uma nova esquerda, mais aberta; a revisar dogmas e procurar alternativas. O que incentivou uma parte dos partidos comunistas, sobretudo na Europa meridional – depois da

---

<sup>30</sup> Criado a partir da Conferência de Bandung (1955), convocada por iniciativa dos mandatários Gamal Abdel Nasser (Egito), Sri Pandit Jawaharlal-Nehru (Índia) e Ahmet Sukarno (Indonésia).

<sup>31</sup> Os movimentos de libertação anticolonial e os de solidariedade com o “Terceiro Mundo” incentivaram o interesse em reconhecer e valorizar outras formas de cultura e civilização, diferentes daquelas instituídas na Europa Ocidental.

intervenção militar da União Soviética na Tchecoslováquia –, a se desprender criticamente de sua tradicional subordinação à política soviética e a adotar o *eurocomunismo*<sup>32</sup>, de vocação mais autônoma e plural, mas igualmente mais moderada e negociadora. Pouco depois, sua principal versão latino-americana se cristalizaria no México e, em menor grau, na Venezuela<sup>33</sup>.

Ainda que as mobilizações estudantis, juvenis e operárias desatadas ao redor de 1968 também agitassem outros países da Europa Ocidental, sua maior expressão foi o *Mai* francês, não somente por sua magnitude e duração – paralisou grande parte do país –, mas por ter estado próximo de derrubar o governo do marechal [Charles] De Gaulle e iniciar uma revolução socialista. Faltou para isso um partido ou, mais precisamente, uma proposta e uma liderança coerentes que dessem sentido ao processo. O Partido Comunista, ainda mantendo à época forte influência sobre o movimento sindical, decidiu não dar esse passo – apesar de a direção operária de base ter tomado por sua própria iniciativa as principais fábricas e empresas do país –, por considerar que isso implicaria um enfrentamento direto com o exército, já mobilizado e, se fosse o caso, com as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O trotskismo sempre criticou essa decisão, argumentando que os soldados franceses teriam se negado a abrir fogo contra seu próprio povo. Sem prejudicar se a postura do Partido Comunista deveu-se somente a esse motivo, cabe observar que ela coincidiu com a política soviética de distensão entre as grandes potências, e com a política que essas potências compartilhavam – incluindo a União Soviética – de respeitar as “zonas de influência” nas quais a Europa tinha ficado dividida, em consequência da Segunda Guerra Mundial<sup>34</sup>.

Mesmo sem revolução, o movimento estudantil e as organizações operárias obtiveram importantes concessões do Estado francês, em direitos e facilidades sociais e acadêmicas que, durante as décadas seguintes, beneficiaram os trabalhadores e as camadas médias da população do país<sup>35</sup>. E, bem mais do que isso, a força contestatória do *Mai* francês estremeceu profundamente a cultura política

<sup>32</sup> Especialmente na Europa meridional: Espanha, Itália e, em menor grau França, onde ainda havia importantes partidos comunistas, com histórico antifascista, até então leais à liderança soviética.

<sup>33</sup> No México, no Partido Comunista Mexicano (PCM), que depois se diluiu no seio do Partido Socialista Unificado do México (PSUM), e mais tarde se tornaria o Partido Mexicano Socialista (PMS), em um processo que abarcou quase todos os grupos de esquerdas desse país. Na Venezuela, ao contrário, com a fundação do Movimento ao Socialismo (MAS), formado principalmente por quadros que romperam com o Partido Comunista Venezuelano (PCV).

<sup>34</sup> Essas “zonas” corresponderam aos territórios dos países libertados do nazifascismo pelo exército soviético, ao leste da Europa, e pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, a oeste. Assim, França correspondia ao “mundo” ocidental, assim como Hungria e Tchecoslováquia, ao “mundo” oriental. A divisão do planeta nessas duas “zonas” foi superada com a derrocada da União Soviética e dos regimes estabelecidos sob sua influência nos países da Europa central e oriental.

<sup>35</sup> Até 2008, quando o governo de Nicolás Sarkozy anunciou que teria fim tanto a época de 1968 como seus legados intelectuais e legais.

européia e a intelectualidade progressista latino-americana, ao demonstrar – a despeito dos velhos e dos novos cânones que se supunham estar assentados –, que, quando a situação sociopolítica e os estados de ânimo estão estabelecidos e, em particular, quando as pessoas estão impregnadas pelas novas ideias, a revolução social pode aflorar em formas e momentos imprevistos, com inesperada criatividade e pelos caminhos mais insuspeitados.

Do outro lado da chamada “cortina de ferro”, a renovação das culturas políticas também se deu no que então era a Tchecoslováquia. Nas pegadas do “degelo” soviético, em janeiro de 1968 Alexander Dubcek assumiu a presidência do Partido Comunista desse país e – no que depois se denominou “primavera de Praga” – empreendeu reformas liberalizantes do ambiente político do país, com a intenção de desenvolver um “socialismo com rosto humano”. Seu projeto não previa abandonar o Pacto de Varsóvia nem passar para o lado capitalista, mas melhorar o regime socialista por meios democráticos e recuperar certa cota de soberania nacional, ainda que sem renunciar à aliança estratégica com a União Soviética e os demais países do bloco político, militar e econômico sobre os quais ela mantinha hegemonia.

Essa primavera alcançou rapidamente numerosa e entusiasta acolhida popular no país, e chamou a atenção das esquerdas europeias e latino-americanas. Não obstante, também causou inquietação no *establishment* dos funcionários, próprios da interpretação stalinista da ditadura do proletariado, ali instituída desde a ocupação soviética, depois da derrota da ocupação alemã. Além de questionar a dogmática centralista e autoritária que sustentava a fé desses funcionários, a revisão do sistema implicava a probabilidade de serem substituídos por socialistas de perfil mais libertário, provavelmente os mesmos que até pouco antes tinham sido hostilizado por eles.

Essa preocupação mobilizou significativa parte dos dirigentes da União Soviética, parcela na qual os ímpetus iniciais do “degelo” anti-stalinista já tinham sido contidos e revertidos. Esta reação não veio apenas pelo temor de que a transformação do socialismo tchecoslovaco pudesse contagiar vizinhos tão importantes como a Polônia e a Ucrânia soviética – nas quais a mão de ferro do centralismo stalinista não tinha resolvido, mas soterrado os ressentimentos nacionais. Também adveio da má lembrança deixada pela sublevação que, doze anos antes, tinha degenerado na tentativa de liberalizar o socialismo na Hungria, logo após a denúncia do stalinismo na União Soviética<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> A tentativa húngara ocorreu em 1956, quando o primeiro ministro Imre Nagy desterrou o déspota stalinista Matias Rákosi e iniciou um processo orientado a desenvolver um socialismo sem tirania. Rapidamente, porém, ele perdeu o controle da situação. A nova direção do Partido Comunista dividiu-se. Nas mobilizações, houve uma crescente influência contrarrevolucionária. Atropelado pela desordem, Nagy tentou apaziguar a crise declarando a neutralidade do país e rompendo com o Pacto de Varsóvia. Essa situação ameaçou a integridade do bloco pró-soviético e terminou dando lugar a uma violenta intervenção militar da União Soviética.

Desse modo, três anos depois da intervenção estadunidense na República Dominicana, realizada sob a fachada da Organização dos Estados Americanos (OEA), a primavera de Praga foi concluída quando as tropas soviéticas, travestidas como contingentes de outros membros do Pacto de Varsóvia para dar uma aparência de ação “coletiva”, intervieram na Tchecoslováquia e depuseram Dubcek. Um drama que deixou bem estabelecido que nessa época, em um ou outro lado da linha, a possibilidade de democratizar o progresso social ficava sujeita às interpretações que governos de cada superpotência atribuisse aos acontecimentos de qualquer país de seu âmbito, conforme os equilíbrios globais que essas potências decidissem preservar.

No entanto, o Maio francês e a Primavera tchecoslovaca, como parte das revoluções de 1968, confluíram com as agitadas águas do movimento de libertação afro-asiático, o terceiro-mundismo, a dissidência da China, a ofensiva vietnamita, as mobilizações sociais estadunidenses e as guerrilhas latino-americanas. Suas consequências, ao lado das sequelas morais, conceituais e políticas de toda essa maré de experiências, resultaram em um período de renovação das aprendizagens, ideias e práticas de todas as esquerdas, tanto naquele mundo distante como nas palpitantes veias da América Latina.

Essa foi talvez a época dourada do pensamento e do entusiasmo das esquerdas latino-americanas do século XX, ainda que algumas de suas teses não tenham sido as mais acertadas.

## **Reinserção e desenvolvimento em novo cenário**

Desde seus primeiros meses, a Revolução Cubana foi hostilizada pelos Estados Unidos. Após a vitória de Playa Girón, em 1961, desembarque organizado pelo governo de Washington e executado por uma brigada de contrarrevolucionários cubanos, a ameaça na ilha passou a ser a de um ataque direto das forças armadas estadunidenses. A Revolução, que havia conquistado o poder com suas próprias ideias e projetos, teve de procurar ajuda soviética, inicialmente para armar suas milícias populares e, em seguida, para aumentar seu poderio militar.

Em 1962, começou a instalação de plataformas para mísseis soviéticos de médio alcance, prontamente detectados por voos estadunidenses de espionagem, quando os foguetes sequer tinham cabeças nucleares. A Marinha estadunidense bloqueou a ilha e desencadeou a “crise dos foguetes”, que deixou o mundo muito próximo da guerra nuclear. Uma guerra em que ao final – nas palavras de Nikita Krushev – “os sobreviventes invejariam os mortos”. O perigo foi detido algumas horas antes do momento crítico, quando Estados Unidos e União Soviética concordaram em retirar os mísseis estadunidenses instalados na Turquia em troca do desmonte das plataformas soviéticas em Cuba, além do compromisso de os

Estados Unidos se absterem de atacar militarmente a ilha.

É muito provável que a União Soviética tenha buscado isso desde o primeiro momento, ao abrigar Cuba sob seu guarda-chuva nuclear. No entanto, a decisão de negociar e retirar os mísseis – e de permitir que a aviação estadunidense verificasse sua repatriação nos navios soviéticos – foi tomada sem que essa informação fosse dada aos dirigentes cubanos. Isso gerou um enérgico protesto, pois a soberania da ilha foi ignorada ao se realizar uma negociação a expensas de sua segurança e sem seu consentimento. As relações políticas entre Havana e Moscou ficaram estremecidas, mas o diálogo diplomático foi mantido, e Cuba descartou a possibilidade de somar-se à estratégia da China maoísta, que reagiu mediante protestos ferozes.

Antes e depois desse acontecimento, a Revolução Cubana manteve seu próprio modelo de desenvolvimento. Manteve igualmente suas próprias formas de enfrentar a agressividade estadunidense; entre elas, estimular e apoiar os revolucionários do Terceiro Mundo e, particularmente, os da América Latina na tentativa de empreender a revolução por meio da guerra de guerrilhas, abrindo múltiplas frentes de combate ao imperialismo. Em 1963 e 1964, Fidel Castro visitou a União Soviética a convite de Krushev, ocasião em que os dois líderes confirmaram o compromisso soviético de defender Cuba, estabelecendo o entendimento político e o progressivo aumento da cooperação econômica. No entanto, em fins de 1964, Krushev foi deposto.

Em 1966, foi realizada em Havana a Conferência Tricontinental, com a participação de dirigentes revolucionários da África, Ásia e América Latina, convocada para fortalecer a cooperação com os movimentos de libertação nacional e os movimentos revolucionários no Terceiro Mundo e, em especial, com os combatentes vietnamitas. Para a consecução desse propósito, fundou-se a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (Ospaaal). No transcurso dessa Conferência, Fidel Castro leu o discurso “Criar dois, três, muitos Vietnãs é a bandeira de luta”. O conteúdo do documento foi especialmente enviado por Che Guevara, que naquele momento treinava com seus companheiros em um lugar secreto de Cuba, com o objetivo de partir em direção à Bolívia. No ano seguinte, os participantes latino-americanos desse conclave criaram a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas).

O novo governo da União Soviética, ao contrário, mudou sua estratégia internacional em busca de uma distensão de suas relações com o Ocidente para conseguir um *modus vivendi* que o ajudasse a destravar o desenvolvimento econômico soviético. Sua solidariedade com as causas do Terceiro Mundo entrou em refluxo. Em 1967, Moscou deu a conhecer que não compartilhava a tese de estimular guerras de libertação e, pouco depois, o secretário geral do PCUS, Leonid Brejnev, advertiu que a União Soviética poderia reconsiderar o compromisso de

defender Cuba se a ilha persistisse em apoiar guerrilhas na América Latina. Pouco mais tarde, a União Soviética reclamou maior racionalidade no uso dos recursos que destinava à ilha e, pela primeira vez, reduziu o abastecimento de petróleo.

No início de 1968, foi noticiado que uma fração de membros do Partido Comunista de Cuba, procedentes do antigo Partido Socialista Popular (PSP)<sup>37</sup>, conspirava para substituir a direção encabeçada por Fidel Castro. Os integrantes desse grupo foram detidos, julgados e condenados a severas penas de prisão.

Apesar do bloqueio econômico dos Estados Unidos e dos países que o apoiaram, a Revolução Cubana manteve ousado esforço para satisfazer as necessidades básicas da população e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, mas se ressentia em razão do desabastecimento e da insuficiência de capital e recursos tecnológicos. Uma situação que, além disso, se complicou pela rapidez das nacionalizações e do crescimento do setor estatal da economia, quando o Estado cubano ainda não dispunha de métodos, instituições, quadros políticos e administrativos que garantissem gestão eficiente das atividades econômicas e orçamentárias, problema que se procurou equilibrar com redobrados esforços de voluntariado revolucionário.

Essa situação se agravou em decorrência da “ofensiva revolucionária” decretada pelas autoridades cubanas em março de 1968. Embora naquele momento a propriedade estatal e as práticas socialistas fossem sobejamente hegemônicas na economia e na gestão pública do país, o suposto ideológico de que “o pequeno capitalismo também engendra capitalismo” levou à falência dezena de milhares de pequenos negócios – grande parte dos quais eram microempresas familiares –, que prestavam à população serviços indispensáveis que o Estado não tinha condições de oferecer com média qualidade, ou que sequer poderia proporcionar.

O desaparecimento da disponibilidade do trabalho de milhares de carpinteiros, ferreiros, sapateiros, relojoeiros, reparadores de artigos domésticos, entre outros ofícios, que se transformaram em funcionários públicos realizando outras ocupações, contribuiu para um significativo aumento da folha de pagamento de assalariados nas instituições e empresas estatais, distante das necessidades da produção. Isso também colaborou para acentuar uma escassez que iria incitar a tentação – e até a necessidade – de subtrair recursos das instituições do Estado, toda vez que a vida cotidiana reclamasse algum reparo doméstico, sem contar as tensões psicológicas e morais decorrentes de tal procedimento. É certo que a “ofensiva” refletiu o idealismo próprio de sua época e foi uma demonstração de

---

<sup>37</sup> Trata-se do Partido Comunista tradicional, anterior à Revolução, que se fundiu em 1961 com o Movimento 26 de Julho e com o Diretório Revolucionário 13 de Março para constituir as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Em 1962, estas passaram a se chamar Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC) e, finalmente, Partido Comunista de Cuba (PCC), em 1965. A conversão das ORI em PURSC já havia respondido à denúncia de práticas sectárias por dirigentes que provinham do PSP.

independência ideológica em relação ao modelo preconizado pela União Soviética e praticado nas “democracias populares” da Europa Central e Oriental. Suas consequências implicaram descartar não poucos nichos de inventos populares – fundamentais em tempos de privação – e criaram a necessidade de dar emprego e assistência social a centenas de milhares de cidadãos nas instituições e empresas públicas, sem que isso aumentasse a produção e, menos ainda, a produtividade. Em resumo, sua aplicação exigiu a adoção de algumas políticas que reduziram a sustentabilidade da economia cubana.

Para as gerações seguintes de revolucionários latino-americanos, essa experiência deixou importantes ensinamentos. Vale lembrar que nem as previsões teóricas de Marx nem a concepção estratégica de Lenin propuseram estatizar todo o espectro da economia, mas apenas os setores fundamentais para dirigir sua transformação. Se isso supõe deixar alguns espaços ou um mercado nos quais as debilidades humanas ou os adversários da revolução possam incursionar, este é um risco que deverá ser controlado por outros meios – políticos, culturais e legais –, sem prejudicar a sustentação do processo, para que as esperanças geradas pela revolução possam ser satisfeitas.

Em curto tempo, as consequências dessa “ofensiva” provocaram grave deterioração da autonomia econômica do país e de sua revolução. Isso significou uma premência para obter recursos externos, o que alguns anos mais tarde acabaria por causar redução dessa mesma independência política<sup>38</sup>.

Essas eram as circunstâncias quando, em 1968, começaram a chegar notícias de um acontecimento distante que levantou grandes expectativas mundiais: a Primavera de Praga. Em Cuba, o periódico *Granma*<sup>39</sup> dedicou uma página diária para reproduzir todas as informações das agências de notícias a respeito do andamento desse fenômeno, sem, no entanto, definir uma posição oficial sobre ele. Amplamente informados, os leitores acompanhavam com cautelosa simpatia aquele processo, que parecia indicar uma renovação antidogmática do socialismo. Somente quando ocorreu a intervenção soviética é que os dirigentes cubanos declararam sua posição a respeito, expressa em um arrazoado discurso de Fidel Castro.

Como líder de uma pequena nação sob constante ameaça, o orador admitiu ter sido o direito internacional desacatado pela intervenção soviética, mas reconheceu que, diante da permanente perseguição imperialista para desintegrar o bloco socialista, e perante a iminência de um desenlace contrarrevolucionário em um dos países que o integrava, essa decisão respondia a poderosas razões de Es-

---

<sup>38</sup> Para melhor análise da “ofensiva revolucionária” e suas consequências, ver Guillermo Rodríguez Rivera, “Aquella ofensiva”, em *Rebelión* de 18 de abril de 2010, disponível em: <[www.rebelion.org](http://www.rebelion.org)> Acesso em: dez. 2011.

<sup>39</sup> Órgão oficial do Partido Comunista de Cuba, que fundiu os anteriores *Revolução*, criado pelo Movimento 26 de Julho, e *Hoy*, veterano porta-voz do Partido Socialista Popular (PSP).

tado. E, como questão essencial, comprometeu a União Soviética ao perguntar se, em caso de agressão norte-americana contra a ilha, as forças soviéticas igualmente se mobilizariam em defesa da Revolução Cubana.

A direção da União Soviética, naquele momento submetida à mais áspera crítica internacional – feita inclusive por grandes partidos comunistas europeus, como o francês e o italiano – agradeceu profundamente esse gesto de uma personalidade de relevante prestígio internacional, a quem passou a reconhecer como amigo autêntico.

Isso significou uma nova aproximação com a União Soviética, muito embora por algum tempo Cuba ainda mantivesse suas próprias concepções sobre como promover o desenvolvimento do país e estimular os revolucionários latino-americanos. Prova disso foi o denodado empenho, ao longo de 1969, em preparar uma enorme safra açucareira em 1970, capaz de demonstrar a capacidade da ilha de prover, por intermédio de concepções e esforços próprios, os recursos econômicos necessários a seu desenvolvimento. Mas, embora essa safra, conquistada mediante uma gigantesca, prolongada e extenuante mobilização da vontade humana, tenha sido realmente a maior de todos os tempos, não alcançou sua meta de 10 milhões de toneladas de açúcar.

Essa onerosa façanha impôs um aprendizado. Para alcançar a produção obtida, foi levada aos canaviais a maior parte dos trabalhadores dos demais setores da economia – até as universidades foram paralisadas para juntar braços de estudantes e professores. Os operários industriais, junto com os melhores profissionais e técnicos do país, abandonaram suas tarefas para participar durante meses nesse esforço, conservando seus salários habituais enquanto cortavam modestas quantidades de cana-de-açúcar. Ao terminar a safra, foi preciso voltar a colocar de pé o restante da economia nacional. E a conclusão foi óbvia: era indispensável adotar outra forma de lidar com a gestão econômica.

No entanto, a fonte de distorções originada pela “ofensiva revolucionária” deixou de ser corrigida a tempo e os dirigentes cubanos tomaram uma decisão até então evitada: a de apegar-se à capacidade soviética de ajuda para o desenvolvimento e aceitar a experiência dela em matéria de gestão econômica. Uma experiência que lamentavelmente também não seria a mais apropriada, como veio a se comprovar em menos de 20 anos.

A partir dessa decisão, cresceu e se diversificou o caudal de vinculações com a União Soviética e o chamado campo socialista. Aumentou a colaboração, mas também a dependência econômica e técnica, assim como a adoção de métodos de gestão administrativa, alguns dos quais foram copiados de modo acrítico. Em consequência, ampliaram-se também as aproximações políticas e ideológicas entre os dirigentes políticos cubanos e os soviéticos.

Embora não fosse esse o propósito, apareceram novas formas de dependência. Em 1972, Cuba passou a ser membro do Conselho de Ajuda Mútua Econômica

dos Países Socialistas (Comecon)<sup>40</sup>, ao lado das democracias populares do Leste europeu, e, em 1976, a ilha estreou seu primeiro plano quinquenal. Com as vantagens obtidas nas novas relações comerciais – por exemplo, o intercâmbio de açúcar supervalorizado por petróleo subsidiado e a ampliação da assistência técnica –, essa progressiva adoção do modelo soviético permitiu a melhoria do nível de vida de toda a população cubana.

Isso, contudo, também levou a práticas restritivas no campo ideológico e cultural. Entre outras consequências, elas deram lugar ao chamado “quinquênio cinzento”, que durante grande parte dos anos 1970 sufocou a liberdade de análises e criação intelectual e artística, ao subordinar esse campo de atividades à autoridade de funcionários mais dogmáticos do que competentes<sup>41</sup>.

Por sua vez, a política exterior cubana assumiu perfil mais nuançado. O Movimento de Países Não Alinhados passou a ser um dos seus principais cenários, no qual a solidariedade terceiro-mundista tomou forma diplomática por meio da assinatura de acordos nesse conjunto heterogêneo de regimes políticos. Desde o início dos anos 1980, desenvolveu-se um esforço diplomático para normalizar e ampliar as relações internacionais do país, furar o bloqueio estadunidense e superar o isolamento por ele provocado. E em lugar do estímulo à luta armada, passou-se a privilegiar o apoio cubano à solução política negociada dos conflitos guerrilheiros existentes.

Certamente, nada do que foi dito antes nega que, em determinadas circunstâncias, a revolução é necessária e possível por meio da guerra de guerrilhas, com base no apoio popular e urbano, como bem exemplificou a Revolução Cubana. No entanto, após essas experiências, outras realidades se impuseram e o governo da ilha passou a centrar seus esforços no dever básico de garantir melhores condições de vida e segurança para seu próprio povo – os protagonistas daquela Revolução. Dessa forma, os atrativos de Cuba, vista sob uma perspectiva revolucionária original e diferente para América Latina, foram se dissipando. Em seu lugar sobressaíram seus êxitos em matéria educacional, cultural, científica, médica e desportiva, assim como a universalização da seguridade trabalhista e social de todo seu povo.

Nos 15 anos seguintes, chegou-se à conclusão de que com o socialismo o povo pode viver melhor, e o esforço para alcançar essa meta é facilitado com o

---

<sup>40</sup> O Comecon foi o organismo de cooperação econômica constituído pelos países socialistas pró-soviéticos com a União Soviética. Foi fundado como alternativa ao Plano Marshall dos Estados Unidos para a reconstrução europeia após a Segunda Guerra Mundial e, a seguir, à Comunidade Econômica Europeia (CEE). O Comecon vigorou entre 1949 e 1991.

<sup>41</sup> Essa decisão teve consequências de alcance latino-americano: arrefeceu a estimulante influência moral e ideológica que a revolução e suas instituições culturais haviam exercido sobre a maioria dos intelectuais e artistas do continente, apesar da compreensiva lealdade dos que já eram militantes comprometidos.

apoio do “campo socialista”. Salvo raras exceções, a questão central já não seria promover a revolução continental nem prever as formas de impulsioná-la, mas sim a capacidade de o Estado revolucionário cubano, associado ao bloco liderado pela União Soviética, escapar do bloqueio estadunidense e conviver, cooperar e comercializar com maior variedade de países com distintos regimes políticos. Por sua vez, a maioria dos revolucionários latino-americanos optou por explorar outros caminhos para mudar a dramática situação de seus respectivos países.

Contudo, menos de 20 anos depois da “ofensiva revolucionária”, os dirigentes revolucionários cubanos estavam conscientes da necessidade de corrigir suas consequências. Para isso, em 1985 foi anunciado um “processo de retificação dos erros e tendências negativas”, concebido como uma análise autocrítica e propositiva a ser empreendida com ampla participação popular.

No entanto, a crise provocada pela *perestroika* e o colapso da União Soviética deixaram Cuba repentinamente sem a maioria de seus mercados e fontes de abastecimento, em uma situação de urgência, na qual a prioridade era resistir. Essa circunstância deixou a nação cubana sob a duríssima prova do período especial, o qual exigiu a procurar de uma estratégia de sobrevivência que, ao mesmo tempo, preservasse os progressos conquistados pelo socialismo e buscasse outras formas de reinserção internacional<sup>42</sup>. Mudanças seriam adiadas, de fato, até a segunda década do século XXI.

## **Buscando opções: o reformismo militar**

Depois de 1968, na emergiram América Latina duas novas opções políticas. Uma se baseava em impulsionar mudanças estruturais com base em processos nacional-revolucionários dirigidos pelas forças armadas. A outra era conseguir as mudanças por meio de eleições democráticas que permitissem uma transição gradual e pacífica ao socialismo. O aparecimento dessas novas possibilidades contribuiu para diversificar alternativas à guerra de guerrilhas, gradualmente abandonada por seu custo humano e sua objetiva falta de vitórias.

Os regimes nacional-revolucionários instalados pelas forças armadas foram conduzidos em países que pouco antes haviam experimentado rebeliões populares e focos guerrilheiros. E em regiões onde, além disso, o sistema político tradicional e suas instituições estavam em crise e cada vez mais deixando de cumprir funções básicas.

O desenvolvimento de tais regimes foi influenciado pelas ideias dos movimentos anticolonialistas e de libertação nacional e, sobretudo, pela evidência – geralmente aprendida no curso de repressão a protestos e guerrilhas – de que a

---

<sup>42</sup> Entre elas, estimular diferentes modalidades de cooperação e integração latino-americana e caribenha.

injustiça social e a exclusão política estavam na raiz desses descontentamentos e rebeliões. Ao confrontá-los, o setor mais lúcido da jovem oficialidade desses movimentos compreendeu por si mesmo que o conflito social somente podia ser superado corrigindo suas causas socioeconômicas.

Não foram poucos os oficiais que entenderam que, para resolver as questões que davam origem aos focos guerrilheiros e seu respectivo apoio popular, era necessário empreender reformas estruturais no âmbito político, social e econômico, reformas essas a que os regimes tradicionais não davam atenção ou eram incapazes de empreender. Era preciso, além disso, sanar importantes ofensas ao sentimento nacional decorrentes da subordinação do país a interesses ou poderes estrangeiros, principalmente estadunidenses. Para isso, era necessário tirar do poder os tradicionais partidos oligárquicos e seus mentores e beneficiários, os quais se valiam dos instrumentos do Estado para perpetuar o velho estado de coisas. Isso implicava romper a ordem política estabelecida e substituí-la por outra, capaz de tomar e executar as decisões necessárias.

Essa convicção passou a constituir a contraproposta latino-americana à doutrina de segurança nacional apregoada pelas assessorias militares estadunidenses. Uma contraproposta que assumiu conteúdo social progressista e ganhou apoio popular ao incorporar um programa de economia mista, controle estatal dos principais recursos do país, estímulo à produção nacional, atendimento das principais reivindicações sociais, melhor distribuição da riqueza e independência na política exterior do Estado como principais componentes de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Obviamente, essa tomada de consciência ocorreu apenas em determinados países. Foi possível ali onde a oficialidade do maior corpo das forças armadas – o exército – provinha da classe média baixa e das camadas populares; uma oficialidade que conservava suas raízes, ambiente e afinidades. Mas não prosperou onde ela procedia da classe dominante ou era assimilada por ela. A origem e vinculação popular proporcionaram uma sensibilidade e uma ótica antioligárquica e patriótica a governos reformistas, assim como a possibilidade de convocar apoio social para suas iniciativas.

Esses foram os casos de Juan Velasco Alvarado, no Peru; do breve governo de Juan José Torres, na Bolívia e, do mais duradouro, o de Omar Torrijos, no Panamá. Com menor clareza foi também o caso do governo de Guillermo Rodríguez Lara, no Equador, assim como eventuais tentativas de reformismo militar em Honduras, que finalmente degeneraram em vulgares regimes de força<sup>43</sup>.

Afora suas respectivas particularidades e realizações, os governos de Velasco,

---

<sup>43</sup> Em Honduras, como no Equador, a corrente militar reformista, em alguma medida antioligárquica e nacionalista, exercia influência, mas não era dominante. A direita militar manteve os comandantes reformistas em situação geralmente instável, até desfazer-se deles.

Torres e Torrijos se desenvolveram paralelamente aos esforços, às conquistas e às dificuldades do governo de Salvador Allende, uma coincidência no tempo que deu oportunidade para aflorarem nas esquerdas outras tantas discussões e divisores de água, a respeito dessas e de outras opções.

Uma parcela das esquerdas, que nessa oportunidade incluiu os respectivos partidos comunistas, apoiou esses regimes que, além disso, cooptaram significativo número de intelectuais progressistas<sup>44</sup>. No entanto, nos três países os chefes militares de alta patente mantiveram constante controle sobre as decisões políticas importantes, embora muitos deles estivessem menos capacitados para desempenhar tal função e fossem mais inclinados a cometer transgressões e erros e, em várias circunstâncias, mostrasse ser moralmente mais vulneráveis.

A origem e preponderância militar do novo regime alimentaram dois polos de resistência civil: um oligárquico, que reivindicava voltar à institucionalidade democrática tradicional e restrita (opção aberta ou dissimuladamente apoiada pelas embaixadas e empresas estadunidenses, e constantemente estimuladas pelos grandes meios de comunicação), em que a cúpula empresarial tinha hegemonia na tomada de decisões. O outro, representativo da esquerda mais radical, que concordava com o primeiro grupo em denunciar a natureza verticalista ou autoritária do regime. Ao mesmo tempo em que lhe atribuía caráter disfarçadamente pró-imperialista e contrarrevolucionário (embora sem uma contraproposta alternativa mais atraente ou factível do que uma fantasmagórica insurreição revolucionária que eles não seriam capazes de concretizar), vituperado como antidemocrático e “reformista”<sup>45</sup>.

A oposição dessa esquerda radical – minoritária, mas estridente – evocava a triste lembrança deixada pelas anteriores intervenções militares a serviço das direitas e as desconfianças suscitadas pelas assessorias militares estadunidenses e sua doutrina de segurança nacional. No entanto, essa crítica esquerdista também foi resultado de uma ostensiva e preconceituosa ignorância da história política latino-americana, assim como da tendência dogmática a esquematizar nossas realidades – em vez de estudá-las –, copiando as especulações e as frases de efeito de alguns gurus teóricos dos países desenvolvidos, motivadas, por sua vez, por controvérsias diferentes das nossas. Ignorância que, por fim, complementou o trabalho da oligarquia, sem que isso contribuísse para esboçar sequer uma saída progressista.

Mas, para qualquer observador objetivo, é evidente que em nossa América não se pode conceber o papel dos exércitos como homogêneo para todos os países, nem se pode defini-lo por meio de uns poucos atributos. Com muita

---

<sup>44</sup> Uma vez que os partidos comunistas se caracterizavam por sua adesão ao conceito de ditadura do proletariado, não tinham constrangimento em apoiar um regime vocacionado a reformar as estruturas socioeconômicas, ainda que isso atrasasse a democratização integral do país.

<sup>45</sup> Como veremos mais adiante, essa mesma esquerda acusava de vacilante ou pouco revolucionário o governo de Salvador Allende, o que também contribuiu para desgastá-lo, enquanto as direitas o atacavam por outro lado.

frequência, esse papel não provém da própria oficialidade militar, mas de sua relação com a classe dominante.

A América tem sido o continente de numerosas exceções: do general Lázaro Cárdenas, que, enfrentando o imperialismo e as direitas, nacionalizou o petróleo, as minas e as ferrovias mexicanas. Realizou a reforma agrária, impulsionou a educação popular e deu apoio solidário à República Espanhola. Do coronel Juan Domingo Perón, que organizou o movimento operário e o dotou de poder sindical e político, de direitos trabalhistas e sociais, e de um projeto nacional de desenvolvimento para a indústria e para o povo argentinos. Do coronel Marmaduke Grove, que tentou o primeiro governo socialista no Chile. Do capitão Luís Carlos Prestes, então líder do movimento tenentista, que à frente de uma coluna militar (1925-1927) cruzou meio Brasil, filiando-se posteriormente ao Partido Comunista; e do capitão Carlos Lamarca, que anos depois caiu em combate enfrentando a ditadura brasileira.

E também do coronel Jacobo Arbenz, líder da Revolução Guatemalteca e inspirador dos tenentes Luis Augusto Turcios Lima e Marco Antonio Yon Sosa, iniciadores do movimento guerrilheiro nesse país. Dos oficiais e soldados venezuelanos que em Puerto Cabello e Carúpano se insurgiram contra a ditadura perezjimenista. De seus irmãos oficiais, marinheiros, soldados cubanos que se rebelaram contra a tirania de Batista na base de Cienfuegos, ou se juntaram às colunas do Exército Rebelde. Dos generais chilenos assassinados por defender a legitimidade do governo de Allende. Do coronel Francisco Caamaño que, à frente de seus melhores companheiros de armas e do povo dominicano, combateu o exército invasor dos Estados Unidos. Do general Líber Seregni, longamente encarcerado pelos gorilas uruguaios por sua lealdade à Constituição e depois dirigente da Frente Ampla, aglutinadora de todas as esquerdas de seu país.

Recordando, não deveria nos surpreender que nos recentes anos 1970 os governos militares nacional-revolucionários do Peru, da Bolívia e do Panamá, após derrubar os políticos tradicionais do governo, tenham nacionalizado os meios de produção fundamentais, tais como a energia e as telecomunicações, e colocado sob controle do Estado áreas estratégicas do setor produtivo, conservando espaços e oportunidades de participação para o capital privado. E que tenham criado uma área mista e uma área social da economia, promovido a reforma agrária, aumentado os investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento e instaurado uma política exterior independente e propensa ao não-alinhamento. Em termos gerais, seus projetos nos fazem lembrar os da Revolução Mexicana e os do aprismo dos primeiros tempos<sup>46</sup>. Em boa medida, eles apoiaram-se na estratégia desenvolvimentista concebida pela Cepal daqueles tempos.

---

<sup>46</sup> Embora fossem sistematicamente antagonizados pelo aprismo da direita dos anos 1970 e posteriores.

## Velasco no Peru

Juan Velasco Alvarado, indígena mestiço de origem humilde, ingressou no exército peruano como soldado raso, no qual se sobressaiu nos estudos. Em 1968, Velasco já era comandante geral do Exército, quando se acentuou o esgotamento do sistema político tradicional, o governo fracassou na tentativa de aprovar uma reforma agrária e se descobriram os contratos secretos pelos quais haviam sido entregues as jazidas de petróleo a uma corporação anglo-americana. Com o apoio de outros oficiais, deu um golpe de Estado e expropriou a empresa petroleira, proclamando, então, o Dia da Dignidade Nacional. Pouco depois, foram nacionalizados os bancos e as principais companhias mineradoras, ferroviárias, pesqueiras e de telecomunicações, constituindo-se importantes empresas estatais que em sua maioria tiveram êxito nos anos 1970.

O governo militar regulamentou o capital e as empresas estrangeiras, e estimulou o desenvolvimento da indústria nacional e da produção e exportação de manufaturados. Propiciou uma ambiciosa reforma educacional e cultural, destinada tanto a melhorar a qualidade técnica do sistema escolar como fortalecer a identidade nacional. Desenvolveram-se projetos de saúde popular e de medicamentos baratos, água e eletricidade para os bairros pobres, o *quéchua* foi declarado idioma oficial junto ao castelhano, ampliaram-se a seguridade social e os direitos trabalhistas, promoveram a liberdade de pensamento e o acesso das organizações populares aos meios de comunicação, e houve a promoção da igualdade da mulher.

A reforma agrária foi instrumentalizada com rapidez e acabou por destruir o velho poder político e social dos latifundiários ou “*gamonales*” – principal suporte do conservadorismo político rural e do abuso contra as populações indígenas –, cujas fazendas foram transformadas em cooperativas, comunidades camponesas e parcelas individuais. No entanto, a reforma demorou demais para reconstruir a estrutura do sistema produtivo, o que aumentou a migração dos trabalhadores do campo para as principais cidades e diminuiu a oferta de alimentos.

Por outro lado, a nacionalização de empresas estadunidenses, a ativa participação no Movimento Não Alinhado, a colaboração com Cuba, União Soviética, China e com as chamadas democracias populares bastaram para justificar o bloqueio econômico e comercial dos Estados Unidos, sobretudo quando o Peru foi impedido de continuar se abastecendo de armamentos estadunidenses e decidiu adquirir os de fabricação soviética.

A subsequente campanha política de Washington e da direita no Peru e os efeitos do bloqueio, aos quais se juntaram os erros do próprio governo nacional-revolucionário – a exemplo da nomeação exclusiva de militares para os altos cargos, da concentração do poder, do autoritarismo e da corrupção de alguns personagens governamentais, da improvisação de funcionários e do desperdício de recursos – desgastaram a imagem do regime e o estado de espírito de seus simpatizantes.

Muito contribuiu para esse desgaste a falta de instâncias de organização e de participação popular – especialmente em virtude da decisão de não viabilizar a criação de um partido político civil das maiorias populares que aprovariam o processo – nas quais se contasse com a respectiva agitação corporativa e social estimulada pelo aprismo e pela extrema esquerda, componentes que ajudaram a gerar um ambiente de crise política.

Nessas circunstâncias, em que Velasco estava enfermo e incapacitado, alguns altos funcionários aumentaram a repressão policial. Isso criou condições propícias para que em 1975 outros generais depusessem Velasco e empreendessem a devolução do poder à oligarquia peruana. Isso foi facilitado mediante a troca periódica de comandos que tradicionalmente se efetua segundo a ordem estabelecida pelo escalão militar – um mecanismo clássico das instituições castrenses –, reformando alguns dos companheiros mais esclarecidos de Velasco, e em seguida, ele mesmo, substituindo-os por oficiais mais interessados no poder e na fortuna pessoal do que em melhorar o projeto nacional<sup>47</sup>.

Apesar de os progressos alcançados no Peru não terem sido revertidos, seus benefícios mudaram de mãos e o processo ficou incompleto, em particular porque carecia de um partido com instrumentos civis de alternância de seus dirigentes políticos. Ainda que o propósito do regime fosse implementar transformações “nem capitalistas nem comunistas”, o que tornava qualquer aspiração guerrilheira desnecessária, em poucos anos, após dois decepcionantes governos civis e o agravamento da injustiça social e suas consequências, apareceriam não apenas um, mas dois movimentos armados: um deles foi o Sendero Luminoso, derivação do extremismo esquerdista.

## **Torres na Bolívia**

O general Juan José Torres foi colaborador do governo do general Alfredo Ovando, destacando-se em contribuir para incorporar civis de esquerda e para nacionalizar as instalações de uma importante petroleira estadunidense<sup>48</sup>. Em 1970, quando a direita militar desencadeou um golpe contra Ovando, com o apoio de oficiais progressistas e da Central Obrera Boliviana (COB), Torres reagiu e tomou o poder. Nomeou um gabinete formado por intelectuais e militares e libertou os prisioneiros sentenciados por haver colaborado com a guerrilha de Che Guevara.

Entre seus primeiros gestos nacionalistas, exigiu a saída do país do Centro de Transmissões Estratégicas dos Estados Unidos (apelidado de Guantanamito) e

---

<sup>47</sup> O general Juan Velasco Alvarado faleceu dois anos depois. Em seu funeral compareceu enorme multidão, uma das maiores na história do Peru.

<sup>48</sup> No início de sua carreira, enquanto participava em Buenos Aires de um curso de artilharia, Torres presenciou a chegada do peronismo ao poder. Mais tarde, em seu país, tomou parte em uma rebelião de cadetes inspirada pela Falange Socialista Boliviana, organização nacionalista de esquerda anticomunista.

expulsou os Corpos de Paz estadunidense. Restabeleceu relações com o Chile de Salvador Allende e com Cuba, e tornou seu país membro ativo do Movimento dos Não Alinhados. Os Estados Unidos responderam prontamente com um bloqueio econômico e fazendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) suprirem os créditos destinados à Bolívia.

Para substituir o velho sistema político, Torres promoveu a convocação de uma Assembleia do Povo, órgão de democracia direta integrado pelos diversos setores de produção e representação de classe: setor mineiro, setor operário, universitário, docente, estudantil e outros. No entanto, sob a pressão de conspirações das direitas e do MNR de Paz Estenssoro, o regime não conseguiu se consolidar.

Em 1971, o general Hugo Banzer encabeçou um sangrento golpe militar. Refugiando-se em Buenos Aires, Torres trabalhou na resistência contra a ditadura. Cinco anos depois, ainda na Argentina, foi sequestrado e brutalmente assassinado por um comando da Operação Condor, o criminoso pacto entre os órgãos de repressão das ditaduras da transnacional Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Brasil e Uruguai por órgãos repressivos das ditaduras desses países, com influência em toda a região.

### **Rodriguez Lara no Equador**

Em 1972, o exército do Equador deu um golpe sem derramamento de sangue, quando o presidente José Maria Velasco Ibarra – que dois anos antes havia se declarado ditador e fechado o Congresso – aspirava à sua sexta reeleição, tendo como adversário o controvertido líder populista guaiaquilenho Assad Bucaram. À época, a discussão principal realizada no país girava em torno do controle da receita gerada pela indústria petroleira, rapidamente aumentada pela crise energética.

O general Guillermo Rodríguez Lara assumiu o governo, proclamado como “nacionalista e revolucionário”. Adotou como política de desenvolvimento o modelo ceplista de substituição de importações, ampliou as relações com os países do “campo socialista” europeu e com os governos nacionalistas do Oriente Médio; procurou ativar a participação equatoriana na cooperação Sul-Sul e nas atividades da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Ao mesmo tempo, canalizou os ingressos petroleiros para os investimentos em obras de interesse social – escolas, hospitais – e de infraestrutura, e na construção de uma importante refinaria estatal.

Durante seu governo, ocorreu uma violenta tentativa de derrubá-lo e, em 1976, Rodríguez Lara foi forçado pela direita militar a entregar o comando. Depois disso, o regime degenerou em uma vulgar ditadura que subsistiu até 1979.

### **Torrijos no Panamá**

O golpe de Estado de 1968 no Panamá também ocorreu em um contexto de decomposição do sistema político oligárquico, e de um escândalo gerado pela submissão do governo aos interesses estrangeiros. Nesse caso, a revolta foi provo-

cada pela iminente ratificação de um tratado que entregaria aos Estados Unidos, por mais um século, o controle do Canal interoceânico. Com isso, se viam frustradas as esperanças de pôr fim à ocupação estadunidense da cintura geográfica do país – o que permitiria resgatar a integridade territorial de sua pátria – e de recuperar essa via aquática para o patrimônio nacional.

O golpe, contudo, ocorreu por motivos alheios a ambos os processos. Os coronéis derrubaram o governo em repúdio à decisão presidencial de desarticular o comando da força pública, impondo-lhe um pacote de remoções e transferências que contrariavam as normas e a hierarquia de promoção vigentes<sup>49</sup>. Entretanto, os golpistas careciam de um projeto e de lideranças capazes de dar sentido ao poder que haviam tomado, diante da confusão e do repúdio social provocados pelo golpe. Para superar essa situação, o triunvirato militar recém-instalado outorgou altos cargos governamentais a personagens da oligarquia e da política tradicionais, o que piorou o estado de coisas e provocou a subsequente repressão.

Levou quase um ano – em que se desenrolaram sérios conflitos internos – para que um dos coronéis, Omar Torrijos, se sobrepusse aos demais, particularmente por sua capacidade de diálogo com os diferentes setores sociais e por sua ascendência entre os jovens oficiais com comando de tropas, configurando-se uma liderança que ele em seguida consubstanciaria ao propor um projeto político coerente com a situação do país e com as reivindicações populares. Em finais de 1969, os oficiais mais reacionários prepararam um contragolpe, mas – com o respaldo dos jovens comandos e de um imprevisto apoio popular – Torrijos recuperou o controle e removeu os responsáveis mais notórios da intentona, ou seja, os membros mais visíveis da direita militar. A partir desse momento, iniciou-se no Panamá um processo revolucionário comparável ao peruano.

No papel de líder das forças armadas e do governo, Torrijos cessou a repressão e a exclusão políticas. E designou apenas ministros civis, boa parte deles profissionais progressistas e dirigentes sociais, incluindo vários de esquerda que, até pouco antes, haviam sido perseguidos ou marginalizados, não só pelo regime golpista mas também pelos governos civis anteriores. Rejeitou igualmente o projeto de tratado sobre o Canal, advertindo que seu texto não era aceitável sequer como base para empreender um novo diálogo, e obrigou Washington a reiniciar as negociações<sup>50</sup>. Em seu governo, nacionalizou as empresas de energia e telecomu-

---

<sup>49</sup> Tratava-se da Guarda Nacional, instituição — superior à polícia, mas inferior ao exército — encarregada dos serviços de ordem pública e da segurança dos cidadãos no território nacional. De fato, o único exército que havia no Panamá era o dos Estados Unidos, acantonado nas bases militares que rodeavam o Canal, teoricamente para resguardar suas instalações, mas, sobretudo, para assegurar a projeção regional das forças estadunidenses, e não para proteger o país.

<sup>50</sup> A negociação de um novo tratado sobre o Canal do Panamá havia se iniciado como uma das condições para retomar as relações com Estados Unidos, que haviam sido rompidas em fevereiro de 1964, em protesto pelo massacre de estudantes panamenhos perpetrado por forças do exército estadunidense em janeiro daquele ano.

nicações e criou várias companhias nacionais e mistas. Introduziu um conjunto de reformas de amplo interesse popular no campo da seguridade social e do direito trabalhista. Na área rural, iniciou um processo metódico de reforma agrária, criando cooperativas e parcelas individuais, e fez importantes investimentos em infraestrutura para impulsionar a integração interna do país e para abrir acesso a novas áreas produtivas. Os sistemas de educação, saúde pública, seguridade social e moradia popular alcançaram enorme expansão.

E Torrijos criou ainda um sistema de representação popular que possibilitou em cada bairro, em cada povoado, realizar eleições diretas dos líderes locais e das assembleias comunais de todo o país – até mesmo das populações indígenas. Atribuiu-lhes representação e governo, e constituiu com esses líderes locais uma Assembleia Nacional do Poder Popular com funções consultivas e atribuições legislativas. Em 1972, essa Assembleia promulgou uma nova Constituição.

Ao mesmo tempo, desenvolveu uma criativa estratégia internacional destinada a mobilizar a solidariedade mundial em apoio às demandas panamenhas na negociação do novo tratado do Canal. Nação pequena, o Panamá não podia por si só levar os Estados Unidos a ceder na mesa de negociações. Isso somente foi possível por meio de um original e sustentado esforço para mobilizar a opinião pública latino-americana e do Terceiro Mundo, e para captar o respaldo de importantes personalidades e formadores de opinião europeus e estadunidenses.

Não obstante, a complexa e tensa negociação com os Estados Unidos também exigiu consolidar a frente interna, o que levou à mobilização e ao alinhamento das diversas forças sociais em apoio às iniciativas governamentais – frequentemente originais e audaciosas – nessa matéria. Esse processo implicou refrear a marcha de várias reformas internas de interesse social e pedir compreensão e paciência aos grupos mais beligerantes para evitar enfrentamentos sociais e políticos entre os panamenhos enquanto se estivesse na mesa de negociações.

O estilo político de Torrijos se caracterizou por identificar os principais problemas e concentrar recursos para resolvê-los, adiando o tratamento de outros assuntos que pudessem atrapalhar ou tirar sua atenção dessa missão prioritária. Nesse caso, o objetivo selecionado era eliminar o enclave colonial e a ocupação militar estrangeira, e recuperar o Canal, mediante uma negociação com os Estados Unidos. Por conseguinte, fez-se necessário reunir a melhor equipe para cumprir essa meta, formar ampla frente social dos setores interessados – adiando os assuntos que pudessem romper esse conglomerado – e concentrar a maior frente internacional de países dispostos a apoiar o Panamá em tal empreendimento. Em resumo, centrar-se no objetivo fundamental, minimizar contradições internas e aglutinar a maior pressão multilateral. Esta foi uma das principais características do método torrijista.

Paralelamente às negociações com os Estados Unidos, Torrijos manteve a estratégia de cooperar com as organizações insurrecionais mesoamericanas mais

inclinadas à possibilidade de obter reformas fundamentais por meio da negociação política de soluções para as principais causas do conflito armado nos países vizinhos, os centro-americanos e a Colômbia. Torrijos plasmou visionariamente sua perspectiva global na decisão de dar ajuda a distintos grupos de esquerda democrática na região e até de ultramar, quando fosse conveniente a esse projeto de reforma sociopolítica progressista e de pacificação democrática. Dessas ajudas foram beneficiários os socialistas espanhóis e franceses, na expectativa de que, uma vez eleitos seus novos governos<sup>51</sup>, eles contribuíssem para impulsionar o referido projeto, como efetivamente aconteceu.

Após o desaparecimento de Torrijos, essa estratégia – orientada a favorecer a libertação nacional, a justiça social e a modernização democrática desses países por meios políticos, na busca de um entorno geográfico mais progressista e estável – ainda seria precursora de uma política latino-americana nova para aquela época. Ela consistia em conseguir acordos progressistas entre nós, povos da América, excluindo as ingerências extrarregionais. Nos anos 1980, essa política tomaria corpo no Grupo de Contadora e outras iniciativas do gênero<sup>52</sup>.

Após firmar os Tratados do Canal, em 1977, Omar Torrijos previu que havia chegado a hora de iniciar o que ele denominou a “*retirada*”, uma operação política encaminhada a criar um partido de massas de cunho nacional-revolucionário e devolver aos militares sua vida profissional nos quartéis. A *retirada* tinha o propósito de afastar de cena os militares e reabrir o jogo político e eleitoral pluralista, com o fim de retomar e aprofundar o projeto nacional-revolucionário por meios democráticos civis. Isso ocorreria em conformidade com a capacidade de inclusão social, educação política e mobilização desse partido e de sua força eleitoral, em aliança com os líderes comunitários, suas assembleias populares e organizações, sem que em seu transcurso os militares voltassem a intervir.

Apesar da resistência da maioria dos coronéis, o partido foi fundado em 1979 e desde seu primeiro dia foi o maior do país. Mas, antes que transcorressem dois

---

<sup>51</sup> Os primeiros governos de François Mitterrand e de Felipe González.

<sup>52</sup> Assim chamado em referência ao nome da ilha panamenha onde o grupo foi constituído. O Grupo Contadora inicialmente esteve integrado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, e se fortaleceu depois com o apoio e subsequente adesão da Argentina, do Brasil, do Peru e do Uruguai. Ocupou-se em gerir soluções políticas negociadas para os conflitos centro-americanos (guerrilhas de El Salvador e Guatemala, e agressão contrarrevolucionária na Nicarágua de bases situadas em Honduras), e conter a belicosidade da administração Reagan, que ameaçava afundar essa região em uma crescente e interminável intervenção militar. As gestões do Grupo permitiram frear essa escalada e criar o marco político e conceitual que tornou possível subscrever os acordos centro-americanos de Esquipulas, por meio dos quais finalmente se formalizou o processo de restauração da paz, desarme das forças irregulares e redução dos exércitos centro-americanos. Anteriormente à constituição desse Grupo, a ilha de Contadora já era conhecida como sede da última etapa da negociação dos Tratados Torrijos-Carter, que culminaram com a abolição da chamada Zona do Canal do Panamá, com a eliminação gradual das bases militares estrangeiras e da administração estadunidense na área circunvizinha do Canal e com a reversão de todo esse território, de suas instalações e do próprio Canal ao patrimônio e à administração nacional do Estado panamenho.

anos, Omar Torrijos faleceu em um suspeito acidente aéreo, sem haver completado o projeto, e seus sucessores militares desacataram sua ordem de *retirada* e de transferir ao partido as funções políticas, então mantidas com obstinação pelos coronéis, apesar de carecerem de talentos políticos, intelectuais ou morais. Em poucos anos, suas contradições e erros seriam uma das causas principais da degradação do processo revolucionário e, em consequência, da crise social e política que finalmente culminou na brutal e desnecessária invasão estadunidense no natal de 1989, e a subsequente reposição da política oligárquica no governo do país.

Tão boa havia sido a semente que, quatro anos mais tarde, apesar do terror social semeado pela invasão e pelas perseguições políticas que a seguiram, esse partido voltou ao governo pelo voto popular. Mas a deterioração da cultura política panamenha pelos espantelhos da invasão e da subsequente ofensiva neoliberal já estavam em marcha e, ao menos por essa época, o partido torrijista não reencontraria a vocação cívica, nem o compromisso social e patriótico que caracterizaram seus primeiros tempos.

### **Movimento limitado**

Na Bolívia, no Panamá e no Peru o reformismo militar acabou com o monopólio oligárquico da política e chegou a semear algumas mudanças modernizadoras que permaneceram. Mas esse foi, por sua própria natureza, um movimento limitado. Uma vez que os chefes militares excluíram a participação de outros protagonistas sociais e políticos, faltou capacidade para criar um tipo de sistema e partidos políticos cuja militância civil tornasse o processo autossustentável, isto é, apto a garantir a preservação e a reprodução de suas conquistas. Embora a promoção social tenha melhorado, a economia e a política voltaram a ser totalmente privatizadas, e, com isso, a exclusão, o abuso e o empobrecimento retornaram e viram seus efeitos agravados.

Na América Latina, onde já existia uma veterana cultura política de rejeição à autoridade militar, esse final respaldou a convicção de que a luta pelas transformações e pelo progresso sociais não justifica depender daquela alternativa. Ela não serviu como instrumento capaz de semeá-los e dar-lhes continuidade. Passada aquela experiência, até mesmo personalidades de esquerda que colaboraram com o reformismo militar passaram a considerá-lo uma oportunidade excepcional, já finalizada, e preferiram optar por alternativas políticas civis.

### **Allende e o Chile**

Por aqueles mesmos anos o Chile viveu a esperançosa e, ao final, trágica tentativa da Unidade Popular (UP), aliança das esquerdas para concorrer com uma plataforma comum às eleições de 1970. A UP incluiu os partidos Socialista (PS), Comunista (PCCCh), Esquerda Cristã (IC), Movimento de Ação Popular (Mapu) e uma ala

do Partido Radical (PR). O êxito dessa aliança foi fundamental para eleger Salvador Allende presidente, com o objetivo de instaurar um “reformismo revolucionário” destinado a implementar no país o que ele chamou “a via chilena ao socialismo”.

Não era a primeira vez que o povo chileno experimentava um projeto político socialista. Em 1933, houve a revolução encabeçada pelo coronel Marmaduke Grove, que caiu doze dias depois. Pouco mais tarde, em 1938, a Frente Popular conseguiu eleger o radical Pedro Aguirre Cerda. O próprio Allende, veterano daquelas duas tentativas, tinha sido candidato de sucessivas alianças das esquerdas em três oportunidades anteriores.

Com a UP instalou-se um governo constitucional de inspiração socialista e democrática que, desde os primeiros dias, foi obstruído e hostilizado pela direita econômica e política. Esta reteve o controle do Congresso e da Corte Suprema de Justiça, os quais possibilitaram os instrumentos para criar obstáculos ao projeto do novo governo.

Allende pôde chegar ao Palácio graças a uma primeira maioria relativa de 36% dos votos. Na falta de maioria absoluta, a vitória teve de ser ratificada pelo Congresso, controlado pela oposição, a qual chegou a um acordo com a Democracia Cristã, permitindo salvar a situação. Nas eleições municipais de 1973, a UP conseguiu elevar sua votação para 43%. Mas, conquanto isso confirmasse a legitimidade do governo de Allende, o manteve em minoria parlamentar.

É possível que, em nossos dias, isso tivesse bastado para a maior parte da direção política das esquerdas compreender que o processo, assim iniciado, deveria ser administrado com inteligente sentido de manobra, porque não se tratava da vitória de uma revolução armada que tivesse destruído os poderes tradicionais. Era, ao contrário, um processo que começava valendo-se da institucionalidade preestabelecida: tinha-se chegado ao governo, não ao poder, por intermédio das pautas e restrições da democracia tradicional.

Na intensidade das expectativas ideológicas daqueles anos, contudo, nem todos o entenderam com a perspicácia tática exigida pela circunstância. Sobrepondo tempos, geografias e condições estranhas e muito diferentes das reinantes na América Latina, alguns companheiros pensaram – de boa fé – que era o caso de reeditar doutrinariamente a experiência bolchevique de 1917, segundo a qual caberia saltar de um governo reformista, como o de Alexander Kerensky, a um revolucionário. A exemplo do que Lenin e Trotski o conceberam, com visão e audácia.

Esqueceram-se as esquerdas de que depois da tomada do Palácio de Inverno sobrevieram oito anos de guerra civil e de intervenção estrangeira. Isso, no Chile dos anos 1970 – onde não se podia contar com o respaldo de um importante setor do exército, como na Rússia de 1917 – não teria sido possível enfrentar. E ainda se esqueceram de que estavam na América Latina do século XX e não diante do regime czarista.

Como era de se prever, nas condições da Guerra Fria e enfrentando os movimentos guerrilheiros ainda em curso, o governo de Washington não reagiu de acordo com as legítimas preferências democráticas e constitucionais do povo chileno. Logo depois da posse de Allende, a economia do país sul-americano foi permanentemente fustigada pelos interesses estadunidenses, tanto por meio de suas agências estatais – que passaram a articuladoras da escalada conspirativa das direitas chilenas – como de suas corporações privadas.

Além disso, os preconceitos anticomunistas arraigados na maior parte da Democracia Cristã – intensificados pela exaltação retórica da extrema esquerda – encerraram a possibilidade de firmar com esse setor de centro-direita um espaço ou projeto comum que, embora tivesse sido reformista e não revolucionário, o separasse da direita mais reacionária. Desse modo, a direita mais radical manteve ampla oportunidade de orquestrar uma constante ofensiva desestabilizadora que envolveria todo o leque dessa e das demais direitas, o que em pouco mais de um ano corroeu e finalmente desmentiu a suposta fidelidade do exército do Chile à Constituição.

Conforme as concepções dominantes naquela época, a *marca distintiva* tanto do nacionalismo revolucionário como do socialismo era a estatização dos principais pilares da economia. No governo de Salvador Allende, levou-se a cabo a nacionalização do cobre – mediante ação legislativa apoiada pela Democracia Cristã –; a nacionalização dos bancos e de todas as empresas de certa importância estratégica; além de ter sido realizada uma reforma agrária e de ter sido promovido grande conjunto de reivindicações sociais. Foi introduzido o sistema de gestão – a participação dos trabalhadores na gestão empresarial – e a economia, dividida em três setores: os de propriedade social, mista e privada, cujo início foi auspicioso. O setor estatal, contudo, cresceu com rapidez superior à capacidade do Estado, que não teve como reorganizar sua gestão e dotá-la de novos gerentes. Enquanto as autoridades ocupavam-se de preparar seus passos seguintes e assegurar os insumos, a ala radical acelerava o processo, estimulando a ocupação das empresas pelos trabalhadores, sem poder garantir a elas administração adequada nem o abastecimento necessário.

As medidas de interesse popular incrementaram com rapidez o poder aquisitivo da população e sua capacidade de consumo, mas as iniciativas governamentais viam-se obstruídas no Congresso e na Corte. Entretanto, a economia ficou exposta ao desabastecimento, ao déficit fiscal e à excessiva emissão monetária, à inflação e à recessão. Ao mesmo tempo, era atacada pelo boicote e pela sabotagem empresariais, e pelas greves patronais nos transportes de carga e de passageiros.

Sob a agitação política reacionária e as provocações das quadrilhas de direita – tais como o assassinato do general constitucionalista René Schneider e outros atentados –, além do bloqueio econômico e comercial estadunidense, e da

campanha de desinformação da grande imprensa, agravou-se o conflito social e cresceu o temor da classe média à incerteza, à instabilidade e à insegurança.

A discussão entre os dirigentes da Unidade Popular sobre o caminho a seguir – moderar ou radicalizar o processo, empreender manobras e concessões negociadoras, apelar aos métodos clássicos do poder revolucionário ou socar a mesa – tornou-se cada vez mais difícil. Na prática, a UP deixou de operar por meio de seu propósito, cindida entre os partidários da via legal e gradual (o Partido Comunista, o Radical e parte do Socialista) e os promotores de uma ruptura radical (o Mapu, parte do Socialista e o MIR<sup>53</sup>). Cada um deles preferiu tratar em separado com Allende. E antes que esse problema pudesse ser superado, o governo democrático foi violentamente destruído pelas forças armadas, ao custo de milhares de assassinados, desaparecidos e exilados. Em seu lugar ficou uma longa e opressora tirania que rasgou o tecido da sociedade e degradou profundamente a cultura política do país.

A tragédia chilena – em uma nação cuja história tinha elaborado uma experimentada cultura de consenso político – frustrou por mais de 20 anos a perspectiva latino-americana de construir uma via democrática e pacífica de acesso das esquerdas ao governo e de transição progressiva a um socialismo democrático. A *via chilena* foi vítima de seu tempo, o mesmo que a tinha posto em cena. De um lado, vítima da arrogante intransigência imperialista – hoje em dia, a experiência chilena provavelmente tivesse sido tolerada. De outro, da urgente (e provocadora) impaciência do extremismo de esquerda. Seu violento final deixou sem solução programática aqueles que tinham promovido essa esperança e por ela se sacrificaram. E pareceu justificar seus críticos mais radicais – os sustentadores teóricos da violência revolucionária e da ditadura do proletariado –, sem que estes chegassem a ser capazes, nem durante nem depois, de oferecer alternativa mais factível para o Chile ou para as demais nações da região.

Nas condições da Guerra Fria e da imponderabilidade com que as esquerdas chilenas tiveram de encarar o dilema entre a hipótese da via democrática e as certezas do modelo praticado pela Revolução Cubana – diante de uma direita que correu alarmada a bater à porta dos generais –, o governo da Unidade Popular foi mais além do que naquelas circunstâncias se podia sustentar. Depois do golpe, o terror. Isso desgastou tanto os alcances da liderança e da cultura política do país que, vários decênios depois, os governos do Acordo de Partidos pela Democracia<sup>54</sup> passaram pelo Palácio de La Moneda sem completar a reconstrução da

---

<sup>53</sup> Embora não tenha feito parte da UP, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), partidário da revolução armada, exerceu intensa pressão do extremo da esquerda. Depois do golpe militar combateu heroicamente a ditadura, mas foi dizimado por ela.

<sup>54</sup> Coalizão eleitoral dos partidos Socialista (PS), Democrata Cristão (PDC), Pela Democracia (PPD) e Radical Social-Democrata (PRSD), geralmente conhecida como o Acordo.

democracia. E, com isso, conformaram-se em fazer menos do que era requerido para completar a ainda necessária e postergada transição. Nesse ínterim, o tempo foi se esgotando e uma direita reciclada preparou-se para retomar o governo.

### **Roldós e o Equador**

Poucos anos depois da imolação do chileno Salvador Allende, o Equador saiu da ditadura e a partir de 1979 viveu o governo progressista de Jaime Roldós, que idealizou reformas dirigidas a fortalecer a democracia, o desenvolvimento econômico e a justiça social. Reduziu-se a jornada trabalhista e melhorou-se o salário dos trabalhadores. Após introduzir um plano nacional de desenvolvimento, ampliou-se o controle estatal dos recursos energéticos. Desde o primeiro momento, porém, Roldós enfrentou a resistência da classe dominante e do sistema político tradicional, proprietários do órgão legislativo e da grande imprensa, que em vez de programas sociais exigiam maior liberdade para o empresariado e o controle da política econômica. Por sua vez, o setor operário pressionou o governo, exigindo um programa mais radical de redistribuição da riqueza.

A política exterior de Roldós buscou estimular a solidariedade latino-americana e destacou a defesa dos direitos humanos. Isso lhe ocasionou a aversão das ditaduras militares sul-americanas e dos setores mais conservadores dos Estados Unidos, que em nome do anticomunismo ainda defendiam abertamente a política de apoiar aquelas ditaduras.

Em 1981, Roldós, sua esposa e alguns colaboradores morreram em um estranho acidente aéreo, quando os motores do avião ficaram paralisados em pleno voo. Pouco depois, no Panamá, o general Omar Torrijos perderia a vida em circunstâncias similares. Em nenhum dos casos, os familiares e colaboradores próximos aceitaram que tais mortes fossem acidentais.

### **Cone Sul**

Durante os anos seguintes, nos países do Cone Sul, empenharam-se esforços para recuperar a democracia tradicional na Argentina, no Brasil e no Uruguai, que padeceram férreas ditaduras militares de segurança nacional – com características mais corporativas do que pessoais. Nesses processos, houve diferentes modalidades de resistência popular, articuladas por organizações de esquerda que, para sustentá-las, pagaram com enormes sacrifícios humanos.

Lamentavelmente, no caso argentino a recuperação democrática começou de forma titubeante e pouco depois degenerou na corrupção do governo Carlos Saúl Menem (1989-1999), fenômeno resultante da reiterada insuficiência dos esforços para aglutinar de maneira estável as esquerdas (aquelas que a própria ditadura havia dizimado). Não obstante, nos outros dois países os esforços democráticos enriqueceram-se com a gradual estruturação de um novo tipo de formação de

partido ou coalizão de esquerda – no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e, no Uruguai, a Frente Ampla (FA) – que, em interação com suas novas realidades nacionais, puseram à prova alternativas políticas originais, capazes de mobilizar multidões eleitorais em um multicolorido leque de correntes progressistas<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Por se tratar de experiências em curso, é prematuro forçar conclusões sobre a experiência desses processos. Apesar disso, mais adiante faremos algumas observações a respeito.





## **Capítulo 3**



## **Cristianismo e libertação**

Desde o século XIX, as grandes causas sociais latino-americanas sempre tiveram a participação de crentes e ativistas laicos de fé católica e de outras confissões. Nos anos que se seguiram à onda de simpatias e solidariedades despertada pelas revoluções cubana e nicaraguense, e pelos movimentos anticoloniais de libertação nacional, com suas repercussões nas ciências sociais latino-americanas, essa constante também se expressou nos postulados humanistas e na prática social desenvolvidos pela Teologia da Libertação. As novas contribuições conceituais que as esquerdas independentes e o marxismo acadêmico puseram em circulação – tais como a teoria da dependência – calaram fundo entre muitos religiosos e leigos preocupados com a dramática situação dos despossuídos latino-americanos, e as implicações ético-religiosas de sua tragédia.

Em consequência do renovador Concílio Vaticano II e em contraste com o papel tradicionalmente reacionário da maioria das autoridades eclesiásticas, em 1968 foi celebrado na cidade colombiana de Medellín a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, cujos pronunciamentos deram maior autoridade e alcance a essa nova proposta. Depois, a vertente progressista da Igreja continuou a promover outros encontros e uma substancial produção doutrinária. Sua etapa seguinte foi reunir-se na Conferência de Puebla, no México, em 1976, dando continuidade ao processo, que avançaria apesar da persistente e obstinada resistência das autoridades e de setores eclesiásticos mais conservadores, geralmente associados à direita política.

Esse movimento renovador se expandiu pela maior parte da América Latina, tendo havido escassa interação com os partidos das esquerdas, mas depois manifestou algumas de suas expressões mais notórias na Revolução Sandinista.

Como projeto solidário, cuja característica é de natureza mais moral e social do que política, essa Teologia privilegia o trabalho nas comunidades de população pobre e marginalizada, combinando a tarefa evangelizadora com a de organização comunitária, na perspectiva de que os pobres possam, por si mesmos, se encarregar de melhorar suas condições de vida, de forma contínua e independente das autoridades estabelecidas e dos partidos políticos.

Desde a Declaração de Medellín, essa Teologia proclamou que o episcopado latino-americano não pode ser indiferente às injustiças sociais nem surdo ao clamor de milhões de pessoas que esperam de seus pastores “uma libertação que não lhes chega de nenhuma [outra] parte”. Os bispos socialmente comprometidos afirmam nessa Declaração que a pobreza não é casual, mas sim resultado das estruturas econômicas, sociais e políticas características “do sistema que padecemos”. E advertem: a desigualdade que continua crescendo entre ricos e pobres contradiz o plano do Criador e constitui um pecado social. De onde se deduz um compromisso com os pobres, conforme ao qual amar a Deus exige igualmente reclamar justiça para os oprimidos e tentar a libertação dos que mais precisam. Isso implica que a missão apostólica tem uma dimensão política que, à moda da caridade de Jesus, é subversiva perante a ordem social e a injustiça institucionalizada.

Essa definição propiciou um fecundo diálogo dos teóricos da Teologia da Libertação com o marxismo acadêmico, particularmente nos âmbitos do humanismo e da teoria da dependência. Ainda que as propostas dessa esquerda cristã constituam uma resposta essencialmente ética, oferecem acertadas análises e denúncias da realidade existente. Seus partidários, entretanto, na maioria das vezes ficam limitados quando se trata de construir uma proposta política e econômica alternativa. Com frequência, isso os leva a se restringir ao papel de repetir palavras de ordem da esquerda mais radical, com justa indignação, mas de escassa eficácia para impulsionar opções mais pragmáticas.

Entretanto, ao convergir propósitos, sensibilidades e experiências, essa limitação é superável. Porque esse processo de renovação teológica com sentido social, e de organização comunitária das populações afetadas para que elas assumam sua própria condução, permite recriar oportunidades de diálogo e cooperação entre as esquerdas laicas e os cristãos comprometidos com o ideal de redimir os pobres, no plano terreno. Em não poucos lugares, isso tem permitido passar do isolamento de alguma esquerda fossilizada, extremista ou sectária, a outra mais versátil na instalação da vida comunitária.

Dessa forma, também ajuda a superar o isolamento induzido pela maioria dos pastores evangélicos que, a pretexto de exaltar uma dedicação religiosa mais mística e milagreira, alienam os fiéis, afastando-os do debate da realidade comunitária e social. Afasta-os ainda de toda prática de organização e solidarie-

dade, introduzindo outra forma adicional de exploração, a do dízimo exigido por seus predicadores<sup>1</sup>.

Ainda assim, a colaboração com os cristãos de base é uma oportunidade que as esquerdas mais tradicionais – herdeiras de verdadeiro culto *religioso* ao ateísmo – geralmente não têm aproveitado. Entre ambas as partes perdurou a impressão de antigas desconfianças, que remontam à Igreja cúmplice de regimes e concepções reacionárias e a consequente tradição anticlerical do liberalismo radical, mais tarde continuada pelo “ateísmo científico” dos partidos da Terceira Internacional.

Não obstante, nos terrenos em que se cristaliza um reencontro com sentido social progressista, os resultados são promissores, como o demonstraram as experiências das organizações revolucionárias de El Salvador, Guatemala e Nicarágua, e as dos padres Camilo Torres e Manuel Pérez no comando da guerrilha colombiana do Exército de Libertação Nacional (ELN). E, em um sentido político-partidário mais formal, a experiência do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, que contou com as comunidades eclesiais de base (CEBs) como um dos setores sociais que convergiram para sua fundação, além de sindicalistas e intelectuais.

## **A experiência sandinista**

Na América Central, 11 anos depois da Revolução Nicaraguense, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) perdeu o poder nas eleições de 1990 e, no período subsequente, a maior parte de sua obra foi desmantelada. Em El Salvador, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) encerrou as negociações que deram fim à luta armada e se converteu em importante partido político que, ainda antes de ascender ao governo, ajudou a transformar o cenário desolador deixado pela guerra, melhorando significativamente as condições de vida no país. A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), por sua vez, subscreveu alguns acordos de paz que estabeleceram o compromisso do Estado de realizar um conjunto de reformas socioeconômicas, políticas e humanitárias que os posteriores governos não cumpriram. Nas condições de uma paz tensa e arriscada, contudo, essa organização guerrilheira, depois de desmobilizar-se para formar um partido civil, se fracionou sem criar alternativas políticas capazes de transformar aquele país.

A Revolução Sandinista foi a realização mais relevante das esquerdas latino-americanas após a Revolução Cubana. Depois de várias décadas de perseverantes esforços sob repressão da ditadura somozista, o sandinismo tomou corpo por meio de diversas formas de conceber a luta armada. Nas discussões naquele tempo entre

---

<sup>1</sup> Ainda que não conste que esses fiéis vão ao paraíso, há abundante evidência de que muitos de seus pastores e igrejas atingem a prosperidade terrena, sem que, nesta vida, a condição de suas ovelhas se torne melhor.

as lideranças que encabeçaram esse movimento houve diferentes tendências: a *insurrecional*, mais policlassista e urbana; a *proletária*, que evocava o compromisso classista de sua postura ideológica; e a da *guerra popular prolongada*, cujo nome aludia a esse modo de conceber sua estratégia combativa. Esse fracionamento mais refletiu diferenças pessoais do que discrepâncias conceituais entre seus dirigentes e, por fim, suas respectivas estruturas e estilos somente tiveram êxito quando convergiram na ofensiva comum que finalmente conseguiu derrotar a tirania.

Nessa etapa final, a insurreição contra Somoza contou com importantes auxílios internacionais, diferentes entre si, mas confluentes. Eles abarcaram desde as prioridades liberais e humanitárias do presidente Carter à visão reformadora e nacionalista do general Torrijos, e da ótica social-democrata da Venezuela dessa época, reivindicadora da democracia formal, até a visão revolucionária do internacionalismo cubano, que dedicou intensos esforços a respaldar o combate contra Somoza.

Amálgama de diferentes correntes e influências, o governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tentou implementar um projeto original baseado no pluralismo político, na economia mista, em ampla participação popular, que incluiu milhares de cristãos socialmente comprometidos e, no plano internacional, na diplomacia não alinhada. Sua revolução não somente extirpou a dinastia ditatorial e a força militar que a sustentava, mas também causou danos ao sistema de opressão política que igualmente gravitava sobre os demais países centro-americanos. Ao mesmo tempo, ofereceu aos povos dessa região uma esperança revigorada e tangível, porque na Nicarágua a revolução renovou a cultura política e deu vigência aos direitos cidadãos; desenvolveu com êxito programas de alfabetização e ensino geral; promoveu a justiça e impulsionou a reforma e modernização agrária; criou empresas produtivas mistas, estatais e cooperativas; e atendeu as urgências sociais articulando as iniciativas governamentais com a organização e participação comunitária. Tudo isso acompanhado pela modernização de um país que tinha padecido longos e brutais decênios de obscurantismo.

Apesar disso, o triunfo esquerdista (e certa tentação de imitar o exemplo cubano) postergou até 1984 a oportunidade de legitimar o novo governo em eleições. A exuberância verbal e o voluntarismo revolucionário logo transgrediram os limites considerados toleráveis pelos Estados Unidos, sobretudo no ambiente da contraofensiva neoconservadora desencadeada pelo governo de Ronald Reagan, no início dos anos 1980. Mais por seu atrevimento do que pela profundidade das transformações objetivamente realizadas, o sandinismo exasperou a direita republicana de Washington que tinha se envolvido na corrida ideológica, militar e tecnológica dirigida a derrotar a economia e a influência soviéticas e, por esse motivo, não estava disposta a admitir um pequeno, mas faiscante desafio na área geográfica que considera seu quintal.

A fantasiosa percepção ou desculpa estadunidense de que a Nicarágua podia se tornar uma cabeça de praia cubana ou soviética na América Central deu pretexto à declaração do embargo internacional. Ele foi patrocinado por ampla guerra contrarrevolucionária que, nos anos seguintes, custou ao povo nicaraguense mais de 30 mil vidas e 17 bilhões de dólares em perdas materiais. O persistente peso de várias frentes de guerra irregular subtraiu quadros dirigentes e vultosos recursos econômicos ao projeto sandinista, dificultou seu desenvolvimento e, por fim, esgotou a resistência pessoal e moral de uma parte considerável da população<sup>2</sup>.

Ao mesmo tempo, propiciou a manutenção das condições de exceção sob as quais desenvolveram-se diversas deformações do processo revolucionário: centralismo excessivo; autoritarismo; permissividade e corrupção – particularmente a vinculada às formas de resolver a destinação e a propriedade dos bens confiscados. Ainda que essa corrupção não atingisse os extremos habituais de outros países, ou os de que a própria Nicarágua tinha padecido antes e que veria reaparecer depois, a tolerância concedida a esse fenômeno em tempos tão difíceis acabou por ferir a sensibilidade popular. Diminuiu a capacidade moral, política e administrativa de uma parte do núcleo dirigente para dar o melhor exemplo, evitar e corrigir outros erros. E minou o processo interno ao desgastar a confiança dos cidadãos na liderança moral de seus dirigentes, e ao corroer a aptidão do partido sandinista para assegurar a renovação e continuidade eleitoral de seu governo.

Passados 25 anos da entrada dos revolucionários em Manágua – ao cabo de três derrotas eleitorais do partido da FSLN e três consecutivos governos da democracia restrita e neoliberal –, a Nicarágua voltou a ser um dos países mais pobres e socialmente desiguais do continente americano; e ainda passou a ter um de seus governos mais corruptos. Veja-se o exemplo dramático: depois de a Revolução Sandinista ter reduzido o analfabetismo de 53% para 12%, em 2006 cerca de 40% das crianças em idade escolar haviam abandonado a escola.

Após uma das derrotas, o partido da FSLN ainda se manteve política e parlamentarmente forte, mas permaneceu longe de “governar das ruas” no sentido gramsciano do conceito. Deixou de estruturar as condições de organização e orientação popular necessárias para mobilizar uma resistência coletiva capaz de impedir esse retrocesso<sup>3</sup>. A direção partidária se enquadrou nas jogadas de cúpula do “toma lá dá cá” de posições e espaços burocráticos, pagando o preço de perder estatura moral e identidade política, sem educar mais jovens e cidadãos nem ganhar mais eleitores. A preservação de interesses evitou exames autocríticos e congelou a oportunidade

---

<sup>2</sup> Em particular, a duração do serviço militar obrigatório, que se manteve para além do indispensável e significou uma demanda excessiva para milhares de famílias, o que incidiu em seu comportamento eleitoral.

<sup>3</sup> Diversamente, as mobilizações da sociedade civil e das organizações populares na Costa Rica e em El Salvador, por exemplo, conseguiram impedir determinadas privatizações.

de o partido renovar seus objetivos e sua oferta programática. Isso o impediu de ressurgir como partido *diferente* dos demais atores do sistema político. Seria necessário incorporar novas lideranças e não se fechar entre membros da antiga direção, ainda mais em tempos que reclamam a promoção de pessoas da nova geração.

A situação socioeconômica continuou a se deteriorar, em um país no qual ainda subjaz uma cultura política de forte sentido crítico e experiências de liderança que afloraram durante a Revolução. Durante os governos que se seguiram ao sandinismo, reiteradas mobilizações e protestos sociais demonstraram o inconformismo popular, que rompeu os arranjos das cúpulas que tinham passado a reinar, à procura de outros canais de expressão. Isso deixou clara a necessidade de as diferentes vertentes do sandinismo e do partido da FSLN recuperarem o diálogo com as demais expressões do movimento popular, para ajustar as propostas e estilos das esquerdas nicaraguenses ao teor das novas circunstâncias.

Isso não tem ocorrido. Ao considerar os prováveis motivos da terceira derrota eleitoral e em meio ao mal-estar e ao afastamento de alguns dirigentes veteranos, o partido da FSLN se dividiu. Enquanto o ex-presidente Daniel Ortega empenhou-se em reter o comando do partido e sua candidatura presidencial, outras personalidades constituíram um movimento político paralelo, crítico desse continuísmo e reivindicador do retorno dos valores originais do sandinismo. Mas a direção da Frente, por sua vez, persistiu no esquema estabelecido e separou de suas fileiras os críticos mais destacados, o que contribuiu para dispersar e perder muitos quadros sandinistas.

Ao menos em médio prazo, o sandinismo dissidente se frustrou como opção eleitoral, enquanto o “danielismo” teceu um conglomerado de pactos e compromissos com a direita liberal moralmente mais duvidosa, e com a cúpula eclesiástica, todos aos que historicamente o sandinismo tinha se oposto. Com esses sócios, em 2007 o partido da FSLN voltou ao governo, depois de uma renhida disputa que lhe negou maioria parlamentar. Como exemplo de tais compromissos, revogou a lei do aborto, que tinha sido uma das conquistas da Revolução.

Ainda que o governo do partido da FSLN tenha voltado a exibir uma inflamação retórica anti-imperialista, a antiga mobilização inclusiva e motivadora diminuiu. É possível que tal discurso ajude a atrair determinados apoios externos. A experiência anterior demonstrou, contudo, que isso apenas cumpre seu propósito quando respalda um regime que consegue se sustentar e se reproduzir com base na adesão das maiorias sociais de seu povo.

## **Uma difícil readaptação**

Fortalecidas em alguns momentos do século passado, em sua transição ao século XXI as esquerdas centro-americanas percorreram – à semelhança de seus demais congêneres – um período de indefinições que gradualmente vem se tor-

nando mais claro. Não cabe dizer que seus esforços e o sangue derramado deixaram poucos frutos. De fato, a substituição dos regimes oligárquico-militares, a reivindicação da legalidade e dos direitos humanos, e a gradual modernização democrática da sociedade guatemalteca e da salvadorenha tornaram-se possíveis graças àqueles sacrifícios e esforços. E, de uma forma ou de outra, houve a repercussão desse progresso em outros países do istmo.

O sistema político do qual a Guatemala ainda busca sair se baseou no modelo contrainsurgente, no qual o partido hegemônico era o exército – aliás, a única instituição pública com cobertura em escala nacional em um país de grande complexidade étnica e geográfica, mas apropriado por uma minoria abusiva e excludente – e a cultura política dominante era o medo. Salvo raras exceções, os partidos civis eram fachadas descartáveis, constituídas por candidatos funcionais ao sistema nas antevésperas de cada eleição e abandonados em seguida, independentemente de seus resultados.

Por fim, a exceção menos efêmera foi a Unidade Nacional da Esperança (UNE), fruto da perseverança política de Álvaro Colom (sobrinho de Manuel Colom Argueta, dirigente social-democrata assassinado pelos militares em 1979) e primeira expressão relativamente estável de um partido progressista nesse país. Embora sua gestão governamental tenha ficado limitada pelas restrições do sistema político vigente e pela contínua perseguição das direitas políticas e econômicas, vale lembrar que poucas décadas antes seria impensável um líder com esse perfil ideológico chegar à presidência da Guatemala e concluir seu mandato.

Ao contrário, em El Salvador, país dominado pela burguesia mais eficiente da região centro-americana e transitando de uma economia agroexportadora a uma economia de serviços, a direita soube oferecer opções políticas mais eficazes. Ainda assim, nessas duas nações e por quase todo o século XX, o espaço político tolerado geralmente permaneceu fechado a qualquer matiz das esquerdas, permitindo-se apenas uma modesta oportunidade ao reformismo democrata cristão que, intoxicado por seus preconceitos anticomunistas, ficou a meio caminho na realização das expectativas que chegou a suscitar e, depois de submeter-se às direitas, finalmente perdeu seus atrativos eleitorais iniciais.

Depois de anos de guerra, os acordos de paz possibilitaram certa abertura para retomar o debate político-ideológico e para organizar outros tipos de partido, mais apropriados a competir nesse inédito espaço de tolerâncias e competições políticas. Entre eles, os partidos procedentes das antigas organizações guerrilheiras, agora dispostas a se constituir em organizações políticas civis, uma oportunidade que foi mais bem aproveitada em El Salvador do que na Guatemala.

Não obstante, em ambos os casos (ainda que com diferentes graus e matizes), depois de décadas de assassinatos e expatriação das personalidades e dirigentes progressistas, e de clandestinidade e militarização revolucionária dos quadros que sobreviveram no país, a cultura política de uns e outros ficou severamente afetada,

até mesmo a de direita. A longa experiência de repressão, de ilegalidade e clandestinidade propiciou um ambiente de temor, exclusão e verticalismo – uma cultura sectária da sobrevivência. Assim como a existência de uma tensão ideológica que, embora tenha ajudado os militantes a resistir, por fim desandou em esquematizar as crenças e afugentar vários segmentos populares e das camadas médias.

Mudado esse estado de coisas com o restabelecimento da democracia restrita, é necessário adaptar-se ou readaptar-se a de viver, subsistir, conviver e dialogar, e, igualmente, pensar opções políticas para o desenvolvimento sociopolítico do país nas novas circunstâncias de distensão e relativa tolerância. Nesse processo, há custos emocionais, intelectuais e interpessoais, levando-se tempo até atingir uma readaptação completa.

Na Guatemala como em El Salvador, na luta contra a tirania, o objetivo comum de resistir e de derrotar o regime levou diferentes concepções, organizações e lideranças revolucionárias a buscarem um ponto comum e a cooperarem entre si, ajudando a aglutinar sua militância. No ambiente da democratização obtida ao desmilitarizar-se a política, contudo, as diferenças, antigas e recentes, voltaram a aflorar. E havia também a necessidade de apresentar alternativas e outras formas de liderança. Nesse contexto de diferenças, as velhas disputas e personalismos buscaram dar justificativas ideológicas a cisões cujas causas reais, com frequência, se deviam a motivos mais elementares.

Passou-se de uma transição pactuada a uma readaptação gradual, que não podia ser completada em curto prazo. A mudança de circunstâncias exige reinterpretar a realidade subitamente modificada, substituir o estilo dos velhos atores, incorporar outros que não fizeram parte da guerra, como também acompanhar o desenvolvimento de novos processos econômicos e sociais anteriormente repressados. Empreender essa reinterpretação da realidade é indispensável para revelar as novas demandas, expectativas, oportunidades e opções, e os participantes que poderão materializá-las, para esboçar as propostas – de curto ou de longo prazo –, que possibilitem o entendimentos entre eles.

O núcleo da questão é continuar a luta pelos mesmos grandes objetivos, mas levá-la adiante por outros meios, que demandam desenvolver a necessária maestria no aproveitamento de oportunidades, métodos e instrumentos. Uma continuação que exige – e ao mesmo tempo facilita – realizar a disputa em outros campos, como o da cultura política da população e o dos meios para se comunicar com ela. Mudança de âmbitos e formas de luta que exige renovar os costumes e habilidades da organização em seu conjunto e de cada um dos lutadores que a integram.

Certamente, isso é bem mais fácil expressar do que fazer. É necessário ampliar marcos de tolerância mútua, desintoxicar-se de anteriores tensões, desconfianças e ressentimentos que foram parte de contextos decorridos. E, sobretudo, construir junto com as novas ideias, outros estilos de expressão e de trabalho que facilitem o

diálogo e a cooperação, incluindo os que não foram militantes insurrecionais e os mais jovens, que não compartilharam o antigo ambiente de repressão e ilegalidade. Em outras palavras, cultivar a convergência com as personalidades e as maiorias não combatentes – com essa multicolorida e inconstante multiplicidade de grupos e pessoas que certa sociologia política simplifica, uniformiza e despersonaliza com a genérica alusão às “massas” ou, pior ainda, à “multidão”.

Para isso, é indispensável avançar na missão cultural, legal e social de consolidar e ampliar os espaços de aceitação e tolerância que a transição possibilita – espaços inicialmente preconceituosos e estreitos –, de forma que a própria participação das esquerdas gere condições mais propícias e colabore para essa ampliação. A isso se reúne o imperativo de construir organizações com atrativo eleitoral no seio de tais “massas”, nas limitadas circunstâncias da *democracia realmente existente*. Porque é por meio dessa democracia que cabe competir para abrir caminho à outra que desejamos e propomos.

Sem interrupção, a mesma luta continua. Antes se combateu a ditadura com as armas e hoje cabe prosseguir o esforço de novos modos, que requerem aprender a manejar outros meios e superar com criatividade a tradicional supremacia econômica e midiática do adversário. Atualmente, assim como no passado, o adversário dispõe de maiores recursos e é necessário superá-lo em talento e propostas persuasivas, mais do que em desqualificá-lo. Mas é preciso conseguir isso sem se deixar absorver pela ofuscação eleitoral, que pode alienar os objetivos essenciais desse empenho. O retorno à democracia formal não implica deixar-se absorver pelo sistema político tradicional, *mas sim participar para mudar*. Obter mais prefeituras e parlamentares é importante se isso permitir somar valiosos instrumentos adicionais. Não é, porém, o objetivo principal.

Neste livro, a maioria das menções que faço sobre *objetivo* tem o sentido de *fins estratégicos*. No presente comentário, porém, emprego-o em contraposição a metas de curto, médio e à longo prazo, ou aquelas referidas a alguma circunstância conjuntural – como a de eleições –, diferente dos objetivos históricos ou superiores de um partido de esquerda. Vale observar que não poucas vezes as discrepâncias entre dirigentes ou organizações se devem a que uns e outros assumem o conceito em diferente escala temporal, referindo-se uns a determinadas metas imediatas, como as reivindicativas ou as eleitorais – e outros à aspiração de longo prazo, a exemplo da finalidade transformadora ou socialista do partido ou movimento.

Atualmente, é preciso combinar a atividade permanente de uma organização de lutadores sociais com as exigências periódicas das campanhas eleitorais, que demandam outro eixo de organização: o que gera e avalia candidatos apropriados, recursos financeiros legais e formas de desempenho. E, ainda, seleciona temas e modalidades de campanha capazes de ampliar espaços de aceitação, e de captar e acumular cotas adicionais de liderança, representação e poder.

Contudo, nem a democratização interna nem a eficácia do partido devem ser medidas somente pelo número de deputados e prefeitos que o sistema estabelecido concede às esquerdas no plano eleitoral. Medem-se, ao contrário, pela capacidade de saberem desenvolver a inclusão social, a educação política, a circulação de novas ideias políticas, a democratização econômica, assim como a solução de problemas específicos da população, transferindo participação e poder às pessoas, às vezes durante os períodos eleitorais e, na maior parte do tempo, para além de tais conjunturas temporárias.

Ainda subsiste uma concepção engessada do que deve se entender por “esquerda”. É preciso *dar flexibilidade a esse conceito*, para abrir espaço aos setores sociais adicionais que, ainda que não se manifestem contra o sistema, também representam populações inconformadas com o modelo político e econômico vigente, e são potenciais forças de apoio aos esforços para substituí-lo.

Além disso, assim como em El Salvador ou na Guatemala, na maior parte da América Latina também se agita uma crescente variedade de movimentos sociais – potencialmente, uma grande e heterogênea esquerda social –, algumas vezes porta-vozes de descontentamentos pontuais, outras vezes fruto de meritórios projetos conscientemente orientados, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil. Sobretudo no primeiro caso, esses movimentos nem sempre são identificados e assumidos pelos partidos.

Conseguir que efetivamente cheguem a constituir uma esquerda social demanda um trabalho de diálogo, orientação e educação política que – respeitando a natureza intrínseca e a independência de cada organização ou grupo – deveria ser um dos principais empenhos dos partidos de esquerda. Não fazê-lo significa deixar de ter a contribuição de alguns desses movimentos para o acúmulo de experiência política ou, o que é pior, que se degradem no oportunismo ou na tentação de práticas extremistas e ações de força contra outras correntes populares, ou até mesmo fiquem a serviço da violência extrajudicial do *establishment*.

Finalmente, é necessário reconhecer que, após várias derrotas eleitorais, a partir de 2007 o FMLN salvadorenho empreendeu uma revisão de seus tradicionais esquemas político-eleitorais, o que configurou uma renovação política desse partido e de suas formas de interagir com a população. Além de facilitar o êxito eleitoral alcançado dois anos depois, essa renovação abriu caminho a uma novidade: *a do salto de qualidade do partido de pós-guerra ao partido que tira proveito da realidade democrática obtida após o conflito, para mudar-lhe o sentido*. É para isto, muito mais do que para outros fins, que serve a oportunidade de fazer parte do governo, para ampliar e recriar esse limitado espaço.

Toda mudança provoca resistências (de comportamento e de estilo, de linguagem e costumes políticos) em ambos os lados da barreira. A convergência política e a confiança mútua entre os veteranos militantes e seus novos aliados exigem

amadurecimento, perseverança e transparência recíprocos. Deixar de oferecê-los assegura somente a perda da possibilidade de avançar. Mas quando as novas expectativas superam tais resistências ao longo de uma gestão de governo incluída e eficaz, outra página começa a ser escrita, para os salvadorenhos e para os demais latino-americanos.

## **Globalizadores e globalizados**

Desde a rápida expansão do capitalismo a partir da revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, vivemos em um mundo crescentemente interconectado como um sistema, cujas partes e atividades se entrelaçam em ativa rede de influências recíprocas, de desiguais e variáveis forças. O que ocorre em um lugar repercute em muitos outros. A evolução latino-americana não escapa aos efeitos das transformações ocorridas tanto nos principais centros de poder como nas demais regiões e países, em escala mundial. Particularmente quando essas transformações incidem sobre as condições, os métodos e meios por intermédio dos quais a evolução deve continuar.

Na última etapa do século XX, em diferentes regiões do planeta multiplicaram-se rápidos progressos das técnicas produtivas, dos sistemas de transporte, do processamento de informação e das telecomunicações; foram desenvolvidas novas modalidades de produção de bens e de serviços, que exerceram impacto nas atividades econômicas e gerenciais, nos instrumentos e âmbitos do trabalho e até na vida cotidiana. Paralelamente, gerou-se um intenso auge do consumismo (e especialmente do crédito destinado a sustentá-lo).

Na maior parte do mundo, as inter-relações das empresas e dos países adquiriram maior conteúdo, rapidez, versatilidade e complementaridade. Mais do que em qualquer época anterior, o que sucede em algumas partes do globo terrestre, ato seguido, afeta de diversas formas as demais. Esse profuso entrelaçamento tornou-se componente inevitável das circunstâncias com as quais, atualmente, é preciso saber lidar.

Esse enxame de interconexões, influências, complementações e dependências mútuas é denominado *mundialização* ou *globalização*. E ainda que o termo também sirva para ocultar ou tergiversar certos aspectos do fenômeno, não deve se confundir com o de neoliberalismo. Em épocas anteriores, outras inovações igualmente transformaram as condições de existência em grandes partes do planeta. Por exemplo, os progressos das técnicas náuticas e da construção naval, que permitiram aos navegantes europeus dar à volta a África, alcançarem o Oriente, conquistar a América e interconectar interesses, acontecimentos, vidas, economias e culturas de vários continentes, entrelaçando-os como partes de um sistema mundial de maior complexidade. Ou quando houve a introdu-

ção, durante os séculos VXIII e XIX, na indústria, na navegação e na ferrovia, da máquina a vapor, que voltou a transformar as relações comerciais, as finanças e a geopolítica do mundo.

Não obstante, esses barcos e rotas entre oceanos pertenciam a determinados grupos e interesses e estavam à sua disposição, e não a serviço da humanidade. Portanto, os participantes desse fenômeno ocuparam nele papéis diferentes. Em uma ponta do processo, estavam o navegante português, o colonizador espanhol e o comerciante holandês. Na outra ponta, o proletário europeu, o indígena e o escravo africano. Processo semelhante ocorre em nossos dias. Ser banqueiro nova-iorquino, tecnólogo alemão ou gerente japonês é muito diferente de fazer parte do sistema sendo um pequeno produtor peruano, um operário brasileiro, um “*bracero*” mexicano ou um migrante colombiano. Entretanto, seja no século XVI, no XIX ou no XXI, quando um fenômeno desse gênero ocorre e impõe seus efeitos, é inevitável que uns e outros tenham que se readaptar às novas circunstâncias. Os meios e oportunidades para fazê-lo são desiguais. Ao longo da história, a existência de cada processo de mundialização ocorre determinando papéis entre uns que subordinam e outros que são subordinados. Cabe o paralelo com aquela expressão popular: há aqueles que cavalgam e aqueles que são cavalgados, ou seja, os que detêm as rédeas e os que atuam como burros de carga. Por isso, em cada caso é necessário perguntar quem são os *globalizadores* e quem são os *globalizados*, e o que é preciso para mudar efetivamente os termos de sua relação mútua.

Nada poderá ser conseguido, porém, sem o reconhecimento de que a velha situação e suas regras têm mudado. Conquanto os liberais mais progressistas e os social-democratas de meados do século XX tenham alentado os ideais do *Welfare State*, e em nossa América tenha havido forte implementação das propostas da Cepal, hoje as premissas básicas daqueles projetos não são mais vigentes. O *cepalismo* legou importantes contribuições ao desenvolvimento socioeconômico latino-americano, mas suas últimas conquistas ocorreram no início dos anos 1970, durante os governos militares nacional-revolucionários e da Unidade Popular chilena, que fizeram parte de um sistema regional e mundial ao qual não é possível voltar.

Em nenhum caso, a resposta às novas circunstâncias poder se reduzir a rejeitar a existência da mundialização. Queiramos ou não, ela está entre nós, prepotente e invasora, indiferente ao que opinemos a respeito. Como Nelson Mandela destacou, oportunamente, quando alguém argumenta que “não aceitar a globalização é como dizer que não aceita o inverno e, portanto, não vou me vestir para o frio”, porque “o que hoje ocorre no norte da Europa tem efeitos em nossa região no mesmo dia”, de modo que “a globalização já está aqui, gostemos ou não”<sup>4</sup>.

É irrelevante que certas esquerdas se manifestem negando-se a reconhecer a

---

<sup>4</sup> Discurso durante o Fórum Internacional da Mulher, Johannesburgo (África do Sul), em 30 de janeiro de 2003.

globalização, como se a nossa irritação pudesse dissipá-la. A tarefa é outra: discernir como enfrentá-la e, até mesmo, como aproveitá-la conforme as necessidades e objetivos populares. Ainda citando Mandela: “Claro que a globalização neste momento favorece os ricos e poderosos. Temos que lutar contra isso. Tem que favorecer a todos os seres humanos, seja na Europa ou na África”<sup>5</sup>.

Ao se adiantarem em reconhecer que a globalização é uma realidade, os *globalizadores* ganharam rápida vantagem sobre nós, antecipando-se em dois aspectos: o de estudar o fenômeno e o de justificar as formas de manejá-lo em seu próprio benefício. É disso que se trata o *neoliberalismo*. Enquanto a mundialização é um fenômeno objetivo, o neoliberalismo é uma ideologia interessada em interpretá-lo e regulamentá-lo – ou desregulamentá-lo –, segundo o interesse dos globalizadores, para aperfeiçoar a exploração dos globalizados.

Por um lado, estabeleceu-se um conjunto de postulados sobre como operar com maior proveito esse fenômeno em benefício dos oligopólios multinacionais e das potências econômicas que manejam a seu favor as respectivas políticas estatais, assim como as relações internacionais e as decisões dos principais organismos financeiros internacionais. Por outro, constituiu-se um elenco de justificativas destinadas a persuadir os globalizados de que esse manejo é, supostamente, o *único* “científico” e “realista”. E, assim, não restaria alternativa a não ser ceder e outorgar nossa cooperação, ou nossa resignação.

Em boa parte da América do Sul, a aplicação das políticas neoliberais foi facilitada depois da instauração das ditaduras de segurança nacional, do terrorismo de Estado e da liquidação física das esquerdas (com assassinatos, sequestros e desaparecimentos), possibilitando às oligarquias e a seus mentores restabelecer a obediência social. Posteriormente, com a volta negociada às democracias restritas, o império do medo subsistiu, manifestando-se então como temor à hiperinflação, ao desemprego, à insegurança social, em um ambiente de frustração e subordinação reforçado pela desorientação política e pela perda de confiança ocasionada pelo colapso do “bloco socialista” liderado pela União Soviética.

Essas circunstâncias facilitaram a instauração do neoliberalismo como ideologia dominante, o que permitiu potencializar a conduta dos globalizadores e submeter a dos globalizados. Como pensamento hegemônico, ele obteve maior intensidade na exploração dos povos e justificou uma desenfreada prática mercantilista, exploradora e não solidária da globalização. Contribuiu para enriquecer sem restrições morais os globalizadores, enquanto ajudava a neutralizar e a empobrecer sem piedade os globalizados.

A experiência latino-americana deixou em evidência os erros conceituais e as atroz consequências sociais do credo neoliberal e de seu modo de aproveitar

---

<sup>5</sup> Idem.

a globalização. Em relação aos globalizados ainda falta sistematizar uma contraproposta devidamente consubstanciada na teoria e eficiente na prática. Não basta derrotar conceitual e politicamente o neoliberalismo e os neoliberais, é indispensável desenvolver e contrapor-lhes uma proposta alternativa, capaz de assumir as novas condições globais segundo o interesse dos povos de nossa América, e apresentá-la de modo persuasivo e eficaz.

Em tempos de crise, essa tem de ser uma proposta que, além de atender as necessidades e demandas dos povos globalizados, deve retirar o mundo do perigoso abismo econômico e financeiro a que foi lançado pelas práticas não regulatórias e pela eliminação do controle do Estado e da sociedade sobre o mercado, instauradas pelas aves de rapina e por aventureiros colocados pelo neoliberalismo à frente dos organismos financeiros e da gestão econômica governamental nos Estados Unidos e de seus principais sócios europeus e asiáticos.

Na América Latina, o caminho para se contrapor a essa situação não pode se limitar a ressuscitar os velhos postulados cepalistas que, como dissemos, em seu tempo desempenharam um valioso papel, mas que há várias décadas cumpriram seu ciclo e se esgotaram junto com sua época. Não é possível, igualmente, conformar-se em voltar às teses keynesianas, desconhecendo a mudança ocorrida no mundo desde a época em que foram formuladas. E também não é suficiente se restringir a denunciar o neoliberalismo e as desumanas consequências de sua aplicação – para fazê-lo há razoável material demonstrativo –, sem que haja uma proposta de novo tipo, com efetiva aptidão para substituí-lo.

Do mesmo modo, não basta imitar em nosso meio as medidas de urgência que os Estados Unidos e as principais nações desenvolvidas têm praticado para salvar os banqueiros à custa dos poupadores e dos contribuintes, como forma de conter e remediar a crise econômica e financeira detonada em 2008. Aqui é preciso propor alternativas, o que demanda compreender a globalização como um conglomerado de forças e oportunidades contraditórias em que nós, latino-americanos, devemos formular nossas próprias opções, sistematizando os conhecimentos e a estratégia que nos permitam modificar o curso da crise, criando uma saída na direção que melhor corresponda aos interesses e expectativas dos globalizados.

Isso representa prover-nos de uma proposta para lutar com mais probabilidade de sucesso na construção de um futuro diferente, em lugar do impossível regresso ao passado anterior à globalização e à crise. Em outras palavras, lutar por outra forma de dominar esses fenômenos, para com isso globalizar a equidade entre as pessoas, a justiça, a cooperação e a solidariedade. E assim lutar contra a apropriação das riquezas e dos progressos mundiais por uma pequena minoria, e contra a consequente marginalização e empobrecimento da imensa maioria das nações e povos.

## Cada conquista engendra novas exigências

Em tempos de globalização e de submissão ao neoliberalismo, a última etapa do século XX também ficou marcada pelo torvelinho da *perestroika* e do colapso da União Soviética, que contrastaram com a reconversão da estratégia econômica da República Popular da China e da contundente substituição da política internacional promovida anteriormente pelo maoísmo. Em ambos os casos – e por causas diferentes –, duas potências que tinham exercido importante influência sobre significativas parcelas da esquerda latino-americana deixaram de repente de ser referência nas tarefas políticas de nossa região.

Os grupos e personalidades mais vinculados a um ou outro desses paradigmas ou fontes de orientação ficaram em um vazio político e programático do qual nem todos puderam sair. A derrocada soviética e a mudança da estratégia chinesa afetaram as demais correntes da esquerda, que igualmente se ressentiram do desaparecimento desses dois grandes referenciais, pois boa parte da organização de seu próprio discurso descansava em sua diferenciação tanto do chamado socialismo real como da autointitulada revolução cultural, e do discurso de uma suposta terceira opção mais aceitável para as potências capitalistas em tempos do neoliberalismo.

A autodestruição do sistema soviético deveu-se a uma diversidade de causas. Um das fundamentais foi ignorar a tese básica de Karl Marx, resumida no célebre quarto parágrafo do Prólogo de sua *Contribuição à crítica da economia política*. Em consequência do dogmatismo pós-stalinista e da frustração do degelo reclamado pelo XX e pelo XXII Congressos do PCUS, as prioridades do controle político-burocrático – a perpetuação do regime resultante da interpretação soviética da ditadura do proletariado – prevaleceram sobre os postulados do humanismo e da democracia socialista e sobre as exigências da revolução científica e tecnológica. Em grau crescente, essa distorção contribuiu para reduzir a eficiência, a competitividade e a sustentação do sistema soviético, no fim do qual as relações de produção (e o regime sociopolítico) estabelecidas na União Soviética deixaram de ser “formas de desenvolvimento das forças produtivas” e se converteram em entraves a esse desenvolvimento – contradição que, ao deixar de ser resolvida, estremeceu a “imensa superestrutura” erigida sobre ela<sup>6</sup>.

Também não se pode esquecer que a dinamização ideológica e programática, despertada tanto pelo XX e pelo XXII Congressos do PCUS como pela solidarie-

---

<sup>6</sup> Ver MARX, Karl; ENGELS, Federico. Prólogo a la “Contribución a la economía política”, em *Obras escogidas*, t. I. Moscú: Lenguas Extranjeras, 1952. Escrito em 1859, antes do clássico *O capital* (1867). No Brasil, foi lançado pelas editoras WMF Martins Fontes (2011) e Expressão Popular (2008). [N. E.]

dade com os movimentos de libertação nacional e com a Revolução Cubana, perdeu seu impulso reformador e inovador depois da Primavera de Praga e, sobretudo, foi paralisada a partir do imobilismo de Brejnev. A vida intelectual soviética e o desenvolvimento de uma nova consciência socialista tornaram-se medíocres sob as rotinas burocráticas, propiciadoras de apatia social. O regime herdado da Revolução Russa continuou procriando servidores públicos, mas deixou de ser o berço de novas ideias e de gerações revolucionárias.

Vale observar que para a derrocada do sistema soviético – e o modo pelo qual sua queda finalmente se acelerou – contribuiu de modo específico a da intensa competição militar empreendida pelo regime de Ronald Reagan, especialmente no campo da tecnologia mais cara. Essa perigosa concorrência não somente pôs a humanidade em iminente perigo, como levou aqueles dois Estados ao limite do esgotamento de suas reservas vitais. Agravado seu custo pelos efeitos materiais e morais da prolongada intervenção no Afeganistão, a União Soviética foi a primeira a entrar em colapso, enquanto os Estados Unidos resistiram por vários anos, graças ao respiro que isso lhes proporcionou, e aos despojos coletados pela ofensiva neoliberal em diversas regiões do mundo, particularmente na nossa América.

A economia estadunidense não subsistiria por seu próprio potencial produtivo e competitivo, e sim mediante o usufruto de recursos externos obtidos por essa via, e a ampliação do crédito e dos negócios financeiros. Menos de 20 anos depois (2008), a atual crise econômica mundial tornou visível que a superpotência também não tinha conseguido sair ileso daquela caríssima e perigosa concorrência militar, nem dos efeitos da ofensiva neoliberal. Ainda que as feridas não fossem irremediáveis, a situação deixou claro que o tiranossauro vinha mais doente do que pensávamos; ou, como na velha fábula, permitiu ao povo observar a passagem do cortejo dando-se conta de que o rei estava nu.

Por outro lado, a derrubada do bloco soviético contrastou com a estratégia de desenvolvimento adotada na China e no Vietnã. Nestes, as chamadas *reformas* e a política de abertura, isto é, as iniciativas destinadas a fomentar o desenvolvimento competitivo das forças produtivas, passaram a prevalecer sobre a conservação do formato – quer fosse soviético ou maoísta – das relações de produção antes instauradas pelos respectivos regimes revolucionários.

Contudo, não se podem ocultar os riscos envolvidos nesse experimento, especialmente no campo da moral e da cultura socialistas, pela tensão que se estabelece entre os princípios e objetivos socialistas, *contra* as demandas e as seduções de uma economia de mercado amplamente globalizada, com todas as suas complexas consequências. Apesar disso, tal política tem permitido resolver grandes necessidades sociais e materiais que, de outro modo, não seriam solucionadas.

Mas, quaisquer que sejam, seus resultados terão consequências importantes para o patrimônio coletivo da cultura das esquerdas do mundo<sup>7</sup>.

Na contramão do dogma preestabelecido, o que ocorreu na Rússia soviética e em sua enorme periferia demonstrou, se é que precisasse ser provado, que *nenhuma revolução é irreversível*. Portanto, um regime revolucionário pode até morrer sem ter perdido o governo – como as árvores, que geralmente morrem de pé –, se as motivações humanas indispensáveis para realimentar a revolução se tornam degradadas. Em outros termos, se não há forças para lhe renovar soluções de readaptação, reprodução, mudança e continuidade, como condição para criar novas expectativas socioculturais, econômicas e políticas.

Dessa reversibilidade depreendem-se várias observações. A primeira: ao completar cada nova realização ou conquista, e a cada nova etapa de desenvolvimento, a realidade é modificada pela própria revolução e, ato contínuo, novos conjuntos de necessidades, demandas, conflitos e oportunidades começam a se abrir. A revolução não esgota a história, mas lhe proporciona novas dinâmicas. Outra observação: são as pessoas e os povos envolvidos que, em suas respectivas circunstâncias e conforme seus próprios níveis de consciência, passam da condição de defender e manter o estado de coisas já obtido a um novo estágio, o de criar novas expectativas. São também os que escolhem trilhar um ou outro dos possíveis caminhos que vão conseguindo discernir, e o fazem segundo suas próprias convicções, opções e oportunidades adquiridas no processo.

Além disso, nenhuma dessas rotas alternativas está necessariamente determinada de antemão, e somente a consciência, a iniciativa, a organização e a vontade dessas pessoas e povos dão sentido a tais mudanças sociais e a seus objetivos, assim como os renovam. Apenas essas pessoas e povos – e não alguma suposta lei regedora do devir histórico – podem contribuir para a sustentação, manutenção e retificação de rumo dessas conquistas. E impedir que pereçam, acumulando experiências e propondo novos rumos e objetivos. Mas somente o farão enquanto acreditarem que são moral e materialmente preferíveis a suas eventuais alternativas, e que vale a pena correr os riscos e privações implicado na proposta, o que em boa parte dependerá de suas respectivas lideranças e de suas propostas e atrativos políticos.

E finalmente, as próprias mudanças e revoluções sociais, ao se realizarem, modificam as pessoas e os povos que as realizaram, assim como as circunstâncias nacionais e as condições exteriores em que os acontecimentos ocorrem. Se o pro-

---

<sup>7</sup> Em 2003, um responsável pelo Departamento Internacional do Partido Comunista Chinês quando questionado se as novas políticas de seu país afetavam o caráter e os objetivos socialistas proclamados pela Revolução, respondeu o seguinte: “Por esse meio, nos últimos dez anos, 220 milhões de chineses deixaram de ser pobres. Não seria este um dos objetivos da Revolução?”.

grama se cumpriu, a realidade que o pedia e que o justificava vai deixando de ser a que antes era, isto é, teve início outra realidade. O que no período seguinte dará base à reivindicação popular de renovar objetivos, programa e estilo de trabalho para empreender uma nova geração de mudanças adicionais<sup>8</sup>.

Por conseguinte, dado que nenhuma revolução (como nenhuma contrarrevolução) demarca o final da História, as mudanças que cada uma produza, e os governos que as instalam e administram, nunca chegam a dispor de um capital definitivo, conquistado de uma vez e para sempre. Ninguém se coroa de uma vez por todas. Ao invés disso, a cada dia, em cada conjuntura, os protagonistas devem voltar à rua e reconquistar a legitimidade e a sustentação, a renovação e a continuidade *que mereçam em consequência de suas ações*, em consonância com o desenvolvimento das demandas e expectativas dos povos que os sustentam, e do movimento das circunstâncias em que isso ocorre.

## **Da crise política aos movimentos sociais**

Por acaso, com a derrocada soviética desapareceram as razões para traçar objetivos de esquerda? Ao contrário. Se compararmos os atuais indicadores latino-americanos de pobreza e miséria, de desemprego e informalização, de exploração e abuso, de desigualdade, marginalização e desamparo, de desnutrição e insalubridade, com aqueles de que se padecia ao final da Segunda Guerra Mundial, ou ao início da Revolução Cubana, ou quando Che Guevara se insurgiu na Bolívia, ou no período de Salvador Allende e do reformismo militar, salta à vista que a situação dos povos deste rico continente vem piorando. E que esse flagelo se agravou, sobretudo nas últimas décadas do século XX, durante algumas democratizações subordinadas ao interminável serviço da dívida externa e dos reajustes, da redução dos direitos sociais e das privatizações neoliberais.

Em inícios do século XXI, todas as estatísticas confirmam que esse estado de coisas continua piorando ou, mais exatamente, que a injusta condição humana de milhões e milhões de latino-americanos continua se deteriorando. A intensidade dessa deterioração é ainda maior se contrastamos a gravidade de sua atual situação com os progressos que a humanidade – especialmente no mundo desenvolvido – alcançou no mesmo período.

Se bem é verdade que do outro lado do planeta o modelo soviético desmoronou, na América Latina a realidade palpável é que a ampla hegemonia do modelo

---

<sup>8</sup> Como advertiu Raúl Castro, na maturidade da revolução cabe introduzir as “mudanças estruturais e conceituais que se tornem necessárias” para renovar sua viabilidade. Isso exige “questionarmos quantas coisas fizemos, buscando realizá-las cada vez melhor, de transformar concepções e métodos que foram apropriados em seu momento, mas já estão superados pela própria vida”. Ver em “A dos años de asumir el gobierno, Raúl Castro busca inyectar cambios orgánicos al sistema”, *La Jornada*, México D.F., 31 de julho de 2008.

neoliberal deixou resultados muito mais devastadores do que os registrados nos países do “socialismo real”, nos quais não houve somente erros. Ainda que o bem-estar dos povos do campo soviético não tenha sido o mais brilhante, na América Latina o neoliberalismo fracassou em piores termos, especialmente no que diz respeito ao imperativo elementar de salvaguardar a qualidade de vida da população – pessoas, povos e nações submetidas à globalização –, precipitando-nos em uma indesculpável catástrofe social.

O neoliberalismo fracassou também – notando-o por uma dimensão eticamente menos escandalosa – fracassou no dever de dar sustentação científica, ou mesmo de dar uma prova teoricamente rigorosa de sua própria validade ou, ao menos, demonstrar sua arrogante suposição de que “não há outra opção” para o desenvolvimento a não ser submeter-se aos postulados da ideologia neoliberal. Hoje em dia, Wall Street é a mais convincente prova de que, até nas nações mais ricas, esse era um caminho equivocado.

Entretanto, na América Latina o chamado fracasso neoliberal ainda se circunscreve à deterioração que causou à vida socioeconômica dos povos, já que essa catástrofe finalmente pôs o discurso neoliberal na defensiva no debate acadêmico. Mas no que concerne aos interesses das empresas transnacionais e ao imperialismo – aos globalizadores – as normas internacionais e as práticas impostas à maioria de nossas nações ainda continuam assegurando-lhes êxito feroz: graças à ofensiva neoliberal e suas sequelas, as empresas transnacionais tomaram e continuam explorando o parque produtivo latino-americano e extraíndo recursos, de modo que os povos de nossa América contribuem para as nações mais prósperas acumularem ainda maior concentração de capitais.

Sobre as pegadas desse pecado social, agora um fantasma percorre nossa América: o da ingovernabilidade. No início do século XXI, a defenestração de sucessivos presidentes equatorianos, o precipitado desaparecimento de vários governos argentinos, as crescentes inquietações indígenas na região andina e a arrasadora insubordinação popular boliviana, assim como o insólito regime venezuelano deram provas de que o fracasso neoliberal acelera o esgotamento dos sistemas políticos por meio dos quais a democracia restrita vinha se assentando. E, ainda, gera situações de perda de governabilidade, de instabilidade sociopolítica e de inviabilidade econômica.

No entanto, assim como as reações sociais que a crise provoca tendem a deslegitimar e desestabilizar sistemas de governo, podem igualmente desembocar em arriscadas incapacidades para substituí-los por outras opções democráticas mais viáveis e eficazes. É preciso que essas turbulências e protestos possam contar com organizações políticas que lhes proporcionem adequada orientação estratégica às novas circunstâncias. Sem isso, eles podem abrir a Caixa de Pandora à desordem e à reação autoritária, em vez de oferecer uma nova etapa de desenvolvimento a

seus respectivos países, ou uma opção revolucionária. Não se deve esquecer de que, se é certo que em alguns lugares a Grande Depressão iniciada em 1929 levou ao *New Deal* e ao keynesianismo, em outros deu oportunidade à derrota, ao fascismo e, por fim, a uma guerra mundial.

Na América Latina, o gradual, mas definitivo esgotamento do paradigma neoliberal se expressou tanto na derrubada do que foi o “exemplar” modelo argentino, como na debilidade do crescimento e da maciça migração de trabalhadores e técnicos ocorrida no caso mexicano, ou na “crônica inaptidão para reverter o escandaloso retrocesso na distribuição de renda” que aflige os chilenos – cujas fragilidades sociais foram evidenciadas por ocasião do terremoto de 2010 –, demonstrando que os três países que a literatura neoliberal mais elogiou pouco depois estariam “em sérios problemas”<sup>9</sup>.

Por outro lado, o descrédito com que é visto o neoliberalismo na cultura política regional ainda não anula a persistência de muitos dos governos latino-americanos (inclusive de alguns governos progressistas) em adotar algumas de suas propositas ao tomar decisões a respeito das políticas econômicas e do manejo estatal das economias. Ainda que tal combinação já não conte, como antes, com a resignada tolerância dos povos – para evitar as ditaduras militares e a hiperinflação –, que não se dobraram diante das imposições dos que controlam os organismos financeiros internacionais.

Como lembra Atilio Borón, “a ameaça de aumento inflacionário e a chantagem dos organismos financeiros internacionais – agitando o espantinho do ‘risco país’, a fuga de capitais, a especulação contra as moedas locais, e outras – cumpriram um notável papel no ‘disciplinamento’ de povos e governos dissidentes, e na aceitação resignada do amargo remédio neoliberal”<sup>10</sup>.

Entretanto, ainda que não seja novidade a insubordinação dos povos, isso não implica que a bancarrota do neoliberalismo torne possível a revogação das reformas estruturais que antes nos foram impostas. Basta para isso que sejam substituídas por outra proposta e sua respectiva instrumentação. Entretanto, o casamento entre seu descrédito e sua permanência deixou – como diria Gramsci – um estado de coisas no qual o velho ainda não terminou de morrer, mas o novo ainda não pôde nascer (ou ainda não conseguimos produzi-lo). Em outras palavras, ali onde a autoridade ainda é exercida por um grupo *dominante*, mas que deixou de ser grupo *dirigente*, uma vez que os cidadãos deixaram de acreditar em seu discurso – ou seja, em sua cultura política –, que antes avalizou seu poder. Do que se deduz que urge desenvolver propostas idôneas para sepultar esse discurso e cultura, posto que

---

<sup>9</sup> Atilio Borón: “Neoliberalismo vs. Movimientos sociales em América Latina”, *Rebelión*, 31 de agosto de 2004. Disponível em: <[www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)> Acesso em: dez. 2011.

<sup>10</sup> Idem.

durante esse interregno é possível aflorar não somente uma perspectiva melhor mas também, como Gramsci adverte, qualquer gênero de bárbaros fenômenos “mórbidos”, de modo que é melhor abreviá-lo<sup>11</sup>.

Há dois séculos, na Europa ocidental as consequências da Revolução Industrial ocasionaram um maciço deslocamento da população rural e camponesa aos centros fabris, propiciando o fortalecimento de um novo tipo de ator social: a classe operária industrial, parte significativa de um importante processo de urbanização. Suas lutas reivindicativas e sua tomada de consciência e a formação de sua identidade madureceriam na definição de objetivos revolucionários e na fundação dos partidos que, à época, se denominaram “social-democratas”.

Na América Latina, houve algo parecido em alguns lugares, onde a industrialização atraiu migrações rurais e de além-mar, e possibilitou a constituição de um movimento operário, como nos casos específicos da Revolução Mexicana, do peronismo e do getulismo. Eles foram, porém, exceções. Na maioria das vezes, a tônica que prevaleceu foi a crise do mundo rural e a consequente expulsão crônica de populações camponesas para as cidades, criando o fenômeno oposto: o de uma urbanização sem industrialização nem oferta de emprego. Um fenômeno que, além disso, os efeitos desindustrializadores da ofensiva neoconservadora logo passaram a engrossar.

O que, do mesmo modo, introduziu um novo ator social, assentado nas periferias urbanas das grandes cidades, mas carente dos fatores agregadores e das formas organizativas características do trabalho industrial (e do emprego assalariado em geral). Um ator em condições de vida precárias, socialmente frágil, obrigado a sobreviver na economia informal, com uma cultura urbana de outro gênero e, em consequência, não sintonizado com os meios tradicionais de mobilização política<sup>12</sup>.

Nesse ambiente, começa a ocorrer o esgotamento de alguns atores políticos – no qual também se apresentam suas limitações – e a formação de outros. É mediante esse processo que temos visto crescer a atuação dos piqueteiros argentinos, do novo movimento camponês mexicano, da mobilização indígena andina. E ainda de movimentos de identidades – de etnia, de língua, de gênero e outros. Além disso, tais movimentos convocam e mobilizam as camadas médias, ameaçadas de pauperização, e as organizações da “sociedade civil” contra as mais notórias iniciativas (real ou supostamente) neoliberais<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver “Oleada de materialismo e crisis de autoridad”, em *Antología*, seleção e notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1999. p. 313-314.

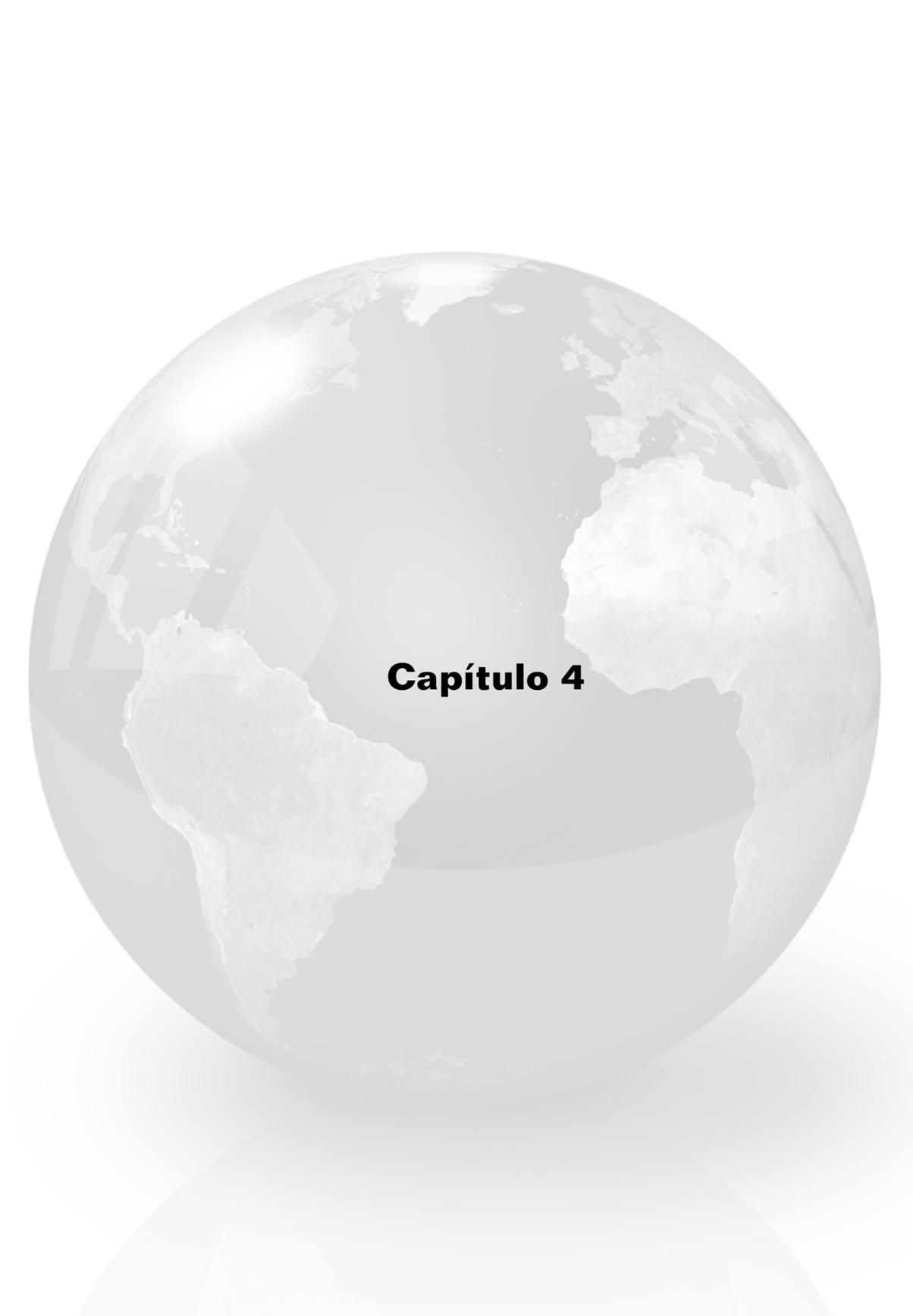
<sup>12</sup> Enquanto população culturalmente desenraizada e socialmente “desconectada” e desamparada, torna-se mais inclinada às pregações evangélicas e mais exposta ao convite das atividades ilícitas e do clientelismo político.

<sup>13</sup> O descrédito do neoliberalismo levou ao recurso fácil para estigmatizar com seu nome qualquer opção que se queira desqualificar, independentemente de que seja ou não verdadeiramente neoliberal. Trata-se de um uso leviano do termo que, por sua vez, acarreta maior confusão conceitual.

Isso pôs em cena o que Atilio Borón denomina uma “nova morfologia do protesto social”, paralela à decadência de vários dos grandes partidos populistas e de muitos modelos tradicionais de organização sindical, associada a um tipo de base social modificada pela redução numérica do proletariado industrial e dos demais trabalhadores organizados, com a fragmentação do universo dos assalariados. Ao mesmo tempo, assinala o aumento da massa de desempregados permanentes, precarizados, marginalizados que, com a identidade esmaecida, lança uma multicolorida onda de desamparados – o “pobretariado” de que fala Frei Betto –, não prevista em modelos tradicionais nem importada de outra classificação socioeconômica e política.

Essa realidade demanda uma nova discussão sobre as formas organizativas, a condução política e a orientação estratégica desse desorientado e disperso exército de descontentes, que agora bloqueiam projetos públicos e privados, põem governos em aperto e derrubam presidentes. Mas que ainda não constroem alternativas viáveis. Além disso, exige uma rediscussão da democracia que nos permitiram ter – meramente eleitoral e destinada a reciclar *mais do mesmo* –, que nas últimas décadas serviu para legitimar a administração das políticas privatizadoras e desregulamentadoras de ajuste, choque, cortes do setor público e determinado tipo de “estabilização financeira”, estreitamente relacionadas com o empobrecimento maciço que deu origem e multiplicação a esse “pobretariado”.

Entretanto, o debate precisa propor não somente outro modelo viável e sustentável de transformação e desenvolvimento, mas também modelos de partido e de democracia que sejam mobilizadores, inclusivos e participativos. Sobretudo, de partidos e democracia mais eficazes para defender e melhorar a qualidade de vida das pessoas; e combater as causas estruturais da marginalização, dispersão, pobreza, falta de solidariedade e perda de identidade; e canalizar a participação dos povos em mudança consciente e orientada de sua própria vida em direção a um mundo melhor.

A grayscale, semi-transparent globe of the Earth is centered on the page. The continents of North America, South America, and Africa are visible. The text "Capítulo 4" is printed in a bold, black, sans-serif font in the center of the globe. The globe has a subtle shadow beneath it, suggesting it is resting on a surface.

**Capítulo 4**



## Métodos e metas

A situação atual exige que se enfatize a razão básica e as responsabilidades *sociais* da economia. No plano histórico e social, a economia não é um fim em si mesmo, mas um conjunto de atividades indispensáveis para resolver as necessidades da subsistência e do adequado desenvolvimento sustentável das comunidades humanas.

Nenhuma corrente econômica que deixe de resolver essas demandas pode se considerar historicamente vitoriosa, por mais que tenha aumentado os ganhos das empresas, nacionais ou multinacionais, e dos globalizadores – conforme o resultado da experiência de 20 anos de reformas neoliberais, cujo saldo é a insustentável deterioração social de que hoje padecemos e o indesculpável fiasco da maioria de nossas economias nacionais, que enriquecem uns poucos empobrecendo ou frustrando as maiorias. Nenhuma economia tem êxito se sua prática não se traduz em maior bem-estar da população: as nossas são prova fidedigna de um enorme fracasso<sup>1</sup>.

Portanto, é *agora* que esses povos mais precisam de partidos, projetos e transformações revolucionárias capazes de demonstrar que *outro mundo é possível*. Longe de mostrar que os partidos devam ou possam ser substituídos pela espontaneidade dos movimentos sociais, as experiências iniciais do século XXI – como, por exemplo, as frustrações que originalmente se seguiram às grandes mobilizações rurais e indígenas no Equador e na Bolívia – demonstram o contrário.

---

<sup>1</sup> O fato de, no início do século XXI, a existência de governos progressistas ter permitido amenizar ou reduzir a pobreza em vários de nossos países não prova o contrário. Foram efeitos benéficos de uma intervenção política que mitigou essas consequências do sistema sem substituí-lo, mas isso é rapidamente reversível tão logo esses governos concluem sua gestão.

Para que esses movimentos consigam defender objetivos definidos e factíveis, são necessárias condução política estruturada e capacidade de previsão. Oferecê-las compete a partidos organizativa e conceitualmente adequados a esse propósito, isto é, a partidos recondicionados para podê-lo cumprir.

E para provar que esse outro mundo é possível, que transformações propor e como devem ser empreendidas? Que instrumentos e ações serão empregados? As que propõem tomar o poder de assalto e estatizar os principais (ou quase todos) setores da economia? Já houve no passado governos latino-americanos que estatizaram as empresas e as atividades fundamentais da economia sem que isso conduzisse ao socialismo nem a um duradouro bem-estar popular. É este o ápice e o final de nossos sonhos e esforços? Evidentemente, não o é, falta algo.

De acordo com as experiências históricas que aqui recapitulamos, por quase um século as esquerdas latino-americanas têm discutido principalmente sobre as *formas* ou o *método* para alcançar as mudanças revolucionárias almeçadas. Não obstante, diante dos ensinamentos, demandas e circunstâncias da atual situação, volta a ser indispensável discutir seus propósitos, isto é, os *objetivos* para cada nova etapa e conjuntura, sua intenção histórica.

Mais de um século de trajetória das esquerdas latino-americanas não pode continuar restrito a um conjunto de diferentes relatos e explicações sobre as experiências e erros cometidos. Em nome do modelo e do método preferido, debatem, colocam-se à prova e, por fim, descartam os diferentes caminhos, com o sacrifício ou a frustração de tantas vidas e esperanças, sem que a utopia consiga finalmente se cumprir. Para uma resposta sobre o que fazer agora, e como o fazer, é preciso, antes, discutir aonde se deseja e é factível chegar – o que se quer conseguir – em tempos, condições e particularidades determinados por nós.

Por décadas, o debate a respeito dos métodos prevaleceu sobre a questão dos objetivos, porque de antemão dava-se por resolvida a validade universal de um ou outro modelo. Assim como no início do século XX, a América Latina acolheu ideias socialistas que levaram tempo em aclimatar-se, mais tarde recebeu exemplos de outros povos que tinham se libertado da opressão e da pobreza. Tais exemplos viriam a ser transformados em modelos ou padrões que supostamente bastariam ser reproduzidos em nossos países. E, ao assumi-los como finalidades estabelecidas, a discussão passava a se centrar nos métodos para realizá-los em nossa América. Se o *que fazer* já estava determinado, bastava discernir *como o fazer*.

Nesse contexto, quatro modelos prevaleceram. No primeiro quarto do século XX, o povo mexicano lutou em uma revolução tumultuada e sangrenta, com resultados e destinos incertos, enquanto o povo russo realizou outra luta que, enunciando um projeto mais definido, erigiu um modelo que na Europa gozou de alta consideração durante várias décadas. Isso suscitaria um conjunto de inter-

rogações: como atingir algo similar na América Latina? Com que proletariado ou com que massas populares e indígenas? Tomando, de uma vez por todas, o céu por assalto, ou cursando as incertezas e meandros de algum processo intermediário? Instalando uma ditadura popular ou por meio de determinada evolução democrática<sup>2</sup>? E, finalmente, que tipo de partido, de projeto e de condutas deve ser criado conforme a opção escolhida?

Da experiência revolucionária mexicana derivou boa parte do credo aprista e, mais tarde, em seu tempo e modo, também o modelo de desenvolvimento proposto pela Cepal, mais os projetos do nacionalismo-revolucionário. Por sua vez, do modelo bolchevique resultou uma geração de partidos comunistas. E de seus críticos de esquerda, opostos à violência revolucionária e à ditadura do proletariado, formou-se um conjunto de partidos socialistas. Esses partidos deixariam profundas marcas na cultura política latino-americana, e contribuiriam para a formação de um grande número de ativistas, intelectuais e dirigentes. Muitos deles, depois de esgotar sua paciência à espera de uma revolução que não chegava a se concretizar, buscaram opções mais contestatórias, como a oferecida pelo trotskismo, ou adotaram alternativas reformistas que tornaram possível atingir resultados parciais, mas tangíveis em prazos mais imediatos.

Na China – 20 anos depois de o Partido Comunista mudar sua estratégia de assalto ao poder, após o esmagamento da insurreição operária de Shanghai – a revolução concluiu vitoriosamente uma longa guerra nacional-libertadora e social-revolucionária, graças à tenacidade de um exército camponês. Apesar da falta do proletariado industrial supostamente indispensável, por meio de tal processo notou-se que o objetivo podia ser conquistado levantando grandes forças rurais que avançassem do campo para as cidades, ao contrário do modelo bolchevique. Para a esquerda radical, insatisfeita com o paradigma soviético, a experiência chinesa pareceu ajustar-se melhor à nossa realidade e às possibilidades da América. Tanto assim que houve quem proclamasse não somente sua preferência por esse modelo asiático, como reconhecesse supostas semelhanças entre as condições chinesas e latino-americanas<sup>3</sup>. De tal modo como aconteceu nos tempos do cisma trotskista e alas mais radicalizadas dos partidos comunistas, houve uma geração de cisões maoístas que por longo tempo se mantiveram em confronto com os partidos pró-soviéticos e com os da Quarta Internacional.

---

<sup>2</sup> O que recorda o velho dilema bizantino entre organizar a revolução ou fazer reformas. Ressalte-se que o marxismo esquemático se esquecia de que toda revolução envolve um conjunto de reformas, e que mais vale conquistar reformas — que para as pessoas são progressos — do que ficar tolhido à espera de revoluções que ainda não podem ser feitas, bem como a verdade empírica de que a vida da maioria dos revolucionários latino-americanos costuma ser investida em lutar por reformas mais que em materializar verdadeiras revoluções.

<sup>3</sup> Não sabemos se esses pregadores chegavam a essa conclusão por simples desconhecimento da realidade e da evolução política da Rússia, da China e da América Latina ou, como é mais provável, por conhecer apenas aspectos gerais de uma ou outra.

E resplandeceu no início dos anos 1960 a vitória do povo cubano, tão familiar e próxima. Em breve tempo, houve solução para problemas que por séculos tinham pressionado os latino-americanos. E de modo não somente atraente como supostamente acessível e a custo notavelmente menor do que o sofrido pelos povos da Rússia e da China. O que fez entrar em cena um quarto modelo, de autóctone originalidade, surgido das entranhas de um povo irmão. Uma vez mais, supunha-se estabelecido o *que fazer*, cabia se ocupar de como reproduzi-lo nas demais latitudes da América.

O exemplo cubano absolveu os partidos comunistas de seu alegado controle monopolista sobre a possibilidade de fazer a revolução socialista. Uma vez que não poucos desses partidos demoraram em assimilar a imprevisível originalidade da opção cubana – e seus subsequentes corolários guevaristas –, um grande número de quadros jovens e impacientes entreviu um caminho diferente, dando lugar a outra geração de partidos e movimentos de esquerda revolucionária, os quais, em seguida, colocariam um novo tipo de questionamento e discurso políticos, incluindo a alternativa de se levantar em armas.

Era factível, no entanto, reproduzir essa experiência nas particularidades nacionais de nossa América? Responder à indagação demandou décadas de luta e de sacrifício de muitos de nossos mais valiosos militantes e dirigentes. Hoje, 30 anos mais tarde, perante outras condições mundiais e regionais, cabe perguntar: está se formando ou se refazendo outra geração de organizações e partidos das esquerdas latino-americanas? Se for assim, eles deverão adotar um modelo de organização e procedimentos semelhantes, ou diversos esquemas de organização e de ação?

## **Mudança de modelos**

Depois da queda de Che Guevara na Bolívia (1967), a frustração das revoluções de 1968, o esmagamento da Primavera de Praga, e as consequências da controvérsia sino-soviética e a obstinação do bloqueio norte-americano, além das dificuldades de caráter interno, contribuíram para obstruir o sonho cubano de conseguir por meios próprios um rápido desenvolvimento socialista que permitisse criar um caminho original.

Acosada pelos Estados Unidos e pressionada contra sua vontade a tomar posição na controvérsia sino-soviética<sup>4</sup>, Cuba – como praça sitiada – se viu estrangida a congelar sua trajetória de pluralidade revolucionária terceiro-mundista e gradualmen-

---

<sup>4</sup> Em nome do não alinhamento, da unidade do movimento revolucionário mundial, e em seu próprio interesse, Cuba evitava aderir a uma das partes. Mas a imperiosa exigência maoísta de que cada partido e país definissem uma posição — a qual, ademais, devia ser muito crítica da outra parte — contribuiu para que Cuba fizesse a opção mais realista.

te se associar ao sistema encabeçado pela União Soviética<sup>5</sup>. Por fim, isso se estendeu aos modos de encarar o debate ideológico e as decisões políticas e, por fim, algumas das diferenças que nos primeiros anos tornavam mais atraente a tentativa cubana foram se acomodando ao cinzento modelo soviético dos tempos de Brejnev. E ainda que tenha se mantido o reconhecimento latino-americano às notáveis conquistas sociais e culturais da Revolução e ao direito da ilha ameaçada de decidir e defender suas próprias alternativas, houve retrocesso em um dos maiores atrativos que antes alentaram o ideal de criar opções similares em outras nações do continente.

Ao não prever a tempo a desintegração do “campo socialista” e a derrocada soviética, Cuba assumiu o desafio de enfrentar a dramática experiência do chamado “período especial”, quando seu povo empreendeu o heroico esforço de sobreviver às piores privações, depois de perder a imensa maioria de suas fontes de abastecimento e mercados no exterior, e até conseguir novas formas de inserção internacional. Somente a solidez e a perseverança das convicções patrióticas e revolucionárias de seu povo e a tenacidade de seus dirigentes lhe permitiram resistir e voltar a diversificar, de outra maneira, suas relações e intercâmbios com o resto do mundo, uma odisséia que deixou duras marcas materiais e espirituais no país.

Essa resistência, que tornou possível preservar o essencial dos progressos sociais anteriormente conquistados, foi parte substantiva da resistência latino-americana à ofensiva neoconservadora e ao neoliberalismo.

Passado o difícil período, contudo, a obstinação do bloqueio econômico e a ameaça militar dos Estados Unidos continuaram entrelaçando-se com as deficiências do modelo de gerenciamento interno – excessivamente estatizante –, herdado de tempos anteriores.

Mesmo conscientes de que as sequelas da velha “ofensiva revolucionária” continuavam contribuindo para gerar onerosas e insustentáveis deficiências do modelo, os cubanos também viram que as condições do período especial os privavam de meios e oportunidades para remediá-las. O que levou não só a prosseguir com uma economia doméstica atada à escassez crônica e ao mercado negro – em que indesejáveis sequelas revertiam na psicologia social de grande parte da população –, mas também a prosseguir na distorção das relações econômicas de Cuba com o exterior<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Isso implicou incorporar-se ao Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Comecon) — o bloco econômico encabeçado pela União Soviética —, que envolvia uma atribuição dos *papéis* que cada Estado membro devia assumir na produção e no intercâmbio de produtos entre os integrantes do grupo. Assim como a homologação de suas respectivas estruturas e métodos de administração e controle. Foi o que obrigou Cuba, que empreendia importantes esforços para desenvolver uma agricultura diversificada de alta produtividade, a voltar a aceitar a condição de *açucareira* de uma potência ou bloco dominante.

<sup>6</sup> O esforço empreendido para refazer o sistema de gerenciamento, tanto econômica quanto socialmente, sem renunciar aos princípios e objetivos socialistas responde tanto a demandas sociais como às exigências e às possibilidades dessa época. No entanto, em que pese uma cuidadosa preparação prévia, será de extrema complexidade, e só a necessária confiança e consenso populares poderão sustentá-lo, o que demandará tenaz empenho político de novo tipo.

Assim, apesar de uma generosa tradição de sonhos, esforços e vidas consagrada à luta armada revolucionária, e ao apoio igualmente proporcionado a alternativas de transformação social, ao longo desse tempo a Revolução Cubana permaneceu como o único fato de seu gênero na América Latina.

Quando a guerrilha sandinista tomou o poder na Nicarágua, nas condições geográficas, socioeconômicas e culturais daquele país e das diferentes formas de agressão da resposta estadunidense, a continuidade dos sandinistas no governo – isto é, a aptidão de seu projeto e estilo de trabalho para reproduzir sua permanência no poder – se tornou politicamente insustentável, apesar da grande quantidade de auxílio externo que foi proporcionada. Atualmente, a proposta sandinista – seja no governo, seja na oposição – só poderá reconstituir sua viabilidade desenvolvendo outros métodos e projeto, diferentes tanto de seu modelo original, como do estilo político que depois tirou da FSLN a capacidade de construir uma nova convocatória social e gerar um novo tipo de governo<sup>7</sup>.

No final dos anos 1980 registraram-se duas mudanças substantivas. A China reconsiderou o modelo de desenvolvimento que antes preconizava e empreendeu uma audaciosa, mas complexa e arriscada, transição para uma “economia socialista de mercado”. Esta, para ser decidida, em seus momentos iniciais precisou superar dramáticas disputas internas, como a que em 1989 se fez visível na crise da Praça Tiananmen. E a União Soviética reconheceu que a entronização de seu modelo tinha se convertido em fator de estancamento de suas forças produtivas, e de apatia e inconformidade sociais, e em poucos anos se desintegrou, ao final de uma errática tentativa de reformá-lo.

Em consequência, tendo reformulado seu modelo para acoplá-lo ao soviético, Cuba teve de enfrentar, em condições adversas, seu “período especial” e um novo reajuste que, sob o recrudescimento neoconservador do bloqueio e da hostilidade estadunidenses, foi duplamente complexo e doloroso.

Assim, ao começar os anos 1990, aqueles modelos tinham ficado como grandes referenciais históricos – de acertos e erros, assim como de inspirações e desilusões – do patrimônio cultural das esquerdas. E tinham deixado, igualmente, de representar caminhos por onde transitar.

Isso nos leva a uma conclusão que tínhamos antecipado, a de que durante a maior parte do século XX as esquerdas latino-americanas debateram com afincamento sobre os métodos para conduzirem sua missão histórica, mas o que elas geralmente discutiam não foram os *objetivos* a serem alcançados, e sim as *formas de luta* supostamente necessárias para cumpri-los. O que supõe um modo de aliena-

---

<sup>7</sup> Por outra parte, as únicas guerrilhas que têm perdurado na América Latina são as colombianas, cujas origens e comportamentos são alheios ao modelo cubano e só podem ser explicadas no contexto histórico e sociocultural de seu próprio país.

ção que algum dia deverá ser estudado, em que uma vanguarda se sacrifica para realizar em seu país um modelo que corresponde a outro.

Uma vez que são considerados de antemão estabelecidos, a compreensão desses objetivos foi suplantada pela missão de reproduzir na América Latina o que antes tinha se conseguido na Rússia, na China ou, no melhor dos casos, em Cuba. Reconsiderando cada um daqueles modelos, cabe atualmente perguntar: algum deles ainda se constitui em proposta viável para os dias hoje? Se não, qual seria o modelo adequado para nossa realidade?

As experiências recentes demonstram que em diferentes latitudes de nossa América já se põem à prova diversas modalidades de uma nova geração de organizações de esquerda, agora menos *vanguardistas* e mais vinculadas à pluralidade das reivindicações e dos movimentos sociais. É correto resistir, mas passar da resistência à proposição de outro projeto ainda é matéria pendente. Admitido que *outro mundo é possível*, resta discernir *como* esse mundo poderá ser e *como* o construir, mediante que instrumentos e que caminhos.

## Esclarecer seus propósitos

Ao assumir aqueles três modelos históricos<sup>8</sup>, as esquerdas adotavam um paradigma, o da revolução e da construção socialistas entendidas como vitória sobre o regime burguês e consequente substituição do capitalismo, conforme determinado padrão conceitual: o da tomada do céu de assalto, para “saltar” de uma etapa histórica à seguinte, de acordo com o esquema dogmático de redução da história às cinco etapas que os simplificadores do marxismo tinham estabelecido<sup>9</sup>. Concepção que em seguida prescrevia instaurar a ditadura do proletariado – ou mais exatamente, a concepção soviética dessa etapa –, à qual corresponderia expropriar e estatizar os meios de produção, com o fim de derrotar a burguesia, o imperialismo e seus aliados, e iniciar o “período de transição ao socialismo”.

O que significava estabelecer um esquema de estatização por *default* – e não necessariamente por imperativo político, econômico e de segurança – da maior parte das empresas e dos setores da produção e dos serviços. Até mesmo na provável circunstância de carecer dos recursos humanos, organizativos e materiais necessários para mantê-los em operação e melhorar sua eficácia a fim de garantir as necessidades fundamentais da população e desenvolver o país.

Entre outros fatores, isso também supunha eliminar, imediatamente, os ins-

---

<sup>8</sup> Dito em termos gerais, o modelo soviético, o maoísta e o cubano, tal como estes podiam ser entendidos no final dos anos 1970.

<sup>9</sup> Comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo (o qual seria antecedido por um período de transição ao socialismo, que, por sua vez, seria uma etapa preparatória do comunismo propriamente dito).

trumentos do mercado com o propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico necessário para satisfazer as demandas sociais correspondentes às novas relações socialistas. Curiosamente, um ponto de vista que desse modo negava a breve experiência soviética da Nova Política Econômica (NEP) de Lenin, que em seu tempo teve êxito, até o dia em que foi suprimida pelas autoridades de Moscou por razões políticas e econômicas, chegando até a ser desconsiderada na literatura teórica soviética.

A escassez não precisa necessariamente ser um custo obrigatório da revolução. Ainda que esta implique a retirada do poder da burguesia, em todo caso isso deveria ser conseguido sem paralisar os meios de produção nem relegá-los longamente à ineficiência e ao atraso. Atualmente, esse estatismo agonizante é descartado até no caso de uma experiência radical como a de Cuba que, na “ofensiva revolucionária” de 1968, estatizou mais do que o necessário, exagero que depois Fidel Castro desaconselharia aos dirigentes da Revolução Sandinista. De fato, se a direção política do processo sabe manejar o rumo que conduz aos objetivos propostos e controla os componentes fundamentais da economia, várias formas de propriedade podem colaborar na construção socialista, pois esta não requer o confisco e a apropriação de todos os instrumentos econômicos, mas sim a manutenção da hegemonia sobre os instrumentos fundamentais. Dessa forma, hoje em Cuba não se exclui a participação de capital e tecnologia estrangeiros<sup>10</sup>.

Por outro lado, a questão da ditadura do proletariado – ou de uma “ditadura com apoio popular”, como preferia o dominicano Juan Bosch – merece uma consideração mais detida, que excede o propósito desta obra. Ainda assim, deve ser destacado que a prática soviética viciou o conceito pelo menos em dois sentidos: a) ao substituir a ideia de um poder revolucionário *inclusivo e temporário* destinado a realizar e defender as transformações necessárias, pela ideia de um regime de longa duração e caráter vertical, sectário e burocrático; b) ao substituir o princípio do pluralismo revolucionário – ou democracia dos revolucionários – por um monolitismo que cedo sufocaria o debate sobre as alternativas, a criatividade intelectual e laboral, mais a diversificada riqueza cultural, própria da vida cívica das esquerdas. A experiência chinesa anterior à “reforma e abertura” também não contribuiu para superar essa estreita rigidez.

Além disso, essa instrumentação do conceito estabeleceu, em nome do internacionalismo proletário, não só o natural dever ético da solidariedade, mas também a exigência de realinhar o país revolucionário perante a disputa bipolar que

---

<sup>10</sup> Tal tese foi reiterada por Raúl Castro ao comentar que a grande empresa socialista, a cooperativa em suas diversas modalidades e o pequeno agricultor “são formas de propriedade e produção que podem coexistir harmonicamente, pois nenhuma é antagonista ao socialismo”. Veja-se “Según Raúl Castro, todas las formas de propiedad y producción pueden coexistir”, *La Jornada*, México D.F., 1.º de agosto de 2008.

as superpotências tinham imposto ao mundo, isto é, a de subordinar cada projeto nacional às prioridades estratégicas de um dos polos globais de poder, neste caso o soviético. Esse alinhamento significava assumir um papel de enfrentamento aos Estados Unidos, o que para os processos revolucionários ou nacional-libertadores dos países mais frágeis, como a Nicarágua, nos termos da Guerra Fria, impunha até mesmo *provocar* (e não somente enfrentar) as represálias estadunidenses. Uma política cujos custos finalmente podiam frustrar as promessas do processo revolucionário, por mais que ajudasse a afundar a hegemonia do imperialismo e alentasse a consciência anti-imperialista de outros povos<sup>11</sup>.

Acatar e cumprir em maior ou menor grau essas três premissas – ditadura do proletariado, estatização de todos os componentes importantes da economia e adoção desse alinhamento internacional –, ou deixá-lo de fazer, dava a pauta para qualificar o partido, processo ou regime, até mesmo sem considerar suas particularidades e diferenças histórico-culturais. Na prática, para alguns era possível desconsiderar outras características não menos substantivas, permitindo que casos tão dessemelhantes como os de Albânia, República Democrática Alemã, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, China, Etiópia, Romênia, Vietnã e Iugoslávia pudessem caber ou deixar de caber no mesmo pacote classificatório, sem se deter em outras considerações indispensáveis para explicar tanta diversidade de povos e de processos políticos.

Cada uma dessas premissas apoiava-se em determinadas concepções teóricas – de nenhum modo injustificadas ou gratuitas –, que condensavam certa experiência particular e determinada projeção política. Naturalmente, quando isso se aplicava a terceiros podia conduzir tanto a acertos como erros, à luz de cada caso nacional. Por exemplo, segundo o “ensinado” pela Revolução Russa, ao assalto ao poder se segue “necessariamente” uma guerra civil e a intervenção estrangeira; generalizava-se, assim, como uma invariável histórica que fatalmente implicava que, a cada nova revolução, deveriam ser repetidos os mesmos passos que a soviética empreendeu desde 1917, ainda que a experiência ocorresse na América Central, 60 anos mais tarde.

Não obstante, independentemente da maior ou menor consistência teórica e prática de tais generalizações doutrinárias, o que aqui cabe observar é que atualmente cada aspecto de toda essa argumentação já perdeu as fontes de autoridade que antes o avalizaram e, portanto, tem voltado a ser matéria saudavelmente sujeita a rediscussão. Entre outras razões, porque nas novas circunstâncias é in-

---

<sup>11</sup> E convocar à resistência, adiando indefinidamente as esperanças populares, mesmo a ponto de esgotar a capacidade social para manter a primeira e conservar as segundas. Paradoxalmente, esta prática de não só enfrentar mas ainda *provocar* esse ambiente de confrontação, subsiste em algum processo progressista em nossa região, sem que ninguém tenha demonstrado serem consequências indispensáveis e benéficas para o interesse popular.

dispensável diferenciar o que naquele corpo ideológico pode ter sido estabelecido conforme o interesse estratégico de uma superpotência – a qual, além disso, já não existe –, e/ou o que refletiu algumas condições histórico-conjunturais que podem ter perdido vigência. Em outras palavras, é necessário recolocar e desenvolver novamente essas premissas, segundo as efetivas realidades e interesses de nossos povos e nações, em suas diferentes e atuais condições e perspectivas.

Certamente, o imperialismo continua, até exibindo força unilateral e bélica que despreza o direito internacional, ignora os organismos multilaterais que devem velar por seu cumprimento, aumenta a espoliação de nossos países e põe em perigo a estabilidade, a sensatez e a paz no planeta. A estrutura do sistema mundial e seu funcionamento, contudo, têm experimentado mudanças de notável magnitude; o cenário dos acontecimentos no qual as esquerdas latino-americanas devem defender e orientar seus povos já não é (nem voltará a ser) o de antes. É preciso considerar outras condições, fatores e atores, de modo a operar com novos instrumentos.

Em consequência, os julgamentos pré-elaborados, as formas e procedimentos ritualísticos – esses mesmos que no passado não poucas vezes careceram de eficácia – também não podem permanecer imutáveis. Um exemplo: considerando que não cabe proteger as expectativas desses povos apelando à proteção e ajuda de grandes potências distantes, cabe organizar outras iniciativas solidárias, priorizando aquelas que nossas nações possam se dar entre si.

Curiosamente, à nossa maneira, temos voltado a uma situação semelhante àquela que, em sua época, Lenin, Trotski e seus companheiros tiveram de enfrentar: empreender a revolução por si só quando ainda não existia nenhuma União Soviética que em seguida viesse auxiliá-los, ou então deixar de empreendê-la e se conformar, indefinidamente, com algumas reformas republicanas e modernizadoras. Naquela conjuntura histórica, eles decidiram aproveitar uma oportunidade especial e empreender o projeto máximo, depositando esperanças em que seriam imediatamente acompanhados pela revolução alemã e pela europeia. A Europa, no entanto, faltou ao encontro, omissão de que já conhecemos os efeitos.

Em 17 de novembro de 2005, quando Cuba começava a sair da pior parte do “período especial”, em um encontro com estudantes da Universidade de Havana, no qual se tratou da derrocada soviética e dos ensinamentos daquela catástrofe, Fidel Castro fez importantes observações sobre como a revolução pode destruir a si mesma, se não souber se autoexaminar, remodelar-se e evoluir a tempo. A mediocridade, o esquematismo conceitual, a falta de transparência, de debate efetivo, mais as decepções podem causar internamente o que o imperialismo não conseguiu. Nesse contexto, raciocinando sobre algumas das experiências de 46 anos de governo revolucionário, Fidel Castro observou que “entre os muitos erros

que todos temos cometido, o mais importante foi achar que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como se constrói o socialismo”<sup>12</sup>.

Dessa reflexão, várias conclusões podem ser inferidas, mas certamente ainda não temos todas as respostas que suscitam. Ainda é preciso pesquisar e discutir mais opções a respeito da natureza e das formas do socialismo e dos caminhos para alcançá-lo. De fato, a maioria das alternativas se desenvolverá no curso de um processo. Em outros termos, o socialismo e os caminhos para atingi-lo deverão ser entendidos como processo orientado a realizar um conjunto de princípios, não como um esquema a ser reproduzido.

Atualmente, neste outro lado dos tempos e dos mares, pode-se confiar nas potencialidades da América Latina como base para buscar e propor as soluções adequadas. Para isso, é mais realista nossa atual forma de inquirir e modelar o futuro? Desta vez as circunstâncias podem ser mais favoráveis, mas em qualquer caso o projeto somente se consolidará com base no exame de nossas realidades e do estímulo a nossas próprias capacidades, sem imitar arquétipos do passado.

Faz poucos anos aquelas três premissas – ditadura *em nome* do proletariado, estatização da economia e alinhamento anti-imperialista – e suas sustentações teóricas faziam parecer desnecessária a tarefa de analisar de outro modo o que sempre deveria ser o primeiro tema de toda esquerda, ou seja, esclarecer seus próprios fins. Isso porque, na maioria das vezes, os melhores modelos tomados de outros lares e épocas não podem substituir os propósitos e as motivações endógenas de nosso próprio tempo.

Apesar das contribuições úteis que esses modelos nos legaram, eles também condensam e reeditam visões, interesses e pautas que não correspondem necessariamente às condições nas quais hoje devemos realizar a materialização dos princípios e objetivos que nos conferem razão de ser. E que são, em última instância, os de que os povos latino-americanos consigam viver ética, material e culturalmente melhor. Ao assumir aquelas meritórias contribuições, atualmente a discussão do projeto exige que não nos emaranhemos em questões que dificultem o discernimento de nossas próprias expectativas. Não podemos mais nos arriscar – sob pena de represália – a não cumprir tais propósitos ou, ainda pior, a perder a oportunidade de tentá-lo.

---

<sup>12</sup> “Discurso pronunciado por Fidel Castro, presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros da República de Cuba, no ato pelo sexagésimo aniversário de seu ingresso à universidade, efetuado na Aula Magna da Universidade de Havana, em 17 de novembro de 2005”, *Granma Internacional* digital. Disponível em: <[www.granmai.co.cu/documento/espanol05/17nov.html](http://www.granmai.co.cu/documento/espanol05/17nov.html)> Acesso em: dez. 2011. Uma daquelas experiências ocorreu quando a Revolução Cubana se declarou socialista, e foram atribuídas relevantes funções políticas aos principais dirigentes do Partido Socialista Popular (antigo Partido Comunista), na crença de que já sabiam o que se devia fazer. Isso promoveu a prática sectária por iniciativa de alguns deles — a chamada “microfracción” (1962) —, que pretenderam marginalizar vários líderes da luta contra a ditadura, provenientes do Movimento 26 de Julho, do Diretório Revolucionário 13 de Março e do Exército Rebelde, com o objetivo de *tomar* a direção do partido e do governo revolucionários, para enquadrá-los no modelo soviético, que era o que eles conheciam.

## As esquerdas eleitorais

Esgotadas as ditaduras sul-americanas de segurança nacional, nos anos 1980 ocorreu a “volta à democracia”, com a instauração das democracias restritas ou neoliberais. Restritas, pelas limitações impostas ao alcance de seu exercício político, mediante as condições em que teve de negociar o retorno ao regime civil. Neoliberais, porque sob essa gestão civil predominantemente oligárquica ou conservadora, a pretexto de cumprir o pagamento da dívida externa, combater a inflação e obter financiamentos para sair da depressão econômica, dispuseram-se a completar as reformas econômicas impostas por organismos financeiros internacionais.

Temporariamente, respirou-se com certo alívio: enquanto os generais voltaram a seus quartéis e os políticos a suas tribunas, houve importantes progressos em matéria de direitos humanos – restabeleceram-se liberdades públicas, cessou a repressão maciça e foram convocadas eleições –, embora à Justiça tenham sido apresentados impedimentos legais suficientes para evitar a tentação de investigar responsabilidades do passado recente.

Nos limites do sistema político assim instaurado, os eleitores – ameaçados pelas angústias de uma inflação galopante e de um eventual retorno dos militares – puderam eleger governantes civis, mesmo que só entre os candidatos aceitáveis para a classe dominante. De preferência, os mais aptos a cumprir no âmbito administrativo – e administrar politicamente – o serviço da dívida externa e das reformas que os organismos financeiros internacionais estabeleceram para desregular, desproteger e privatizar as economias nacionais e anexá-las ao manejo neoliberal da globalização.

Na América Latina, desde o México até a Venezuela e Peru, países nos quais as ditaduras de segurança nacional não haviam sido a tônica anterior, a pauta imposta foi mais ou menos a mesma, ainda que orquestrada por outros meios. Os regimes civis tradicionais, igualmente pressionados pela crise da dívida externa, de desvalorização da moeda e da inflação se viram igualmente constrangidos a adotar as políticas destinadas a instrumentalizar as próprias reformas neoliberais.

Entretanto, sob o impacto do capitalismo selvagem, o empobrecimento e os descontentamentos sociais não tardaram em aumentar. Além do que, essa democracia – a que nos deixaram ter e não a que escolhemos – ficou longe de resolver as demandas populares e da classe média, e o desamparo e as frustrações se agravaram em decorrência dos ajustes neoliberais que deterioraram ainda mais as condições de emprego, salário, serviços básicos, seguridade social e reinvestimento social do crescimento econômico. A manipulação do sistema político e dos grandes meios de comunicação não foi suficiente para dissuadir e conter o aumento do mal-estar coletivo. O descontentamento popular – ainda que temeroso de uma volta ao autoritarismo ou à hiperinflação

– finalmente buscou alternativa nos limites e alcances do sistema político assim reinstalado. Ou seja, conforme suas possibilidades eleitorais, limitadas e encarecidas por condicionamentos políticos e custos das campanhas, rapidamente elevados pela ganância do mercado publicitário e dos grandes meios de comunicação.

Em nossa América foi adotado um estilo que imita o modelo estadunidense de campanhas, personalizadas e frívolas, com pouca substância programática ou educativa e minguido compromisso popular. Um modelo orientado a promover condutas oportunistas, como a de “ficar no centro” em busca de supostos eleitores adicionais, de engavetar princípios para se tornarem mais aceitáveis pela grande burguesia e obter suas doações de campanha, de tomar parte nos “arranjos” de cúpulas. Direcionado, por fim, a sacrificar o programa e a identidade característicos das opções progressistas, isto é, optando-se por tentações encamiñadas a não realizar a crítica do sistema, não assumindo a natureza orgânica da constituição de um partido de esquerda.

Mesmo assim, com a ampliação do espaço de liberdades públicas e o agravamento do descontentamento popular, em meados dos anos 1980 as organizações eleitorais de esquerda disputaram o parlamento e as prefeituras com os partidos tradicionais. Ao assumir responsabilmente a opção de ocupar os espaços democráticos incorporando-se às disputas eleitorais – como oportunidade de difusão e de debate político, de penetração social, denúncia e mobilização – assumiram também os riscos inerentes a ela. Entre estes, *o risco de ganhar eleições* e, portanto, *de se encarregar das respectivas responsabilidades e consequências*.

Isso tem dado lugar não apenas à eventualidade de abrir caminho por meio da institucionalidade burguesa e de participar no governo, mas também a de conquistar a Presidência do país, mesmo sob as normas e circunstâncias – isto é, por intermédio de camisas de força – impostas pelos sistemas políticos da democracia restrita e da neoliberalização. Embora assumir e administrar governos sujeitos a essas limitações não seja o objetivo histórico das esquerdas, são oportunidades demandadas pela maioria popular e que vale a pena aproveitar, não apenas para atender necessidades imediatas da população nacional e da cooperação latino-americana, mas também para promover a construção de condições sociais e internacionais que posteriormente facilitem aspirar a metas de maior alcance.

A primeira prova significativa ocorreu no México, em 1988, com a imensa mobilização eleitoral provocada pela candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas – filho do general Lázaro Cárdenas – à frente de uma coalizão das esquerdas. Foram eleições muito disputadas, cujo resultado é contestado até hoje, pois há fundadas suspeitas de que Cárdenas venceu o pleito, mas sua vitória não foi reconhecida pelo sistema político da época, o que o tornou alvo de inten-

so questionamento. A frente encabeçada por Cárdenas, fruto da cisão da ala mais progressista do partido governante e de sua aliança com uma coalizão das esquerdas, em seguida deu origem ao Partido da Revolução Democrática (PRD). Lamentavelmente, embora tenha se constituído como um impressionante exemplo de convergência das diversas esquerdas numa grande organização unitária, posteriormente também se mostraria exemplo do oposto: da perda de potencial e de oportunidade em razão de rivalidades e disputas internas sobre o caminho e a liderança a seguir.

Dez anos depois, Hugo Chávez ganhou as eleições na Venezuela<sup>13</sup>. Logo em seguida, em 2000, a Concertação Democrática chilena – coalizão de centro-esquerda do Partido Demócrata Cristão com o Partido Socialista e outros grupos de centro-esquerda – voltou a ganhar as eleições, mas dessa vez com um candidato socialista, Ricardo Lagos. Em 2002, em sua quarta tentativa, Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (PT), com o apoio das demais esquerdas se elegeu com a maior votação jamais alcançada por um candidato brasileiro. Na Argentina, em 2003, a ala mais progressista do peronismo conseguiu eleger Néstor Kirchner. No ano seguinte, a Frente Ampla – a consistente e madura expressão conjunta de todas as esquerdas uruguaias – levou à presidência o socialista Tabaré Vasquez<sup>14</sup>. Em 2005, na Bolívia, Evo Morales chegou à presidência encabeçando um movimento indígena e popular eleitoralmente representado pelo Movimento ao Socialismo (MAS).

Em 2006, vários outros partidos de esquerda ganharam as disputas eleitorais. Na Nicarágua, com cerca de um terço da votação, o partido da FSLN conseguiu eleger novamente Daniel Ortega, embora em aliança com uma parte da direita. No Chile, a Concertação Democrática continuou no governo após apresentar outra candidata socialista, Michelle Bachelet. E, no Equador, a vitória eleitoral foi resultado de um amplo movimento popular encabeçado por Rafael Correa, ex-ativista da esquerda cristã.

Nesse período, as esquerdas também tiveram outros candidatos que, embora não tenham chegado à presidência, tiveram destacada atuação, como o colombiano Carlos Gaviria mediante a coalizão das esquerdas denominada Polo Democrático Alternativo, cuja votação naquele momento superou a dos partidos tradicionais. Também ocorreu no Peru, onde o ex-militar Ollanta Humala concorreu como líder de um movimento nacionalista de esquerda. No México, o Partido da Revolução Democrática (PRD) levou adiante a candidatura de Andrés Manuel López Obrador, em eleições que esteve muito próximo de ganhar.

---

<sup>13</sup> Hugo Chávez foi novamente eleito em 2001 e 2006.

<sup>14</sup> Também em 2004, Martín Torrijos ganhou as eleições no Panamá, após renovar programaticamente o Partido Revolucionário Democrático (PRD), que 25 anos antes havia sido fundado por seu pai, o general Omar Torrijos. Embora o PRD não se declare como um partido de esquerda, durante o governo do segundo Torrijos realizou um consistente programa social-democrata.

Na Argentina, com a vitória de Cristina Fernández, o neoperonismo progressista se confirmou em 2008 como a principal força eleitoral do país, seguida de outras organizações de esquerda. Pouco depois, no Paraguai, uma coalizão do Partido Liberal e de grupos de esquerda elegeu o bispo Fernando Lugo, rompendo mais de 60 anos de controle político do Partido Colorado, 35 dos quais sob o fatídico general Alfredo Stroessner. A todos esses fatos soma-se, em inícios de 2009, um acontecimento de grande significado histórico: o triunfo conjunto de Maurício Funes e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) nas eleições de El Salvador. E, finalmente, a ampla e bem merecida vitória de Dilma Rousseff (PT), em 2010, que confirmou a vontade do povo brasileiro de continuar o processo iniciado por Lula e seu partido. Ademais, somamos a isso no ano seguinte a eleição de Ollanta Humala, no Peru.

No entanto, essa ampla virada não resultou de uma situação revolucionária – ao menos não em seus aspectos “subjetivos” – ao longo do continente, nem a aparição de tantos governos progressistas veio a precipitar esse processo. O fenômeno proveio de outros fatores. Entre eles, o crescente mal-estar e o descontentamento popular diante dos dolorosos efeitos sociais e dos nocivos resultados econômicos das experiências neoliberais, que se somaram à ineficácia do sistema político da democracia restrita para resolver esses problemas, junto com o enfraquecimento do controle estadunidense sobre as condutas latino-americanas.

É certo que os êxitos eleitorais de algumas esquerdas abriram merecido espaço de alívios e esperanças, referendados por não poucos progressos sociais. Nada pode garantir, contudo, ter esse fenômeno as bases sociopolíticas e culturais necessárias para sustentar-se, reproduzir-se e aprofundar-se. Não estão formadas ainda as massas populares necessárias e suficientes para defendê-lo e ampliá-lo nem estão rendidas ou diminuídas as forças reacionárias, cujos recursos econômicos e midiáticos continuam intactos.

Os êxitos eleitorais de algumas esquerdas não significam que os interesses vinculados às direitas perderam seus recursos materiais nem sua capacidade para reformular suas opções e recuperar competitividade. Tal condição não consolidada e, por conseguinte, reversível, dos referidos êxitos de esquerda logo ficaria à vista, com a reaparição de uma “nova” direita que nas eleições seguintes derrotou a social-democracia no Panamá, em 2009, e a Concertação no Chile, em 2010. Do mesmo modo, por meio da conspiração com a qual se tentou um golpe civil na Guatemala, da realização de um golpe militar “atípico”, mas efetivo em Honduras, e com a tentativa de articular um golpe no Equador, nesses mesmos dois anos.

Dessa forma, como garantir a continuidade e o aprofundamento da perspectiva progressista? A pergunta obriga a trazer à cena outro significativo repertório de assuntos, que passo a abordar a seguir.

## A mudança que começa a nascer

Essa inovadora e abrangente série de resultados eleitorais progressistas deve ser tomada como sintoma de alguns processos de fundo. Tão numeroso conjunto de êxitos de candidatos e partidos de vários matizes das esquerdas evidenciou o início de uma importante mudança a abrir caminho nas profundezas da América Latina. O que significa que, para além dessa série de notícias eleitorais – mesmo que em curto e médio prazo pudessem deixar de se repetir, ou reverter-se, nos subsequentes processos eleitorais –, começaram a aflorar novos fatores e comportamentos sociopolíticos que continuarão dando lugar a outros gêneros de manifestações e consequências políticas.

Mas embora essa novidade tenha se apresentado de forma tão inusitada e ampla, as generalizações devem ser consideradas com prudência. Na rica diversidade histórica e material dos povos latino-americanos e de seu desenvolvimento desigual e combinado, tais acontecimentos – apesar de coincidir em tão breve lapso de tempo em tantas latitudes – têm origens e características diferentes, cujas particularidades não devem passar despercebidas.

Com efeito, *grosso modo*, é preciso distinguir ao menos duas grandes movimentações. Na primeira, essas vitórias na eleição presidencial fazem parte da resposta popular à obsolescência e crise de um sistema político tradicional que já o incapacitava para administrar o poder e resistir à mudança que o superou<sup>15</sup>. Nesse caso, a eleição desses novos governos foi resultado das rebeliões urbanas que chegaram até a derrubar presidentes, além do colapso do sistema político estabelecido.

Na segunda, as vitórias eleitorais foram alcançadas mediante parâmetros e limitações próprias do sistema político da democracia restrita, exaurido, mas ainda vigente. Foram obtidas à sua revelia, mas acatando suas regras<sup>16</sup>.

Assim, o primeiro tipo de movimentação geralmente foi acompanhado de suficiente mobilização social e de respectivo respaldo parlamentar, com a proposição de refazer a Constituição e, assim, “refundar” o sistema político, e até propor metas mais audaciosas. No segundo tipo, chegou-se ao governo com minoria parlamentar (e sem contar com a maioria dos governos das províncias), assumindo-se o imperativo de manobrar, negociar, conciliar – e conceder –, para levar adiante os projetos legislativos mais importantes, nem sempre com o necessário apoio social.

Não seria legítimo reclamar dos governos do segundo tipo que traçassem e cumprissem metas que somente os do primeiro tipo estiveram em condições de alcançar. Tampouco seria correto superestimar, em curto prazo, suas possibilidades e lhes exigir mais do que objetivamente poderiam conseguir. De um lado,

---

<sup>15</sup> Como aconteceu na Venezuela, na Bolívia e no Equador.

<sup>16</sup> Conforme ocorreu na Argentina, no Brasil, no Paraguai e em El Salvador.

porque esses governos não são resultado de uma situação revolucionária e, de outro, porque chegar ao governo é muito menos do que tomar o poder. Além disso, na maioria dos países do segundo caso, essas esquerdas geralmente receberam o mandato eleitoral para administrar regimes que estavam em crise econômica ou em vésperas de estar, mas nos quais as normas constitucionais e legais continuam limitando as faculdades requeridas para empreender transformações. Essa situação os constrange a governar sem maioria legislativa, sem controle sobre os principais governos provinciais/estaduais e sem influência sobre o poder Judiciário, o que limita sua efetiva capacidade de gestão.

E nada garante que essa onda de êxitos eleitorais se repetirá e se ampliará nas subsequentes eleições. Em particular, se a partir desse ponto as esquerdas não desenvolverem e promoverem propostas de maior alcance que potencializem sua base social. Por sua vez, as direitas – cujo poder econômico e midiático continua beligerantes – podem desprender maior iniciativa para prejudicar o desempenho e desgastar a legitimidade desses governos. Também contribui para tal situação de incerteza o teor impaciente e não realista de algumas esquerdas (radicalizadas e barulhentas) que, empenhadas em negar o caráter progressista desses governos, ainda mais lhes exigem, enquanto elas próprias são incapazes de superar desafios eleitorais.

Outra diferença a ser considerada, em alguns países os êxitos desses governos progressistas resultou de um movimento sociopolítico que aglutinou eleitores, com o apoio de algumas organizações bem menores<sup>17</sup>. Em outros, ao contrário, resultou de uma coalizão de partidos numericamente menos díspares, mas de maior diversidade política, congregados ao redor de um candidato comum<sup>18</sup>.

Na primeira modalidade o “cimento” unificador foi, em maior ou menor grau, a força desse movimento e o carisma de seu candidato, mas na segunda foram os acordos contraídos conforme determinada tradição dos partidos envolvidos. Na segunda modalidade, além disso, a necessidade de cumprir compromissos e de manter o equilíbrio entre os distintos aliados implica dificuldades e mediações na tomada de decisões e na liberdade de manobra dos respectivos governos, cujos projetos costumam depender de delicadas alianças parlamentares.

Esse panorama nos remete a um tema clássico das esquerdas: *o da unidade na diversidade*. Salvo a ilusão do “monolitismo” que em certo período de auge os partidos comunistas viveram temporariamente, a homogeneidade não é uma característica própria das esquerdas, historicamente definidas por seu espírito contestatório, criador e propositivo, vocacionado a descobrir e questionar alternativas. Essa característica só pode gerar êxito político mediante a reiterada

---

<sup>17</sup> Como se deu no caso na Venezuela.

<sup>18</sup> Conforme ocorreu no Brasil.

convergência nos temas medulares de cada etapa e conjuntura: trabalhar juntos nos pontos mais importantes nos quais haja acordo e deixar os demais para sua oportuna consideração, ou trabalhar juntos em alguns temas e em outros fazê-lo em separado, contanto que isso não comprometa a unidade do conjunto.

Nessa perspectiva, o que em primeira instância parece uma dificuldade é, precisamente, o motor dinâmico das esquerdas: o poder criativo. Não deve ser considerado obstáculo, mas sim uma vantagem, a ser cultivada sem rupturas, pois os melhores militantes são aqueles que compartilham os princípios e objetivos essenciais, cooperam para cumpri-los e discutem sobre tudo mais, na confiança – e na compreensão recíproca – de que o debate é indispensável para produzir ideias melhores e as discrepâncias devem ser toleradas.

Em um mundo crescentemente complexo, entre esquerdas já não cabe discutir para descartar o opositor, mas sim para melhorar o conhecimento da realidade que desejamos mudar e para compartilhar alternativas.

Além disso, considerando a diversidade e as limitações dos governos progressistas latino-americanos, o que existe em comum nos distintos casos desse novo fenômeno? Em sua maioria, eles são resultado do desabafo eleitoral, não só pelas trágicas sequelas socioeconômicas do *tsunami* neoliberal, mas também pela deterioração – e até colapso – dos sistemas políticos tradicionais, crise que tal *tsunami* acelerou. Reinstalada a democracia restrita, mas frustradas em seguida as esperanças de satisfazer as expectativas democráticas, as camadas médias e o “pobretariado” se decepcionaram com os partidos, com as personagens e com as práticas características do sistema político tradicional. Não depositam nesses partidos nem crédito nem confiança. Isso, porém, não significa recorrer aos partidos dirigentes ou às linguagens das antigas esquerdas que, em período anterior, falharam em defendê-los da agressão neoliberal.

Por fim, depois de um recuo inicial, passaram a responder à oferta política das esquerdas novas ou reformadas que – superada a síndrome da “queda do muro” e das precedentes filiações – são capazes de assumir o espaço de direitos e liberdades restabelecido após a democratização neoliberal. São as esquerdas que sabem aproveitar suas oportunidades de reorganizar-se para construir e oferecer propostas e mobilizações mais inclusivas e pluralistas, com as quais possam enfrentar a crise e propor alternativas de interesse nacional e popular, mesmo diante das limitações de um sistema político restrito. Em particular, que saibam atuar em meio às dificuldades para reconvocar os segmentos sociais de um “pobretariado” dispersado pela aflição das carências sociais e trabalhistas, o qual é mais difícil conscientizar com o fim de restabelecer, em uma perspectiva maior, a confiança dos povos em si mesmos.

De nenhum modo seria ética ou razoavelmente apropriado reclamar desses governos mais do que o permitido pelas condições “subjetivas” das grandes mas-

sas de população. Na América Latina, não poucas vezes as condições objetivas e subjetivas dos processos revolucionários têm caminhado na contramão, e o equilíbrio entre essas condições difere de país a país. A experiência tem reiterado quão contraproducente é pedir da população mais do que ela pode dar. As condições objetivas existem e, por conseguinte, uma das principais missões – e oportunidades – desses governos é impulsionar a formação de condições subjetivas e organizativas mais apropriadas para fortalecer sua base social e seu poder, para desse modo sustentarem-se e irem mais longe<sup>19</sup>.

## **A contraofensiva das direitas**

Teria sido ingênuo esperar que os êxitos eleitorais alcançados pelas esquerdas na América Latina, e a subsequente ocorrência de vários governos progressistas, se repetiria sem suscitar uma contraofensiva dos interesses locais e transnacionais vinculados às direitas. Como dissemos anteriormente, isso foi demonstrado nas derrotas da social-democracia no Panamá e da Concertação no Chile, assim como a conspiração para provocar um golpe civil na Guatemala e a execução de um golpe militar em Honduras nesse mesmo período (2008-2010).

Esse conjunto de ações – eleitorais ou não – não se reduz a mero reaparecimento das antigas direitas, mas incorpora novo discurso e objetivos mais radicais, outras formas de instrumentalizar e proporcionar maior articulação internacional.

Anteriormente afirmávamos que as conquistas obtidas pelas esquerdas desde fins dos anos 1990 expressavam respostas populares à deterioração das condições de vida, à frustração das expectativas sociais e à conseqüente mudança de estado de espírito de uma massa de eleitores. Esses êxitos, contudo, ocorreram geralmente no *campo político*, sem terem mobilizado outros planos sociais.

Tal limitação se deve a que essa apatia popular ainda carece do necessário suporte ou cimento ideológico – à cultura política dessa massa ainda faltam algumas convicções que lhe deem a necessária consistência – e, como esse *estado de espírito* não se distingue por sua fidelidade, significa que em determinada conjuntura o mal-estar que ele revela pode se expressar a favor de uma opção renovadora e, em seguida, inclinar-se em outro sentido.

Embora nessa conjuntura o grande capital, seus partidos e meios de comunicação tenham passado por intenso revés no campo político, os núcleos principais da direita retiveram seus principais meios de atuação, penetração e poder. Apesar do

---

<sup>19</sup> Em certa ocasião, o general Torrijos perguntou a alguns intelectuais: “Qual é o primeiro dever de um governo revolucionário?”. Em seguida, interrompendo o titubeio das respostas, ele mesmo afirmou: “Seu primeiro dever é não cair, porque se cai não haverá obra revolucionária”. Para ele, “não cair” era atuar com a astúcia política necessária para manobrar e reunir mais apoio social, para seguir adiante.

desconcerto inicial, eles conservaram seu poder econômico, os recursos do sistema político tradicional e o controle dos meios jornalísticos mais poderosos, ou seja, as esquerdas venceram eleitoralmente as formas tradicionais das direitas, sem, contudo, terem derrotado a direita como estrutura de poder. Assim, se as predisposições da maioria eleitoral podem ser influenciadas por tais meios, o voto progressista dessa massa não se obtém de uma vez por todas, mas terá que ser ganho a cada vez.

No que diz respeito à reação, após a revisão dessa experiência, as direitas têm buscado reavaliar suas opções e reatualizar seus instrumentos para recuperar a iniciativa por meio de uma “nova” direita. A partir desse ponto, sua contraofensiva tem se articulado tanto nos países em que alguma corrente de esquerda a derrotou nas eleições ou esteve próximo de fazê-lo, como também naqueles nos quais isso não ocorreu.

Mesmo que nossos povos estejam enfatiados pelos efeitos do *tsunami* neoliberal e da crise, nem por isso superaram os resquícios ideológico-culturais que vieram após o refluxo dos projetos revolucionários dos anos 1960 e 1970, da ofensiva neoconservadora dos anos 1980, do colapso do socialismo soviético e das duras condições da resistência cubana ao longo do período especial. Na ausência de renovadas e convincentes propostas de esquerda, atualmente essa nova direita também disputa a oportunidade de embandeirar em seu proveito os pesares e frustrações sociais existentes, sem se incomodar com o quanto ela mesma contribuiu para engendrar os males que agora critica.

Dessa forma, estamos presenciando não só uma metamorfose de discurso, formas e métodos da reação, mas observamos também, ao mesmo tempo, observamos como seus meios de comunicação jornalísticos, políticos e acadêmicos procuram induzir nas esquerdas uma metamorfose “de espelho”, moldada conforme o interesse estratégico dessa nova direita<sup>20</sup>.

Para isso, não se ocultou a participação das agências oficiais, fundações privadas e empresas dos Estados Unidos e de alguns países europeus. Exemplo ostensivo foi o que, no Panamá, o sarcasmo local chamou de “o pacto da Embaixada”, quando, em meados da campanha eleitoral de 2009, a embaixadora estadunidense convidou personalidades políticas locais para assistir em sua residência à posse do presidente Barack Obama. Durante o sarau, os colaboradores da anfitriã levaram sem dissimulação os dois principais adversários de direita à sala contígua, na qual eles pactuaram a aliança que lhes permitiria derrotar o governante partido social-democrata e instaurar um regime de nova direita no país. Uma bateria de fotógrafos da imprensa, antecipadamente informados, cobriu essa reunião paralela sem se ocupar com Barack Obama.

---

<sup>20</sup> Ver Kintto Lucas, jornalista e escritor uruguaio, vencedor do Prêmio Latino-americano de Jornalismo José Martí, em *Barómetro Internacional*, de 17 de dezembro de 2009.

A presença de uma nova direita na América Latina não pressupõe, certamente, uma corrente política homogênea para a diversidade de países da América Latina. Assim como também não expressa um perfil inédito. Tampouco sugerimos que toda direita se manifestará segundo o mesmo padrão. Ao contrário, em cada caso nacional a reação continuará atuando com as modalidades – velhas ou novas – consideradas oportunas. Não obstante, desejamos destacar que atualmente, sem ser única, essa direita exhibe um conjunto de traços característicos do período que teremos por diante.

As direitas tradicionais latino-americanas – como expressão política das elites socioeconômicas associadas a uma hegemonia estrangeira – estiveram intimamente vinculadas aos regimes de democracia restrita e às ditaduras militares dos anos da Guerra Fria, em dois sentidos. O primeiro se revelou, na época das mobilizações nacionalistas e progressistas dos anos 1960, quando essas direitas bateram às portas dos quartéis para solicitar a repressão e instauração de governos autoritários. O segundo consistiu na defesa dos subseqüentes regimes, que além de salvar seus antigos interesses, incursionou em novas oportunidades do capitalismo dependente, como as do setor de serviços, muito mais promissoras em tempos de globalização.

Nos anos 1980 estava claro, porém, que as sociedades latino-americanas não somente haviam crescido, mas também haviam se tornado diversificadas e complexas, tinham novas necessidades e reclamavam formas de gestão mais avançadas. Isso exigiria outro tipo de governos, capazes de assegurar a governabilidade por meios mais aceitáveis, de infundir esperança nas reformas liberais, de colocá-las em prática e administrar politicamente suas conseqüências.

Isso requereu transições controladas para constituir regimes mais legitimados e mais eficientes, com capacidade para administrar espaços de distensão social, circulação de ideias e inovação. Os resultados dessa proposta foram avaliados pela imprensa como uma “onda democratizadora” continental, supostamente capaz de resolver por várias décadas os fenômenos da recessão econômica, da inflação e do desemprego que aumentavam. Entretanto, poucos anos depois da aplicação das políticas neoliberais, esses fenômenos se converteriam em uma onda de frustrações e não governabilidade que, mesmo antes de interditar as reformas neoliberais, deixou em dificuldade seus respectivos governos.

Mas, cedo ou tarde, qualquer transição se esgota. Os novos regimes de democracia pactuada e restrita, quase sempre submetidos à missão de administrar as reformas neoliberais – as aberturas comerciais, as privatizações, a redução e o desmantelamento das faculdades e dos poderes do Estado –, por fim tiveram de ser responsáveis pelas trágicas conseqüências sociais e pelos descontentamentos precipitados por essa reforma, e por seus altos custos políticos. Regimes

que por um tempo gozaram de certa autoridade cívica, anos depois se viram questionados pelo descontentamento popular<sup>21</sup>.

Ao final desse período, o que ficou foi uma ampla percepção de descalabro econômico, esgotamento dos sistemas políticos instaurados pela “onda” democratizadora, até mesmo de seus partidos e lideranças mais representativas. E, além disso, generalizou-se a tendência – instigada também pelos grandes meios de comunicação – de culpar o sistema institucional, os partidos e estilos políticos e os parlamentos das consequências da gestão neoliberal: a fragilidade do emprego, a degradação dos serviços e da seguridade social, o individualismo não solidário, a corrupção, a criminalidade organizada, a insegurança nas ruas, a angústia das classes médias.

Portanto, foram retirados do Estado as faculdades e os meios necessários para regular a economia e intervir em seu andamento, para decidir alternativas políticas e, ao mesmo tempo, para conceder enorme liberdade à circulação de capitais. Isso ajudou investidores e especuladores a multiplicar os negócios, *tanto os lícitos como os ilícitos*. Essa tresloucada liberação das atividades econômicas e financeiras viabilizou sua degradação, provocando funestas consequências no campo da segurança civil e da segurança pública.

A quem culpar, depois, pelos novos males? E o que fazer para acabar com eles de uma vez por todas? Para a direita, os prejuízos que ela anteriormente induziu por meio da desregulamentação devem agora ser remediados mediante “mão de ferro”. Essa é sua “nova” concepção do papel do Estado. Porque para a imprensa leviana ou intencionalmente superficial a culpa está nos maus costumes e nos indivíduos, ou porque é mais difícil explicar as estruturas e processos sociais em curso ou para evitar que eles sejam questionados. Enquanto os dirigentes e intelectuais de esquerda devem investigar e explicar suas propostas, para a nova direita bastam os *slogans* mais nojentos – mais publicitários –, isentos de qualquer fadiga mental.

Em decorrência, aflora de modo sistemático o discurso antipolítico, que capitaliza o desgaste do sistema político vigente e descarta os recursos clássicos da política – seus líderes, partidos e instituições – mencionando-os como mentirosos, ineficientes e corruptos. Em consequência, propõe sua substituição por dirigentes e métodos mais executivos e menos discursivos de gestão privada. A isso que se soma o mito de que os líderes empresariais são prósperos por seus méritos e não necessitam roubar para enriquecer. Alega-se também que os assuntos sociais e governamentais podem ser resolvidos como eles o fazem em suas empresas, sem perder tempo com a construção de consenso com interlocutores não qualificados

---

<sup>21</sup> Os casos mais notórios foram o *Caracazo* e as sublevações urbanas de Quito, de Alto, La Paz e de Buenos Aires, que constituem claros presságios do que estava por acontecer em várias outras cidades e países latino-americanos.

ou mal-intencionados. Além do discurso da eficiência do *management*, essa direita vem ressaltar a ideia de que pode salvar o sistema socioeconômico vigente – e não apenas preservá-lo, mas sim “libertá-lo” do amontoado de restrições que o humanismo, a tradição liberal e as conquistas do movimento popular lhe impuseram anteriormente –, reinstaurando as formas de hegemonia e de gestão de classe que mais lhe convêm. Essa direita busca *desnudar* a economia capitalista para restabelecer sua essência selvagem, e vem determinada a tomar um atalho para cumprir esse propósito antes que alguém se adiante com alternativas. Em tempos de crise, seu propósito é restabelecer e ampliar a taxa de lucro. Daí o estilo próprio dessa missão reacionária, que evita perder tempo com escrúpulos ou estudos rigorosos.

A nova direita mascara e adoça essa intenção por trás de um discurso messiânico, como o de uma cruzada contra os vícios da política tradicional, ao mesmo tempo em que faz a exaltação dos métodos e líderes empresariais “eficientes” que deveriam substituí-la. E faz isso sob o manto de um estilo populista e com o emprego intensivo de todo o espectro de instrumentos midiáticos e publicitários – tipicamente unidirecionais – que substituem as formas clássicas da organização e da institucionalidade políticas.

Todo esse repertório de características conflui em direção ao mesmo propósito: reconstruir hegemonia por meios mais subjetivos que coercitivos. Alinha recursos noticiosos, recreativos, humorísticos e publicitários dirigidos a realimentar uma cultura emocional e conceitual, o “senso comum”, os conhecimentos e ignorâncias, as preferências e rejeições e, finalmente, os padrões de comportamento que a classe dominante crê oportuno determinar. Para isso, potencializa a exploração de novas formas de garantir esquemas subjetivos preexistentes, o que é mais fácil do que introduzir novos modos de interpretação e raciocínio.

Assim, portanto, essa direita é “nova” ao empregar seus métodos, gesticulações e procedimentos, e seus fins são mais reacionários do que conservadores. Seus propósitos vêm da época anterior ao *New Deal* e ao desenvolvimentismo do pós-guerra.

## **O discurso de direita**

Nos tempos da senhora Thatcher, na Inglaterra, e da administração Reagan, nos Estados Unidos, a “revolução conservadora” se empenhou em liquidar os frutos de meio século do *New Deal*, estabelecidos no governo de Franklin D. Roosevelt e com a sustentação da Grande Sociedade de Lyndon B. Johnson. Foram importantes legados do movimento liberal estadunidense que incluíam uma política fiscal encaminhada a adequar a demanda social e um o esforço para redistribuir a receita em favor dos cidadãos de baixa renda por intermédio de instrumentos como: a seguridade social, a crescente regulamentação pública

de alguns setores estratégicos como o complexo militar-industrial. Depois de várias décadas em que os estadunidenses entendiam seu governo como um amigo paternal, o mandato de Reagan se iniciou com o *slogan* de que “o governo é o problema, não a solução” e, de modo brusco, impôs o corte das atribuições e serviços do setor público.

Por meio dessa ofensiva conservadora foram eliminadas as políticas de acordo social, instauradas desde o pós-guerra, e ainda a maciça restrição das liberdades públicas, dos direitos sociais, da orientação keynesiana da economia e do Estado de Bem-Estar, que já faziam parte do patrimônio sociocultural do país. Dessa forma, a participação do Estado na economia foi limitada por meio da desregulamentação e das privatizações, reduziram-se os impostos da minoria mais endinheirada e aumentaram-se os gastos militares.

Ao mesmo tempo, como expressão de uma política muito ideologizada, os sindicatos e demais organizações sociais foram marginalizados da tomada de decisões, sob acusação de que suas demandas eram incompatíveis com a racionalidade econômica e o interesse nacional. Aqueles que não comungavam com as teses neoliberais de desregulamentação dos mercados, com a eliminação do setor público empresarial e equilíbrio orçamentário além dos ciclos econômicos, foram sistematicamente isolados dos meios acadêmicos, de serviços de consultoria, dos organismos multilaterais e de grandes meios de comunicação. No transcurso dos anos 1980, o predomínio dessa tese foi tão asfixiante que se impôs como pensamento único.

A revolução conservadora, entretanto, perdeu força depois da queda dos Estados Unidos no maior déficit fiscal da história, gerando aumento exponencial da desigualdade e da exclusão sociais, e provocando uma cadeia de crises financeiras que teve crescente efeito internacional motivado pela globalização. O desencanto social decidiu as eleições seguintes. Mesmo assim, a volta ao governo dos democratas estadunidenses e dos trabalhistas britânicos deixou à mostra até onde os dogmas da revolução conservadora estavam arraigados na cultura política de ambos os países. Os governos de Tony Blair (Reino Unido, 1997-2007) e de Bill Clinton (EUA, 1993-2001) respeitaram as teses básicas do conservadorismo, limitando-se a implementar o que Joaquín Estefanía denominou “um tatcherismo e um reaganismo com *rosto humano*”<sup>22</sup>.

Durante o governo do Partido Democrata, os técnicos norte-americanos da revolução conservadora permaneceram entrincheirados em ampla diversidade de fundações e *think tanks* (usinas de ideias) financiadas por poderosas transna-

---

<sup>22</sup> Em Joaquín Estefanía, “Los neocons, profetas del pasado”, em *El País*, Madrid, 14 de junho de 2004. A expressão do jornalista espanhol parafraseia a palavra de ordem da “Primavera de Praga”, em 1968, de instaurar na Tchecoslováquia um “socialismo com rosto humano”.

cionais. Por essa época, elaboraram o chamado *Projeto para o novo século americano*, uma proposta doutrinária para o lançamento da grande ofensiva *neoconservadora* para o século XXI – origem do apelido *neocons*.

Personagens como Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Richard Perle, Donald Rumsfeld, Condoleezza Rice, John Ashcroft, William Kristoll e Elena Kagan, entre outros, reatualizados com base no conservadorismo dos anos 1980, adotaram George W. Bush como candidato, promoveram a fusão do “partido das ideias” com o “partido dos negócios” e contribuíram para derrotar a candidatura democrata de Albert “Al” Gore. A missão desses apoiadores de Bush foi implementar uma cruzada conservadora no plano cultural e moral, erradicando a concepção laica da vida – impondo desde a obrigatoriedade das orações nas escolas públicas, até a proscricção da teoria de Darwin –, combatendo o igualitarismo, o ecologismo, o feminismo e a tolerância sexual, entronizando o predomínio da segurança sobre as liberdades civis.

Os *neocons* descreveram sua cruzada como uma *contrarrevolução permanente*, cujo objetivo de médio e longo prazo era maximizar as realizações e consolidar sua duração<sup>23</sup>. A obsessão deles é enfrentar o enfraquecimento da hegemonia estadunidense e a decadência de sua concepção da democracia ocidental para “restaurar” um corpo social devidamente ordenado, disciplinado e hierarquizado. Por isso a pressa em converter o sentimento de incerteza provocado pela globalização e pela crise em vigoroso *temor pela segurança*, em transformar as controvérsias políticas e socioeconômicas em *conflitos etnoculturais e religiosos*, em *erigir inimigos e ameaças* que justifiquem a generalização de medidas de exceção, além de os *neocons desqualificarem todos os críticos e alternativas políticas*.

Outro de seus objetivos é varrer as limitações deixadas pelas reformas liberais anteriores e pelos movimentos populares. Eles se manifestam tanto nas políticas diretamente dirigidas a beneficiar grandes corporações quanto na defesa do fundamentalismo cristão, na entronização da noção estadunidense de civilização e de democracia ocidental por qualquer meio, incluindo o militar. O apogeu de sua influência foi alcançado com o máximo aproveitamento da oportunidade deixada pelos brutais atentados de 11 de Setembro (2001), que permitiu-lhes aumentar sua incidência nos meios de comunicação. Nesse processo, eles restringiram as liberdades públicas e os direitos civis, e desencadearam as guerras – de caráter mais empresarial que punitivo, pró-democrático ou cultural – do Iraque e do Afeganistão.

---

<sup>23</sup> Tanto nos Estados Unidos como na Europa foi destacado a “reconversão” de ativistas de extrema esquerda em intelectuais neoconservadores, como efeito da ofensiva neoconservadora e do desmoroamento da URSS. Isso explicaria o reiterado uso de categorias procedentes de Leon Trotsky (como a da revolução permanente) e de Antonio Gramsci (como a da construção de hegemonia cultural).

No que diz respeito à América Latina, as bases ideológicas da nova ofensiva da direita são as mesmas, praticamente. No entanto, como se pode explicar que essas novas condutas da direita se apresentem quase em uníssono em grande parte do continente?

Embora na tradição das esquerdas o internacionalismo e a solidariedade sejam princípios muito relevantes, na prática suas organizações consomem quase todos seus modestos recursos em tarefas nacionais. Na maioria das vezes, esses princípios raramente podem ser cumpridos além do plano declarativo, e os foros internacionais são mais espaços de reflexão do que oportunidade para combinar cooperações de maior consistência e alcance.

Com a direita acontece o contrário. Atualmente, a sustentação de atividades de instrução e colaboração política internacional é muito mais constante e ativa entre suas organizações. Isso tem um polo articulador: na América Latina os partidos de direita mantêm relações permanentes com o Partido Republicano e com fundações, *think tanks* e universidades conservadoras dos Estados Unidos, e, da mesma forma, com o Partido Popular espanhol e fundações que lhe são vinculadas.

Os quadros jovens dos partidos de direita frequentam cursos promovidos por fundações e universidades conservadoras, particularmente na área relacionada com *marketing* político, em que há ênfase em pesquisa e manipulação da opinião pública e em técnicas para dirigir as comunicações sociais. Miami já é um grande conglomerado de instituições e cursos de formação nessas especialidades para os novos quadros latino-americanos de direita. Além disso, os jovens herdeiros político-empresariais costumam procurar as universidades estadunidense para completar sua formação.

Em nossos países proliferam igualmente os eventos breves e conferências de capacitação político-ideológica que propiciam encontros das jovens promessas da direita com seus veteranos congêneres europeus, latino-americanos e estadunidenses. Veja-se o caso de José María Aznar (ex-presidente da Espanha, 1996-2004) que, sem ser um intelectual de maiores luzes, passa o tempo inteiro voando, no sentido literal da palavra<sup>24</sup>. E os mais velhos não somente assistem às mesmas conferências nos Estados Unidos, ou as ministradas por gurus estadunidenses em cidades latino-americanas, mas também, de maneira mais específica, compartilham o cafezinho nas juntas diretoras e nas reuniões de acionistas das mesmas empresas. As quais, além disso, a cada dia operam em mais países da região e aglutinam seus respectivos interesses.

---

<sup>24</sup> As esquerdas latino-americanas não dispõem de nada similar. Ainda que seus encontros possam dar oportunidade a meritórios debates, não dão conta desse ambicioso espectro de homologação estratégica, formação de quadros e coordenação operativa.

Enquanto isso, as internacionais de direita – a liberal, a democrata cristã, a chamada União de Partidos da América Latina (Upal) – se mantêm ativas<sup>25</sup>. Desse modo, não é de estranhar que uns e outros pensem nossa América com os mesmos parâmetros, cultivem projetos políticos similares e estejam de acordo nos mesmos termos, para organizar suas atividades políticas solidariamente.

A pedra de toque do assunto, porém, está em que o núcleo político-ideológico da direita estadunidense continua em crescente atividade e não lhe faltam organização, poder, recursos nem iniciativa, não apenas para estender as mãos ao presidente Obama, mas também para orquestrar a contraofensiva das direitas em escala continental, com prazos mais duradouros que qualquer mandato governamental.

Certamente, isso tudo não representa um obstáculo diante do qual as esquerdas devam se resignar, mas sim um desafio a ser superado com os recursos de sua criatividade e imaginação. No mundo das comunicações virtuais, quando os povos da região têm excelentes razões para se movimentar à esquerda, esse tampouco será um desafio muito difícil, tão logo nos tornemos conscientes de sua transcendência.

Na América Latina como em outras partes do mundo, hoje se compete politicamente em meio de demandas e tensões sociais mais complexas e dinâmicas do que aquelas em que antes se basearam os atuais sistemas de representação e gestão política. As normas e instituições sociopolíticas tradicionais perderam credibilidade pública, enquanto os meios de comunicação mais poderosos superam a capacidade dos partidos clássicos para contatar e orientar uma massa plural de segmentos sociais que carece de outras vias para perceber e interpretar a realidade.

Nessas circunstâncias, o populismo de direita assume a indústria da comunicação como veículo de atuação que – substituindo a velha propaganda – desenvolve uma retórica destinada a suplantar a realidade, ao mesmo tempo em que alinha os meios de comunicação mais penetrantes como instrumentos de poder político. Essa retórica midiática trabalha com o fim de acomodar o público que, econômica, social, cultural e demograficamente, se encontra fragmentado, substituindo a realidade efetiva a que ele deveria ter acesso. E ele não desempenha esse papel porque, mediante esse processo, tem limitadas possibilidades de perceber e entender a situação em seu conjunto e de compartilhar suas interpretações.

Quem domina a mídia está em vantagem para impor uma agenda temática destinada a enfocar o interesse e o debate da maior parte da sociedade, assim como para qualificar seus atores e argumentos. O predomínio midiático permite

<sup>25</sup> Afora o patrocínio que algumas de suas atividades recebem de fundações estadunidenses como a Heritage, contam com a assistência habitual de duas fundações alemãs de direita e centro-direita: a social-cristã Konrad Adenauer e a liberal Friedrich Neuman.

destruir ou construir reputações tanto de ideias e pessoas como de projetos e propostas e, igualmente, tergiversar sobre algumas opções ou relegá-las ao anonimato ou à marginalidade e, por fim, fazer outras prevalecerem.

Com esse respaldo, o populismo de direita pode tornar-se essa nova forma de apresentar a opção reacionária em uma alternativa mais generalizada e “popular” do que a esquerda, sobretudo quando esta última não soube renovar e promover suas propostas mediante linguagens e métodos mais novos, acessíveis e persuasivos.

Como observam Emmanuel Rodríguez e Hibai Arbide, são participantes dessa exploração de modelo em que se articulam moralismo, radicalismo, populismo e estratégia midiática tanto os *neocons* estadunidenses como Silvio Berlusconi<sup>26</sup>. Afora o fato de esses meios de comunicação “normalmente” serem propriedade – ou estarem sob controle – de interesses econômica e politicamente afins aos dos patrocinadores de campanhas neoconservadoras, constituem igualmente um conglomerado capaz de elevar essa iniciativa acima dos respectivos partidos conservadores. Em não raras oportunidades o “estado maior” do conglomerado midiático – o “partido” midiático – define a agenda do partido tradicional, invertendo os termos entre o manipulador informativo e a organização política que o representa.

Certamente, as esquerdas devem desenvolver suas próprias opções em matéria de comunicações de massa e aproveitar as novas técnicas disponíveis para tanto. Experiência e criatividade não lhe faltam. Entretanto, ainda que seja desejável dispor de instrumentos de comunicação poderosos, o essencial não são os instrumentos mas sim as pessoas. Nesse campo, a tarefa medular é capacitar as pessoas para ver, ouvir e ler criticamente os meios de comunicação, reagir reivindicando a agenda e o ponto de vista popular acerca das mensagens e acontecimentos, ainda que sejam emitidas pelo adversário.

---

<sup>26</sup> RODRÍGUEZ, Emmanuel & ARBIDE, Hibai. “Nueva derecha? La reivindicación del populismo frente al vacío de la izquierda”, *Cuadernos Archipiélago*, Sumário 72, Barcelona, 2006. Artigo disponível em <revista-pueblos.org/spip.php?auteur409>, visita em março de 2012.

A grayscale, semi-transparent globe of the Earth is centered on the page. The continents of North America, South America, Europe, and Africa are visible. The text "Capítulo 5" is printed in a bold, black, sans-serif font, centered horizontally and vertically over the globe. The globe has a slight shadow beneath it, suggesting it is resting on a surface.

**Capítulo 5**



## **O clima e a ocasião oportunos**

Quais são as motivações subjacentes da nova direita nas Américas de nossos dias? A universalização da crise que emergiu em 2008 – não somente mundial, mas cuja presença é perniciosamente em múltiplas instâncias da realidade<sup>1</sup> –, exacerba as incertezas e frustrações próprias do declínio do capitalismo, ao menos as do capitalismo que conhecemos. Somada à falta ou insuficiência de projetos alternativos, a crise acelera os sentimentos generalizados de insegurança, não apenas por falta de proteção policial, mas também pela precariedade do trabalho, da moradia e do prestígio social, assim como aumenta a perda de previsibilidade e de confiança no futuro. Na Europa e nos Estados Unidos, a crise tensiona a relação entre as pessoas e coletividades de outras etnias e culturas.

Em um imprevisível ambiente de flutuações econômicas, políticas e culturais, move-se à deriva, por todos o espectro político, uma massa dispersa, atualmente vitimada e furiosa pelos efeitos da recessão de forma que, certo dia, elege Barack Obama e, no outro, o repudia<sup>2</sup>. Por isso, ao explicar a derrota ocorrida em Massachusetts, em fevereiro de 2010, o próprio Obama afirmou: “A mesma coisa que levou Scott Brown<sup>3</sup> ao cargo, levou-me à presidência. As pessoas estão irritadas e frustradas”.

Circunstância que, precisamente, propicia o ambiente psicológico tendente ao discurso messiânico da nova direita, demagogicamente prometedora de cor-

---

<sup>1</sup> São exemplos: a crise econômica, financeira, alimentar, energética, moral, do clima, da segurança cidadã, dos sistemas políticos nacionais, do sistema de relações internacionais, entre outras.

<sup>2</sup> Ver WALLERSTEIN, Immanuel. “El caos como cosa cotidiana”, *La Jornada*, México, 2 de fevereiro de 2010.

<sup>3</sup> O reacionário republicano que se candidatou a senador por Massachusetts, disputando a vaga que por vários períodos tinha sido do democrata liberal Ted Kennedy.

reções, “mudanças” e certezas eficazes em curto prazo, destacando-se líderes *machos* que dizem saber o que fazem e ter a coragem ou a falta de inibição necessária para fazê-lo. E com adversários convenientemente escolhidos e vulneráveis<sup>4</sup>, para assegurar rápido regresso à situação e às regras de outrora, superando as incertezas com as vantagens de quem retorna ao passado com todos os saberes do futuro.

O motor de todo o assunto é, fundamentalmente, garantir a segurança e a rentabilidade do capital, ameaçado não só pela crise econômica, mas também pela conjuntura política, que pode se traduzir em excessos que terminem em caos ou na revolução. Em outras palavras: a ideia é proteger o capital, se adiantando-se em restabelecer as condições de disciplina e hierarquização sociais requeridas para salvaguardar o regime existente e lhe tirar do caminho dois fatores: as restrições e a cultura igualitarista, que têm diminuído a taxa de lucros. São restrições relativas à proteção e solidariedade sindicais, à redistribuição de renda, à segurança trabalhista, à assistência social, ao direito de informação, de organização, de participação e de rebelião.

No fundo, se trata-se de um projeto neofascista. Nele, a nova direita não é apenas conservadora, mas atua sim como *extrema* direita, tanto por sua plataforma econômica quanto por sua fundamentação ideológica e política. Ainda que seja um fascismo civil envolto em roupagem mais atraente.

Em grande parte da América Latina, as organizações progressistas mantêm a iniciativa política, reagindo a essa contraofensiva da direita. Encontramo-nos ante um imenso mosaico social em disputa – como ocorre em épocas de transição – em que há diversas opções abertas. Por um lado, uma “nova” direita busca prevalecer sobre as formações conservadoras tradicionais, ainda que sem marginalizá-las. Por outro, as esquerdas são mais heterogêneas: em razão de sua natureza questionadora e criativa, elas são capazes de explorar novos caminhos, base de sua riqueza propositiva.

Em nossa América, a crise social está mais avançada do que o desenvolvimento de alternativas político-ideológicas. Depois de tanta insatisfação, as pessoas estão fartas, mas ainda não estão conscientes da possibilidade de criar alternativas históricas. Esse difuso e multiforme mal-estar social tem contribuído para fortalecer o apoio eleitoral a opções de esquerda, mas não a aceitar alternativas mais radicais. A dor e a irritação causadas pela desigualdade extrema, pelo emprego precário e pela miséria convivem com o descrédito dos sistemas políticos conhecidos e, ao mesmo tempo, com a atroz sensação de temor que vem da falta de segurança e da frustração de expectativas.

---

<sup>4</sup> O presidente Ricardo Martinelli, do Panamá, identifica-os como “os políticos de sempre, os maus empresários e a esquerda”. Locução televisiva reiterada em início de março de 2010.

É nesse contexto que agora cabe medir forças com uma direita renovada e mais bem articulada, que vem disputar o campo político. E o faz com recursos bem conhecidos: o predomínio midiático, uma orquestração continental e alguns lemas populistas, que têm a força de uma brutal simplificação dos problemas e expectativas populares, dispensando maior esforço explicativo. A natureza elementar e retrógrada desses lemas facilita sua assimilação<sup>5</sup>.

Em períodos assim o terreno político é movediço: abundam os realinhamentos – táticos, programáticos e ideológicos – das direções dos partidos políticos e das organizações, como também dos setores sociais que eles pretendem representar. É um espaço propício para qualquer tipo de aventureiros, como os Fujimori [Alberto e a filha, Keiko, no Peru]. Mas ainda que a crise propicie, em âmbito econômico, sociopolítico e ideológico-cultural, confusões e recomposições, isso não implica o suposto “retorno à direita” atualmente predito por determinados “analistas”<sup>6</sup>. Ao contrário, *em nenhum país latino-americano há um movimento de massas em apoio a projetos contrarrevolucionários*.

Em diversos países, a esquerda política não conseguiu renovar suas propostas, mas em contrapartida a esquerda social encontra-se em expansão – porque o movimento da vida garante a ela afirmação –, ainda que, no plano conceitual e organizativo, não esteja desenvolvida. Se não dermos enfoque às siglas partidárias, mas sim aos problemas diários de cada grupo social, tema por tema, teremos esta comprovação: é falso acreditar que nossos povos voltem-se para as soluções da direita, mesmo pesando-lhes “a barreira histórica de confusão, desideologização e desorganização”, que os deixa indefesos diante do oportunismo de lideranças inescrupulosas. É por esse motivo que as campanhas da nova direita precisam imitar os discursos progressistas<sup>7</sup>.

Vejam os que ocorreu no Chile nas eleições do 2009: a Concertação pela Democracia, que governou aquele país por 20 anos, não foi exemplo da reativação que as esquerdas latino-americanas experimentaram desde fins dos anos 1990, em repúdio às teses e consequências do neoliberalismo. A Concertação foi produto de uma etapa anterior, da transição pactuada da ditadura à democracia neoliberal (em paralelo à conciliação da social-democracia europeia com o neoliberalismo). A subsistência dos modelos pinochetistas de Constituição, de institucionalidade pública, do sistema eleitoral e da economia de mercado faz lembrar que ela é herança de uma transição democrática inconclusa.

---

<sup>5</sup> Ver D'ÁLEMA, Massimo. “La via progresista contro la destra que cavalca le paure”, *Il Sole*, Milão, 23 de fevereiro de 2010.

<sup>6</sup> Em particular aqueles que desertaram da esquerda durante a ofensiva neoconservadora que se seguiu à “queda do muro”, numa tentativa de “tapar o sol com a peneira”.

<sup>7</sup> Ver BILBAO, Luis. “América Latina no gira a la derecha”, ALAI, *América Latina en movimiento*, Quito, 11 de fevereiro de 2010.

O fato de tal subsistência ter sido viável mediante a participação de parcela da esquerda deve ser analisado ao lado da conquista de liberdades públicas e dos direitos humanos, alcançada na primeira etapa daquele processo. Mas somente agora – paradoxalmente, sob um governo da nova direita – o povo chileno terá oportunidade de lutar para completar a transição democrática e ser incorporado ao processo de renovação do papel e da natureza das esquerdas latino-americanas<sup>8</sup>.

Em tempos da Guerra Fria, para que a direita oligárquica pudesse impor “mudanças” dirigidas a reconstruir o sistema e revogar as conquistas sociais, democráticas e progressistas então institucionalizadas, foi necessário infligir derrotas esmagadoras e duradouras à resistência popular, por intermédio das ditaduras de segurança nacional e do terrorismo de Estado. Mas daquela época a nossos dias, as circunstâncias regionais e mundiais, e o desenvolvimento político atingido por parte significativa de nossos povos, fazem esse caminho mais difícil, como ficou demonstrado, em 2009, no caso de Honduras<sup>9</sup>.

Para revogar essas conquistas, hoje a direita tem que apelar a outros meios. E pode fazê-lo à medida que a reação – aproveitando os recursos que lhe são vantajosos – explore em seu benefício as confusões e mal-estar sociais existentes, criando organizações dos muitos “seres humanos atirados à marginalidade, à ignorância e ao desespero, para tentar fazer deles uma força de choque selvagem” contra os setores populares mais conscientes<sup>10</sup>, não somente no plano eleitoral. Essa convocação à coação e à violência é, precisamente, uma amostra da conduta fascista, arquetipo da estratégia de contrarrevolução preventiva.

Captar esse mal-estar e desviá-lo contra um alvo selecionado permite distrair massas populares e instrumentalizá-las a serviço de objetivos contrários ao interesse popular de longo prazo. Para isso há uma demagogia consubstancial ao tipo de liderança midiática que a nova direita pode oferecer.

Como bem destacou Gramsci, em seus longos anos de prisioneiro político do fascismo, demagogia significa “servir-se das massas populares, de suas paixões sabiamente excitadas e nutridas, para os próprios fins particulares” e as ambições de um chefe. Ao que Gramsci em seguida acrescentou: o demagogo descreve a si mesmo como insubstituível, elimina seus possíveis competidores e apela para

---

<sup>8</sup> Na Argentina, no Brasil e no Uruguai, o restabelecimento da democracia liberal começou mais tarde e esse processo foi completado antes de elegerem governos progressistas. No Chile, essa etapa prévia se estancou antes de ser concluída, propiciando o ambiente de imobilismo que, ao mesmo tempo, predispôs a votar por outras opções, incluída a da nova direita.

<sup>9</sup> Em uma conversa informal, Dante Caputo qualificou esse evento de golpe “corretivo”: os militares intervieram para devolver o governo à oligarquia tradicional, sem ficar no poder. Mesmo assim, a comunidade internacional sancionou o golpe de maneira que também prejudicou os interesses dessa oligarquia; os golpistas fardados depois foram substituídos em seus cargos e o golpe, por fim, não diluiu o conflito, mas levantou um movimento de resistência social capaz de defender as modestas conquistas sociais anteriormente obtidas pelo povo hondurenho.

<sup>10</sup> Ver BILBAO, Luis, *Op. cit.*

“entrar em relação diretamente com as massas (plebiscito, grande oratória, jogos de cena, aparelho coreográfico fantasmagórico etc.)”<sup>11</sup>.

A magnitude das ameaças que essa nova direita representa hoje ressalta o valor muito caro para as esquerdas – e a urgência que agora demanda – da tarefa de formar consciência e criar organização popular e classista. Se as armas dessa direita prosperam precisamente ao incidir sobre uma massa ignorante, afligida e desarticulada, superar essa debilidade popular é nossa prioridade. O campo popular e latino-americano é nosso campo e nele nos cabe derrotar esse intruso.

É preciso combater a subcultura que a direita lança para impregnar a massa, por meio de um novo conteúdo ideológico e cultural. Isso se realiza construindo e mobilizando uma contracultura fundada nas necessidades, reivindicações e expectativas populares. É por intermédio da contracultura que se pode reivindicar a independência do pensamento popular e relançar sua solidariedade de classe. Uma contracultura capaz de crescer e orientar organizações nas quais a solidariedade de classe volte a primar sobre a atomização de salvação individuais – místico-religiosas, criminosas ou neofascistas – anteriormente propiciadas pelo neoliberalismo.

O que também nos faz ter como prioridade a articulação de frentes amplas, plurais e abrangentes, em que a diversidade das esquerdas sociais e políticas trabalhe com base naquilo que elas tenham em comum, respeitando suas respectivas personalidades e diferenças.

## **Recuperar o atraso**

No final dos anos 1970, grande parte da humanidade ainda compartilhava um otimismo liberalista e revolucionário, decorrente do êxito das lutas de emancipação nacional na África e Ásia, da Revolução Cubana, do movimento de não alinhamento, das vitórias do povo vietnamita, das revoluções de 1968 e das mobilizações de parte significativa da população dos Estados Unidos pelos direitos civis e contra o belicismo, entre outros eventos dessa natureza. Até mesmo a queda de Che Guevara e seus companheiros na Bolívia e o sacrifício de Salvador Allende não abateram esse espírito, incentivando o desenvolvimento de outras ideias e capacidades orientadas a renovar métodos e a perseverar.

O abandono das políticas internacionais de maior fôlego revolucionário na União Soviética e na China, com o refluxo das tentativas guerrilheiras sul-ame-

---

<sup>11</sup> Em GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos do cárcere*. México: Era, p. 82-83. t. III (edição crítica do Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana). Gramsci, certamente, deve ter escrito essas linhas tendo em mente Benito Mussolini, como nós as relemos tendo em vista Berlusconi e um arremedo de ultramar, como Martinelli. Não disse Marx que na história essas coisas ocorrem uma vez como tragédia, mas quando se repetem o fazem como farsa? Ainda que Piñera declare que não é este seu modelo, mas o de Sarkozy, ele o faz para guardar as aparências, já que o francês goza de melhor reputação.

ricanas e o retorno à democracia restrita foi acompanhado da ofensiva neoconservadora impulsionada pelos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Houve, ainda, a imposição dos “reajustes estruturais” resumidos no Consenso de Washington. Uma ofensiva que enquanto se desencadeava coincidiu com o desmoronamento da União Soviética e a desintegração do chamado “campo socialista”, com todo o repertório de significados nela incluído.

Por vários anos, esse somatório deixou em crise certezas das esquerdas, minou a confiança em suas próprias convicções e projetos, e desgastou seu prestígio e capacidade de mobilização. Uma considerável parcela das esquerdas – até as que se proclamavam antissoviéticas – entrou em um período de desorientação e refluxo. Os povos latino-americanos tinham sido golpeados por diversas causas nefastas: a crise da dívida externa, as ameaças de hiperinflação e de desemprego, o fantasma da volta dos militares ao poder e a falta de alternativas político-ideológicas viáveis. E foi precisamente nessas circunstâncias que os povos latino-americanos não obtiveram as democracias que buscavam, mas apenas aquelas que lhes deixaram ter.

Naturalmente, nas diversas nações latino-americanas os métodos, intensidades e alcances dessa instauração se diferenciaram segundo cada realidade e, em particular, conforme o fortalecimento das resistências sociais e políticas confrontadas. Da mesma forma, foram diferentes os efeitos e consequências nelas produzidos.

Naquelas circunstâncias de incertezas, a capacidade de resistência das esquerdas ficou debilitada. Embora os postulados doutrinários da ofensiva neoconservadora recebessem acertadas críticas, não tiveram que enfrentar contrapropostas muito consistentes. O amplo respaldo dos principais meios de comunicação lhes proporcionou amplo êxito ideológico, não somente entre as classes hegemônicas e seus servidores, mas também entre as camadas médias e parte significativa da intelectualidade política e acadêmica.

Isso não ocorreu por efeito espontâneo das circunstâncias. Certamente as sequelas ideológicas da “queda do muro” facilitaram a penetração dos argumentos do Consenso de Washington no pensamento de uma parte das lideranças latino-americanas, até mesmo nas de algumas esquerdas *moderadas*, que alegaram um suposto “pragmatismo” para recuar ao centrismo político. Mas isso não foi tudo. Essa penetração foi acompanhada de uma sistemática eliminação dos subsídios e outras facilidades que antes eram concedidas a numerosos centros de investigação social, de debates e publicações, de educação de líderes populares, como parte de uma metódica eliminação dos focos de resistência e contrapropostas ideológico-culturais. Somem-se a isso a estigmatização e o corte de recursos para as universidades públicas e a proliferação de universidades privadas.

Isso não ocorreu apenas na América Latina e em outras áreas do “terceiro mundo”. Na Europa ocidental, por exemplo, parte significativa da social--democracia

tentou conciliar suas heranças socialistas com as teses neoliberais, cujo resultado não foi reatualizar-se, mas sim extraviar sua própria identidade e programas políticos. Conhecidos partidos socialistas europeus que por essa via *deslizaram* para o centro, não só perderam sua identidade histórica e sua credibilidade, mas também perderam milhões de eleitores decepcionados, o que proporcionou um campo adicional às velhas e novas direitas. Seus imitadores latino-americanos não tiveram melhor sorte.

As políticas neoliberais, após conseguir uma inicial estabilização macroeconômica, não moveram um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Ao contrário, passaram a provocar atrozes consequências socioeconômicas, que tiveram início com as privatizações e o corte de gastos sociais, a precarização do emprego e a liquidação da solidariedade social. É oportuno lembrar: essas políticas e seus efeitos aumentaram a insegurança e as desigualdades sociais; pioraram a qualidade de vida de nossos povos (assim como afetaram a autodeterminação de nossas nações); e prejudicaram a estrutura e coesão das classes trabalhadoras, o que enfraqueceu suas organizações e debilitou suas aspirações.

Muitos dos integrantes e quadros dessa antiga força social, foram afetados no plano ideológico, dispersaram-se para sobreviver na informalidade ou na emigração, o que minou a consistência desse ator político. Desse modo, mudou o perfil ocupacional e reduziu a autonomia de diversos segmentos das camadas médias e as debilitou. Ao mesmo tempo, acentuou-se a migração para as cidades de milhões de fugitivos da crise rural, não para engrossar a classe operária, mas para sobreviver nos crescentes cinturões da miséria urbana e da informalidade. Tudo isso contribuiu para a formação de uma nova personagem social, menos articulada e consciente de si mesma.

Desse modo, nos partidos vacilantes e nas massas desarticuladas também ficou mais fraco o fator moral, componente básico da solidariedade e da combatividade sociais. Temporariamente, a aflição pela sobrevivência pessoal prevaleceu sobre a aspiração de classe para mudar essa realidade. E isso provocou um atraso na formação da consciência e no fortalecimento político das esquerdas, deixando para trás a prioridade do movimento revolucionário.

## **Não basta uma visão crítica**

As teses neoliberais foram uma construção ideológica e programática que o grande capital multinacional e a ofensiva neoconservadora patrocinaram para se esquivar da crise financeira que vinha emergindo. E também para ocupar os vazios políticos que a derrocada do socialismo soviético deixou ao redor do mundo. Não obstante, como se não bastasse a evidência acadêmica de que os postulados neoliberais eram uma construção infestada de erros teóricos e técnicos, os efeitos

sociais de sua aplicação – especialmente das aplicações indiscriminadas, dogmáticas e promovidas em massa pelos organismos financeiros internacionais – em apenas uma década se tornaram arriscados, até mesmo para a estabilidade social e a governabilidade que interessava a seus próprios promotores.

Nessas circunstâncias, as esquerdas da América Latina, em vários países identificadas com o pensamento desenvolvimentista e com a tradição teórica anterior à globalização, empunharam a bandeira de denúncia das teses neoliberais e de seus graves efeitos sociais, e muito cedo advertiram que ocorreria esse fracasso. Nem por isso, entretanto, dispuseram dos meios necessários para sistematizar e contrapor alternativa mais acertada e concretamente viável.

Antonio Gramsci descreveu há quase um século: o velho regime agoniza sem que ainda tenhamos elaborado a alternativa que terá de substituí-lo. E corroborando esse alerta, o fracasso neoliberal e a irrupção da crise ocorreram antes que tivéssemos produzido as propostas conceituais e operativas idôneas para os sujeitos sociais superarem essa etapa.

Desse modo, nesse período pós-neoliberal da globalização, de que outro sistema conceitual e propostas político-econômicas dispomos para enfrentar a crise? E para identificar e impulsionar nossas próprias opções, particularmente agora que os grandes adversários da mudança histórica estão enfraquecidos?

Nas décadas de 1960 e 1970, boa parte de nossos povos avançou no aspecto subjetivo de uma situação revolucionária. Posteriormente, o refluxo dos anos 1980 e 1990 nos deixou em uma situação paradoxal: à medida que as condições objetivas dessa situação continuaram se agravando, as subjetivas retrocederam. Na transição ao século XXI, a deterioração da situação material de nossos povos volta a reclamar avanços do fator subjetivo, e não somente no sentido de contar com novas ideias e projetos, mas também no de convertê-los em força material, inserindo-os na cultura dos setores populares. Certamente, essa inserção não é simples nem pode concretizar-se de um dia para o outro.

Esse povo empobrecido, marginalizado e frustrado enfrenta uma transição cultural que, deixada à espontaneidade, pode demorar e se extraviar, mas também ser estimulada e orientada. É o momento de uma percepção da *atualidade objetiva* para conseguir uma *projeção subjetiva* dessa força social. Ser parte de um dos setores mais sofridos e inconformados da população não leva necessariamente cada pessoa a escolher opções revolucionárias. Ao contrário, pode induzir a soluções individualistas e de curto prazo, sobretudo quando se carece de acesso a uma proposta alternativa de maior fôlego social.

O imediatismo pessoal oderece saídas pelo caminho do delito e da degradação, do oportunismo político, da alienação religiosa, todos igualmente funcionais ao sistema imperante. Ao contrário, para optar por algo moral e politicamente mais acertado, é necessário ter acesso a uma visão ou aspiração confiável, com

objetivos de maior alcance, que permitam atuar coletiva e organizadamente em busca de soluções estruturais e duradouras.

Como argumenta o geógrafo brasileiro Milton Santos<sup>12</sup>, o problema é “como passar de uma *situação* crítica a uma *visão* crítica e, em seguida, alcançar uma tomada de consciência”. Tal processo implica confrontar a dura existência da pobreza e da injustiça como algo real, mas também como um paradoxo: o de ter que *aceitar essa realidade para sobreviver, mas ao mesmo tempo se capacitar para resistir, para pensar e agir para mudá-la, em busca de outro futuro*. Nestes tempos de globalização pós-neoliberal, para melhorar as oportunidades tornando possível esse salto, é preciso construir ou reconstruir ideias, propostas e organizações – a exemplo daquelas que nos anos 1980 e 1990 foram dizimadas – que permitam aos diversos segmentos do “pobretariado” encontrar essa visão e erguer projetos confiáveis.

Em outros termos, é necessário abrir caminho a uma *contracultura* que ajude os setores populares a desenvolver independência diante das versões interpretativas dos grandes meios de comunicação e de outros meios de pregação ideológica da classe dominante. Assim, eles poderão tomar distância da cultura vigente, identificando e antepondo seus objetivos, valores e temas genuínos. Somente isso lhes permitirá ter uma agenda própria, na qual, depois de identificadas suas prioridades e linhas de ação, conseguirão ganhar independência, coesão, maior mobilização e respaldo social.

A cultura dominante o é, entre outras coisas, porque é realimentada pelo poderoso suporte dos grandes meios de comunicação da classe dominante. No entanto, para superá-la, não basta criar meios alternativos de comunicação popular, nem sonhar com o dia em que o movimento popular disponha de meios similares aos dos burgueses. Antes disso, a inteligência popular deve ser ensinada a reagir criticamente ante as mensagens dos grandes meios de comunicação. Não realizando isso em dócil conformidade com a cultura de seus emissores, mas sim segundo sua própria contracultura.

E a missão fundamental dessa contracultura não é responder a cada lance da agenda que a burguesia e seus gerentes imponham, mas se adiantar a escolher, desenvolver e introduzir os temas que interessam ao movimento popular. É, em síntese, fazer sua própria agenda.

Tudo isso faz parte de uma totalidade maior: diante do poder do bloco das classes dominantes, cabe edificar, passo a passo, uma contra-hegemonia, a da aliança ou bloco oposto integrado pelos setores explorados, empobrecidos, marginalizados ou oprimidos. O que não se reduz simplesmente a conglomerar um conjunto de classes e grupos sociais afins. E sim a inspirá-los e estruturá-los com determinada concepção das mudanças desejadas, dos objetivos e da estratégia

---

<sup>12</sup> *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 116.

geral necessários para alcançá-los, isto é, um programa que aglutine e associe os setores participantes não só para compartilhar uma visão do futuro buscado – segundo a qual “outro mundo é possível” –, mas também que seja capaz de atender os problemas imediatos da população. Porque, ao lutar por reivindicações e reformas, a curto e médio prazos, também se robustece o bloco contra-hegemônico, que precisa acumular forças para elaborar missões de maior alcance.

Sem esse fortalecimento programático e emocional do conjunto, e da articulação dos setores que o integram, seria impossível assegurar a coesão e a clareza de suas metas, ou seja, sua capacidade de somar, abarcar e trabalhar como bloco. Incrementar forças não é apenas somar grupos, ao contrário, é dar sentido e propósito abrangente a esse somatório.

E ao se robustecer esse bloco popular, abrem-se novas avenidas, capacidades de pressão, negociação e luta para criar mais alternativas reformadoras, anticapitalistas e socializantes, capazes de acelerar a transição para a melhoria dos modos de vida social. O que não inclui necessariamente a violência revolucionária, considerando que esta não provém do esforço por substituir um mau regime social, mas sim da opressão e da repressão desatadas para impedi-lo.

## **A necessidade do novo**

Na transição do século XX ao XXI, vários povos latino-americanos elegeram democraticamente um conjunto de governos progressistas. Para isso ser possível, e para tais governos poderem atuar sem demasiados contratemplos e enfrentamentos, também foi preciso contar com mudanças na situação internacional.

Na época da bipolaridade, em que União Soviética *versus* Estados Unidos eram as superpotências que influenciavam o mundo, Washington talvez não tivesse admitido a convivência com semelhante novidade, e, possivelmente, a teria impedido. Por muito menos, a Guatemala e a República Dominicana sofreram intervenção. Além disso, mais tarde, em escala continental, foram incorporadas a ideologia, a política e as ditaduras de segurança nacional, que sequestraram e *desapareceram* com grande número de opositores, até *preventivamente*, mesmo antes de eles terem dado motivo para serem perseguidos. Um quarto de século após a imolação de Salvador Allende, como aquela conjuntura foi alterada?

Mesmo antes da crise que aflorou em 2008, havia indícios de que os Estados Unidos, além de crescentes problemas internos, estavam com forças e reservas comprometidas, pelos anos de ocupação a mais do que o previsto no Afeganistão, Iraque e demais imponderáveis dos Próximos e Médios Orientes, e por suas eventuais (e imprevisíveis) consequências. Em resumo, Washington já não podia dispor facilmente de todos os recursos – políticos, financeiros e logísticos – para manter e justificar duradouramente aquelas políticas em nossa América.

Além disso, o modelo político estabelecido no continente americano depois da “queda do muro” e da instalação do sistema de democracias restritas – ao menos até então – teve que dedicar maior reconhecimento aos direitos humanos e à institucionalidade democrática, sem contar que já não se suportava deixar impunes as operações repressivas advindas dos Estados Unidos, além de estar em busca de consolidar outro padrão e outro discurso de política regional. Em circunstâncias ainda tornadas mais graves devido à crise econômica e financeira, os Estados Unidos se viram forçados a admitir que coexistir com uma pluralidade de regimes diferentes – até de governos de esquerda – não implicava necessariamente numa ameaça inadmissível para a segurança nacional e para os interesses essenciais daquela nação.

A crise econômica que vinha se incubando e explodiu em 2008 – cuja profundidade e repercussão não é possível prever com objetividade – reduziu a autoridade política dos Estados Unidos diante de seus principais aliados, aumentando as dificuldades dessa potência para atender a todos os seus compromissos, obrigando a voltar-se para si, de modo a dar respostas aos seus crescentes problemas internos.

Acrescenta-se aqui o problema de uma importante parcela do público estadunidense e de suas organizações sociais, cívicas, acadêmicas e agremiações confiarem menos na liderança política tradicional de seu país. A sociedade pensante e moralmente comprometida está mais bem informada e – salvo em situações extremas, como a da criminosa agressão terrorista contra as Torres Gêmeas – questiona mais as condutas governamentais, rapidamente, permitindo que em médio prazo esse público se torne menos manipulável.

Apesar disso, não é possível se deixar levar por ilusões: o poder do império continua enorme. Contudo, é um fato que desde o início do presente século, *antes* de se tornar visível a crise de 2008, os governos progressistas latino-americanos já tinham começado a tomar liberdades que antes lhes teriam sido impedidas. Permitiram-se margens de autodeterminação e cooperação recíprocas que anteriormente eram desconhecidas. No entanto, salvo poucas exceções, o aproveitamento desse novo espaço de oportunidades era assumido e ampliado com prudência, como quem sabe que no caminho pode-se topar com um cão bravo. Até 2008, disso resultava um pragmático minueto: os governos progressistas não excediam certos limites (cuja demarcação era desigual e movediça) e o império não exibia conduta demasiadamente intolerante.

Na maioria dos casos, os governos progressistas latino-americanos respeitaram algumas normas de política econômica virtualmente intocáveis, como as relativas à segurança jurídica, à proteção e ao estímulo ao investimento estrangeiro, ao aproveitamento de determinados aspectos da globalização e, para poder estabelecer relações com o exterior (ou pelo menos tentar fazê-lo), procuraram melhorar a produtividade e as habilidades para competir.

Na ordem capitalista, enquanto os negócios, as empresas e as economias pudessem crescer (e também garantir o aumento da oferta de emprego e da tributação) não haveria motivo para conflitos de interesse demasiados, desde que fosse indispensável ao capital redistribuir maior parcela da riqueza, onde apenas combater a pobreza e reduzir os demais flagelos sociais podem criar segurança e mercado interno mais dinâmico à classe empresarial. Com isso, esses governos progressistas avançaram simultaneamente na tarefa de combater a pobreza, a marginalização e a desigualdade, na luta para corrigir a injusta distribuição da riqueza e em incorporar maior parcela da população ao mercado, promover efetivo exercício da cidadania e manter uma variedade de programas de interesse social, com maior alcance. Efetivamente, no período 2007-2009, esses governos conseguiram notáveis avanços na redução da pobreza e da fome, com ampliação da cidadania.

Deve-se admitir, entretanto, que esses governos obtiveram mais sucesso no combate ao flagelo representado pela pobreza e pela fome do que em redistribuir a riqueza e combater a desigualdade. No combate à pobreza, à marginalização e à fome, o mérito correspondeu principalmente aos programas de transferência condicionada de renda, tais como o programa Bolsa Família, no Brasil, e a Rede de Oportunidades<sup>13</sup>, no Panamá. A luta pela redistribuição da riqueza e pela igualdade requer reformas tributárias que reduzam os impostos ao consumo e reforcem os impostos diretos (à renda, aos ganhos, ao patrimônio), uma reivindicação humanitária e de justiça social que se choca com uma enérgica oposição da burguesia local e do capital estrangeiro.

Nesse contexto, não faltam extremistas para manter este argumento: a tolerância do império e das direitas a essas esquerdas não constitui uma opção revolucionária. Mas como poderia constituí-la? Acaso isso significa que não vale a pena alcançar tais vitórias eleitorais, e abrir caminho a suas consequências, e a outros objetivos de ulterior alcance estratégico? Às vezes, certo tipo de crítica é mais reflexo de impotência do que de convicção teórica. Seria preferível um governo reacionário? De fato, a situação criada, com todos os seus riscos, encerra numerosas oportunidades e não há motivo para descartá-la.

Em certo extremismo de esquerda ainda persiste o preconceito de que toda política governamental que melhore as condições de vida da população desativa ou neutraliza uma indignação social que se supõe potencialmente revolucionária. Os defensores de tal espírito niilista, em que se repete aquela antiga frase “quanto pior, melhor”, especulam que reformas sempre teriam efeitos e intenções desmobilizadoras e contrarrevolucionárias. Portanto, mais conviria que o povo fosse de

---

<sup>13</sup> Por meio desse programa, as famílias pobres recebem um estipêndio entregue à mãe, sujeito ao compromisso, verificado, de garantir que, entre outros benefícios, suas crianças frequentem a escola, recebem assistência médica e sejam alimentadas.

mal a pior, para que assim reagisse politicamente melhor. Com base nessa lógica, podem resultar desvarios como os do Khmer Vermelho ou os do Sendero Luminoso. Tal suposição, além de ser uma aberração lógica que demonstra crassa ignorância da história das lutas populares e das realidades latino-americanas, também implica uma perversão moral que aqui não merece comentários adicionais.

Ao contrário, como afirma João Pedro Stedile – membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil –, não estamos num período de grande reativação do movimento de massas “muito menos das ideias revolucionárias, ainda nos achamos em uma fase de práticas de resistência popular, de acumulação de forças, de luta com um inimigo ainda muito poderoso em nível interno e internacional”. Em consequência, atualmente “nossos movimentos têm por diante vários desafios para concentrar energias [...] a fim de avançar a outro período histórico, que ainda depende da reativação das massas em nível continental, a que [em seu momento] abrirá as portas a uma nova hegemonia que promova um verdadeiro processo de mudanças sociais”<sup>14</sup>.

Efetivamente, o que hoje cabe propor é outra questão. É certo que mediante a via eleitoral é possível ter acesso apenas a um poder limitado. Então, façamos a pergunta: valendo-se de limitado poder, quanto é possível contribuir para aliviar a situação popular e impulsionar a construção de uma nova cultura política? E de uma contra-hegemonia com alternativas de maior alcance, que opere em longo prazo? E quanto se pode ampliar esse espaço nele atuando por meio dessa finalidade?

Antes da crise de 2008, teve início um novo período da história política latino-americana, cujo ritmo pode até mesmo ser acelerado. Com isso, despontaram incertezas, porque não se pode predizer o prolongamento nem a evolução dessa nova etapa, nem mesmo é possível prever a diversidade de suas consequências. Muito vai depender da habilidade das diferentes correntes políticas em oferecer projetos apropriados para mobilizar, educar, organizar e estimular forças sociais, e encaminhá-las com a eficiência que o futuro começou a demandar.

Há mais de um século, Karl Marx ensinou que quando as ideias se impregnam nas massas, transformam-se em força material. Mas somente quando elas têm motivo para impregnar-se. A concepção de Antonio Gramsci, segundo a qual o poder se constrói e se acumula no movimento social, está de acordo com esse princípio. *Poder é verbo, não substantivo*. Não é uma coisa ou lugar, um palácio ou cadeira que possa *ser tomado*, mas sim uma faculdade: a de reunir a força social necessária para fazer com que algo aconteça (e o faça de determinada maneira), ou que deixe de acontecer – e seu antônimo é *impotência*, a de que se padece quando se é incapaz de fazer cumprir ou não cumprir esse propósito. Em outras

---

<sup>14</sup> Em “Os desafios dos movimentos sociais latino-americanos”, *América Latina em movimento*, Agência Latinoamericana de Informação [disponível em: <<http://alainet.org>> - Acesso em: dez. 2011].

palavras, poder é correlação ou equilíbrio de forças entre os que impulsionam um projeto e os que lhe são opositores, aspecto que depende do grau de desenvolvimento alcançado por aqueles em disputa.

Gerar ideias e impregná-las é, no entanto, muito diferente de agitar listas de queixas e desacordos, a que a esquerda mais tagarela costuma aferrar-se. Que as coisas vão mal até os exploradores o sabem. A questão não é pregar o povo no muro das lamentações ou exaltar descontentamentos órfãos de alternativas viáveis, o que na prática são apenas manifestações de impotência. As ideias a que Marx e Gramsci se referem são, portanto, um sistema de propostas convincente e factível, capaz de tomar corpo na cultura política de pensadores e de crescentes massas trabalhadoras, orientadas para um objetivo que elas realmente possam construir. Como bem resume Pepe Mujica: “O poder está no coração das grandes massas.”<sup>15</sup>

Em outras palavras, é preciso construir uma *contracultura* popular coerente, com a qual enfrentar e vencer a cultura política instituída pela classe dominante, conforme afirmamos anteriormente. Essa contracultura permite aos setores populares desenvolver independência crítica perante os recursos ideológicos da classe dominante, propor a agenda política por si mesma. A indicação leninista de que “a cultura dominante é a cultura da classe dominante” não significa que a burguesia se esforce para todo operário pensar como um burguês, mas sim distribuir os respectivos papéis sociais: o burguês educa seu filho para torná-lo um executivo de sucesso, e o operário para tornar seu filho um autômato disciplinado e rentável<sup>16</sup>.

Essa contracultura deve fazer de cada trabalhador um cidadão consciente de seus direitos e, ao mesmo tempo, de seus deveres de solidariedade social. Também diz respeito a formar um cidadão capaz de ter distância crítica das mensagens culturais, em um primeiro momento do processo, porque em seguida ele passará de receptor a produtor delas.

Diante dessa realidade, como devem atuar os partidos ou movimentos e os governos progressistas? Como movimento ou partidos, Stedile responde que em primeiro lugar, é preciso impulsionar o “que eleve o nível de consciência política e ideológica de nossa base social”, assim como é urgente “formar grandes contingentes de militantes da nova geração, jovem, que foi confundida pelo neoliberalismo e pelos meios de comunicação burguesa”. Para isso, completa Stedile, é necessário construir meios de comunicação de massa dos movimentos e dos partidos populares, os quais possibilitem discutir e “aprofundar o conhecimento e articular forças ao redor de um novo projeto de desenvolvimento popular”. Se

---

<sup>15</sup> Discurso pronunciado na proclamação da vitória eleitoral, em Montevidéu, em 29 de novembro de 2009.

<sup>16</sup> Karl Marx e Frederic Engels expressaram isso de forma ainda mais categórica: “A cultura [que o burguês valoriza] não é para a imensa maioria dos homens mais do que o adestramento que os transforma em máquinas”. Ver o “Manifesto do Partido Comunista”, em *Obras escolhidas*, t. 1. Moscou: Edições em Línguas Estrangeiras, 1951. p. 37.

bem que “ainda estamos longe de um socialismo latino-americano, não podemos esperar por ele”, pois há um desafio para resolver nessa transição: “o do modelo econômico que necessitamos ir construindo [...] neste longo processo de transformação de nossas sociedades”, em substituição ao modelo neoliberal<sup>17</sup>.

Stedile acrescenta outro aspecto: “Devemos construir novas formas de lutas de massa”, pois “as formas clássicas como [as] greves, paralisações ou marchas são insuficientes, e por isso necessitamos ser criativos”, já que agora “precisamos desenvolver novos instrumentos de luta que motivem as pessoas, aglutinem a juventude e deem um sentido de esperança a nossas lutas”. Por conseguinte, “necessitamos de organizações políticas e sociais de novo tipo”, e para tudo isso “é preciso trabalhar sem fórmulas ou modelos predeterminados”<sup>18</sup>.

Cabe discorrer sobre o que esses governos progressistas – mesmo tendo limitado poder – podem construir e acumular em múltiplos planos, desde resolver os problemas sociais urgentes; melhorar o acesso às instituições e aos serviços públicos, assim como sua efetividade, cobertura e transparência; estimular a organização comunitária; robustecer as estruturas de participação popular; procurar saídas socialmente responsáveis para a crise; reduzir a injustiça distributiva e a desigualdade; consolidar a justiça e a segurança sociais; até melhorar a oferta e a qualidade do trabalho. Tudo isso permite ampliar a base social desses governos e nutri-la de uma nova cultura política.

No campo externo, cabe recuperar a autodeterminação e a soberania nacionais; impulsionar e consolidar projetos de integração e solidariedade latino-americana e de cooperação Sul-Sul; fortalecer o multilateralismo; democratizar as instituições internacionais e alcançar maior equidade nas negociações Norte-Sul.

Nem tudo pode ser conseguido no primeiro dia. Ao se referir à experiência do PT e do governo Lula, Fidel Castro afirmou que nas limitações e possibilidades do caso brasileiro “não se trata de fazer uma revolução, trata-se de ganhar um desafio: combater a fome. Pode consegui-lo. Trata-se de eliminar o analfabetismo. E também pode consegui-lo. E penso que todos devemos apoiá-lo”<sup>19</sup>.

Com efeito, há um sábio provérbio popular haitiano: “Saco vazio não para em pé”. Os indigentes não são os melhores lutadores sociais, porque precisam antes se alimentar para, depois, articularem o pensamento e resistirem em um conflito. A satisfação de necessidades básicas e permanentes – renda, alimentação, moradia, saúde – é necessária para saltar da sobrevivência precária à reivindicação de direitos civis, como os de se organizar e se manifestar. Dessa forma, programas

---

<sup>17</sup> Op. cit.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> RAMONET, Ignacio. *Cien horas com Fidel*. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006, cap. 24, p. 30.

como Fome Zero ou Operação Milagre são vitais para facilitar ao “pobretariado” mobilizar-se do inferno das urgências biológicas à arena da reivindicação de conquistas e transformações sociais.

## A grande crise de 2008

O fenômeno que se fez visível – e inevitável – a partir de 2008 não foi uma calamidade dos grandes negócios hipotecários nem um transtorno bancário, nem mesmo um inesperado problema de liquidez ou confiança no setor financeiro, mas sim uma verdadeira crise do capitalismo; a mais grave desde 1929, ainda que não tenha sido uma crise terminal. Como também não significou um colapso inteiramente inesperado: os sinais do que estava por acontecer datavam pelo menos de 2002, quando a empresa Enron Corporation desabou<sup>20</sup>, e as origens da crise remontavam aos anos 1990, quando o ritmo estadunidense de endividamento se tornou mais acelerado.

Desde os anos 1980, a economia estadunidense – tanto a do Estado como a das empresas e a dos cidadãos – viveu do crédito. Durante duas décadas, porém, as consequências dessa contínua deformação foram pouco visíveis. Nos anos 1980, essa economia foi subsidiada pela crise da dívida externa nos países subdesenvolvidos, o que permitiu aos Estados Unidos sugar enorme fluxo de recursos desses países, os latino-americanos em particular. Nos anos 1990, o gradual enfraquecimento da atividade produtiva desse país foi compensado – e dissimulado – pelos baixos preços da energia, pelo elevado ritmo de inovação e pela crescente oferta chinesa de melhores produtos a menor preço. Tudo isso promoveu certa atmosfera de crescimento alto e baixa inflação<sup>21</sup>.

Mesmo assim, o que vinha se incubando não era um processo anômalo nem desconhecido. Historicamente, a economia capitalista transita de forma recorrente por ciclos de expansão e de contração. Os primeiros geralmente têm origem em inovações tecnológicas que motivam maior investimento produtivo em maior número de empresas, propiciando períodos de bonança. Os segundos, por sua vez, sobrevêm depois, quando, por efeito de superprodução acumulada durante o período precedente, a taxa de lucro diminui e baixa o ritmo de crescimento econômico.

---

<sup>20</sup> Gigante do setor energético e uma das maiores corporações estadunidenses que, durante anos, “maquiou” sua contabilidade. Empregava cerca de 21 mil trabalhadores e quebrou em 2001. Em cumplicidade com a até então prestigiada empresa auditora Arthur Anderson, a Enron ocultou grandes perdas e operações fraudulentas, para continuar atraindo acionistas na Bolsa de Valores.

<sup>21</sup> Ver STIGLITZ, Joseph E. “Se querem crescer girem à esquerda”, *El País*, Madrid, 7 de setembro de 2008. Disponível em: <elpais.com/negócios> Acesso em: dez. 2011. Renomado economista judeu estadunidense, Stiglitz é um consistente crítico dos apologistas do livre-mercado (a quem denomina “fundamentalistas do livre mercado”). Em 2002, obteve o prêmio Nobel de Economia. Atualmente, é professor da Universidade de Colúmbia, e um dos economistas mais citados no mundo.

Durante os ciclos de tendência a baixo crescimento, as empresas mais frágeis são devoradas pelas mais fortes ou simplesmente quebradas, enquanto uma parte das atividades produtivas é transferida a outras nações – são exemplos disto a China, países da Ásia, do Leste europeu e da América Latina – em busca de menores custos de transação e mão de obra barata, e outra importante proporção do capital emigra do setor produtivo para o setor financeiro. Em consequência, durante esses ciclos em que a taxa de lucro das atividades produtivas tende a baixar, os ativos financeiros aumentam demasiadamente se comparados aos da economia real.

Dessa forma, no período anterior à explosão de 2008 o intercâmbio entre papéis financeiros havia se tornado, aproximadamente, 20 vezes maior do que os intercâmbios de papel-moeda por produtos reais e, ao mesmo tempo, os lucros financeiros já equivaliam a 30% dos lucros empresariais, apesar de corresponderem a somente 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Em outras palavras, havia um crescimento desproporcional da “bolha” financeira – notoriamente no setor hipotecário, mas não somente nele. Ao passo que essa “economia de cassino” suscitava um ambiente fictício de prosperidade cada vez mais distanciado da economia produtiva ou real, artifício que não podia se prolongar indefinidamente. É certo que esse clima carecia de base real, mas enquanto pôde se prolongar permitiu às empresas e às personagens envolvidas investirem quantias astronômicas de dinheiro, privilégio que sempre tentarão recuperar.

O manejo neoliberal desses processos levou à armadilha de que eliminar as regulamentações e restrições ao desenvolvimento, supostamente espontâneo, dos mercados e à livre circulação de capitais “automaticamente” provocaria o crescimento econômico e sua espontânea distribuição social. Para facilitar esse tal manejo, cercearam as atribuições e a autoridade das instituições nacionais e internacionais responsáveis por regulamentar e supervisionar os processos econômicos e os mercados. Quando não era possível usar essa estratégia, inseriam no comando dessas instituições tecnocratas neoliberais contrários a tais fiscalizações. Desse modo, quando os mercados estavam mais liberalizados e globalizados, as instituições responsáveis por controlar seus efeitos tiveram diminuídas suas atribuições e seu poder de atuação.

Desde o início, essa combinação de Estados mais fracos – mais incapacitados, portanto, para regulamentar, supervisionar e intervir – com mercados e capitais mais livres para fazer e desfazer favoreceu um rápido e incontrolável crescimento dos negócios. Não apenas os negócios lícitos, mas também os ilícitos. Assim, não surpreende que no mesmo período também tenha crescido a delinquência transnacional organizada, em suas múltiplas modalidades. Essa escalada da criminalidade deve ser considerada, no mínimo, como um dos “efeitos colaterais” do manejo neoliberal da globalização<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> O discurso da direita não oferece alternativa senão a “mão de ferro”, *porque ela não pode nem quere ver outra*

No plano econômico, não faltaram sinais advertindo sobre o que poderia advir do descontrole dessa liberalização. Desde a década de 1980, houve repetidas recessões: em 1980-1982, em 1990-1991 e em 2002-2003. Paralelamente, em 1987 nos Estados Unidos houve um colapso da Bolsa, e em 1989 outro no setor de créditos e poupança. Além disso, em 1997 ocorreu a queda financeira no Leste asiático; em 1998, a queda pela má administração do fundo de capitais de longo prazo; e em 2001, o sintomático desastre da Enron Corporation, que durante 2008 se repetiria em outras grandes corporações estadunidenses [como, por exemplo, o banco Lehman Brothers e a montadora de automóveis General Motors].

Essa tendência foi precipitada pelas más políticas das administrações republicanas, como a de tornar o sistema fiscal menos progressivo, menos distributivo, além de deficitário. Os impostos dos contribuintes de maior renda foram reduzidos sob o pretexto de se propiciar um suposto “gotejamento” de seus benefícios às outras camadas sociais, e, por sua vez, os impostos para a classe média foram aumentados e diminuída a capacidade de negociação dos trabalhadores organizados. Além disso, os gastos militares aumentaram extraordinariamente e se apelou para a eliminação dos gastos sociais, pelo aumento da emissão de dólares e pela redução, ao máximo possível, dos juros bancários, o que expandiu a oferta de dinheiro (em lugar de incentivar a poupança) e facilitou aos especuladores maior acesso a papel-moeda abundante e barato.

A medida de contingência para reestimular a economia e retardar sua desaceleração foi a diminuição dos juros bancários, promovendo o consumo e a produção destinada a satisfazê-lo. Entretanto, a reiteração dessa medida pontual acabou por torná-la uma política permanente. Contudo, durante sua execução muitas atividades produtivas continuaram migrando para o exterior, e uma crescente parte dos artigos demandados por esse consumo foi, cada vez mais, possibilitada por fornecedores e investidores estrangeiros, além de ser adquirida a crédito.

Como se não bastasse, considerando o (não merecido) renome das corporações estadunidenses envolvidas na especulação imobiliária, à medida que essas entidades foram requerendo mais e mais financiamento para empreender aventuras adicionais, muitos bancos europeus fizeram-lhes empréstimos – até mesmo empregando fundos de pensão – sem avaliar devidamente o alto risco dessas operações. Por fim, a “bolha” financeira inchou ainda mais, o que posteriormente depreciou tanto o valor como a credibilidade da moeda estadunidense, a mesma que desde o pós-guerra fora entronizada como a divisa internacional de referência pelos acordos de Bretton Woods<sup>23</sup>.

---

opção a não ser a de reprimir os *efeitos* das práticas liberais, já que programaticamente está comprometida em manter as suas causas

<sup>23</sup> Acordos adotados pela Conferência Monetária e Financeira da ONU, em Bretton Woods, New Hampshire, em

Após dissimular por certo tempo os efeitos desse caminho cronicamente deficitário, as referidas políticas republicanas acabaram por engendrar o oposto daquilo que nos anos 1990 tornou possível amortecer a situação: propiciaram um rápido encarecimento da energia e do setor alimentício; contribuíram para agravar a mudança climática e suas consequências; agravaram as desigualdades sociais; esgotaram a capacidade da classe média de enfrentar suas dívidas; desmantelaram o sistema financeiro; e deixaram o sistema monetário internacional em situação duvidosa.

Com isso, naturalmente a “bolha” arrebentou, ou seja, a explosão da crise financeira precipitou e evidenciou uma crise econômica que vinha amadurecendo sob a superfície, e espalhou seus efeitos sociais mais imediatos: o crédito foi abruptamente reduzido e caiu a demanda. Em seguida, houve corte nos investimentos e nas atividades produtivas, começou a se espalhar o desemprego, tanto nos Estados Unidos como nos países fornecedores estrangeiros. As corporações estadunidenses e europeias que haviam financiado o carnaval da enorme expansão do crédito entraram em pânico ao deparar-se com a realidade de que, ao se efetivar a insolvência de seus devedores, os títulos especulativamente renegociados como dívidas permanentes de várias gerações e modalidades haviam se tornado um gigantesco amontoado de papéis incobráveis, sem valor na economia ou na vida real.

Como observa Joseph Stiglitz, a primeira parte do problema está no próprio conceito de crescimento, uma vez que não consiste em um simples aumento do PIB, mas no fato de que ele deve ser sustentável: “o crescimento baseado na degradação do meio ambiente, nos empurramentos do consumo financiados pela dívida, ou na exploração de recursos naturais escassos, sem que haja um reinvestimento dos benefícios, não é sustentável”<sup>24</sup>.

Ao que o próprio Stiglitz complementa: “[...] o crescimento também tem de ser inclusivo: deve beneficiar ao menos a maioria dos cidadãos. As economias de go-tejamento não funcionam; de fato, um aumento do PIB pode até piorar a situação da maioria dos cidadãos. O crescimento estadunidense dos últimos tempos não tem sido economicamente sustentável nem inclusivo. A maioria dos estadunidenses, atualmente, está pior do que estava há sete anos.”<sup>25</sup>

Isso ficou provado, por exemplo, na *Pesquisa de Comunidades Estadunidenses*, cujos dados, recolhidos entre 2005 e 2007, antes de a crise ter sido declarada, demonstravam que durante a primeira metade dessa década a eco-

1944. Ali foram estabelecidas as regras que, a partir do pós-guerra, regeriam as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados. Foi assinado também um pacto para criar o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e insistir no dólar estadunidense como moeda internacional. Os acordos estavam em consonância com o despotar de um novo cenário: os Estados Unidos emergiam da guerra como uma superpotência, e a Europa dava início a seu processo de reconstrução.

<sup>24</sup> *Op. cit.*

<sup>25</sup> *Idem.*

nomia piorou em quase todas as comunidades norte-americanas: diminuiu a renda familiar; cresceu o índice de pobreza; aumentou o desemprego e o custo da moradia. Nas comunidades de Michigan, Ohio, Indiana e Illinois, as taxas de desemprego haviam duplicado ou triplicado<sup>26</sup>.

Algo parecido estaria ocorrendo na Europa. Esse processo voltou a confirmar uma afirmação clássica da teoria do desenvolvimento e do pensamento das esquerdas latino-americanas, que sempre fizeram clara distinção entre *crecimiento* e *desenvolvimento* econômicos. Enquanto para os neoliberais o crescimento – *economic growth* – é uma meta positiva em si mesma, para as esquerdas o desenvolvimento implica melhorar as condições de vida da maioria da população, o que exige, entre outros fatores, melhorar a distribuição da renda e da riqueza, ainda que o crescimento seja menos espetacular.

A crise aflorou rapidamente nos Estados Unidos, assim como as más políticas republicanas, que aceleraram a tendência à baixa no ciclo econômico. Com a taxa de lucro em queda, rapidamente se passou da crise imobiliária à financeira, e logo a uma crise geral da economia em escala mundial. E, por sua vez, de uma crise estadunidense a uma crise geral do capitalismo.

Entretanto, o fenômeno atual tem muito mais alcance do que as crises cíclicas anteriores, registradas desde meados da década de 1970, ocorridas no início e no interior da globalização da economia mundial. A desencadeada a partir de 2008 é uma crise da própria globalização e, mais especificamente, de seu conceito e manipulação neoliberais.

Em relação à primeira, nos anos seguintes a crise começou a gerar processos de integração, tendentes a constituir uma economia mundial articulada em blocos regionais. Quanto à segunda, a crise interditou, definitivamente, as bases teóricas e os postulados do neoliberalismo<sup>27</sup>, embora não tenha necessariamente revogado as medidas práticas então estabelecidas por ele.

## **Além do susto inicial**

A crise anunciada em 2008 constituiu a maior catástrofe econômica desde a Grande Depressão de 1929, quando a hecatombe deu lugar ao *New Deal* e ao keynesianismo. Entretanto, nem uma nem outra levaram à substituição do regime capitalista, posto que as revoluções não resultam de movimentos da economia, mas são realizadas por pessoas. Oitenta anos depois, a diferença en-

<sup>26</sup> Em “Censo revela má situação nos EUA desde antes da crise”, comunicado de *Associated Press* por Stephen Ohlemacher, Washington, 9 de dezembro de 2008.

<sup>27</sup> Ver CAPUTO LEIVA, Orlando. “El dominio del capital sobre el trabajo y la naturaleza: nueva interpretación de la crisis actual”, *Cuadernos del pensamiento crítico latinoamericano*, n. 35, Buenos Aires: Clacso, 4 de dezembro de 2010.

tre ambas as épocas poderá conduzir-nos a tomadas de decisão distintas. Elas poderão ser melhores ou piores, progressistas ou retrógradas, pacíficas ou violentas, conciliatórias ou caóticas, dependendo das respostas sociais e políticas que prevalecerão<sup>28</sup>.

As esquerdas, após várias décadas argumentando que o capitalismo seria abalado por uma grande crise, viram-se diante dela, sem ter previsto quando, como e com que características ela poderia sobreviver, e, muito menos, sem estarem preparadas. Com isso, não tornaram viável a instalação de um regime alternativo capaz de substituir exitosa e sustentavelmente o capitalismo.

O mundo de 1929 era, sem dúvida, muito diferente do que vimos em 2008, no qual após a globalização as principais economias do planeta encontravam-se direta e efetivamente entrelaçadas como partes de um sistema mundial. Por isso, a crise teve repercussão diferenciada em 1929. Não fosse assim, em 2008 a derrocada de várias das principais corporações financeiras e a contração do consumo, do emprego e da produção nos Estados Unidos apenas descreveriam uma crise clássica de superprodução. Esse fenômeno, entretanto, atualmente se combina com outros fatores e consequências em escala global, o que tende a transformá-lo em uma tormenta planetária.

Isso porque a economia estadunidense não apenas é enorme – representa a quarta parte da economia global –, mas dela participam várias outras economias. Investidores e fornecedores asiáticos, europeus, árabes e também latino-americanos fazem parte do mercado estadunidense, são seus credores e nele têm consideráveis investimentos e interesses. Sua prioridade é que o consumismo estadunidense continue comprando, pagando suas dívidas, importando mercadorias e demandando capital estrangeiro. Portanto, esses jogadores externos resistem à possibilidade de que essa economia seja derrubada e – ao menos até que possam recolocar seus investimentos em locais mais atraentes – preferem ajudar o restabelecimento desse mercado.

Por essa razão, investidores asiáticos, árabes, europeus e até latino-americanos detêm enormes parcelas de bônus do Tesouro estadunidense e continuam a adquiri-los. Esses bônus são certificados de dívida, o que significa que, ainda em crise, importantes setores do capitalismo mundial continuam emprestando divisas à economia estadunidense. Assim, os Estados Unidos continuam a se endividar: sua dívida continua provocando crises e os investidores continuam esperando a recomposição da economia estadunidense para continuar fornecendo empréstimos e continuar cobrando<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> A partir da Grande Depressão, nos países desenvolvidos nos quais as esquerdas foram derrotadas, houve a imposição do fascismo.

<sup>29</sup> A bem da verdade, vale reconhecer que a China – o maior possuidor mundial de bônus do Tesouro estaduni-

Em outras palavras, uma parte ativa do mundo investe dinheiro para mitigar a atual crise nos Estados Unidos, e isso mais cedo ou mais tarde contribuirá para acumular os ingredientes de outra explosão de maior gravidade (a menos que uma nova geração estadunidenses de governantes e líderes sociais e empresariais fosse capaz de empreender a tempo as reengenharias necessárias à economia nacional, o que ainda parece improvável).

O susto, porém, ensina. Ao questionar o sistema, a crise voltou a pôr em evidência um estado de coisas em que o velho leva tombos, mas não morre, enquanto o novo o denuncia, sem ainda ter condições de substituí-lo. Essa situação abre um terceiro jogo de opções.

No governo Bush, a reação de Washington foi decretar uma “operação de resgate” do sistema financeiro tradicional, injetando grandes quantidades de recursos públicos nos bancos privados para restabelecer o crédito, sem neles intervir. Em outros termos, proteger seus lucros prévios como capital privado, mas socializar os custos da crise transferindo-os aos contribuintes e poupadores, apesar de esses mesmos banqueiros terem sido os mais notórios responsáveis pela catástrofe.

Entretanto, diante da gravidade do problema e de sua rápida internacionalização, os dirigentes mais lúcidos do sistema capitalista fora dos Estados Unidos destacariam que o ocorrido fora consequência de uma perversão *do manejo* do sistema – não do próprio sistema – e exigiram que fossem adotadas novas regras para deter e sanar essa perversão. Exigiram mudanças rigorosas não só para sair do atoleiro mas também para impedir novas hipertrofias financeiras, tentando levar novamente o sistema à sintonização com a economia real.

Apenas 17 anos depois de Ronald Reagan proclamar que “o Estado não é a solução, é o problema”, e 11 anos após a orquestrada aclamação da fantasia de Francis Fukuyama sobre o suposto final da história, os principais dirigentes europeus do Estado burguês estariam entre os primeiros a ser apanhados por essa convulsão do capitalismo. Foram eles também que, diante da crise, exigiram que se restabelecesse de imediato a responsabilidade e a faculdade do Estado para intervir nas finanças e no mercado, e mantê-los sob controle, em defesa dos demais interesses sociais (entre eles o da governabilidade, ainda que tenham evitado mencioná-la).

Esse foi o caso de Nicolas Sarkozy, então presidente interino da União Europeia, que destacou que a crise marcava o “fim do capitalismo financeiro” e do *laissez-faire*. Isso exigiria “refundar o capitalismo” e estabelecer um “novo equilíbrio entre o Estado e o mercado”, capaz de garantir um “mercado regulado, a serviço do desenvolvimento, a serviço da sociedade”. O que obrigaria a “regulamentar os bancos para

---

dense previu a crise e, com relativa antecipação, começou a “esfriar” o crescimento de sua economia exportadora e a fortalecer o mercado interno, para garantir um desenvolvimento mais endógeno.

regular o sistema”, empreendendo uma “reestruturação de grande amplitude de todo o setor bancário mundial” a fim de “acabar com a desordem monetária” e “renovar todo o sistema financeiro e monetário mundial”. Tudo isso exigia que se convocasse um novo Bretton Woods, como se fez ao término da Segunda Guerra Mundial<sup>30</sup>.

Ainda em 2008, o presidente do México, Felipe Calderón Hinojosa, destacaria ter falhado a chamada mão invisível do mercado, acrescentando que em seu lugar necessitava-se da “ação regedora e retificadora do Estado para corrigir a miséria e a terrível desigualdade”. Afirmou ele que “os acontecimentos vividos no mundo têm demonstrado que o mercado não é suficiente [...] senão que, pura e simplesmente, não tem podido satisfazer condições mínimas de equilíbrio e prosperidade perdurável entre os povos”. Esclareceu que isso não implica destruir o mercado, mas sim que este “requer uma mão firme que [o] regule e ordene de maneira institucional”. E, finalmente, alinhavou: “[...] necessitamos novas regras sobre o sistema financeiro mundial”, assim como “uma nova engenharia a respeito dos organismos internacionais responsáveis”<sup>31</sup>.

Portanto, dois proeminentes mandatários conservadores advogaram por um “capitalismo regulado”, proclamando posições que um ano antes teriam sido atribuídas à esquerda. Ressaltemos: à esquerda “dura”, oposta à conciliação com o neoliberalismo – aquela que por esses mandatários foi tida por ultrapassada. Em outras palavras, a crise descortinou uma nova situação mundial, ainda que ofereça às esquerdas campo favorável a propor e conquistar reformas de maior alcance; também demonstrou a possibilidade de uma nova direita tomar a dianteira. Aproveitar esta oportunidade exige decisão e audácia não menores do que as reveladas por Sarkozy e Calderón naquele momento<sup>32</sup>.

O que não quer dizer que o sistema financeiro mundial – nem o estadunidense em particular – aceitaria adotar essas medidas, nem que Sarkozy e Calderón continuariam insistindo nisso. Esse foi o sonho de uma noite de verão. Pouco tempo depois, o Fundo Monetário Internacional (FMI) empenhou-se em uma custosa operação midiática e política de lavar a imagem do neoliberalismo, persistindo em manter mais ou menos as mesmas práticas antes incitadoras do desastre. Assim, a crise na Europa começou a quebrar os países mais frágeis – Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha – impondo-lhes condições tão bárbaras como as que haviam sido aplicadas na América Latina. Em troca de seu “auxílio” financeiro, o FMI os

---

<sup>30</sup> Em *Situação financeira internacional*, discurso pronunciado em Toulon, em 25 de setembro de 2008. Resumo distribuído pela embaixada da França no Panamá.

<sup>31</sup> Ver “Calderón promueve regular el mercado”, *Excelsior*, México D.F., 11 de novembro de 2008.

<sup>32</sup> A Declaração de Caracas, emitida dez dias depois do discurso de Sarkozy, foi uma conferência internacional de intelectuais e dirigentes de esquerda. Seu caráter foi menos propositivo e radical do que a apresentação feita pelo presidente francês. Ver “Ante la crisis financiera internacional: Declaración de Caracas”, em Observatorio Internacional de La Deuda, 15 de outubro de 2008. Disponível em: <[www.oid-ido.org](http://www.oid-ido.org)>. Acesso em: dez. 2011.

obrigou a pôr em prática aberturas neoliberais adicionais, e a adotar políticas de austeridade que transferiram os custos da “operação resgate” aos trabalhadores assalariados, aos pensionistas e às famílias de classe média.

Em resposta, os trabalhadores e estudantes europeus, incluídos os de países mais prósperos, protestam arduamente contra as restrições, cortes de gastos e desemprego provocados por essa política de austeridade. Por meio dela, aqueles que antes provocaram a crise agora lhes arrebatam direitos conquistados há muitos anos. São protestos justos e necessários para impedir maiores atrocidades. Não podemos deixar de observar, contudo, que quem hoje se manifesta não o faz para impulsionar uma nova proposta de interesse popular, mas está apenas na defensiva.

Diante da crise, a situação da América Latina é diferente da enfrentada pelos Estados Unidos e pela Europa. Em nossa América não se chegou a inflar uma “economia de cassino” que gerasse uma enorme “bolha” imobiliária nem financeira. Sentimentos de culpa à parte, os mecanismos cíclicos e os jogos especulativos que desencadearam essa situação não eram latino-americanos.

De que modo nossos povos e economias foram atingidos por esse fenômeno, ou seja, por acaso a crise de que nós padecemos tem a mesma estrutura que a originada no Norte? E, portanto, era preciso se contrapor a ela da mesma maneira? Não faltou quem o pretendesse.

Nossos países ressentiram-se desse fenômeno como vítimas de segunda geração. É certo que dele não foram autores, mas o sentiram por tabela: a crise no Norte contraiu os mercados para onde seguem nossas exportações; reduziu nossos créditos e financiamentos externos; diminuiu a entrada de investimentos latino-americanos e estadunidenses e europeus; deixou desempregados milhares de trabalhadores emigrados; e, em consequência, diminuiu suas remessas. Em outras palavras, longe de contribuir para disparar essa crise, a América Latina *importou* suas consequências, as quais por sua vez trouxeram um problema característico da dependência de nosso modelo de subdesenvolvimento.

Nossa crise não é, portanto, a mesma do Norte. Por conseguinte, as ações e medidas mais apropriadas para enfrentá-la não coincidem com a que os financistas, tecnocratas e o grosso das direitas consideram eficazes para enfrentá-la nos Estados Unidos e na Europa. Cabe-nos trabalhar sobre nossas próprias alternativas econômicas e políticas, de modo a obter da situação não apenas o retorno a certa “normalidade” – a qual, de antemão, já era fartamente insatisfatória –, mas criar um conjunto de saídas próprias, capaz de nos livrar de ser meras caixas de ressonância desta e das próximas crises do capitalismo desenvolvido.

Em outras palavras, para os latino-americanos a crise deveria ser oportuna para construir maior autodeterminação; decidir alternativas próprias; fortalecer

projetos de integração e materializá-los solidariamente; e obter outras vantagens<sup>33</sup>.

Motivos e experiências não faltam. Nos anos 1930, no doloroso rastro da Grande Depressão, em muitos países latino-americanos foram alcançados notáveis avanços do movimento operário e popular, plasmados na queda de ferozes ditaduras e em conquistas democráticas que levaram à conquista de direitos civis e trabalhistas – entre eles o de seguridade social e do voto feminino – e a promulgação de cartas constitucionais progressistas. No plano das relações com os Estados Unidos, obteve-se a política de boa vizinhança, a suspensão das intervenções militares do *big stick* e a correção de várias práticas bilaterais abusivas.

Entretanto, na América Latina atual o nível de descontentamento social é enorme. Há vontade de mudar as coisas e alto grau de autoconsciência e integração regional, fatores hoje mais intensos do que na década de 1930; e isso já se fez sentir – por meio de novos comportamentos político-eleitorais – antes da emergência da crise econômica e financeira de 2008. Por conseguinte, atualmente, espera-se que as esquerdas possam manejar essa situação com mais conhecimento e audácia, entendendo-a em seu duplo caráter de problema por explicar e de oportunidade a ser aproveitada.

Diante do fracasso do mercado, a única opção em que a sociedade ainda pode depositar sua confiança é no Estado. Desse modo, a realidade nos fez chegar a conclusões que, em si, são de transcendental importância. Além disso, a ordem econômica mundial estabelecida em Bretton Woods perdeu a credibilidade e cresceu a exigência de sua reestruturação. O chamado **Consenso de Washington** e os dogmas neoliberais por ele adotado têm acumulado enorme descalabro, até em nações desenvolvidas que antes o impuseram. Em particular, os mitos de que o mercado seria capaz de se autorregular e de corrigir a si mesmo, de que os fluxos de capital deveriam ser desregulamentados e o de que era necessário “diminuir” o Estado e excluí-lo da intervenção na economia e na regulação do mercado, dogmas que, finalmente, caíram no ridículo.

Reclama-se agora um Estado mais forte, embora não se queira essa força no setor público. O retorno a um Estado mais forte não significa, porém, um Estado mais autocrático, como pretende a nova direita. Ao contrário: ele deve ser mais forte para renovar sua obrigação e sua capacidade política de zelar pelos interesses da sociedade perante o mercado, e do bem-estar coletivo sobre as

---

<sup>33</sup> De fato, a maior parte da América Latina superou os efeitos imediatos da crise muito antes dos Estados Unidos e da Europa. Isso em razão de as novas economias “emergentes” – em particular as da China e Índia – continuarem expandindo sua demanda de insumos primários, que permitiu aumentar o volume e os preços das exportações latino-americanas. Embora isso tenha evitado danos maiores, reincide-se em um modelo de crescimento dependente de mercados estrangeiros, cujos produtos fornecidos podem, mais adiante, deixar de ser requisitados, e cuja extração ou cultivo implica prejuízos ambientais. Isso exige o investimento de uma parte dos ingressos no desenvolvimento da produção de artigos para exportação, artigos mais elaborados, de maior valor agregado, cujo manejo não tenha efeitos predatórios.

ambições privadas. Em outros termos: ser forte por sua atribuição de regular, supervisionar e intervir na atividade econômica e corrigir as injustiças e a desproporcional distribuição da riqueza.

Para que isso seja possível, necessita-se de um Estado mais transparente e mais eficiente, como condição inadiável para recuperar a confiança política. São necessidades que, em seu conjunto, implicam reconstruir o sistema político para recuperar sua representatividade e ampliar seus canais de participação. Em outras palavras, fazer do Estado instrumento da sociedade, não do mercado nem de interesses alheios à sociedade nacional.

Não altera essa realidade o fato de Sarkozy e Calderón não terem abandonado suas reclamações de 2008. Apenas evidencia que as forças ou projetos políticos que eles representam não eram – nem serão – os chamados a lutar por essas novas posturas. Aqueles que devem e podem fazê-lo não são eles, somos nós.

Depois de anunciada a crise, os primeiros pronunciamentos de distintas vertentes da esquerda, e até de algumas direitas mais renovadas, coincidiram em ampla variedade de aspectos. A partir da nova situação, essas coincidências podem materializar-se de diversas formas, dependendo do peso com o qual as correspondentes forças sociais intervenham para lhes dar sentido. Entre elas, as consequências da crise hoje favorecem a tendência a: adotar uma ordem mais protecionista, especialmente entre blocos de integração e não entre nações individuais; incentivar os aspectos multipolares; promover uma nova ordem econômica internacional. Isso implica maior exigência de respeito ao direito internacional; maior apoio ao multilateralismo e à participação dos países subdesenvolvidos nas decisões dos organismos financeiros internacionais; esforços dirigidos a fortalecer a cooperação e a integração Sul-Sul. Nunca foi tão oportuno lutar por esses objetivos.

Essa variedade de reclamações apresenta um ponto comum: não se deve socorrer os banqueiros, mas os povos. Ela também frisa que para enfrentar os efeitos da crise deve ser dada prioridade aos gastos sociais, proteger os recursos produtivos e a soberania de nossas nações sobre seus recursos naturais, e defender o preço justo de suas exportações. Ao lado disso, é preciso adotar medidas de regulação financeira para proteger a poupança e controlar os movimentos do capital e o valor das moedas, contexto no qual o Estado deve recuperar os custos da “operação de resgate” financeira do patrimônio dos bancos, e não retirá-los dos recursos públicos, dos contribuintes nem dos poupadores. Eis, portanto, a exigência de uma drástica reforma e de uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional e de suas instituições que, entre outras iniciativas, contribuam para o capital retornar à atividade produtiva e seja impedido de voltar à especulação.

Há, ainda, a necessidade de combater a crise mediante mais investimentos sociais e em infraestrutura para o desenvolvimento produtivo, rejeitando as medidas de austeridade que cerceiam direitos e conquistas populares. A austeridade

– como a transparência – é necessária ao fortalecimento da legalidade e da eficiência contra o desperdício, desvios e esbanjamento dos recursos sociais, mas não para restringir o investimento em desenvolvimento social.

Em poucas palavras, tais respostas à crise supõem “refundar” o capitalismo e assentar as bases de um capitalismo pós-neoliberal. De imediato, isso é correto e viável, em particular enquanto continuemos sem dispor de outra opção efetiva para alcançar objetivos de maior fôlego. Realmente, vale o esforço em direção a tal empenho, cabendo às esquerdas a tarefa de organizar e educar as massas e construir contra-hegemonia, a fim de capacitá-las a elaborar e materializar metas de maior alcance.

As esquerdas que atualmente fazem essas reclamações, ou não haviam previsto oportunamente a crise, ou não haviam oferecido alternativas, ou mesmo que a tivessem previsto e proposto alternativas não tiveram força para viabilizá-las. Agora, elas têm o imperativo de corrigir em curto prazo os desvios neoliberais e especulativos do capitalismo, para lhe impor termos satisfatórios. São reações, contudo, mais reivindicativas do que propostas de novo tipo. Seus postulados ainda requerem a necessária análise das causas e das recorrências que caracterizam o desempenho do capitalismo ao longo do tempo – e suas maneiras de repercutir nos países subdesenvolvidos –, e um debate encaminhado à elaboração de propostas eficientes para superar o sistema, e não apenas corrigir seus desvios mais corrosivos e encurtar a expansão e a duração do problema.

Não obstante, ainda faltam aspectos da crise a serem analisados.

## **As outras dimensões da crise**

Além dos efeitos na economia, a realidade iniciada após a crise de 2008 apresenta um conjunto de significativas consequências políticas e geoestratégicas. Trata-se da crise da ordem política, das decisões tomadas em matéria econômica e no contexto em que se determinava quem ditava as regras, quem a elas devia obedecer e quem poderia ignorá-las. Portanto, o problema – com esse duplo padrão incluído – é igualmente do sistema político vigente, em escala nacional e internacional<sup>34</sup>.

Ainda é cedo para prever como e quando o novo estado de coisas poderá afetar a projeção de forças ou a influência global de Washington sobre o mundo – em particular sobre a América Latina em seu conjunto ou sobre suas sub-regiões –, mas, sem dúvida, essa situação internacional será modificada.

---

<sup>34</sup> A generalização da crise não está restrita apenas a sua expansão territorial, mas também ao caráter multidimensional que rapidamente adquiriu como crise econômica, energética, alimentar, ambiental, político-institucional, ideológico-cultural. Enfim, a um conjunto que a configura como uma rede de problemas mutuamente relacionados, que superaria as possibilidades de abordagem nesta obra. Por essa razão, aqui nos limitamos, somente, a fazer determinadas observações sobre seu aspecto político.

Antes da crise, os Estados Unidos já constituíam um Estado superdimensionado. Sem dúvida, por longo tempo continuam a ser uma potência muito forte – a mais forte de todas –, tanto por seu potencial econômico e científico-tecnológico como por seu poderio militar, ainda que esse poder decline gradualmente em relação a outras potências, ao menos no plano político. Desde o início do século XXI, Washington ampliou de forma contínua e excessiva seu poder geoestratégico, sobretudo no Oriente Próximo, no Oriente Médio e até na Ásia Central. Antes da irrupção da crise, isso já gerava tensões entre a intensificação de suas ambições globais e militares e a disponibilidade dos recursos econômicos e políticos requeridos para executá-las<sup>35</sup>.

Como observa Joseph Stiglitz, a sustentabilidade da economia estadunidense era questionável, e tudo isso acrescentou dúvidas sobre a sustentabilidade da política econômica e da estratégia global mantidas havia quase duas décadas. Agora, diante de condições nacionais e internacionais de crédito ainda mais limitados, sua liberdade para desencadear ações globais, quer sejam unilaterais, quer sejam coletivas se tornará mais restrita. Nessas circunstâncias, a capacidade dos Estados Unidos tem se demonstrado mais fraca para convocar e liderar ações coletivas e alianças, papel que no futuro deverá combinar com outras potências<sup>36</sup>.

A crise econômica também mostrou dois antigos problemas da estrutura política estadunidense: o enfraquecimento da autoridade do Executivo quando os presidentes se aproximam do período final do mandato, e as dificuldades e limitações do Congresso para tratar temas complexos, sobretudo os de natureza estratégica e global, o que se agrava quando os congressistas se encontram em período pré-eleitoral.

Essa situação torna mais difícil conservar a aparência e a ilusão do perfil estratégico global que os Estados Unidos conquistaram desde o pós-guerra. Em algum momento, a contradição entre manter um papel hegemônico e a perda de capacidade material para sustentá-lo pode transformar a crise fiscal (que era crônica) em uma crise do modo tradicional de conceber a segurança nacional e o auto-atribuído papel de polícia mundial. No entanto, ainda resta saber se o *establishment* e os núcleos conservadores estão preparados para admiti-lo e, finalmente, que influência real as forças interessadas terão para reformar a

---

<sup>35</sup> Na mesma semana de 2008 em que o Congresso estadunidense aprovou a ajuda financeira de 700 bilhões de dólares para resgatar os bancos, também aprovou o orçamento militar para 2009, cujo montante foi de 612 bilhões, valor que se equipara à soma dos orçamentos militares de todas as demais nações representadas na Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>36</sup> Isso pôde ser visto em vésperas do anúncio da crise de 2008, com a falta de repercussão europeia diante da iniciativa estadunidense de apoiar a Geórgia em sua tentativa de recuperar pela força as províncias separatistas, em detrimento da Rússia. E logo após a declaração da crise, na falta de anuência europeia aos Estados Unidos para decidirem e orquestrarem as respostas de todas as nações do mundo diante de um problema originado em Wall Street.

política exterior ante as que se obstinam em manter o estilo hegemônico do “**destino manifesto**”.

Essas considerações têm importância singular para as perspectivas da América Latina, uma vez que na maior parte do século XX as decisões relevantes e as possibilidades das esquerdas reiteradamente sofreram interferências, foram mediadas ou até mesmo exterminadas mediante ingerências estadunidenses, diretamente ou em conivência com aliados e cúmplices internos.

De fato, nos anos anteriores à crise de 2008, as nações latino-americanas – e, em particular, as sul-americanas – vinham conquistando margens de autonomia antes desconhecidas. A nova situação econômica e a política internacional possibilitam a essa tendência ganhar maior amplitude. Suas prioridades: recuperar maior autodeterminação e soberania; impulsionar seus próprios projetos de transformação nacional; fortalecer os processos de integração sub-regional e latino-americana; ampliar a colaboração com outros países e grupos do Sul; diversificar suas relações e intercâmbios com as demais nações do mundo; fortalecer o multilateralismo e democratizar os organismos internacionais – tanto os políticos como os financeiros –, promovendo-os como marco propício ao desenvolvimento de projetos de transformação.

Entretanto, não cabe superestimar as possibilidades oferecidas pela nova situação, mas sim manejá-las de modo racional, sem perder de vista os objetivos específicos nem permitir que eles sejam desviados ou extrapolados. Por um lado, seria ingênuo e frustrante a proposição de metas que ultrapassem essas possibilidades e, em consequência, não pudessem ser cumpridas. Por outro, vale recordar que quando uma superpotência perde parte de seu poder global isso não significa que o perde igualmente em todos os campos e espaços: pode se retirar de algumas regiões e assuntos, e concentrar influência e poderio em outros<sup>37</sup>.

Enquanto na política exterior estadunidense ainda prevalecer a ideologia do destino manifesto, não devemos subestimar essa eventualidade. Certamente, essa mentalidade hoje é questionada por milhares de estadunidenses e por movimentos sociais que podem evocar o auge cívico dos anos 1960, que agora talvez incorpore um elemento adicional, os *hispanos*, cujo amadurecimento político foi mais tardio. No entanto, a sociedade estadunidense é uma sociedade dividida e não se deve esquecer: o imperialismo é um fenômeno estrutural e transnacional cuja natureza é muito mais complexa do que a origem étnica, o gênero ou a disposição pessoal do inquilino da Casa Branca<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Em tese, pode abrandar no Extremo Oriente ou na América do Sul, sem querer fazê-lo na Mesoamérica e no Caribe, por exemplo. Mas isso também dependerá de nosso desempenho.

<sup>38</sup> O fato de um negro chegar a ser esse inquilino tem importante valor simbólico, que alude às mudanças que ocorrem na sociedade estadunidense. Isso não nega, contudo, a natureza estrutural do poder econômico e do poder político no sistema estadunidense, ao qual a Casa Branca está subordinada.

Ainda que atualmente um grupo importante de nações latino-americanas atue com maior autodeterminação, e no continente haja governos progressistas democraticamente eleitos – que nos anos 1970 e 1980 já teriam sido depostos –, isso não significa terem os poderes reinantes em Washington mudado em seu conjunto.

Em anos recentes, ainda sob a administração Bush, houve tentativas de golpe de Estado na Venezuela e na Bolívia. Em plena transição presidencial estadunidense, no Panamá a oposição de direita pactuou sua unificação eleitoral em uma reunião realizada na residência da embaixadora dos Estados Unidos. Pouco mais tarde, sob a administração Obama, ocorreu o golpe de Estado em Honduras, em 2009, no qual várias fontes denunciaram a participação de funcionários norte-americanos, em flagrante contradição com o discurso oficial anunciado pela Casa Branca (embora não com a ambiguidade com a qual ela, posteriormente, tratou esse tema), e no ano seguinte a tentativa de mais outro no Equador.

Certamente, a sociedade estadunidense tem passado por mudanças, condição que em 2008 se refletiu na eleição de um presidente negro, o que poucos anos antes teria sido inconcebível. No entanto, até agora ela só conseguiu eleger um mandatário com discurso mais progressista para um complexo governo de múltiplas agências, mas não substituiu o velho *establishment*. Tanto que o discurso presidencial ainda não alcançou toda a autoridade necessária, assim como em Washington ainda atuam outros poderes paralelos – oficiais ou extraoficiais – capazes de impor e mediatizar decisões ao mandatário, ou impossibilitá-lo de tomar algumas delas.

Portanto, faltaria ainda observar em que países do continente americano e em que outras regiões e temas o poder estratégico dos Estados Unidos vai se concentrar, e, eventualmente, quais serão os modos eficazes de manejar a relação com o imperialismo nos lugares onde isso venha a ocorrer e naqueles onde deixe de ocorrer, sem perder de vista nossos objetivos e opções, e os meios para poder alcançá-los e sustentá-los.

## **Avançar com passo firme**

Esperar tempos mais oportunos não significa sentar-se à porta de casa até ver passar o enterro do inimigo. Não haverá tempos melhores do que aqueles em que nós somos os agentes da ação. Se for para esperar, que se espere examinando o presente e antecipando os movimentos futuros, ocupando-se em acumular forças.

Quando se governa de acordo com o interesse popular, ou se está a ponto de fazê-lo, isso supõe necessariamente determinadas formas de estabelecer as relações com o imperialismo, e de conceber o internacionalismo. A questão das relações com as grandes potências – particularmente com as mais fortes, que depois do colapso soviético operaram sem grandes contrapesos externos em um mundo praticamente unipolar – é um tema demasiadamente grave para ser reduzido à

repetição de antigos clichês. Porque no passado os clichês foram insuficientes e, atualmente, não ajudam a mudar materialmente o curso da situação (embora sirvam para desafogar a frustração de velhas esperanças falidas).

Torna-se, assim, inevitável conceber e administrar um regime de coexistência com as potências hegemônicas, capaz de nos permitir maior diversidade de opções e evitar ou superar isolamentos. De tal modo que nossas relações exteriores não se reduzam a formular queixas, fazer provocações e manter enfrentamentos, mas contribuam efetivamente para modificar a situação no sentido mais adequado aos objetivos de nossa América.

Isso pressupõe um novo modo de diálogo e negociação com os Estados Unidos e as demais potências. Ultimamente, o campo de manobra dos países latino-americanos tem crescido, o que também implica a necessidade de entrar em acordo para ampliar nossa capacidade de desenvolver iniciativas. Ficou para trás o tempo de esperar que Washington assumisse alguma nova política para a América Latina, para só então demonstrar nossa reação a ela. Indicar ao governo dos Estados Unidos, em termos realistas, a política latino-americana por nós considerada a mais apropriada é uma iniciativa nossa.

Para tanto, é preciso assumir uma lógica capaz de combinar firmeza de princípios com disposição para conviver, propor e negociar, porque para governar no mundo real e tentar mudá-lo, é inevitável coexistir e intercambiar fluxos econômicos e entendimentos básicos com essas potências. Paralelamente, isso exige a articulação de cooperações solidárias com as demais nações que se encontram em condições similares às nossas, para colaborar nas tarefas de construir melhores termos de discussão e correlação com as potências hegemônicas, e de recuperar as cotas de autodeterminação e soberania que, no passado, nos foram embargadas.

Solidariedade é mais do que simples simpatia e apoio mútuo: além do dever moral, é uma necessidade estratégica. Em sentido estrito, é a complementaridade entre as partes de um sistema que torna viável sua coesão e sinergia. Impulsionar melhores acordos políticos e colaborações materiais entre países e blocos de nações que resistem às hegemonias estrangeiras e lutam por seu direito ao desenvolvimento – a cooperação Sul-Sul, por exemplo – é indispensável. Assim, é possível obter condições apropriadas de contenção, negociação e convivência mutuamente respeitosa com os países desenvolvidos e as potências imperialistas – a negociação Norte-Sul. Isso foi exemplarmente entendido por Omar Torrijos, na hora de convocar a solidariedade de todo o mundo para o enfrentamento na mesa de negociações, de sua pequena república com o gigante norte-americano, e assegurar maiores êxitos nesse esforço, assumindo a voz de um grupo ativo e não a de um modesto país isolado.

A luta para eliminar resquícios coloniais ou neocoloniais, para construir soberania e autodeterminação, para obter o reconhecimento de nossos legítimos

direitos e aspirações não somente requer o apoio das demais nações que compartilham condições e objetivos similares aos nossos. Também deve promover compreensão e solidariedade entre os setores sociais e as personalidades mais lúcidas das potências desenvolvidas.

Somos adversários do neocolonialismo e das arbitrariedades do imperialismo, mas não o somos do povo estadunidenses nem dos povos europeus. Por conseguinte, entre nossas prioridades também deve constar a gestão informativa promovida por amigos e aliados nos meios universitários, intelectuais, laborais, jornalísticos e políticos progressistas dos Estados Unidos e da União Europeia, para criar e mobilizar a opinião pública sobre a justiça de nossas causas. Estas devem impregnar, como uma força moral, em importantes setores sociais estadunidenses e europeus<sup>39</sup>.

Porque também na sociedade estadunidense e nas nações europeias são travadas lutas e controvérsias ideológicas. Para esses povos, a crise e o naufrágio das políticas neoliberais suscitam enfrentamentos e reclamam transformações, às quais não podemos ficar alheios. Obviamente, a mudança histórica nos Estados Unidos somente poderá ser obra dos movimentos sociais estadunidenses, e isso envolve uma relação com os movimentos sociais dos países subdesenvolvidos e dos latino-americanos, em particular.

Nos anos 1960, as insurreições anticoloniais na África e na Ásia, assim como a guerra do Vietnã, confluíram com as inquietações e demandas sociais de diversos setores do povo estadunidense e contribuíram para dar sentido e ânimo a suas mobilizações cívicas. Hoje, as reivindicações dos povos latino-americanos deveriam se somar também a essas expressões do povo estadunidense e intercambiar solidariedade. Tanto mais quanto a presença política dos *hispanos* tem crescido significativamente e se faz necessário melhorar sua condição política e sua vocação unitária. Conseguir a ressonância nas nações hegemônicas é uma de nossas tarefas pendentes.

É preciso também retomar o diálogo teórico e político-ideológico com as esquerdas europeias, elevando-o a outro plano como base para uma nova cooperação. Por mais de um século, esse diálogo traduziu uma relação contaminada de paternalismo e não poucos preconceitos. Sob seus efeitos, repetidas vezes se tomou a originalidade das propostas latino-americanas não como necessários esforços criativos diante de certas realidades e possibilidades diferentes, mas sim como indícios de uma propensão ao erro que seria própria do “bom selvagem” (e dos não tão bons).

---

<sup>39</sup> Nas palavras de Fidel Castro: “Sempre é preciso contar com os próprios norte-americanos, com os intelectuais e o povo norte-americano. Esse povo pode ser enganado, mas quando conhece a verdade, como no caso do menino Elián [...] esse povo apoiou em uma proporção de 80% o regresso do menino cubano [...] Esse povo hoje se opõe ao bloqueio a Cuba. Esse povo, em número crescente, se opõe à doutrina da guerra de surpresa, intervencionista, apesar do golpe malicioso à cidade de Nova York em 11 de setembro de 2001 [...] Também é necessário contar com os intelectuais europeus”. RAMONET, Ignacio. *Op. cit.* p. 28.

Tanto o marxismo soviético como o pensamento social-democrata, o social-cristão e o liberal têm coincidido em certo afã de “corrigir” essa propensão, fomentando a difusão de sua literatura e ensinamento. Desde muito tempo, o eurocentrismo tem sido um pertinaz semeador de mitos<sup>40</sup>. Se o ocidente europeu foi o primeiro em construir e sistematizar uma teoria política de alta envergadura – tanto de esquerda como de direita, incluindo as vertentes extremas de ambas –, hoje a América Latina tem muito que ensinar. E se acaso um ilustre destacamento de intelectuais europeus foi pioneiro nos estudos latino-americanos, hoje a Europa tem muito que aprender com os pensadores de nossa América, porque sobre ela ainda há bastante por descobrir.

A cooperação entre a América Latina e a Europa nesse plano será de grande enriquecimento mútuo. E essa troca se dará não apenas como semelhantes, mas como inteligências semelhantes que desentranham experiências e alternativas que têm entre si numerosas diferenças. Atualmente, na América Latina se desenvolvem mais experiências em busca do socialismo democrático do que se faz na Europa, onde a convivência com o neoliberalismo deformou o projeto socialista e decepcionou seus eleitores. Conviria levar algo da nova experiência em solo latino-americano ao velho continente.

Não há um diálogo equivalente com os setores “liberais” ou progressistas dos Estados Unidos, nem com a intelectualidade estadunidense de esquerda, apesar do rico acervo que guardam. A promoção ideológica induzida dos Estados Unidos quase sempre provém de instituições públicas ou privadas das direitas, e encaminhada a legitimar o *status quo*. Nosso diálogo e cooperação com as esquerdas estadunidenses – movimentos cívicos, antibélicos e pelos direitos civis, organizações laborais e políticas, círculos acadêmicos e universidades, organizações da população *hispana* – estão para ser construídos e sistematizados. Seu desenvolvimento não ampliará os acessos não só a uma interessante e original cultura política, mas também a ativas forças de opinião e pressão política na sociedade estadunidense.

## Refazer caminhos

Nunca deixará de ser necessário buscar e criar novos caminhos, alianças e formas de luta. Sem dúvida, no século XXI não cabe resistir à hegemonia de uma potência buscando ajuda e contraindo compromissos com a potência rival; mas isso

---

<sup>40</sup> Certamente, a Europa Ocidental foi berço da democracia e do socialismo contemporâneos, cujos ideais alguns organismos europeus contribuíram para difundir – e às vezes querem tutelar – em nossa América. Essa Europa também foi berço material (e doutrinário) do colonialismo, do racismo e do fascismo, cujos ecos, de vez em quando, ainda reaparecem. A tragédia que ainda maltrata grande parte da África é seqüela de uma das mais prolongadas e sistemáticas intervenções europeias em outras zonas do mundo moderno e contemporâneo, que na maioria das vezes não teve efeito civilizatório.

também não significa capitular ante a superpotência que, ao sobreviver à Guerra Fria, atribuiu a si a regedoria do mundo. As esquerdas têm muito a pesquisar, aprender e construir juntas, reconhecendo que o mundo já não é o mesmo, o que às vezes requer significativas mudanças de enfoque e de práticas.

Nessa nova situação, China e Vietnã não desfaleceram, ao contrário, reajustaram seus métodos. Cuba resiste e busca readequar seu projeto às novas condições. O Brasil abre caminho, construindo entendimentos e alianças com diferentes grupos de nações. A Bolívia, o Equador e a Venezuela idealizaram mudanças constitucionais com as quais puderam construir uma nova estrutura sociopolítica. El Salvador explora alternativas. Em um e outro caso, conforme particularidades e circunstâncias, a questão é administrar opções factíveis no mundo real – pois outro não há – e, ao mesmo tempo, estruturar um esforço coletivo para mudá-lo (e para respaldar os que tentam transformar seus próprios países).

O propósito de nosso projeto é conseguir que cada povo latino-americano possa viver material e espiritualmente melhor, em um ambiente mais equitativo, solidário e justo. Para tanto, é preciso encontrar soluções factíveis a esse propósito *neste mundo, nesta vida e neste tempo*, enquanto construímos condições mais propícias para *produzir* – mais que “conquistar” – o outro mundo melhor a que todos aspiramos. Se outro mundo é possível, sua construção deve ser empreendida nas entranhas deste, por meio dessa herança das etapas do passado.

Alguns argumentam que isso significa optar por um programa de reformas parciais e adiar indefinidamente a missão de realizar verdadeiras revoluções. O assunto real, contudo, é se realizar atualmente essas revoluções é uma opção viável e sustentável. E se *por ora* não o é, pensar conscientemente o *que fazer* durante o período que deverá transcorrer, até essa possibilidade tornar-se efetiva ou, melhor, até que *a tornemos* efetiva. Na prática, desde sempre a luta pela conquista e defesa de reformas tem sido uma fecunda forja de organizações e de quadros que, por um lado, obtêm conquistas populares e, por outro, capacitam-se para propor objetivos superiores.

Esperar sem ficar paralisado, eis o imperativo. Nesse processo, vamos procurar amadurecer o projeto, educar multidões e somar forças, porque isto sim é o oposto de ficar sentado à espera de ver passar o enterro do inimigo. Quando não se pode avançar a grandes saltos, vai-se adiante passo a passo, pois é melhor continuar caminhando, ainda que seja somente para realizar reformas.

Certa vez Hugo Chávez ponderou: “Não concordo que atualmente vivamos um período de revoluções proletárias; a realidade nos demonstra isso a cada dia. Mas se me dizem que nesta realidade não se pode fazer nada pelos pobres, então respondo que jamais aceitarei que não possa haver redistribuição da riqueza na sociedade. Creio que é melhor morrer na batalha do que manter uma bandeira revolucionária muito alta e muito pura, e não fazer nada... Prefiro avançar um pouco, mesmo que

seja um milímetro, na direção correta, em vez de sonhar com utopias.”<sup>41</sup>

Quem melhor analisou as relações dialéticas entre reforma e revolução foi Rosa Luxemburgo, tantas vezes apontada como porta-voz das posições mais “radicais”. Ela afirmou oportunamente: “A reforma social e a revolução não são [...] diversos métodos do progresso histórico que a bel prazer possamos escolher na dispensa da História, mas sim momentos distintos do desenvolvimento da sociedade de classes”<sup>42</sup>.

A questão interessa, em particular, aos partidos de esquerda que escolhem combinar sua capacidade de inserção, discurso e organização popular com a tática de participar nas disputas eleitorais. Nessa condição, eles as entendem como forma de mobilização e organização social e veículo para a obtenção de governos locais, ou representação e porta-vozes parlamentares, e de formação de quadros e conquistas de reformas que melhorem a vida das pessoas. Dessa forma, chegado o dia em que assumem o governo do país, contam com o poder que somente uma grande base social – se for uma base *consciente* – pode outorgar a esses partidos de esquerda.

É fundamental não perder o sentido dessa inter-relação dialética. A própria Luxemburgo alerta: “[...] entre as reformas sociais e a revolução existe para a social-democracia um laço indissolúvel: a luta pelas reformas é o meio; a revolução social, seu fim.”<sup>43</sup>

A mesma observação vale para as formas e os fins da luta. O que faz o revolucionário não é a forma escolhida – seja a mobilização social, seja a via armada –, mas sim seu propósito de última instância, que ao longo das diversas condições do caminho pode adotar diferentes modalidades.

Dois pontos são essenciais para esse entendimento. Primeiramente, em cada circunstância é preciso coordenar as correspondentes formas compatíveis de luta. Por conseguinte, incursionar em atividades eleitorais não deve levar ao descuido de outras formas. Trata-se de modalidades da relação entre o conjuntural e o permanente: a missão contínua de estimular e formar melhores modos de organização popular, e a promoção de uma nova cultura política possibilita em determinado momento obter melhores resultados eleitorais, mas a recíproca não é verdadeira.

Ao fim e ao cabo, as formas de luta das esquerdas – desde a via eleitoral até a insurrecional – respondem a circunstâncias que precisam ser enfrentadas, também como resposta às ações e ao método, democráticos ou autoritários, participa-

---

<sup>41</sup> ALI, Tariq. “Por qué ganó Chávez?”, *La jornada*, México, D.F., 19 de agosto de 2004.

<sup>42</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social o revolución y otros escritos contra los revisionistas*. México, D.F.: Distribuciones Fontamara S. A., 1989. p. 118-119.

<sup>43</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma o revolución...*, México: Grijalbo, 1967. p. 9. (introdução)

tivos ou excludentes, dialógicos ou repressivos, com os quais as direitas manejam seus instrumentos de poder.

Nesse sentido, a luta armada não é um conceito no vazio, mas uma resposta à opressão e à repressão quando elas esgotaram ou fecharam as demais formas de avanços. E, ao contrário, a luta eleitoral responde à possibilidade de criar e ampliar oportunidades democráticas de desenvolvimento pacífico e confiáveis, que permitam satisfazer objetivos populares e adiantar a formação de outra cultura política e de um país melhor.

O segundo ponto é que essa forma de luta exige o desenvolvimento de atitudes de competitividade eleitoral, mas *sem perda da identidade política* por efeito da tentação oportunista de fazer concessões supostamente úteis para ganhar eleitores do “centro”. Atualmente, também a direita se propõe semelhantes deslizes nessa mesma direção. De todo modo, o chamado centro político deveras existe, e se é uma zona em disputa ou de mera promiscuidade, ou é um buraco negro, designa um terreno em que se pode entrar, mas não é nosso campo.

Isso porque essa zona tem outros inquilinos, é o território de outra cultura política, para entrar ali alguns dos princípios que nos definem devem ser amordaçados ou descartados e, ao fazê-lo, vamos deixando de ser quem somos. Se para conseguir um lugar no “centro” se dilui ou degrada a identidade de esquerda, não somente perderemos outras porções da confiança e do voto populares mas também, sobretudo, a consistência política e moral que nos capacita a empunhar idoneamente um projeto coerente.

Não se pode perder de vista, sem dúvida, o entendimento de que “identidade de esquerda” significa raciocinar, convencer, aglutinar e lutar por valores e objetivos históricos das esquerdas, mais do que chamar a si mesmo de “esquerda”. Como reiterava Omar Torrijos, o que vale não é a etiqueta colada no frasco, mas sim seu conteúdo, isto é, o sentido real de nossas ações.

Quem faz centrismo não constrói contra-hegemonias, mas se adapta às pautas da dominação existente. Não se deve mesmo obter apoio no centro, mas sim apresentar do ponto de vista da esquerda uma proposta mais inclusiva, em linguagem persuasiva, clara, amigável e convocadora à mobilização de eleitores honestos, que se identifiquem com uma perspectiva progressista na qual eles possam encontrar seus próprios espaços de participação.

Nas últimas décadas, nossos povos têm vivido de mal a pior, resultado da globalização neoliberal e sua incapacidade de oferecer apropriada gestão social, deixando-nos um planeta no qual a civilização e a barbárie coabitam. A vida popular tem sido arrastada pelas forças do mercado – as dos mercadores impunes – e, ao mesmo tempo, a criação de novas tecnologias e riquezas tem piorado as desigualdades, os conflitos sociais e econômicos, que, na realidade, devia sanar. Para se opor a essa calamidade – agravada pela crise econômica em que os banqueiros e

especuladores estadunidenses e europeus lançaram o planeta – é preciso criar um projeto de globalização consciente, confiável e multipolar, voltado para o interesse dos povos, no qual possam ser decididas regulamentações de interesse social que controlem o mercado internacional e corrijam seus desatinos.

Uma parte essencial do programa e das ações das esquerdas deve ser dirigida à cooperação entre nossas nações, ao respeito aos direitos dos demais povos, à justiça e à equidade no intercâmbio, com a finalidade de superar a concorrência selvagem. Isso exigirá ações coletivas necessárias para reformar o sistema mundial; as normas e a estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU); as políticas das instituições financeiras internacionais; as regras da Organização Mundial do Comércio; para rejeitar o unilateralismo; promover a democratização das relações e dos organismos internacionais; estabelecer um sistema global no qual prevaleçam os valores do respeito mútuo e da solidariedade para o desenvolvimento.

Nesse contexto, é imprescindível rever o tema da integração latino-americana e caribenha, estendendo a perspectiva além da desgastada retórica sobre a união baseada apenas na raiz ibérica e nos próceres comuns. Os governos progressistas têm promovido a necessária revisão e renovação dos mecanismos anteriores de integração sub-regional e o lançamento de boas iniciativas. Fortalecer o Mercosul teria sido impossível sem a atuação dos governos progressistas. Falta, porém, reatualizar a Comunidade Andina (CAN)<sup>44</sup> em consonância com o Sistema de Integração Centro-Americano (Sica). Já alcançamos alguns projetos estratégicos, a exemplo do Unasur, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celc), além de possibilidades de novo tipo com a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba).

A história das esquerdas sempre se vinculou aos projetos de solidariedade e integração internacionais. Mesmo assim, ainda surpreende o desconhecimento do tema por grande parte dos quadros das esquerdas latino-americanas. O rico acervo das tentativas integracionistas de nossa América remonta ao **Congresso do Panamá**, convocado por Simon Bolívar em 1826, e ao Tratado da Liga e Confederação Sul-Americana, subscrito em Lima em 1865. Costuma-se, entretanto, passar ao largo de tais experiências. E assim como não é comum a valorização dessas experiências, em alguns setores da esquerda prolifera um criticismo órfão de propostas verificáveis e sustentáveis, segundo o qual quase todos os mecanismos integracionistas seriam instrumentos do imperialismo e das transnacionais. Uma petulante ignorância incita a “chutar a mesa”, desconhecendo os esforços de várias gerações de patriotas latino-americanos que buscaram organizar a força

---

<sup>44</sup> Ao abandonar a CAN, a Venezuela não contribuiu para a reconstrução desse mecanismo, nem para que fosse substituído pela Alba — como tampouco ocasionou consequências progressistas ou revolucionárias —, mas sim para dificultar esse processo. A necessidade do projeto andino de integração e desenvolvimento é vital aos povos de nossa América e nesse campo tem contribuído com importantes avanços.

coletiva para resistir ao neocolonialismo e ao imperialismo, e para impulsionar o desenvolvimento mediante cooperações e recursos próprios.

A mais elevada convicção das esquerdas é integrar no movimento regional e internacional os processos rumo ao progresso social e ao socialismo, além de fortalecê-los e ampliá-los. O novo esforço da América Latina deve voltar-se para múltiplos planos de cooperação e complementação: plano econômico, tecnológico e financeiro; plano político, migratório e cultural, e não apenas para a liberalização do intercâmbio comercial. Isto leva, dialeticamente, a conhecer e corrigir o existente, tanto como a criar o que necessita ser criado, recuperando as experiências e contribuições anteriores para evitar que “a criança seja jogada fora com a água da bacia”.

### **Nossos objetivos: três eixos**

Esclarecer nossos objetivos é indispensável para avaliar modelos e métodos, isto é, para determinar se são eficazes para os povos latino-americanos, de tal maneira que consigam eliminar injustiças e criar uma realidade mais humana e solidária, eliminar suas desigualdades e penúrias, de modo a construir a felicidade que merecem, no menor prazo e custo possíveis.

Se no passado certos modelos e métodos não foram suficientes para alcançar essa meta, a questão dos objetivos deve permanecer, ocupando o primeiro plano da luta revolucionária. Isso está ao lado das premissas que se destinam a obter e acumular as condições organizativas e “subjetivas” destinadas a ampliar a consciência da massa social, em processos que, no futuro, possam resultar em grande alcance revolucionário. Alentar, preparar e orientar a revolução tem sido uma das aspirações tradicionais das esquerdas, mas também fonte de não raras frustrações, geralmente derivadas do modo de conceber e propor essa revolução.

Se, em vez de pretender copiar célebres modelos históricos em que sobressaem os combates, os heroísmos e o sangue derramado, como o bolchevique ou o maoísta, nos ativermos a uma definição latino-americana, como a de Caio Prado Júnior<sup>45</sup>, mais atenta às finalidades do processo do que a seus meios, o sentido da revolução não estará na violência, mas sim em alcançar “transformações capazes de estruturar a vida de todo o sistema social de maneira que esteja de acordo com as necessidades mais profundas e gerais de suas populações. Algo que confere um novo rumo às vidas humanas”<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Caio Prado Júnior (1907-1990), brasileiro, foi historiador, geógrafo, escritor, editor e deputado constituinte pelo Partido Comunista, em 1947. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), foi autor de várias obras, entre elas, *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942 [N. E.]

<sup>46</sup> Citado por Leonardo Boff em “Economía de revolución?”, Agencia Latinoamericana de Información (Alai), Quito, 2 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://alainet.org>> e <[www.servicioskoinonia.org](http://www.servicioskoinonia.org)> Acesso em: dez. 2011.

Esse conceito é mais realista, inclusivo e abrangente, aberto à participação de maior pluralidade de atores sociais. Por sua vez, identificando-o desse modo, o objeto da revolução vale por si mesmo – em razão do que ela é e se propõe a conseguir –, sem o constrangimento de obedecer a determinados requisitos atemporais, como a violência de massas ou a expropriação de todos os meios de produção (formas históricas de tentá-la e não o objetivo do processo). O imperativo é concentrar-se naquilo que a revolução, em todas as suas etapas, deve significar para as vidas humanas. Com isso, a finalidade a ser perseguida se torna menos difusa e mais própria à escolha dos instrumentos apropriados para alcançar o que os revolucionários se propõem em cada realidade e tempos particulares.

Para ser autêntica, a revolução precisa ser inclusiva e participativa. Assim foi contemplado no conceito multiclassista e abrangente de “povo”, em que ocupa o papel de autor e destinatário, tal como o jovem Fidel Castro o descreveu em *A Historia me absolverá*, livro no qual evitou estreitar-se em uma convocatória que abrangesse apenas determinada classe social. Restringir aquele enfoque exclusivamente à “classe escolhida” foi um desvio posterior, sob influência do dogmatismo que enredou parte da direção política do processo junto com o projeto de soviétizá-lo. Mas não durante os períodos de maior criatividade e convocatória revolucionária.

Não sabemos se, contando com a necessária acumulação cultural e organizativa, será possível cumprir esse objetivo histórico por meios democráticos, sem depender fatalmente da violência revolucionária e da ditadura do proletariado como únicas vias de acesso. O afã de extrapolar a célebre metáfora sobre a “parteira da história” contribuiu mais para afastar do que para atrair a maior parte dos integrantes das classes e setores sociais chamados a apoiar os esforços revolucionários. Quando as condições democráticas são factíveis – ou seja, quando *as tornamos* factíveis –, a violência não é a premissa, mas o recurso de última instância a ser empregado se a democracia é cerceada e a aspiração de desenvolvimento histórico é agredida pela violência contrarrevolucionária, conduzida pela minoria reacionária.

Nossa missão não é incitar martírios heroicos nem tampouco justificar uma interminável subsequência de utopias, mas sim estimular a transformação do mundo – agora, no momento presente. Seguramente muitos dos 52,4 milhões de brasileiros (61% dos votos válidos) que em 2002 votaram em Lula e depois, em 2006, o reelegeram sabiam do generoso heroísmo dos homens e mulheres que no campo e na cidade se levantaram em armas pelo socialismo nos anos 1960 e 1970. Esses brasileiros, contudo, não votaram aspirando à honra de repetir essa gloriosa imolação, mas sim para alcançar sem sacrifícios adicionais uma vida mais decente e promissora.

Não há sentido em confundir meios e fins, nem deixar de cumprir os fins por escolher meios que não conduzam à obtenção deles. Embora existam muitos

militantes dispostos a correr os perigos da insurreição armada para redimir seu povo, o objetivo das esquerdas é construir outra realidade, e não o de sucumbir por um sonho que, posteriormente, não seja materializado<sup>47</sup>.

Na América Latina, os objetivos das esquerdas devem abarcar ao menos três eixos.

O *eixo nacional*, com dois aspectos. O primeiro relaciona-se com o requerimento de completar a efetiva integração entre as populações que compõem cada país – sem deixar grupos ou regiões marginalizados ou excluídos. O segundo refere-se à exigência de recuperar a autodeterminação e a soberania de cada nação.

Porque a nação é o âmbito histórico das lutas, das confluências de classes e dos avatares políticos, que compartilham memória, coesão e sinergias entre as diversas partes componentes de um povo, e lhes permitem discernir seus interesses e expectativas gerais. Essa autodeterminação é indispensável para que, nas circunstâncias da globalização e da integração internacional, cada sociedade nacional possa materializar seus respectivos direitos e oportunidades e preservar sua própria personalidade cultural. E ainda para os nossos governos recuperarem a faculdade de decidir e agir conforme as legítimas demandas de suas maiorias populares, em vez de continuar administrando o país conforme o interesse das corporações transnacionais e da ideologia dominante nos organismos financeiros internacionais.

O *eixo social* engloba numerosas exigências. Entre elas, a de erradicar a opressão, a injustiça, o atraso, a pobreza e a marginalidade; promover igualdade, solidariedade e participação sociais; obter formação, trabalho útil e bons salários, serviços sociais idôneos; e igualdade de condições e oportunidade de desenvolvimento pessoal. Só assim se poderá reduzir e fechar a brecha da desigualdade socioeconômica e da exclusão e discriminação social e regional, corrigindo tanto suas causas, manifestações estruturais e materiais como suas expressões psicológicas e culturais.

O ideal de igualdade, fraternidade e justiça é consubstancial às esquerdas, de tal modo que a prioridade desse eixo é reduzir e fechar a brecha da injusta apropriação e distribuição da riqueza socialmente produzida. Como o cubano Raúl Castro destacou: “[...] socialismo significa justiça social e igualdade, mas igualdade de direitos, de oportunidades, não de renda. Igualdade não é igualitarismo”<sup>48</sup>. Premissa que, por outro lado, é inseparável do esforço para aumentar a qualidade do trabalho e sua produtividade, desse modo a de dispor de maior riqueza a ser distribuída.

Por fim, o *eixo democrático*. Ele relaciona-se com a necessidade de garantir

---

<sup>47</sup> Assim como o primeiro objetivo de um governo progressista que assume o mandato é cumprir suas promessas, não o de gerar situações que o impeçam, ou o de justificar o não cumprimento.

<sup>48</sup> Em “Según Raúl Castro, todas las formas de propiedad y producción pueden coexistir”. *La Jornada*, México, D.F., 1 de agosto de 2008.

a representação e a participação da pluralidade sociopolítica, ideológica e etno-cultural do país – e a de cada cidadão – nas deliberações e decisões de interesse coletivo. Além disso, assegurar a fiscalização e o controle das organizações populares, cívicas e trabalhistas sob a gestão pública, e a fiscalização estatal sobre toda forma de gestão que afete os interesses das coletividades sociais integrantes da nação. Em consonância com o mesmo esforço pela igualdade, isso é inseparável do empenho para eliminar as práticas marginalizadoras e aperfeiçoar os âmbitos e exercícios de legítima representação, participação e pluralidade, o que significa informar as maiorias, consultá-las e acompanhá-las na realização de sua vontade, mas respeitando os direitos legítimos das minorias.

Para tanto, é urgente elaborar um novo sistema de concepções e propostas da esquerda no campo da economia e do desenvolvimento das forças produtivas. Seus efeitos devem englobar a igualdade social e de oportunidades, destinadas a manejar adequadamente as condições da revolução técnico-científica e da globalização para melhorar a qualidade de vida dos povos de nossa América. Globalizar a fraternidade e a colaboração em vez da espoliação e da desigualdade.

Essas propostas no campo da economia devem transcender a repetição de preconceitos ideológicos e a apologia de esquemas de fechamento protecionista, que, embora em sua época tenham tido mérito, atualmente demonstram baixa capacidade inovadora e eficácia no desenvolvimento das forças produtivas. Isso acaba por privilegiar uma minoria pouco competente de empresários, que ficam muito protegidos e não alcançam a estatura da eficiência produtora do país nem da maioria consumidora, e cuja atuação produz resultados demasiadamente conservadores.

Muito há por abordar acerca de cada um desses eixos e propostas, e sobre outros temas. Aqui não pretendemos, porém, fazer um inventário exaustivo nem substituir debates maiores, e sim enfatizar que a consideração desses três eixos e de suas interações é indispensável, sem deixar de considerar outros assuntos pendentes.

## **Produzir o futuro**

Há anos foi pronunciado na Conferência Episcopal de Medellín: “A América Latina se encontra, em muitas partes, em uma situação de injustiça que se pode chamar de violência institucionalizada. [...] Tal situação exige transformações globais corajosas, urgentes e profundamente renovadoras.”<sup>49</sup>

Empreender essas transformações é tarefa das esquerdas. Certamente não é fácil. Nada pode ser fácil para as esquerdas porque, em essência, o papel das direitas é re-

---

<sup>49</sup> “Problema de la violencia en América Latina”, *Documentos finales de Medellín*. Medellín: Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, setembro de 1968. Edição digital de José Luis Gómez-Martínez. Disponível em: <[www.ensayistas.org/critica/liberación/medellín/medellin4](http://www.ensayistas.org/critica/liberación/medellín/medellin4)> Acesso em: dez. 2011.

produzir o passado, enquanto o das esquerdas é produzir o futuro. Os reacionários sabem o que é necessário para reeditar privilégios e desigualdades, até aperfeiçoar sua reciclagem e repetição; por isso conservam o inventário de quase todas as respostas. O papel das esquerdas, ao contrário, é criar a utopia apropriada e justa para mudar as coisas, elaborar novas propostas e debater o consenso necessário com a finalidade de reunir forças e construir alternativas de melhor projeção social. Suas são todas as perguntas, porque seu campo não é o de reincidir, mas o de transformar. Não é o caminho trilhado, mas sim o largo campo da invenção e da aventura criativa, transbordante tanto de esperanças como de incógnitas e riscos inexplorados, no qual todos colaboram porque ninguém é excluído.

Para a maior parte das esquerdas, alcançar o socialismo é um propósito historicamente desejável, necessário e factível, cujas alternativas de configuração têm sido objeto de uma pluralidade de propostas. As esquerdas latino-americanas, hoje nutridas de maiores experiências e oportunidades inovadoras, devem continuar os esforços de criar suas propostas, ajustá-las a novas realidades e integrá-las cooperativamente.

A indignação diante da injustiça, da exploração e da pobreza aspira ao socialismo mesmo antes de saber como ele será e como chegar a ele. Como em toda utopia, trata-se de um empreendimento criativo: o de forjar um novo universo humano, mais que tomar de assalto um paraíso preexistente. Porque o paraíso não existe; ele deverá ser construído. Reiteradas tentativas, acertos e flexibilidade para reconhecer e superar erros, e ajustar antigos conceitos a novas perspectivas, estão incluídos nessa tarefa. Por conseguinte, é indispensável *conceber o socialismo como processo* e, além disso, destacar a transcendental importância dos fatores subjetivos envolvidos. Não se trata apenas de mudar a propriedade dos meios de produção, mas de produzir um conjunto de processos sociopolíticos e culturais, dos quais a revolução é resultado.

Para tudo isso tornar-se efetivo, é imprescindível resgatar nossa autoestima e nossa dignidade, uma vez que nenhuma potência leva a sério quem se rende sem lutar ou quem pede com submissão. Sejamos altivos, pois a história ensina que os impérios jamais reconhecem deveres de gratidão em favor dos submissos. O que não significa ignorar os limites existentes entre defender o próprio direito e enredar-se em conflitos insolúveis – os que tanto a retórica do extremismo como as bravatas emocionais querem desconhecer. Especialmente quando isso acarreta assumir custos e reverses que, no final, conduzem à decepção de negar a nossos povos precisamente aquilo a que nos propúnhamos: alcançar, mediante maior equidade e justiça sociais, uma vida material e culturalmente melhor para todos.

No mundo contemporâneo, organizar e orientar tais processos sociopolíticos e culturais é uma missão cada vez mais complexa. Ao assumir a presidência da República, Salvador Allende advertiu seus simpatizantes, lembrando-lhes: “Pisamos um caminho novo; marchamos sem guia por um terreno desconhecido, tendo

apenas como bússola nossa fidelidade ao humanismo – principalmente ao humanismo marxista – e tendo como norte o projeto da sociedade por nós desejada, inspirado nos anseios mais profundamente enraizados no povo chileno”.

Destacou, porém, que esse desconhecido futuro humanista deveria ser construído sem descuidar das prioridades do presente, afirmando que “nossas obras não sacrificarão o atendimento das necessidades dos chilenos de agora em proveito de empresas gigantescas”<sup>50</sup>.

Por essas razões, outra conclusão salta ao primeiro plano, a de que somente nós, latino-americanos, com base em nossas particularidades nacionais e regionais, podemos nos dar respostas acerca de quais serão os objetivos a alcançar e os métodos mais apropriados para torná-los realidade. “Não esperamos nada a não ser de nós mesmos”, advertiu José Gervásio Artigas. Temos lutado, sofrido e adquirido muita experiência e já temos bastante o que ensinar, depois de labutar um século aqui com os arquétipos de ultramar que, por fim, não foram os mais idôneos, a julgar por seus resultados. A entrega que o novo estado de coisas nos exige deve ser assumida como uma emancipação e uma oportunidade, pois ninguém mais poderá manter a pretensão de nos tutelar, uma vez que somos os únicos responsáveis por nosso próprio futuro.

Cabe-nos retomar um grande diálogo com as esquerdas dos países do mundo. Um diálogo entre iguais, em que o intercâmbio fraternal de experiências, de ideias e expectativas possa enriquecer uns e outros. Diálogo que será tanto mais fecundo quanto mais permitir apreciar as respectivas diferenças, pois na natureza e na sociedade não há maior nem melhor cooperação e unidade sem a presença da diversidade. Assim como a solidariedade não tem um inimigo pior do que a intenção de uniformizar as ideias, ou a crença de que uma parte pensa melhor do que as outras.

Evocando Fernando Birri<sup>51</sup>, a utopia sempre está em nosso horizonte, quando nos aproximamos dois passos, ela estará dois passos além. Caminhemos dez, e ela estará outros tantos mais adiante. Pois, para que serve a utopia? É para isso, *para incitar-nos a avançar*, e agora é tempo de compartilhar uma boa caminhada.

Igualmente é tempo de debater, mas não para desagregar, e sim somar forças e empreender juntos o caminho necessário. Como observou José Martí em *Nossa América*: “[...] é a hora da avaliação, e da marcha unida, e temos de andar muito unidos, como a prata nas raízes dos Andes.”<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> “Primer Mensaje Presidencial al Congreso Pleno”, em 21 de maio de 1971, em Mario Amorós, “Salvador Allende, un revolucionario para el siglo XXI”, *Rebelión*, 20 de agosto de 2003. Disponível em: <[www.rebellion.org/noticia.php?id+937](http://www.rebellion.org/noticia.php?id+937)> Acesso em: dez. 2011

<sup>51</sup> Cf. Acesse: <http://manu-she.blogspot.com/2011/11/foguitos.html>

<sup>52</sup> *Textos de José Martí*. Disponível em: <[www.filosofia.cu/marti](http://www.filosofia.cu/marti)> Acesso em: dez. 2011. p. 15.

Não há determinação prévia da história nem potências providenciais que façam por nós – nem muito menos à nossa medida – e, portanto, é a nós mesmos que cabe definir, elaborar e construir. Diante da gravidade e urgência das necessidades latino-americanas, somente nossa criatividade, solidariedade e empenho poderão propor e forjar as soluções exigidas por esses povos e essas realidades, das quais eles poderão desfrutar.

Faz muito tempo, o mesmo Martí nos advertiu que, no passado, a esta hora “[...] os jovens da América arregaçam as mangas e põem a mão na massa, e fazem-na crescer com a levedura do seu suor. Entendem que se imita demasiadamente, e a salvação está em criar. A senha desta geração é criar”<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 20.



**Sobre o autor**



**Nils Castro** nasceu no Panamá, em 1937. Escritor e diplomata, lecionou em universidades do México, Cuba e Panamá. Foi assessor do general Omar Torrijos (1978-1981) e de presidentes de seu país entre 1981 e 1989.

Foi um dos negociadores do Grupo de Contadora – coletivo protagonizado pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela como resposta à retomada da política intervencionista norte-americana na América Central – e um dos fundadores da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe (COPPPAL).

Participou de iniciativas de solidariedade e de concertação política para restabelecer a democracia na América Latina e resolver politicamente conflitos armados centro-americanos.

Publicou ensaios sobre estruturalismo e teoria de sistemas, em particular, sobre os sistemas políticos latino-americanos. Analista de processos políticos da região, é colaborador de diversas publicações periódicas do Panamá, México, Argentina e Brasil.

Entre seus livros recentes estão: *Estructuras, sistemas y desarrollos*, segunda edição, Ed. Universidad Estatal a Distancia, San José de Costa Rica, 2003; *Las izquierdas latinoamericanas: observaciones a una trayectoria*, Ed. Fundación Friedrich Ebert, Panamá, 2004; *La brecha por llenar*, primeiro prêmio do concurso internacional *Pensar a Contracorriente*, pela Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2010; *La brecha por llenar y otros ensayos*, Naranja, Panamá, 2012.



Ao centro, Ernesto Che Guevara e Alberto Granado, ambos vestindo camiseta da Universidade do Oriente, de Santiago de Cuba, onde lecionavam. Ao fundo e à esquerda, sorrindo, está Nils Castro. Abaixo, agachado à direita de Che está Cacho Antinori, membro do Partido Comunista argentino. À esquerda de Granado, Zebedeo Omwando, estudante e sobrinho de Jomo Kenyatta, ex-presidente do Quênia. Os demais presentes eram estudantes cubanos. O crédito é de Aleida Marcha, esposa de Che (1962).



# **Bibliografia**



- AARÃO FILHO, Daniel Reis. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AGUILAR RIVERA, José Antonio. “Notas sobre la izquierda antiliberal”, *Nexos*, México D.F., mar. 2003.
- ALONSO, Aurelio. “El impredecible final del laberinto cubano”, *La Ventana* (portal informativo Casa de las Américas), 24 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://laventana.casa.cult.cu>> Acesso em: dez. 2011.
- ANDERSON, Perry. *Los orígenes de la posmodernidad*. Barcelona: Anagrama, 2000.
- BAGÚ, Sergio. *Catástrofes políticas y teoría social*. México D.F.: Siglo XXI, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. México D.F.: Siglo XXI, 1970.
- BARRIOS MORÓN, J. Raúl. “El nacionalismo militar boliviano”, *Nueva Sociedad* n. 81, Caracas, jan./fev. 1986.
- BERRYMAN, Phillip. *Teología de la liberación*. México D.F.: Siglo XXI, 1989.
- BEYHAUT, Gustavo y Elena. “América Latina III: De la independencia a la Segunda Guerra Mundial”. *Historia Universal Siglo XXI*. México D.F.: Siglo XXI, 1985.
- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. México D.F.: Nueva Sociedad/Nueva Imagen, 1982.
- BORNSCHEIN, Dork. *Las izquierdas en Guatemala, reflejos de un futuro incierto*. Guatemala: Fundação Friedrich Ebert, 2000.
- BORÓN, Atilio. “Neoliberalismo vs movimientos sociales en América Latina”, *Rebelión*, 31 de agosto de 2004. Disponível em: <[www.rebelion.org](http://www.rebelion.org)> Acesso em: dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. “América sin tregua”, *Rebelión*, 6 de noviembre de 2004. Disponível em: <[www.rebelion.org](http://www.rebelion.org)> Acesso em: dez. 2011.

- BOSCH, Juan. *El próximo paso: dictadura con respaldo popular*. Santo Domingo: Publicaciones Max, 1971.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez/Plaza y Valdez Editores, 2003.
- CASTAÑEDA, Jorge. *La utopía desarmada*. México D.F.: Planeta, 1993.
- CASTRO, Nils. "Cultura nacional y cultura socialista", *Cuadernos Casa*, n. 18, La Habana, Casa de las Américas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cultura nacional y liberación*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Tareas de la cultura nacional", *Nueva Sociedad*, n. 49, Caracas, jul.-ago. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Las izquierdas latinoamericanas: observaciones a una trayectoria*. Panamá: Fundação Friedrich Ebert, 2005.
- COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1963. 7 t.,.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México D.F.: Siglo XXI, 1978.
- DEBRAY, Régis. *Revolución en la revolución*. La Habana: Casa de las Américas, 1967.
- ESCOBAR BETHANCOURT, Rómulo. *Torrijos: pensamiento y espada*. Panamá: Grafis, 1982.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Calibán y otros ensayos*. La Habana: Arte y Literatura, 1979.
- FREI BETO. "Lula, el nuevo tiempo de la izquierda", *La Jornada*, México D.F., lunes 30 de septiembre de 2002.
- GARCIA, Marco Aurélio; GUIMARÃES, Juarez; POMAR, Valter. *Socialismo no século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos do cárcere*, t. III. México: Ed.Era (edição crítica do Instituto Gramsci, a cargo de Valentino Gerratana).
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Buenos Aires: Nueva Visão, 2003.
- GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Despojado de todo fetiche*. Autenticidad del pensamiento marxista en América Latina. Universidad INCCA de Colombia/ Universidad Central de las Villas, 1999. Disponível em: <www.filosofia.cu/contemp> Acesso em: dez. 2011.
- GUEVARA, Ernesto (Che). *Obras: 1957-1967*. v. 2. La Habana: Casa de las Américas, 1970.
- GUNDER FRANK, André. *Capitalismo y revolução en América Latina*. La Habana: Ciencias Sociales, 1970.

- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1977.
- HARNECKER, Marta. *América Latina: izquierda y crisis actual*. México D.F.: Siglo XXI, 1990.
- \_\_\_\_\_. *La izquierda en el umbral del siglo XXI*. Bogotá: Desde abajo, Difundir, 1993.
- \_\_\_\_\_. *La revolución social*. Lenin y América Latina. Santo Domingo: Alfa y Omega, 1985.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antimperialismo y el Apra*. Lima: Fundación Navidad del Niño del Pueblo Víctor Raúl Haya de la Torre, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *Historia del siglo XX: 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 2002.
- \_\_\_\_\_. *On the Edge of the New Century*. New York: The New Press, 1999.
- KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2008.
- KOHAN, Néstor. *De Ingenieros al Che*. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Otro mundo es posible*. Buenos Aires: Nuestra América, 2003.
- LAGUARDA, Manuel. *El socialismo en el siglo XXI*. Montevideo: Correo Socialista, 2000.
- LÖWY, Michael. *El marxismo latinoamericano*. México D.F.: Era, 1980.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. La Habana: Casa de las Américas, 1963.
- MARTÍ, José. “Nossa América”. *Textos de José Martí*. Disponível em: <[www.filosofia.cu/marti](http://www.filosofia.cu/marti)> Acesso em: dez. 2011.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. “El socialismo: problemas conceptuales y de estrategia”, *América Libre*, n. 20, Buenos Aires. Disponível em: <[www.nodo50.org/americalibre](http://www.nodo50.org/americalibre)>. Acesso em: dez. 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Federico. Prólogo a la “Contribución a la economía política”, em *Obras escogidas*, t. 1. Moscú: Lenguas Extranjeras, 1952.
- MEYER, Lorenzo; REYNA, José Luis. *Los sistemas políticos de América Latina*. México D.F.: Siglo XXI, 1989.
- MILLER, Nicola. *Soviet relations with Latin America, 1959-1987*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MIR, Luíz. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MOREIRA, Neiva. *Modelo peruano*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- MPP. *Síntesis histórica del Movimiento de Participação Popular*, MPP. Montevideo: s. d. Disponível em: <[www.mppuruguay.org.uy](http://www.mppuruguay.org.uy)> Acesso em: dez. 2011.
- NATANSON, José. *La nueva izquierda*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

- PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *La España que conquistó el Nuevo Mundo*. Buenos Aires: Altamira, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Las izquierdas y el problema nacional*. t. III. (*Historia crítica de los partidos políticos argentinos*). Buenos Aires: Galerna, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Pueblo y oligarquía*. Buenos Aires: Corregidor, 1972.
- RAMONET, Ignacio. *Cien horas con Fidel*. La Habana: Oficina de publicaciones del Consejo de Estado, 2006.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo para latinoamericanos*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1973.
- REGALADO, Roberto. *América Latina entre siglos: dominación, crisis, lucha social y alternativas políticas de la izquierda*. Melbourne: Ocean Sur, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana*. México D.F.: Ocean Sur, 2008.
- REID, Michael. *El continente olvidado. La lucha por el alma de América Latina*. Barcelona: Belacqua, 2009.
- RICHARD, Pablo. *40 años de Teología de la Liberación en América Latina y el Caribe*. Disponible em: <<http://perso.wanadoo.es/laicos>> Acceso em: dez. 2011.
- SADER, Emir. *El nuevo topo, los caminos de la izquierda latinoamericana*. Buenos Aires: Siglo XXI y Clacso, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Refundar el Estado*. Posneoliberalismo en América Latina. Buenos Aires: CTA y Clacso, 2008.
- SALDOMANDO, Ángel. *Gobernabilidad: entre la democracia y el mercado*. Programa de Gobernabilidad de Cosude y Secretariado Suiço para Centroamérica, 2002.
- SÁNCHEZ CERÉN, Salvador. *Con sueños se escribe la vida*. México D.F.: Ocean Sur, 2008.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *De Marx al marxismo en América Latina*. México D.F.: Ítaca, 1999.
- SEMO, Enrique. *Viaje alrededor de la izquierda*. México D.F.: Nueva Imagen, 1988.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- TEITELBOIM, Volodia. *El amanecer del capitalismo y la conquista de América*. Buenos Aires: Futuro, 1963.
- VÁRIOS. *América Latina hoy ¿Reforma o revolución?* México, D.F.: Ocean Sur, 2009.
- VÁRIOS. Entrevistas. *Santiago*, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, n. 11, jun. 1973, n.18-19, de jun. e set. 1975.

- VÁRIOS. *La renovación del marxismo latinoamericano*. Prólogo, tradução e notas de Nils Castro à edição brasileira de *O PT e o marxismo*. México D.F.: Editorial Nuestro Tiempo, 1993.
- VÁRIOS. *La teoría marxista hoy, problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- VÁRIOS. *¿Nuevos temas nuevos contenidos?* Caracas: Nueva Sociedad/Unesco, 1989.
- VÁRIOS. “O PT e o marxismo”, *Teoria & Debate*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1991. Versão em espanhol: “PT: La renovación del marxismo latinoamericano”. (Prólogo, tradução e notas de Nils Castro). México D.F.: Publicaciones Mexicanas, S. C. L., 1992.
- VÁRIOS. *Volver al futuro, la búsqueda de un socialismo latinoamericano*. Quito: La Tierra, 2008.
- VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. Misión de la raza iberoamericana. México D.F.: Espasa Calpe Mexicana, 1976.
- VELASCO ALVARADO, Juan. *La revolución peruana*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1973.
- VILAS, Carlos M. *Política y poder en el nuevo orden mundial: una perspectiva desde América Latina*. México D.F.: 1993. (cópia do autor)
- VILLEGAS, Abelardo. *Reformismo y revolución en el pensamiento latinoamericano*. México D.F.: Siglo XXI, 1980.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “¿Globalización o era de transición? Una visión a largo plazo de la trayectoria del sistema-mundo”, *Casa de las Américas*, n. 219, La Habana, abril/jun.2000.

Esta edição do livro *As esquerdas latino-americanas em tempo de criar* foi impressa pela Cromosete Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo, em junho de 2012. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Berkeley no corpo 11/14. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel offset 75g